



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ODONTOLOGIA

**São Luís
2023**



DIRETORIA GERAL

Profa. Dra. Rita Ivana Barbosa Gomes

Diretoria Administrativa-Financeira

Prof. Pedro Ives Gomes Duailibe Mascarenhas

PROCURADOR INSTITUCIONAL

Prof. Eliziane Barbosa Costa

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Presidente: Prof^a. Ildoana Paz Oliveira

COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ODONTOLOGIA

Prof^a. Alice Carvalho Silva

COORDENAÇÃO DO NUCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Prof. Januário Rosendo Máximo Junior.

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Prof^a. Eduarda Gomes Bogéa

COORDENAÇÃO DE APOIO ACADÊMICO

Prof^a. Giovana Pacheco



SUMÁRIO

1 CONTEXTO EDUCACIONAL INSTITUCIONAL	11
1.1 Histórico do Instituto Florence de Ensino Superior	11
1.1.1 Missão Institucional.....	13
1.1.2 Visão.....	14
1.1.3 Finalidade.....	14
1.1.4 Objetivos Institucionais.....	14
1.2 Inserção Regional	15
1.3 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	23
1.3.1 Políticas de Ensino	26
1.3.1.1 Políticas de Ensino – Graduação.....	26
1.3.1.2 Políticas de Ensino - Pós-Graduação	32
1.3.2 Políticas de Pesquisa.....	32
1.3.3 Políticas de Extensão	36
1.3.3.1 Núcleo de Carreiras e Empregabilidade	39
1.3.4 Políticas de Gestão	41
1.3.5 Políticas de Responsabilidade Social.....	44
1.3.6 Políticas Transversais.....	47
1.3.6.1 Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	47
1.3.6.2 Educação das Relações Étnico-raciais.....	48
1.3.6.3 Política de Educação Ambiental	48
1.3.6.4 Educação em Direitos Humanos.....	48
1.3.7 Políticas de Educação à Distância	49
1.4 Estrutura Acadêmico-administrativa.....	50
1.4.1 Órgãos Colegiados.....	51
1.4.1.1 O Conselho Superior – CONSUP	51
1.4.1.2 O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP.....	52
1.4.1.3 Colegiado de Curso	53
1.4.2 Órgãos Executivos.....	54
1.4.2.2 Diretoria Acadêmica	56



1.4.2.3	Coordenadoria de Cursos de Graduação.....	56
1.4.2.4	Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão/CONEX.....	57
1.4.2.5	Coordenadoria de Apoio Pedagógico aos Docentes e Discentes (CAP)	62
1.4.2.6	Secretaria Acadêmica.....	64
1.4.2.7	Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e Tecnologia	64
1.4.2.8	Diretoria Administrativa e Financeira.....	65
1.4.2.9	Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI.....	65
1.5	Sistema de Comunicação, Informação, Controle e Registro Acadêmico	66
1.6	Organização e Gestão de Pessoal.....	67
1.6.1	Corpo Docente	67
1.6.2	Corpo Técnico-Administrativo.....	71
1.7	Avaliação Institucional	72
1.7.1	Avaliação Institucional Externa	74
1.7.2	Avaliação Institucional Interna (Autoavaliação).....	75
2.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE ODONTOLOGIA	82
2.1	Histórico do Curso de Odontologia	82
2.1.1	Número de Vagas.....	89
2.2	Proposta Pedagógica.....	90
2.3	Objetivos do curso	91
2.4	Formas de Ingresso e Vagas Ofertadas.....	92
2.5	Perfil do Egresso	93
2.6	Estrutura Curricular	97
2.6.1	Conteúdos Curriculares.....	106
2.6.2	Matriz Curricular do Curso	109
2.6.3	Articulação entre os Componentes Curriculares ao Longo da Formação	118
2.6.3	Curricularização da Extensão	121
2.6.4	Ementário e Bibliografias.....	128
2.7	Metodologias de Ensino.....	164
2.8	Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem	169
2.9	Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) no Processo Ensino-Aprendizagem.....	176
2.9.1	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	178
2.9.2	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e de Aprendizagem (AVA)	180



2.9.5 Material Didático	185
2.9.6 Ambientação em Educação a Distância.....	187
2.10 Estágio Supervisionado	189
Quadro 5 – Estruturação do Estágio Supervisionado	191
2.10.1 Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS).....	192
2.11 Trabalho de Conclusão de Curso	193
2.12 Atividades Complementares.....	193
2.13 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	194
Quadro 6 – Núcleo Docente Estruturante	195
2.14 Colegiado de Curso.....	196
Quadro 7 – Colegiado de Curso	197
2.15 Coordenadoria do Curso	197
2.16 Corpo Docente	199
Quadro 8 – Docentes do Curso	200
2.17 Corpo Discente.....	204
2.18 Sistema de Autoavaliação do Curso	209
2.18.1 Objetivos da Autoavaliação Institucional	209
2.18.1.1 <i>Objetivo Geral:</i>	209
2.18.1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	210
2.18.2 Público Alvo.....	210
2.18.3 Metodologia	210
2.19 Avaliações Oficiais do Curso	212
3 INFRAESTRUTURA FÍSICA	213
3.1. Instalações Gerais.....	213
3.2. Instalações Administrativas.....	214
3.3 Núcleo de Educação a Distância e Espaço da Equipe Multidisciplinar	215
3.4 Instalações para Docentes e Coordenação do Curso	216
3.5 Salas de Aula.....	217
3.6 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	218
3.7 Laboratórios da Área da Saúde	219
3.8 Descrição dos Laboratórios Multidisciplinares	219
3.9 Laboratórios Didáticos de Formação Específica	232
3.10 Políticas de Atualização e Expansão dos Laboratórios.....	240



3.11 Normas Gerais de Utilização dos Laboratórios e Clínicas.....	241
3.12 Biblioteca	242
3.12.1 Política de Atualização do Acervo	243
3.12.2 Acervo Geral	244
3.12.3 Informatização da Biblioteca e Serviços.....	245
3.12.4 Pessoal Técnico-Administrativo.....	246
3.13 Bibliotecas Virtuais	246
3.14 Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência - PCD.....	247
3.15 Instalações e Infraestrutura de Serviços.....	248
3.15.1 Instalações Sanitárias e Vestiários.....	248
3.15.3 Infraestruturas de Alimentação e de Outros Serviços.....	249
3.16 Resumo Geral das Instalações.....	250
APÊNDICE A - Regulamento do Estágio Supervisionado	251
APÊNDICE B - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	269
APÊNDICE C - Regulamento de Atividades Complementares.....	285

1 CONTEXTO EDUCACIONAL INSTITUCIONAL

1.1 Histórico do Instituto Florence de Ensino Superior

Mantenedora: Instituto Florence de Ensino Superior Ltda - ME

CNPJ: 06040046/0001-10

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito – Com fins lucrativos – Sociedade Civil

Base Legal: Rua Rio Branco, 216 – Centro – São Luís (MA) – CEP: 65040-270

Mantida: Instituto Florence de Ensino Superior

Reitor / Diretor Geral: Professora Dra. Rita Ivana Barbosa Gomes

Telefone: +55 98 3878 2120

E-mail: contato@florence.edu.br / florencesuperior@gmail.com

O Instituto Florence de Ensino Superior Ltda., entidade mantenedora do Instituto Florence de Ensino Superior, iniciou seu funcionamento em 2007, a partir de uma longa e comprovada trajetória dedicada à educação no Estado do Maranhão.

Antes da constituição da Instituto Florence de Ensino Superior, fundou-se o Instituto de Enfermagem Florence *Nightingale* Ltda., empresa-escola de educação profissional, que se constitui em uma via para que jovens e adultos tenham acesso a um ensino de qualidade.

O Instituto Florence *Nightingale* Ltda., iniciou sua trajetória com uma turma do curso técnico em Enfermagem, dedicando-se, especialmente, ao desenvolvimento de uma prática pedagógica reflexiva, na área da saúde, tendo em vista os indicadores do Estado do Maranhão, que, na época apontavam para a gravidade dos quadros de atendimento da área da saúde no estado e para a necessidade de formação de quadros profissionais qualificados.

Devido a sua intervenção social ativa e de práticas educacionais inovadoras, desenvolveu parceria com o Ministério da Saúde para a execução do PROFAE, Projeto de Profissionalização dos trabalhadores da Área da Enfermagem, quando teve o seu projeto pedagógico classificado, em processo licitatório internacional, em segundo lugar dentre todas as escolas profissionalizantes do Maranhão e primeiro lugar na capital.

O programa de formação, voltado para qualificação de Auxiliares de Enfermagem, constituiu-se na maior referência de formação de recursos humanos em Saúde do mundo. Inequivocamente, esta foi uma etapa de extrema relevância para a consolidação desta Instituição, considerando que o trabalho desenvolvido em dezenas de municípios do Maranhão levou conhecimento e agregou valor aos profissionais da área da enfermagem, contribuindo, assim, para a efetivação do direito à saúde no Estado.

Reconhecimento de qualidade no ensino e compromisso social, trouxe ao Instituto

Florence *Nightingale* Ltda., em 2004, uma menção honrosa concedida pela ABEn – MA, Associação Brasileira de Enfermagem, enaltecendo os serviços prestados pelo mesmo à Enfermagem e a sociedade maranhense.

A trajetória de sucesso da Instituição, fez dela uma referência, inegável, para a educação profissionalizante no Estado do Maranhão. Tal constatação foi o impulso para que se buscasse ampliar o alcance do trabalho de excelência, já desenvolvido na área técnica, e construir a proposta pedagógica para o Instituto Florence de Ensino Superior, tendo como instituição mantenedora o Instituto Florence de Ensino Superior LTDA.

Autorizado pelo Ministério da Educação para o funcionamento de cursos de graduação, por meio da portaria de nº. 1764/06, iniciou suas atividades em 2007 com sua primeira aula inaugural dos cursos de graduação em Enfermagem e Farmácia. Desde então, vem ampliando os serviços prestados à sociedade maranhense, contemplando também a área de ciências humanas.

Em 2010 formou sua primeira turma de Graduação em Enfermagem e Farmácia. Em 2011, iniciaram os cursos de Graduação em Odontologia e Direito.

Em 2008, iniciou a oferta de cursos de pós-graduação tendo como foco as duas áreas compreendidas como estratégicas para o bem-estar do indivíduo e do cidadão – educação e saúde. Hoje a Instituição mantém turmas de pós-graduação *lato sensu* em funcionamento constante.

O cenário acima descrito e o intuito de promover uma educação de qualidade foram as premissas para que o Instituto de Enfermagem Florence Nightingale Ltda., iniciasse, em 2004, os primeiros passos para a Gerência da Qualidade Total, através da análise contínua dos seus sistemas.

A ampliação da vivência com os cursos na área da saúde tornou evidente uma constatação: a necessidade de novas formas de atuação nas políticas de saúde pública.

O desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão e o acompanhamento das práticas em estágios curriculares obrigatórios e não-obrigatórios, tornaram evidentes as demandas da sociedade, notadamente, no que se refere à efetividade do direito à saúde.

Em 2011, a Instituto Florence de Ensino Superior dava início a um novo desafio. Após procedimento de praxe, obteve a autorização para o funcionamento do Curso de Graduação em Direito, alcançando conceito 4 na avaliação do INEP para fins de autorização.

O Curso foi autorizado pela Portaria MEC nº 59, de 01 de junho de 2011, publicada no DOU Nº 105, Seção nº1, fl. 48, com a denominação de Bacharelado em Direito, com

autorização de 100 vagas anuais, funcionando nos turnos diurno e noturno.

Hoje, o Instituto Florence de Ensino Superior conta com nove cursos de graduação devidamente autorizados e reconhecidos:

- ✎ Enfermagem (autorizado pela Portaria Ministerial nº 841, de 01 de novembro de 2006 e, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 269, de 19 de julho de 2011, publicado no DOU nº 138, em 20/07/2011, seção 01, folha 39)
- ✎ Farmácia (autorizado pela Portaria Ministerial nº 842, de 01 de novembro de 2006 e, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 541, de 24 de outubro de 2013, publicado no DOU nº 208, seção 01, folha 37)
- ✎ Odontologia (autorizado pela Portaria Ministerial nº 159, 14 de janeiro de 2011 – DOU Nº 16, seção 1) e, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1032, de 23 de dezembro de 2015, publicado no DOU nº 246, seção 01, folha 80)
- ✎ Direito (autorizado pela Portaria Ministerial nº 59, de 01 de junho de 2011) e, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 412, de 26 de agosto de 2016, publicado no DOU, em 29.08.2016, seção 01, página 13).
- ✎ Nutrição (autorizado pela Portaria Ministerial nº 116, de 20 de fevereiro de 2018).
- ✎ Tecnólogo de Estética e Cosmética (autorizado pela Portaria Ministerial nº 196, de 22 de março de 2018).
- ✎ Ciências Contábeis (autorizado pela Portaria Ministerial nº 370, de 28 de maio de 2018.)
- ✎ Fisioterapia (autorizado pela Portaria Ministerial nº 423, de 12 de junho de 2018).
- ✎ Biomedicina (autorizado pela Portaria Ministerial nº 423, de 12 de junho de 2018).

Conta ainda com a oferta de dois cursos de graduação autorizados:

- ✎ Medicina Veterinária (autorizado pela Portaria Ministerial nº 63, de 03 de março de 2020)
- ✎ Administração EaD (autorizado pela Portaria Ministerial nº 500, de 26 de maio de 2021).

1.1.1 Missão Institucional

Consiste em gerar e difundir conhecimentos para formar profissionais dotados de senso crítico, competências e habilidades, bem como de princípios ético-humanísticos, com aptidão para atuar no mercado de trabalho, cumprindo as diferentes demandas da sociedade. O ambiente acadêmico é planejado e organizado de tal maneira que harmonize qualificação técnica,

cidadania, competitividade e inovação.

1.1.2 Visão

Consolidar-se como instituição referenciada nacionalmente pela excelência no ensino, pesquisa e extensão, na formação profissional diferenciada, na eficiência da gestão de seus processos internos, na solidez de suas parcerias e por harmoniosa integração no desenvolvimento da sociedade.

1.1.3 Finalidade

O Instituto Florence de Ensino Superior assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social.

Tem o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino, aliado às atividades extensionistas e de pesquisa, ao alcance e serviço dessa comunidade, para dela merecer respeito e reconhecimento.

Busca, ainda, garantir a qualidade desse produto, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, além de ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida acadêmica.

Em consonância com o que disciplina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e com o artigo 2º do seu Regimento Interno, o Instituto Florence de Ensino Superior tem por finalidade principal o oferecimento de ensino no nível de educação superior, com foco em especialidades que possam atender de forma concreta à demanda das organizações sociais.

Para assegurar que o processo de formação contribua para o desenvolvimento da capital e de todo o Estado do Maranhão, a Instituição tem como premissa que a educação não se resume ao ensino formal, confinado aos muros institucionais. Entende-se como indispensável a conexão com a pesquisa e extensão, exercendo forte atuação junto à comunidade.

Nosso modelo organizacional está balizado pela qualidade, pela organização e pela informação, expressão que permeará as nossas ações e que será mantida na nossa caminhada acadêmica.

1.1.4 Objetivos Institucionais

- Contribuir para a formação de indivíduos como cidadãos profissionalmente competentes no desempenho de suas funções, com respeito à ética e aos valores de nossa sociedade, com senso de responsabilidade social e cômicos de seus deveres de forma diferenciada;
- Problematicar, contextualizando, os objetos de ensino, aliando a teoria à prática em movimentos de significação e ressignificação curricular. Os egressos do Instituto Florence de Ensino Superior devem perceber-se e serem percebidos pelo mercado como altamente qualificados. para concorrerem às oportunidades de trabalho em pé de igualdade com os egressos das mais tradicionais instituições de ensino superior;
- Fomentar saberes no graduando da IES, a fim de que seja um egresso hábil na atuação integralizada e social, atendendo às necessidades do entorno, sendo autônomo no diagnóstico de problemas e no encaminhamento das soluções;
- Proporcionar ao acadêmico atenção às demandas da região, sistematizando planejamentos, em exercícios de responsabilidade social e aprimoramento acadêmico;
- Possibilitar a participação no processo de criação e divulgação de conhecimento, a partir da atuação de sua Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, da *Revista Florence* e de outros meios de comunicação disponíveis;
- Promover, regularmente, qualificação do Corpo Técnico-Administrativo e Docente, com vistas ao aprimoramento do atendimento e intervenção junto ao discente. Compreende-se que o discurso acadêmico, que se move por referencial filosófico definido, traduz unidade de discurso e comportamental dos colaboradores envolvidos no processo formativo;
- Desenvolver referencial teórico cognitivo problematizador, por compreender que a maturação intelectual é diferencial para o possível êxito de qualquer profissional e comunidade;
- Expandir os ambientes de inovação e geração de conhecimento a fim de ampliar o entendimento dos estudantes sobre o mundo que os cerca, através do diálogo com a tecnologia, os avanços na ciência e o humanismo, estimulando a busca de soluções para as diferentes demandas da sociedade.

1.2 Inserção Regional

O Maranhão está localizado no oeste da Região Nordeste e tem como limites o Oceano

Atlântico (N), o Piauí (L), o Tocantins (S e SO) e o Pará (O). O Estado possui uma extensão territorial de 331.936,70 Km², sendo composto por 2017 municípios. Possui uma população de 6.800.605 habitantes segundo dados do ano de 2022 - Disponível em: [POP2022 Brasil e UFs.pdf \(ibge.gov.br\)](#). Sua capital é São Luís e possui como principais cidades no interior do estado: Imperatriz, Açailândia, Timon, Caxias, Codó, Santa Inês, Bacabal, Balsas, São José de Ribamar, Barra do Corda, Itapecuru, Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão.

Apresenta densidade demográfica estimada em 20,63 habitantes por km². Destes, cerca de 70% vivem em áreas urbanas. É relevante citar que a população é composta em sua maioria por mulheres (51,45%) e negros (80,84%) e além disso, apenas 11,15% dos domicílios permanentes tem tratamento sanitário de esgoto.

A distribuição da população por faixa etária, segundo população potencialmente ativa, mostra que entre os anos de 2000 a 2010, a razão de dependência no estado passou de 72,91%, em 2000 e 58,65% em 2010. Ao observar os resultados para 2017, segundo a PNAD Contínua, a razão de dependência no Maranhão atingiu 52,18%. Para os mesmos anos, a taxa de envelhecimento registrou 4,88%, 6,02% e 7,92% respectivamente. Estes dados indicam o aumento do envelhecimento populacional no estado, seguindo a tendência demográfica contemporânea de envelhecimento da população brasileira.

Estrutura etária da população na UF - Maranhão - 2000, 2010 e 2017

Estrutura Etária	População	% do Total	População	% do Total	População	% do Total
	2000	2000	2010	2010	2017	2017
Menor de 15 anos	2.107.029	37,28	2.034.076	30,94	1.836.547	26,37
15 a 64 anos	3.268.491	57,83	4.144.375	63,03	4.576.744	65,71
65 anos ou mais	275.955	4,88	396.338	6,03	551.414	7,92
Razão de dependência	72,91	-	58,65	-	52,18	-
Taxa de envelhecimento	4,88	-	6,02	-	7,92	-

Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Censos Demográficos (2000 e 2010) e PNAD Contínua (2017).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua - PNUD 2017, o estado do Maranhão é um dos territórios mais pobres do Brasil, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,687, ainda comparável ao do Brasil em 1980 e superior apenas ao estado de Alagoas na lista dos estados brasileiros por IDH. Apesar disto, vemos uma melhoria importante neste indicador que passou de 0,357 em 1991 para 0,687 em 2017. O índice nacional para o mesmo ano de 2017 foi de 0,778. O principal indicador de melhoria do IDH foi a educação, como será abordado a seguir.

IDHM e seus indicadores na UF - Maranhão - 1991, 2000, 2010, 2016 e 2017

Indicadores	Total 1991	Total 2000	Total 2010	Total 2016	Total 2017
IDHM	0,357	0,476	0,639	0,682	0,687
IDHM Educação	0,173	0,312	0,562	0,671	0,682
% de 5 a 6 anos de idade na escola	33,37	71,51	93,85	98,06	97,75
% de 11 a 13 anos de idade nos a...	16,95	34,18	81,56	90,45	91,98
% de 15 a 17 anos de idade com ...	9,92	19,09	47,84	64,87	64,65
% de 18 anos ou mais de idade c...	18,24	26,49	44,36	53,37	54,63
% de 18 a 20 anos de idade com ...	6,97	10,61	29,60	47,71	50,31
IDHM Longevidade	0,551	0,649	0,757	0,760	0,764
Esperança de vida ao nascer	58,04	63,92	70,40	70,57	70,85
IDHM Renda	0,478	0,531	0,612	0,622	0,623
Renda per capita	156,47	218,27	360,34	384,88	387,34

Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Censos demográficos (2000 e 2010) e PNAD Contínua (2016 e 2017).

Um importante aliado da melhoria do IDH no estado do Maranhão, é o crescimento econômico pelo qual o Maranhão vem passando. Desde 2010 o PIB do estado vem crescendo, e apesar da pandemia do COVID-19, que sugeria uma queda de -5,8% na taxa de crescimento real em 2020 conforme boletim do ano anterior, experimentou-se uma queda real de -3,8%, sugerindo um desempenho acima da média nacional que foi de -4,1% (MARANHÃO, 2020).

Gráfico 19 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB – 2010 a 2022 (%)



Fonte: IBGE; IMESC
Elaboração: IMESC

A economia estadual, atualmente, baseia-se na indústria de transformação de alumínio, alimentícia, madeireira, extrativismo (babaçu), agricultura (soja, mandioca, arroz, milho), pecuária e serviços, além da pesca, que lhe dá a liderança na produção de pescado artesanal do Brasil. Os pescados são bastante utilizados na culinária regional, como o camarão, caranguejo

e sururu. O turismo desponta nos últimos anos como um importante nicho de negócios e crescimento econômico, sobretudo na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, atraindo turistas de todo o mundo.

Contrastando com sua riqueza natural e seu potencial de geração de emprego e renda, a excessiva concentração de riquezas no Maranhão em mãos de uma minoria tem embargado o processo de desenvolvimento social do estado. Em termos de renda, o Maranhão possuía em 2010, 12,9% de sua população em situação de pobreza extrema, (que sobrevivem com até R\$ 70,00 por mês), e 39,53% em situação de pobreza (que sobrevivem com até R\$ 140,00 por mês), configurando os piores resultados com relação a este indicador do Brasil. A renda média da população correspondia a 65% da renda média nacional e a renda per capita média do estado era a pior de todo o país, correspondendo a R\$ 360,43 de acordo com dados do último Censo do IBGE (2010). A estimativa da renda mensal domiciliar per capita do maranhense para o ano de 2020 foi de R\$676,00, a menor do Brasil, e muito abaixo da estimativa nacional de R\$1.380,00.

Quando se observa indicadores educacionais, temos como exemplo a taxa de analfabetismo no estado, que é de 21,13% entre a população com 25 anos ou mais, enquanto a taxa nacional para esta faixa etária é de 8,68%. Apesar disso, esse indicador apresentou uma melhora de 4,55% desde o ano de 2012, indicando uma melhoria de acesso à escolaridade em nosso estado.

Considerando-se os demais níveis de escolaridade para o ano de 2017, temos que 49,05% das pessoas com 25 anos ou mais tinham o ensino fundamental completo, 35,34% possuíam o ensino médio completo e apenas 7,37%, o superior completo.

A taxa de pessoas desempregadas chegou a 19,9% em novembro de 2020, a maior do país, superando o estado da Bahia, 19,5%. Além disso, a maioria das pessoas ocupadas no mercado maranhense é de trabalhadores informais: 52% (IBGE 2020).

Percebe-se que em contraste com um mundo globalizado, regido pelas novas tecnologias da comunicação e informação (NTIC's), o estado do Maranhão ainda enfrenta dilemas dramáticos de garantia de direitos humanos de segunda geração como saúde, educação e renda. A elevação da escolaridade e o adequado preparo dos trabalhadores para a vida produtiva, social e política, são imperativos para a transformação dessa realidade.

O estado possui ainda a segunda pior esperança de vida ao nascer do Brasil com grande disparidade entre brancos e negros. A mortalidade infantil, outro dado epidemiológico sensível à qualidade de vida das pessoas, no ano de 2017 era de 20,32 mortes de crianças menores de

um ano por mil nascidos vivos, bem acima do índice nacional para o mesmo período de 14,9.

Longevidade e mortalidade, por sexo, cor e situação de domicílio na UF - Maranhão - 2000, 2010 e 2017

Indicadores	Total	Total	Rural	Urbano	Total	Mulheres	Homens	Negros	Brancos
	2000	2010	2010	2010	2017	2017	2017	2017	2017
Mortalidade infantil	46,53	28,03	29,50	27,00	20,32	18,41	22,14	21,32	15,61
Esperança de vida ao nascer	63,92	70,40	69,87	70,78	70,85	74,79	67,14	69,00	73,45

Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Censos Demográficos (2000 e 2010) e PNAD Contínua (2017).

Quando se trata de outros indicadores em saúde, observamos a vulnerabilidade socioeconômica do povo do nosso estado, sobretudo da população afrodescendente. Em praticamente todas as situações demonstradas na tabela abaixo, vemos uma grande diferença nas frequências relativas entre negros e brancos.

Destaca-se a taxa de mortalidade por doenças não transmissíveis quase 300 vezes maior entre os negros em relação aos brancos.

Outros indicadores de saúde, por sexo e cor, calculados com base nos registros do Ministério da Saúde na UF - Maranhão - 2017

Indicadores de Registros Administrativos	Total	Mulheres	Homens	Negros	Brancos
	2017	2017	2017	2017	2017
Taxa bruta de mortalidade	5,03	2,04	2,99	3,94	0,93
Taxa de mortalidade por doenças não transmissíveis	270,46	124,98	145,40	210,15	53,23
Taxa de mortalidade infantil	15,75	13,76	17,36	12,68	28,41
Taxa de incidência de AIDS	12,69	1,66	3,74	10,54	1,89
Taxa de mortalidade por acidente de trânsito	20,86	3,30	17,54	17,53	2,83
Taxa de mortalidade por suicídio	4,54	0,80	3,74	3,61	0,79
Taxa de mortalidade materna	85,86	-	-	73,17	12,97
% de internações por doenças relacionadas ao saneamento ...	10,38	9,13	12,35	12,12	13,94
% de meninas de 10 a 14 anos de idade que tiveram filhos	1,35	-	-	1,32	1,30
% de adolescentes de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos	23,18	-	-	23,69	24,02

Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: DataSus - Ministério da Saúde (2017).

Com relação ao acesso e utilização dos serviços de saúde, 95% da população residente no Maranhão depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde, ou seja, apenas 5% da população tem acesso a algum plano de saúde privado, a menor proporção entre todos os estados da federação (PNS 2019).

A Pesquisa Nacional de Saúde publicada em 2019 também levantou dados sobre a utilização dos serviços das Unidades Básicas de Saúde, que fazem parte do Estratégia de Saúde da Família. No Maranhão, 65,8% dos domicílios estavam cadastrados em Unidade de Saúde da

Família e 64,3% dos domicílios receberam visita de agente de endemias. Para o Brasil, essas proporções eram de 60% e 64,3% respectivamente.

Sabe-se que os determinantes sociais da saúde são os principais responsáveis pelas iniquidades em saúde – as diferenças injustas e evitáveis entre pessoas e países (MENDES, 2011). Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, incluindo o sistema de saúde.

Essas circunstâncias são moduladas pela distribuição de renda, poder e recursos em nível global, nacional e local e são influenciadas por decisões políticas.

A definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o conceito de “determinantes sociais da saúde” torna claro o entendimento da saúde como um processo social e revela como aspectos sociais e decisões políticas impactam as condições de vida e saúde das populações, bem como a ocorrência de doenças.

Seguindo esta premissa, a prospecção estratégica de cenários futuros para a saúde pública brasileira leva em consideração, sempre, o ambiente social em que a população está ou estará inserida – contexto fortemente influenciado por variáveis políticas e econômicas.

Essa abordagem reforça o compromisso do setor SAÚDE com o desenvolvimento social do país e coloca questões primordiais como acesso a saneamento básico, educação e serviços de saúde em pauta. A ideia central é que a equidade em saúde só será plenamente efetivada quando as persistentes desigualdades sociais do país forem superadas. (MENDES, 2011)

Observamos portando, em vista dos DSS, um importante cenário de vulnerabilidade socioeconômica entre os maranhenses, onde os serviços de saúde protagonizam uma tentativa de melhoria dos indicadores através da universalização dos serviços públicos de saúde e fortalecimento de toda a rede, principalmente da atenção básica. Isto demanda profissionais qualificados, criativos, solidários, humanizados e éticos, capazes de contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas e comunidades.

Esta situação de vulnerabilidade social se reforça pela ausência de políticas públicas que efetivamente alcancem a maioria da população do estado, se refletindo no crescimento exponencial da violência, o que tem ganhado projeção nacional nos últimos anos.

Para equacionar esses graves problemas sociais é necessário promover mais igualdade entre as camadas sociais que convivem com problemas como miséria, analfabetismo e violência em todo o estado, facilitando o acesso aos grupos socioeconômicos menos favorecidos, de políticas públicas que lhes garantam o efetivo exercício de sua cidadania.

Segundo Mendes (2011), a situação de saúde brasileira vem mudando. Marca-se por

uma transição demográfica acelerada e expressa-se por uma situação de tripla carga de doenças: uma agenda não superada de doenças infecciosas e carenciais, uma carga importante de causas externas e uma presença hegemônica forte de condições crônicas.

Indubitavelmente, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Instituto Florence de Ensino Superior, enquanto instituição formadora, fomentará conhecimentos pertinentes, contribuindo para o processo de efetividade da cidadania, na medida da sua intervenção teórica e prática. Fundamenta-se, por meio de seus cursos, no atendimento às necessidades do sujeito holístico, a partir de suas singularidades, complexidades, integralidade e inserção sociocultural.

Por tais razões, o processo ensino/aprendizagem, nos cursos de graduação oferecidos pela IES, é planejado para que o tripé ensino-pesquisa-extensão faça parte do cotidiano do aluno, trabalhando-se no desenvolvimento de práticas de natureza interdisciplinar e, sempre, aproximando o discente da realidade em que está inserido, como meio de criar condições para a adequada inserção no mercado de trabalho.

A Instituição parte da premissa que estando o discente desenvolvendo o conteúdo teórico em conjunto com atividades práticas, atividades de pesquisa e de extensão que o aproxime da realidade social em que se encontra, formará um profissional consciente do caminho a seguir, pronto para se inserir no mercado de trabalho competitivo e apto a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Maranhão.

A prática da Odontologia como profissão existe desde o século XVI. No início, o que os primeiros dentistas faziam era apenas a extração dos dentes danificados, de forma bem rudimentar. No Brasil, a profissão é regulamentada há muito tempo. No ano de 1631, uma Carta Régia determinou que a extração de dentes por cirurgiões e barbeiros sem licença resultasse em multa de dois mil réis. Para conseguir realizar esse tipo de procedimento nos pacientes sem ter que pagar uma multa no Brasil, os profissionais deviam ter uma licença concedida por um Cirurgião-Mor.

A Odontologia teve sua autonomia como campo do conhecimento definida a partir de 1950, uma vez que, no período colonial, a atividade era considerada pouco nobre, por ser uma profissão que se pratica com as mãos. O exercício da profissão é regido no âmbito do território brasileiro de acordo com a Lei nº 5.081, regulamentada em 24 de Agosto de 1966, observando-se em legislações como a Resolução CFO 63/2005 e atualizações como a Resolução CFO 160/2015 e Resolução CFO 161/2015, a definição de aspectos regulamentadores acerca do exercício profissional das diferentes categorias odontológicas e demais aspectos relacionados à Odontologia no Brasil e atividades vinculadas.

Os cursos de Odontologia no Brasil apresentam um índice de 3,48 candidato por vaga. O número total de vagas ofertadas e o número total de candidatos inscritos no curso no Brasil e no Maranhão, demonstram a necessidade de mais cursos de Odontologia no Estado. O país possui o maior número de dentistas do mundo, com aproximadamente 264,5 mil profissionais, segundo o **Conselho Federal de Odontologia** (CFO). Esse volume representa cerca de 20% de todos os dentistas existentes no planeta. Dessa forma, a média de atendimento por habitante seria de um especialista em saúde bucal para cada 737,2 pessoas, porém, os números que colocam o Brasil em destaque não são apenas esses. Dados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios, promovida pelo **IBGE**, revelam uma realidade bem diferente. De acordo com o levantamento, cerca de 22,5 milhões de brasileiros nunca foram ao dentista, ou seja, 11,7% da população total.

Segundo levantamento baseado em dados do Conselho Federal de Odontologia (CFO), o número de profissionais que cuidam da saúde bucal é inferior ao recomendado pela OMS em sete estados do Norte e Nordeste, como o Acre, Amapá, Pará, Piauí, Bahia, Ceará e Maranhão, onde têm em média, um dentista para cada 1,8 mil pacientes. A proporção ideal, segundo a OMS, é de 1,5 mil. Já as Regiões Sul e Sudeste concentram quase 200 mil especialistas em saúde bucal, mais de 70% de todos os profissionais existentes no Brasil. A maior carência está nas Regiões Norte e Nordeste.

Em relação à expansão dos programas brasileiros na área da saúde houve um aumento na procura de cursos de graduação principalmente na área da Odontologia. Ainda existe uma quantidade muito pequena de profissionais da área, apenas (268.299) segundo o Conselho Federal de Odontologia - CFO), resultando numa desproporção considerável entre a quantidade de cirurgiões-dentistas (CD) e número de habitantes no Brasil.

O Maranhão é o estado com a pior proporção: há um dentista para cada grupo de 2.145 pessoas. A distância de muitos municípios do Norte e Nordeste pesa na decisão do dentista ao optar pelo local de trabalho visto que existe uma precarização muito grande no acesso a essas regiões e nas condições de trabalho.

Segundo o Ministério da Saúde, o programa Brasil Sorridente foi lançado em 2004 para amenizar esse déficit. O programa incluiu equipes de saúde bucal no Programa Saúde da Família. Hoje, 20.495 equipes com dentistas cobrem 86% dos municípios brasileiros.

Ainda que diante de uma realidade em que grande parte da população vive em más condições e depende de programas estaduais e municipais de assistência à saúde, outra parcela da população percebe um mercado bem diferente em crescimento na região.

No Maranhão, o aumento do interesse pelo curso de Odontologia do Instituto Florence se deu pela qualidade do curso muito evidenciado inicialmente pelo resultado da avaliação para autorização de funcionamento pelo MEC em 2011, bem como através da implantação de novos programas e a oportunidade proporcionada pelo SISU e ENEM.

A constatação de que o Maranhão é um Estado ainda carente quanto à promoção da oferta de serviços de saúde de qualidade, especialmente às camadas mais pobres da região, bem como de acesso ao ensino superior, o Instituto Florence de Ensino Superior deseja continuar a contribuir para a reversão desse panorama de pobreza e carência do Estado, por meio da oferta do curso de Graduação em Odontologia.

1.3 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

As políticas Institucionais definidas pelo PDI, no âmbito do curso, têm por base a formação de um perfil profissional fundamentado na qualidade de ensino, aliado à pesquisa e extensão, como forma de promover ações para sua formação continuada. Estabelece o cumprimento da integração curricular através de adoção de práticas interdisciplinares que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades alicerçadas no saber científico e na consciência para a responsabilidade social e inovação.

O projeto pedagógico do curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior visa a cumprir as exigências da legislação educacional brasileira, as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Odontologia e o direito do discente ao acesso à formação profissional nos padrões de um perfil universitário de qualidade.

Para tanto, a política institucional, está fundamentada no princípio da formação acadêmica e profissional de qualidade. Trata-se do condutor para a promoção de uma prática calcada em preceitos éticos, na construção do conhecimento técnico-científico, ao aperfeiçoamento cultural e ao desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionem a transformação social, política e econômica da sociedade.

A relação da gestão do curso com a gestão institucional, segundo suas políticas, tem por base a integração do currículo à luz das competências, com a finalidade de proporcionar a formação básica e profissional do estudante, conforme as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos, em consonância com a sua missão.

As competências e habilidades requeridas pelo mundo do trabalho, que sinalizam o perfil de poli competência, são planejadas no âmbito do projeto pedagógico do curso,

considerando o PDI, através do planejamento docente, das avaliações e nivelamento acadêmico, bem como por meio das semanas científicas, projetos de pesquisas e extensão desenvolvidos no curso.

O Instituto Florence de Ensino Superior, enquanto espaço formador e preocupado com as demandas da sociedade, prima pelo desenvolvimento pleno dos graduandos, considerando dimensões humanas, cognitivas, éticas e filosóficas. A avaliação do discente-formando na observação de mudança comportamental se reflete na materialização do pensar em forma de comunicação escrita, falada, gestual, em procedimentos, em simulações de situações reais ou em vivências efetivas.

Os conteúdos curriculares essenciais do curso de graduação em Odontologia, contemplados neste Projeto Político-Pedagógico, estão relacionados com o processo saúde-doença do indivíduo, da família e da população, nos diferentes ciclos de vida, referenciados na realidade epidemiológica e profissional, e são compostos por conteúdos programáticos das Ciências Biológicas e Saúde, das Ciências Humanas e Sociais e das Ciências Odontológicas, os quais estão interligados e desenvolvidos de maneira integrada, visando ao cuidado integral do indivíduo, nas áreas de sua atuação .

Nas Ciências Biológicas e da Saúde incluem-se, de forma integrada, os conteúdos teóricos e práticos de base bioquímica, molecular, morfológica, celular e tecidual dos processos normais e alterados, bem como a estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, com aplicação nas situações decorrentes do processo saúde-doença e no desenvolvimento da prática assistencial de Odontologia para a atenção integral à saúde.

Nesse sentido, o curso visa:

- Proporcionar ao educando uma sólida formação quanto aos conhecimentos básicos da área da Odontologia, pautada pelos princípios da democracia, do respeito à diversidade política, social, ética e científica;
- Possibilitar meios de reflexão sobre o processo da construção do conhecimento na área da Odontologia, bem como a sua utilização no mundo do trabalho, compreendido como *lócus* das relações do ser humano com o meio natural e social;
- Fomentar o progresso do ensino e da aprendizagem a partir das relações estabelecidas entre professor e aluno, através da troca de saberes, contribuindo, assim, para a superação do senso comum, na perspectiva da construção do conhecimento científico na área da Odontologia;
- Garantir a associação entre as áreas de saber através da interdisciplinaridade a

articulação entre teoria e prática, proporcionando a superação desta dicotomia por meio de projetos de pesquisa, extensão e estágios supervisionados;

- Conceber a avaliação como um processo contínuo e não como um fim em si mesmo, cabendo ao professor a tarefa de orientar o processo de ensino e aprendizagem, numa perspectiva ética de superar a avaliação como um mero instrumento de verificação de conteúdos e como elemento de orientação do planejamento didático;
- Formar cidadãos críticos, criativos e autônomos, mediante conteúdos trabalhados numa perspectiva de instrumentalização intelectual, que promove resignificação de conceitos articulados à realidade social;
- Propiciar a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, considerando que o domínio dos recursos fundamentais para o exercício da profissão e para a contextualização das questões colocadas pela sociedade contemporânea requer uma inter-relação entre as competências técnico-científicas, artísticas, éticas e políticas, numa perspectiva de desenvolvimento humano;
- Constituir e consolidar linhas de pesquisa voltadas para o objeto da formação na área da Odontologia, ofertada, em conformidade com os objetivos do curso.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico em questão foi desenvolvido dentro de uma concepção voltada para a preparação de recursos humanos com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, bem como o conhecimento técnico-científico e o sociocultural, com autonomia intelectual. O discente deverá estar habilitado ao exercício de atividades referentes à saúde da população, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

São princípios básicos do PPPC:

- Ensino centrado no estudante, de forma a:
 - Incentivar uma sólida formação geral e o desenvolvimento da pessoa humana, necessários para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios relacionados ao exercício profissional e à produção do conhecimento;
 - Criar oportunidades para o envolvimento dos estudantes com as disciplinas, tendo por base um projeto integrado e integrador que permita o equilíbrio entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes;
 - Estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva

autonomia intelectual e profissional, de forma que a aprendizagem passe a ser vista como um processo contínuo;

- Encorajar o reconhecimento de habilidades, competências e conhecimentos adquiridos fora do ambiente acadêmico;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Articulação de estrutura, disciplinas e atividades curriculares, voltadas à dinâmica da realidade, ao trabalho e à função social do Instituto;
- Oferecimento de condições que possibilitem uma inserção ativa no mercado de trabalho;
- Reconhecimento das disciplinas e das atividades com flexibilidade;
- Oferta de um currículo harmônico e equilibrado entre diferentes disciplinas e atividades que o compõem;
- Garantia de uma ação articulada e cooperativa dos professores, responsáveis pela efetivação deste Projeto Pedagógico;
- Inclusão de avaliações periódicas acerca do desenvolvimento das atividades do processo ensino-aprendizagem.

Ressalta-se que o presente projeto foi elaborado e atualizado pelo NDE – Núcleos Docentes Estruturantes e Colegiados de Curso e reflete os anseios dos professores e acadêmicos.

1.3.1 Políticas de Ensino

1.3.1.1 Políticas de Ensino – Graduação

É imperioso que, ao projetar os cenários futuros, a Instituição de Ensino Superior indique, concretamente, as estratégias de ação para efetivação da *práxis*, levando-a contribuir, de forma mais substancial, para elaboração de soluções e alternativas que busquem superar o anacronismo da realidade socioeconômica brasileira.

A superação do arcaísmo que tem permeado a Universidade brasileira exige uma extrema dose de esforço conjugado, estratégias eficazes e mudança de paradigmas. É preciso ir

além da informação resultante de estudos de outras realidades, devendo-se direcionar a investigação acadêmica aos problemas que emergem das necessidades e desafios do Estado.

Com esta concepção de Ensino Superior, fez-se necessário rever permanentemente metodologias, o currículo do curso, a sistemática de avaliação, a organização e a administração acadêmica, bem como a formação do professor. Afinal, a efetivação prática do presente Projeto no cotidiano universitário dar-se, somente, com o envolvimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica e com uma visão integrada de Projeto Pedagógico do Curso, estruturas curriculares e metodologias.

O foco no aluno-humano-cidadão (e não no aluno-receptor-aprendiz) deve nortear todo o processo educativo. O culto exacerbado à razão ao longo do século XX parece ter diminuído a eficiência do indivíduo na compreensão e reflexão acerca do mundo, além de uma evidente inabilidade em lidar e resolver problemas.

A educação superior assim concebida defende, pois, a ideia de que a racionalidade, tão cultuada no século passado, não deve ser a via unilateral a ser seguida. As demandas da sociedade contemporânea, permeadas pela revolução técnico-científica, alteraram-se sobremaneira e exigem de homens e mulheres maior proatividade, inteligência emocional, espírito solidário, habilidade para compreender e conviver harmoniosamente com o outro.

Assim, qualquer concepção moderna de ser humano não pode prescindir dos quatro pilares apontados pela UNESCO como eixos estruturais da educação para o século XXI, a saber: Aprender a conhecer (perspectiva de construção do conhecimento); aprender a fazer (preocupação com a preparação para o mundo do trabalho); aprender a viver juntos (motivação para a descoberta do outro, a solidariedade e a cooperação) e aprender a ser (visão holística e integral de homens e mulheres, resgate do humanismo, cultivo da estética e da sensibilidade).

Desse modo, a educação superior deve contribuir para promover: Visão global e não fragmentada da realidade; Fomento à pesquisa, à extensão e ao espírito crítico e criativo; Preocupação com o desenvolvimento de habilidades intelectuais e emocionais; Construção contextualizada, multiprofissional, interdisciplinar e coletiva do conhecimento; Habilidade para compreender a diversidade; Sensibilidade para a convivência solidária e ética com homens e mulheres; Competência para resolver problemas reais, intervindo positivamente na realidade; Habilidade para enfrentar desafios, mudanças de paradigmas e inovações.

Com base nesse referencial, o Projeto Pedagógico do Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior foi elaborado e apresenta a sinalização e o direcionamento da caminhada pedagógica que o Curso da Instituição preconiza. Esta caminhada tem como

estratégia inicial uma reflexão sobre o paradigma que tem historicamente conduzido o padrão de ensino e aprendizagem no Ensino Superior: o paradigma da disciplinaridade, para, em seguida, apresentar a estratégia da sua superação.

Nesse sentido, apesar de se tratar de uma questão reiteradamente discutida, alguns aspectos da problemática da fragmentação do conhecimento e da própria interdisciplinaridade, são relevantes tendo em vista as configurações epistêmicas contemporâneas, assim como as novas demandas sociais e políticas para a instituição de ensino superior no contexto em transformação.

A interdisciplinaridade refere-se a uma concepção de ensino baseada na interdependência entre os diversos ramos do conhecimento. Interdisciplinaridade deriva da palavra primitiva *disciplinar* (que diz respeito à disciplina), por prefixação tem *inter* (ação recíproca, comum) e sufixação tem *dade* (qualidade, estado ou resultado da ação). Esta análise etimológica da palavra *interdisciplinaridade* faz compreender que, à medida que se garante a integração dos conteúdos, também será assegurada a sua significação para os alunos. Desta forma, a proposta de um currículo interdisciplinar justifica-se a partir de razões históricas e sociopolíticas, acrescidas das razões psicopedagógicas.

Nesse sentido, não se pode alimentar uma estrutura curricular fundamentada no isolamento. Urge o entendimento do currículo como uma ampla rede de significações, e as instituições de ensino não somente como lugar de transmissão do saber, mas de sua construção coletiva.

Para isso, ressalta-se que, no plano operacional, a estrutura curricular do Curso considera os seguintes fundamentos:

- Definir uma base teórica única como eixo norteador de todo o trabalho educacional, seja ideológico (que tipo de homem e mulher se quer formar) ou psicopedagógico (que teoria de aprendizagem fundamenta o projeto dos cursos);
- Valorizar o trabalho em parceria, em equipe interdisciplinar, multiprofissional, integrada, estabelecendo pontos de contato entre as diversas disciplinas do currículo;
- Historicizar e contextualizar os conteúdos (resgatar a memória dos acontecimentos, interessando-se por suas origens, causas, consequências e significações);
- Desenvolver programação no curso que viabilize a busca do conhecimento, a pesquisa, a construção e a investigação;
- Conduzir avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar docentes e discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas;

- Promover a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências em contraposição às abordagens centradas na transmissão de saberes prontos e definitivos;
- Criar condições para o desenvolvimento de profissionais autônomos, poli competentes, criativos, solidários e éticos, capazes de contribuir para o desenvolvimento do processo produtivo e da sociedade;
- Criar condições para o desenvolvimento de profissionais que sejam capazes de empreender, avaliando e aproveitando oportunidades do mercado;
- Construir os processos educativos, abrangentes e flexíveis, aproveitando os conhecimentos prévios na constituição de competências e habilidades utilizáveis ao longo da vida, possibilitando a construção de caminhos singulares de desenvolvimento;
- Utilizar metodologias ativas na resolução de situações-problema;
- Utilizar processos de avaliação que sejam diagnósticos, contínuos, sistemáticos, cumulativos, flexíveis, participativos e focados na análise do desenvolvimento de competências e habilidades;
- Ofertar currículos organizados por competências e habilidades, desenvolvidos por meio de projetos integradores ou articuladores ou eixos temáticos, com um perfil de saída diferenciado, que preveja atuação profissional responsável;
- Garantir a qualidade na execução de Programas e Cursos, atendendo às expectativas dos participantes e ampliando as possibilidades de ingresso e permanência no mundo do trabalho;
- Atualizar permanentemente os currículos, em constante sintonia com as exigências do mundo do trabalho e das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Desenvolver Programas e Projetos institucionais de pesquisa e extensão, incrementando parcerias com iniciativas municipais, estaduais, nacionais e internacionais;
- Aperfeiçoar o processo de avaliação, criando condições para sistematizar informações, de modo a facilitar a identificação de fragilidades e potencialidades da IES, socializando resultados e fomentando políticas institucionais;
- Integrar as atividades educacionais, fundamentadas em práticas inovadoras com perfil do “aprender fazendo” e na incorporação de novas tecnologias, de modo a garantir a qualidade do desenvolvimento profissional;
- Incentivar e definir de maneira sistemática a atuação plena e democrática dos Colegiados de Curso. Tudo a partir do objetivo de analisar periodicamente os anseios

docentes e discentes e os processos de ensino-aprendizagem;

- Apoiar as atividades e o plano de trabalho do NDE, a fim de analisar as indicações advindas pelos Colegiados de Curso, no que tange a implementação e reformulações dos Projetos Político-Pedagógicos do Curso;
- Estimular NDE e Colegiado de Curso a revisar sistematicamente os conteúdos programáticos, a fim de garantir um ensino mais integrado, promovendo assim a interdisciplinaridade, a contextualização e a problematização dos objetos;
- Criar espaço para reflexão acadêmica sólida e de qualidade, visando o desenvolvimento de competências profissionais;
- Complementar a formação humanística e competente dos alunos por meio do uso de novas tecnologias;
- Valorizar os instrumentos de avaliação dos cursos (interna e externa), a fim de instituir políticas de intervenção e gestão mais sólidas a partir dos diagnósticos advindos desses procedimentos;
- Estimular atividades que envolvam o contato constante dos docentes e alunos da Faculdade com profissionais já inseridos no mercado de trabalho, procurando conhecer melhor a realidade do profissional e integrá-la à vida acadêmica;
- Valorizar e fortalecer a formação acadêmica por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, bem como participação em Bolsas de Iniciação Científica;
- Apoiar a viabilização, enquanto Instituição, dos diferentes estágios previstos na formação dos profissionais das áreas dos cursos de Graduação da IES;
- Identificar e buscar soluções para as necessidades específicas dos cursos e das turmas de graduação;
- Valorizar a atividade didática dos docentes promovendo cursos e oficinas sobre metodologias de ensino, planejamento e avaliação;
- Aprimorar o canal de comunicação com os egressos da Faculdade através do PAE – Programa de Acompanhamento de Egressos;
- Aprimorar o sistema de Controle Acadêmico.

A partir dessas considerações, constata-se que o trabalho interdisciplinar e coletivo corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre diferentes áreas de conhecimento. Assim, fica

patente que o ato de aprender não é estar em atitude contemplativa ou absorvente frente aos dados culturais da sociedade, é, sobretudo, estar envolvido na sua interpretação e produção.

Nesse sentido, as políticas institucionais do Instituto Florence de Ensino Superior para o ensino de graduação nas modalidades bacharelado, licenciatura e tecnológico demonstram-se coerentes com o que preconizam o PDI, o PPI, o PPPC e demais documentos institucionais.

Respeitando a missão da IES, a concepção do Projeto Político Pedagógico do Curso de Odontologia é norteada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e pelas políticas para o desenvolvimento do Brasil e do Estado do Maranhão. Assim, as políticas institucionais para o ensino em Odontologia determinam um tratamento metodológico aos conhecimentos, no sentido de garantir o equilíbrio entre a aquisição de habilidades, atitudes, valores, desenvolvimento de competências e habilidades.

Dentro da proposta pedagógica do Instituto Florence de Ensino superior, o processo ensino-aprendizagem se amplia para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas se articulam em uma estrutura flexível e integradora composta de: Aulas regulares; Práticas investigativas em ambiente social e universitário; Práticas de laboratório; Estímulo à iniciação científica acadêmica; Biblioteca com acervo bibliográfico consistente; Estágios; Oficinas e seminários sobre temas relacionados a cada área de formação; Ações específicas visando a Responsabilidade Social; e Atividades de extensão universitária nas áreas educativas, ambientais, culturais e sociais.

As metodologias de ensino procuram desenvolver no educando do Curso de Odontologia a capacidade de análise crítica dos conhecimentos, análise densa dos temas propostos, argumentação sólida e um acompanhamento dos avanços tecnológicos. Os conteúdos são apresentados partindo sempre de uma postura problematizadora, de modo a fornecer ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de avaliação, bem como o grau de dificuldade durante o processo de ensino-aprendizagem. Tal procedimento possibilita ao professor a implementação das ações que se fazem necessárias à minimização das dificuldades constatadas.

Os professores privilegiam metodologias que permitam a aceleração do processo de ensino-aprendizagem. Tais como: atividades práticas reais e simuladas, estudos de casos, congressos, seminários, painéis, simpósios e visitas técnicas.

Entendendo que a formação profissional deve estar intimamente ligada ao entendimento contínuo das práticas laborais inerentes a cada área proposta, o Instituto Florence tem como metodologia de ensino o investimento contínuo e criterioso na estrutura laboratorial como

forma de fornecer subsídios de qualidade à prática simulada de procedimentos relacionados às profissões ora em formação.

Dessa forma, a IES conta com laboratórios multidisciplinares e específicos que além de servirem como campo de estágio curricular e extracurricular aos alunos, presta, também, serviços assistenciais odontológicos à comunidade maranhense com eficiência e alto padrão de qualidade.

1.3.1.2 Políticas de Ensino - Pós-Graduação

- Incentivar a integração dos cursos de pós-graduação do Instituto Florence de Ensino Superior por meio de disciplinas e seminários comuns;
- Apoiar os docentes, discentes e as ações da Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão - CONEX no aprimoramento da formação conteudista e extensionista dos seus programas;
- Incentivar a incorporação de novos docentes da Faculdade nos cursos de pós-graduação;
- Fomentar a discussão sobre a criação de novos cursos de especialização;
- Buscar parcerias para realização de cursos de pós-graduação na modalidade de Mestrado Interinstitucional – MINTER, visando à qualificação dos docentes da IES e o fortalecimento dos diversos setores da região de inserção.

1.3.2 Políticas de Pesquisa

Têm como objetivos:

- Divulgação de resultados de pesquisas desenvolvidas internamente ou fora da Instituição, objetivando a disseminação do conhecimento produzido;
- Estabelecimento de parcerias interinstitucionais de fomento à pesquisa;
- Consolidar a proposta de iniciação científica já implantada, sem perder de vista a missão institucional e os Projetos Político-Pedagógicos dos demais cursos de graduação;
- Fomentar as ações no que tange a Iniciação Científica a partir da oferta de bolsas institucionais de iniciação científica;
- Fortalecer o periódico *Florence em Revista*, fomentando publicações de docentes e discentes do curso;

- Promover discussão permanente sobre a criação de projetos e grupos de pesquisa, bem como a ampliação das linhas de pesquisa;
- Incentivar e proporcionar a troca de conhecimentos de cunho científico entre os graduandos e pós-graduandos da IES, e entre estes e os docentes do curso;
- Estimular a realização de projetos de pesquisa interdisciplinares, envolvendo docentes e discentes dos cursos da Faculdade;
- Estimular a realização de projetos de pesquisa, envolvendo docentes e discentes;
- Estimular o aperfeiçoamento dos docentes através de incentivos à qualificação em curso *stricto sensu* e a publicação de estudos e pesquisas;
- Estimular parcerias científicas com o setor privado;
- Estimular a participação de toda a comunidade acadêmica nos Seminários Científicos, procurando manter ativo um espaço de reflexão e discussão científica na Instituto Florence de Ensino Superior.
- Incentivar o empreendedorismo e a inovação como estratégias de soluções de problemas científicos no contexto da academia e da sociedade.

A operacionalização da pesquisa e da extensão no IFES acontece por meio do Núcleo Pesquisa e Extensão/NUPEX que é órgão eminentemente técnico, que desempenhará funções de avaliação e acompanhamento dos projetos de pesquisas desenvolvidos pela Instituição, sendo supervisionada pela Coordenadoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – CONEX.

Para o financiamento das atividades de iniciação científica, a instituição firmará convênios com organismos especializados ou agências governamentais ou não-governamentais, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos iguais ou superiores a 3% (três por cento) de sua receita operacional e que será normatizado através do Fundo de Amparo à Pesquisa e Extensão/FAPE.

Prioridade é dada à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

A fim de cumprir os objetivos da interdisciplinaridade, a instituição criará núcleos de pesquisa, que visarão:

- Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- Oportunizar o treinamento de habilidades para técnicas especiais;

- Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- Aprimorar a qualidade do ensino com a elevação do perfil acadêmico dos docentes;
- Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas, que integrem o núcleo;
- Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas do núcleo;
- Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades governamentais.

As linhas de pesquisa são estabelecidas, observando a relação entre estas e o projeto pedagógico institucional e do curso

Os projetos são analisados tendo presente o conteúdo e a relevância do tema e a adequação entre os trabalhos a serem desenvolvidos e os recursos disponíveis. Têm prioridade os temas relacionados à realidade local e regional, com ênfase para a área de influência de São Luís.

São coordenados por docentes dos cursos de graduação, por meio de projetos de pesquisa e extensão pensados e desenvolvidos coletivamente por docentes e discentes, assessorados pela coordenadora do curso e pelo coordenador de Pós- Graduação, Pesquisa e Extensão, designado pela Direção Geral do Instituto.

Para o financiamento das atividades de pesquisa, através da iniciação científica, a instituição firma convênios com organismos ou agências governamentais ou não-governamentais, por meio do Núcleo de Relações Institucionais, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos através do Fundo de Amparo à Pesquisa e Extensão/FAPE. Cabe aos colegiados de curso analisar e deliberar, inicialmente, sobre os projetos de pesquisas. O estímulo a essas atividades consiste, principalmente, em:

- Formar pessoal docente em curso de pós-graduação da instituição e de outras IES nacionais, ou estrangeiras;
- Conceder auxílio para projetos específicos;
- Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa;
- Manter intercâmbio com instituições científicas, visando alimentar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- Ampliar e manter atualizada sua biblioteca;

- Divulgar os resultados das pesquisas realizadas, em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros;
- Realizar simpósios destinados ao debate de temas científica e socialmente relevantes;
- Adotar regime de trabalho especial para pesquisadores;
- Conceder bolsas de trabalho a pesquisadores, observadas as condições e exigências existentes sobre a matéria e o disposto no Regimento Interno da IES.
- Dá-se prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

Os projetos de pesquisa são coordenados pelo coordenador do curso, ou por coordenador designado pelo Diretor, quando envolver atividades intercursos.

A fim de cumprir os objetivos da interdisciplinaridade, a instituição criará núcleos temáticos que visarão:

- Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- Proporcionar treinamento eficaz de técnicas de alto padrão face ao desenvolvimento nacional;
- Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- Aprimorar a qualidade do ensino com a elevação do perfil acadêmico dos docentes;
- Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas, que integrem o núcleo;
- Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- Oferecer planos integrados de ensino de pós-graduação (aperfeiçoamento e especialização) e pós-graduação (mestrado e doutorado) para integrar profissionais das diferentes áreas do núcleo;
- Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas do núcleo;
- Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades governamentais.

As linhas de pesquisa na IES são estabelecidas, observada a relação entre estas e o projeto pedagógico Institucional e do curso em pleito.

A Faculdade incentiva a pesquisa mediante a concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, concessão de bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado,

promoção de congressos, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance, dentro dos recursos financeiros liberados pela Mantenedora.

Os projetos de pesquisa e extensão são avaliados pela CONEX e homologados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP.

A CONEX encaminha periodicamente à Diretoria Acadêmica e Diretoria Geral as informações sobre os projetos de pesquisa e extensão.

A Faculdade desenvolve projetos de extensão para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às áreas afins.

1.3.3 Políticas de Extensão

O IFES promove através da Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão/CONEX, as políticas de extensão no curso de graduação em Odontologia, com vistas à interação transformadora entre Instituição e comunidade, articulando-se com o ensino e a pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de extensão privilegiam as ações interdisciplinares, que reúnem diferentes áreas em torno de objetivos comuns, além de primarem pela formação humana, sociopolítica, ambiental e cultural dos indivíduos envolvidos, sejam alunos ou sociedade de maneira dialógica.

As atividades de extensão são entendidas como prática acadêmica no campo de ação social, onde os conhecimentos produzidos na interface academia/sociedade (comunidade em geral, instituições públicas e privadas/filantrópicas, organizações não-governamentais) possibilitem transformações e realimentem o processo ensino-aprendizagem, tornando-se, dessa forma, indispensáveis à formação do aluno e atualização do professor e da sociedade.

O IFES promove atividades de extensão, abertas à participação da comunidade, objetivando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica em saúde, tendo-se sempre a preocupação de avaliar como a Instituição tem atendido às necessidades desta sociedade junto à qual está atuando.

A IES mantém convênios com várias instituições da área da saúde que possuem representatividade e responsabilidade ética, social e ambiental, com a finalidade de

aumentar as possibilidades de os alunos conhecerem as várias realidades do mercado de trabalho e do Sistema de Saúde.

As ações de extensão disciplinares e multidisciplinares, em conformidade com o Plano Nacional de Extensão, compreendem: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações, desenvolvimento tecnológico em parceria com o setor produtivo e outros produtos acadêmicos que se fizerem necessários para satisfazer às necessidades da população e da região.

As atividades de extensão são acompanhadas do curso e do serviço assistencial em articulação com a Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão – CONEX.

O financiamento da extensão é realizado com a utilização de recursos próprios da instituição ou mediante alocação de recursos externos, por meio de convênio (parcerias) com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas.

Os serviços são oferecidos através de programas interdisciplinares e de natureza cultural e científica, sob a forma de:

- Atendimento de cuidado e assistência à comunidade, diretamente ou através de instituições públicas e particulares;
- Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- Intervenção em situações-problema, identificadas por meio de estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional;
- Promoção de atividades artísticas e culturais;
- Realização de eventos de natureza científica, com periodicidade semestral, a fim de promover a divulgação dos conhecimentos produzidos pela academia e a integração com a comunidade;
- Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

O IFES, dentro de sua política de extensão, assume um compromisso com a região em que está inserido: “liderar o processo de desenvolvimento cultural da comunidade regional”. Para atuar sobre bases sólidas, delinearam-se a partir de amplos debates realizados a nível regional, alguns programas que, voltados ao atendimento desse compromisso, atendem, também aos princípios básicos do perfil da instituição e à necessidade de proporcionar-lhe consistência como Faculdade Regional.

Os programas caracterizados como de extensão não estão restritos aos limites da

instituição, mas serão, também, estendidos “fora da sede”, em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, os laboratórios e demais serviços serão colocados à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população.

A integração entre a Faculdade e a Comunidade constitui sequência natural, tomando maior consistência, intensificando-se ainda mais à medida que os programas forem implementados.

A articulação da Faculdade com a Comunidade é concretizada através de programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração, fazem o chamamento da população para participação mais efetiva na vida acadêmica.

Ao mesmo tempo, a Faculdade, por meio de seus estudantes, leva cultura a locais extramuros institucionais, no sentido de promover o conhecimento e, em consequência, contribuir para que o cidadão desempenhe um papel consciente dentro da sociedade.

Portanto, as políticas institucionais de extensão do IFES buscam:

- Fortalecimento de projetos extensionistas na relação Faculdade x Comunidade, com a participação de Professores, Alunos e Técnicos Administrativos;
- Desenvolvimento de Projeto de Extensão, em consonância com as diretrizes da IES e com as áreas de interesse;
- Estabelecer o cumprimento do Programa Institucional de Responsabilidade Social da IES;
- Apoiar a realização de projetos de extensão que visem questões socioambientais.

Na IES são consideradas atividade de extensão:

- Eventos culturais, técnicos e científicos;
- Cursos de atualização oferecidos à comunidade acadêmica e a comunidade em geral;
- Ações de prestação de serviços de cuidado e assistência à Comunidade;
- Produções e publicações de interesse acadêmico e cultural;
- Projetos de extensão.

O Instituto Florence de Ensino Superior atua na área da extensão identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de extensão privilegiam ações interdisciplinares, que reúnam áreas

diferentes em torno de objetivos comuns.

A realização das atividades extensionistas (cursos e serviços) é regulamentada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP, tendo presente o Regimento e demais normas legais vigentes.

Os programas de extensão são coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pelo Diretor.

Os serviços são realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou através de instituições públicas e particulares;
- Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- Intervenção em situações-problema identificadas por meio de estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional
- Realização de eventos de natureza científica, com periodicidade semestral, a fim de promover a divulgação dos conhecimentos produzidos pela academia e a integração com a comunidade;
- Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

O Instituto Florence de Ensino Superior, dentro de sua política de extensão, assume um compromisso com a Região em que está inserida: “contribuir com o processo de desenvolvimento cultural da comunidade regional”.

Os programas caracterizados como de extensão não são restritos aos limites da instituição, mas também estendidos “fora da sede”, em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, são colocadas à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população.

O estreitamento da relação Faculdade-Comunidade é concretizado através de programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração fazem o chamamento da população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica.

1.3.3.1 Núcleo de Carreiras e Empregabilidade

O objetivo geral do Núcleo de Carreiras é disponibilizar, a alunos e egressos do Instituto Florence, suporte e preparo para o ingresso na trajetória profissional, preparando-

os, atentando-se as nuances mercadológicas, condizentes às suas áreas de formação, bem como, estruturação do seu planejamento de carreira, desenvolvimento de suas competências e aprimoramento de suas fragilidades.

Tem como objetivos específicos:

- Promover a integração entre empresas, alunos, egressos e a Universidade;
- Contribuir na preparação e segurança dos estudantes para o futuro desenvolvimento da atividade profissional;
- Identificar e desenvolver atividades que contribuam com o desenvolvimento dos estudantes preparando-os para as exigências do mercado de trabalho;
- Promover a cultura empreendedora, entre alunos e egressos, potencializando aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais para uma postura ativa diante da vida e da carreira;
- Fomentar, coordenar e controlar a realização de estágios não obrigatórios;
- Registrar e controlar a realização de estágios obrigatórios;
- Registrar e controlar os Termos de Convênio firmados entre organizações concedentes de estágio e o Instituto Florence;
- Acompanhar, cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à realização de estágios.

O Núcleo de Carreiras e Empregabilidade do Instituto Florence é responsável por oportunizar a integração entre o mercado de trabalho e os alunos e ex-alunos dos cursos de graduação do Instituto Florence, provendo recursos que os auxiliem no processo de inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho.

Atua com foco na orientação e planejamento de carreiras, desenvolvendo atividades de formação no âmbito do ensino e da extensão, como o Projeto *Life* e os projetos Descobrimos Carreiras e Laboratório de Práticas, respectivamente, além da realização de palestras, simulações de processos seletivos e *workshops* sobre carreiras e empregabilidade.

Dentre as atividades do NCE destaca-se o Programa de acompanhamento de Egressos (PAE) que nasceu da compreensão da IES acerca da grande relevância de que sua relação com os alunos não se encerre com o término do curso de Graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional de cada um dos seus concluintes.

Assim, a Instituição manterá o Programa de Educação Continuada em constante sintonia às necessidades de aperfeiçoamento e atualização encontradas na prática profissional dos egressos. Para estes, a manutenção do vínculo com a Instituição torna-se interessante, pois

representa uma alternativa de prosseguir no meio acadêmico, encontrando incentivos para estudar e produzir, alargando, aprofundando e atualizando seus conhecimentos.

Para a Instituição, essa interação é também importante, pois traz enriquecimento à cultura institucional e à sua ação pedagógica. Outro aspecto relevante é o envolvimento dos egressos no Programa de Avaliação Institucional. Importantes indicadores são fornecidos, tanto por depoimentos, como pela resolução do questionário Comissão Própria de Avaliação (CPA), uma vez que, por meio do formulário, tem-se o diagnóstico da vida profissional do egresso, bem como seu desempenho em concursos, seletivos para empregos, produções científicas, publicações e outros. Tem-se, inclusive, pela resolução do questionário, o entendimento sobre o nível de satisfação dos egressos, a avaliação da qualidade do ensino e adequação dos currículos, nos permitindo levantar e analisar trajetórias profissionais, bem como acompanhar o interesse por estudos de educação continuada (cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional e de pós-graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu*).

Deste modo, o Instituto Florence de Ensino Superior, em concordância com o texto constitucional e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96), compreende que a educação superior tem como finalidade precípua a preparação para o trabalho. Nesse sentido, entende como uma dimensão fundamental na avaliação da qualidade de qualquer instituição educacional, a empregabilidade de seus egressos, ou seja, a qualidade da preparação para o trabalho que lhe foi ofertada na academia.

Ressalta-se que todas as contribuições prestadas pelos egressos serão valorizadas, inclusive com medidas de incentivo e apoio, como permissão para uso de biblioteca e laboratórios, participação em projetos de pesquisa e extensão, auxílio para publicações de trabalhos e outros, vinculadas ao Programa de Formação Continuada.

Destaca-se que o contato direto e permanente com os egressos é desenvolvido por um sistema *on-line* (site e redes sociais), através do PAE.

Por meio do PAE, o egresso é informado sobre notícias da sua área de formação, do âmbito científico-técnico, de eventos (jornadas, congressos, cursos de atualização etc.), de atividades de formação continuada, oportunidades de emprego e pós-graduação. A Instituição pretende ainda criar ambientes virtuais de aprendizagem e intercâmbio de informações, como chats, listas de discussão e sites interativos.

1.3.4 Políticas de Gestão

- Implantar, avaliar e aperfeiçoar um sistema de gestão acadêmica, considerando a valorização das pessoas de forma a proporcionar condições a todos os colaboradores da Instituto Florence de Ensino Superior, para desenvolverem suas atividades de forma eficaz;
- Empreender uma gestão participativa e democrática pautada em princípios éticos, que possibilitem a efetiva participação da comunidade acadêmica no processo decisório da instituição e do curso, através de seus órgãos colegiados, garantida a representação paritária de todos os segmentos do curso;
- Investir na qualificação do corpo docente, através de uma política de recursos humanos, que garanta o seu aprimoramento contínuo e sua satisfação profissional;
- Prever mecanismos de captação de docentes de alta qualificação e titulação;
- Valorizar os talentos individuais dos docentes, considerando as suas prioridades de dedicação em relação às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- Realizar planejamento individual de atividades com os docentes, no que tange as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas no âmbito do Curso e em consonância com o PPC;
- Contribuir com a atualização constante, por meio de ampla discussão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Florence de Ensino Superior - com a revisão e atualização dos PPCs dos cursos de graduação, priorizando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica;
- Realizar encontro anual de discussão do planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o fortalecimento das ações;
- Fortalecer as parcerias com o setor público e privado quanto à concessão de estágios e outras ações estratégicas para o desenvolvimento e consolidação dos Cursos de Graduação;
- Colaborar com o fortalecimento e constituição da representação estudantil junto a IES (Diretórios Acadêmicos);
- Propor diálogo permanente junto à Mantenedora para contratação do corpo docente e técnico- administrativo, visando sua constante atualização;
- Propor diálogo permanente junto à Mantenedora quanto à execução dos projetos de reestruturação e adaptação das instalações físicas da IES, procurando incluir nesses projetos os aspectos de acessibilidade, segurança e gestão ambiental, assim como da criação, ampliação e manutenção dos espaços destinados às atividades específicas dos

Cursos;

- Propor diálogo permanente junto às Diretorias e Mantenedora na discussão e reflexão sobre os planos de carreira docente e do técnico administrativo para que se adequem as exigências do mercado de trabalho;
- Apoiar o programa de Avaliação Institucional da Faculdade (CPA), através da participação mais efetiva da comunidade acadêmica e sociedade civil, propondo soluções que impactam na melhoria dos níveis de satisfação do curso e do padrão de qualidade de ensino;
- Incentivar a participação do corpo docente e técnico-administrativo nos órgãos colegiados como forma estratégica de consolidação dos princípios e políticas da comunidade acadêmica;
- Fomentar mecanismos de fortalecimento da comunicação da faculdade com a comunidade em geral e especificamente com os interessados em informações sobre os cursos, através do *site* do Instituto Florence de Ensino Superior e da Assessoria de Comunicação - ASCOM, garantindo uma maior agilidade na alteração das informações nele depositadas;
- Fortalecer e valorizar os setores técnicos, acadêmicos e administrativos, visando o funcionamento harmônico da IES;
- Fortalecer e aperfeiçoar os serviços de informática e biblioteca da Faculdade, tendo em vista a sua importância estratégica na melhoria das atividades acadêmico-administrativas;
- Participar de reuniões anuais de acompanhamento do presente PPPC e do PDI da IES, junto aos órgãos diretivos e administrativos da IES;
- Estabelecer reuniões periódicas para discussão e análise acerca do PPPC com a participação do NDE e Colegiados;
- Participar de reuniões periódicas com as Diretorias e Coordenações de curso, visando uma maior integração e agilidade na execução de suas atividades.

Esse sistema de gestão, regido pela missão e objetivos da instituição, é continuamente avaliado em função dos resultados alcançados e aperfeiçoado para o alcance efetivo das metas propostas de desenvolvimento institucional como um todo, no âmbito administrativo e acadêmico.

1.3.5 Políticas de Responsabilidade Social

O Instituto Florence de Ensino Superior tem como política de responsabilidade social o atendimento à comunidade com qualidade, ética, respeito e dignidade, proporcionando-lhe os benefícios da produção intelectual e científica de seus professores e alunos.

A responsabilidade social da instituição é caracterizada, especialmente, em relação à inclusão, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e à educação inclusiva de pessoas com deficiência.

A responsabilidade da IES é refletida:

- Na promoção de conhecimentos e importância social das ações universitárias, bem como o impacto dessas atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento das comunidades do Centro e seu entorno (Jaracati, Camboa, Coroadinho, São Francisco, Ponta d'Areia, Ilhinha e bairros da área Itaquí-Bacanga etc.);
- Na natureza das relações e parcerias com os setores público, produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis, pois a IES compreende as necessidades sociais e culturais do seu entorno, prestando atendimento em observância à sua política e filosofia de ensino;
- Nas ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa.

Para atingir tal desiderato, assegura-se que o valor da mensalidade, aliado ao compromisso com a qualidade da formação, torne a instituição participativa na luta pela redução das desigualdades sociais, haja vista o acesso à educação que se qualifica como instrumento de poder.

Assim, o Programa de Financiamento e Bolsas a alunos com hipossuficiência financeira é mais uma das estratégias utilizadas pela IES, pois pretende ser um instrumento capaz de proporcionar apoio psicossocial e pedagógico ao discente com limitações financeiras acentuadas, otimizando sua qualidade de vida. Contudo, a política de inclusão de maior relevo consubstancia-se **financiamentos institucionais** (interno e externo), como o **PROUNI, FIES e PRAVALER, Crédito Educativo interno e Programa de Descontos Diferenciados** através dos seguintes Convênios: AGROLUSA, COMERCIO E CONSTRUÇÃO AGROPECUÁRIA, RION GRANDE COMÉRCIO DE CARNES, SEMAPA, FRIGORIFICO DA VITAL,

PREFEITURA DE SÃO LUIS, SEDES ASISMU, SINDSEP-MA, SINTSPREV, SINTAF, SINPROESSEMA, SINDJUS, SINDCOMERCIÁRIOS, INLAB, SINDMETAL, Polícia Militar do Maranhão – PMMA, ANESG, COREN, SINPEEES/MA, SINPOL- MA, SINTSEP, 24º BATALHÃO DE CAÇADORES, STTREMA – TRANSPORTE RODOVIÁRIO, SINDITÁXI, SINDPANIP, SINDICATO DOS TRABALHADORES COM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NATURAIS E INDUSTRIALIZADOS, DE PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA, TORRFAÇÃO E MOAGEM, CEREAIS, RAÇÕES ANIMAIS, MASSAS E EMPRESAS FRIGORÍFICAS DE SÃO LUÍS, PAÇO DO LUMIAR, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, NO ESTADO DO MARANHÃO, SINDSCONSTRUCIVIL, SINDSPEM, APCEF/MA, CEMAR, STEFEM, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Maranhão, FAMEM, entre outros

Por fim, tem-se ainda o estágio remunerado, bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão.

Para o desenvolvimento das atividades de prática administrativa e extensão, firmou-se convênio com a PREFEITURA DE SÃO LUIS, englobando todas as Secretarias do respectivo órgão, com o GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO e empresas para o fortalecimento das atividades de estágio e iniciação ao mundo do trabalho.

Quanto ao atendimento a PcD (Pessoa com Deficiência), assume-se que a diversidade é natural e indispensável e que, como consequência desse pressuposto, o processo formativo deve ser adaptado às especificidades do educando. Encontra-se disponível na IES, atendimento psicopedagógico no âmbito das ações do NUPAD que também promove orientações aos docentes sobre questões relacionadas a dificuldades e limitações de aprendizagem

Nesse sentido, a inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao pleno exercício da cidadania. A educação inclusiva reconhece e responde às necessidades diversas do educando, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

A partir desse entendimento, a IES adotará as seguintes diretrizes:

- Campanhas de sensibilização e de fomento à aceitação da diversidade;
- Criação e adaptação de espaços para garantir o acesso diferenciado desta clientela aos bens e serviços oferecidos pela IES;
- Parcerias com corporações profissionais e entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.);

- Integração faculdade-empresa para a oferta de Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios, com adequadas condições de atuação para as PcD.

De acordo com o plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário e diferenciado para a utilização dos espaços, mobiliários e edificações, o Instituto Florence de Ensino Superior tem suas instalações adaptadas, tomando como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas: rampas com corrimãos, que permitem o acesso aos espaços de uso coletivo; rampas com corrimãos ou elevadores, que permitem o acesso às salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras instalações da infraestrutura física e acadêmica; banheiros adaptados, com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas; telefone público instalado em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas; vaga em estacionamento nas proximidades da IES e em estacionamento próprio.

A IES proporcionará, caso seja solicitada, para alunos com deficiência visual, sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a computador; software de ampliação de tela do computador; scanner acoplado a computador; gravador e fotocopadora que amplie textos; aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; lupas, régua de leitura; aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para alunos com deficiência auditiva, segundo os sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais (LIBRAS), especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso; materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

No tocante à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, a IES pretende desenvolver atividades através de projetos de extensão, como fomento à cultura popular maranhense e à sustentabilidade ambiental, além de promover e implementar todos os programas e ações determinadas pela Lei e pelo poder público, que visem erradicar ou reduzir as barreiras que de qualquer modo imponham óbice ao pleno acesso aos conhecimentos e à cidadania.

1.3.6 Políticas Transversais

A proposta curricular do curso foi concebida a partir das reflexões sobre a missão, concepção, objetivos da instituição, do curso e o perfil profissional a ser formado e inserido no mercado de trabalho. Considerou a carência deste profissional na região, uma vez que o progresso tecnológico vem causando alterações nos modos de produção, na distribuição da força de trabalho e na sua qualificação.

A proposta pedagógica do curso em toda a sua abrangência buscou manter coerência com as determinações contidas no Artigo 3º, da RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE JUNHO DE 2021, homologada por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 17 de junho de 2021 (Instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia).

O perfil do egresso do curso de graduação em Odontologia inclui as seguintes características: **generalista**, dotado de sólida fundamentação técnico-científica e ativo na construção permanente de seu conhecimento; **humanístico e ético**, atento à dignidade da pessoa humana e às necessidades individuais e coletivas, promotor da saúde integral e transformador da realidade em benefício da sociedade; **apto à atuação em equipe**, de forma interprofissional, interdisciplinar e transdisciplinar; **proativo e empreendedor**, com atitude de **liderança**; **comunicativo**, capaz de se expressar com clareza; **crítico, reflexivo e atuante na prática odontológica** em todos os níveis de atenção à saúde; **consciente e participativo** frente às políticas sociais, culturais, econômicas e ambientais e às inovações tecnológicas.

1.3.6.1 Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Conforme está previsto na Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002 e no Decreto 5.626/2005, a instituição mantém a oferta da disciplina da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como disciplina optativa, reservando atenção às questões de acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva ou de fala, selecionando docente qualificado e com experiência profissional reconhecida para ministrar a disciplina de LIBRAS, conforme orienta a legislação.

1.3.6.2 Educação das Relações Étnico-raciais

Em relação às orientações da Resolução CNE/CP n. 1/2004 e da Lei N. 11.645 de 10/03/2008 sobre as relações étnico-raciais, o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena é visto pela instituição como uma oportunidade de refletir sobre a identidade histórica, cultural e socioeconômica de nosso país, de forma que no âmbito do curso esses conteúdos também são abordados nas disciplinas de Saúde Pública, Ciências Sociais e Projeto *Life*, nas atividades complementares, na iniciação científica e nos programas de extensão.

1.3.6.3 Política de Educação Ambiental

A organização curricular do curso contempla temas transversais relacionados à educação ambiental e sustentabilidade, possibilitando aos alunos interação, interdisciplinaridade e atendimento às exigências do Decreto n. 4.281/2002 que regulamenta a Lei n. 9.795/1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental que serão abordados nas disciplinas de Análises Ambientais e Projeto *Life*, nas atividades complementares, na iniciação científica e nos programas de extensão.

1.3.6.4 Educação em Direitos Humanos

Em consonância à Resolução n. 1/2012, a Educação em Direitos Humanos tem o *design* de promover a educação para mudança e transformação social. Desta forma, abrange conteúdos e práticas educacionais e sociais, ressinificando métodos, conteúdos, relações, projetos de vida e de trabalho, clima e cultura organizacional.

Neste sentido, a instituição estabelece uma série de eventos no calendário acadêmico, com foco nessa temática, promovendo diálogo entre a comunidade local e representantes dos setores público e privado, sobre as questões ambientais do município de São Luís e região, além de tratar do conteúdo nas disciplinas de Bioética e Biossegurança; Ciências Sociais e Projeto *Life*.

1.3.7 Políticas de Educação à Distância

O início das ações do Instituto Florence de Ensino Superior em direção à qualificação a distância se deu em 2017, quando da implementação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a oferta de disciplinas na modalidade em EaD nos cursos presenciais, atendendo ao estabelecido na portaria MEC nº 1.134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016, que revogou anterior, nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. A portaria versa sobre a oferta de disciplinas na modalidade à distância em cursos presenciais até o limite de 20% da carga horária total do curso. No AVA além da trilha de aprendizagem, foram disponibilizados serviços de atendimento *online*, como os recursos de aviso, compartilhar material didático, *chat*, fórum de discussão etc.

O Instituto Florence de Ensino Superior (IFES), atenta à velocidade com que as tecnologias de informação e comunicação vêm sendo implementadas, tornando-se ferramentas indispensáveis de facilitação do processo de ensino e aprendizagem, priorizou ferramentas que ampliaram as oportunidades de aprendizado e otimizaram o tempo em sala de aula, além de fomentar o relacionamento entre os estudantes e docentes de todos os seus cursos.

O AVA trouxe como inovação no dia a dia dos estudantes as seguintes funcionalidades:

- Apresentação e disponibilização dos planos de ensino das disciplinas;
- Disponibilização de mapa de atividades, estabelecendo um cronograma com o roteiro das aulas e de atividades;
- Disponibilização de atividades de aprendizagem, incluindo material didático, desafios, tarefas, exercícios e avaliações;
- Disponibilização ainda de recursos de multimídia para nivelamento de conteúdos da educação básica em Matemática, Física Química, História e Língua Portuguesa;
- Comunicação com alunos e professores por meio de avisos, fóruns e chat;
- Oferece ainda treinamentos, tutoriais e manuais de utilização do AVA.

Além disso, passou a oferecer também atividades complementares na modalidade EaD, através do AVA, valorizando o estudo e a autonomia da aprendizagem. E desde 2017, o Núcleo de Educação a Distância (NEAD) vêm realizando cursos de capacitação através do AVA para professores e coordenadores de curso, com produção de material (manuais e tutoriais) e participação em fóruns de discussão sobre tecnologia educacionais, visando à formação continuada do corpo docente da instituição.

O AVA otimiza o tempo de docentes e discentes em sala de aula e incrementa as formas

de interação e relacionamento entre todos. É no AVA que o aluno tem acesso antecipado ao conteúdo das disciplinas, o que transformará a sala de aula em ambiente de discussão. Isso ampliará as oportunidades de desenvolvimento das atividades práticas e otimização do tempo das aulas, tornando-as mais interessantes.

A Faculdade possui uma cultura pedagógica de utilização de tecnologias de informação e comunicação nos cursos presenciais, possibilitando qualificação técnica e acadêmica para o desenvolvimento delas, em apoio aos processos de ensino e de aprendizagem em EaD, acelerados pela situação inevitável do COVID-19, mas com excelência de dotar a Comunidade Acadêmica de condições para oferecer disciplinas e cursos com qualidade na modalidade à distância.

Neste processo houve uma reestruturação do Núcleo de Educação à Distância - NEaD, que foi fortalecido, tanto no aspecto das suas instalações físicas e materiais como também no âmbito dos recursos humanos que atuam no setor tendo como culminância a elaboração de um Projeto Administrativo e Pedagógico da Educação a Distância do Instituto Florence (PAPEAD), que versa sobre gestão, organização administrativa e pedagógica do NEaD, plano de ação semestral do NEaD, pressupostos pedagógicos da EaD, organização didático-pedagógica dos cursos em EaD, sistema avaliativo, corpo docente e tutorial, políticas de formação permanente do NEaD e infraestrutura física e tecnológica.

1.4 Estrutura Acadêmico-administrativa

No sentido de suportar as atividades destinadas ao cumprimento de sua missão e da execução das ações necessárias, a gestão administrativa e acadêmica do Instituto Florence de Ensino Superior funciona, segundo as diretrizes estabelecidas na LDB, por meio de órgãos colegiados de natureza consultiva e deliberativa, e por meio de órgãos executivos, cuja constituição e competências estão estabelecidas no Regimento Interno.

Tanto o processo de gestão do curso, em sua trajetória ascendente, quanto o da gestão institucional, definem como políticas de ação, as decisões aprovadas por diretrizes e ações de órgãos colegiados superiores, administrativos e acadêmicos, que regem o âmbito geral da IES, assim como dos órgãos colegiados auxiliares, ligados a cada curso, com representação paritária de todos os segmentos que os compõe.

O Título II do Regimento Interno da IES define as estruturas e atribuições dos órgãos

colegiados e executivos do Instituto Florence de Ensino Superior, sobre os quais passamos a discorrer nos subtópicos abaixo:

1.4.1 Órgãos Colegiados

1.4.1.1 O Conselho Superior – CONSUP

O Conselho Superior - CONSUP, órgão máximo de natureza deliberativa, normativa e recursal do Instituto Florence de Ensino Superior, é constituído pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, seu presidente;
- Diretor Acadêmico;
- Diretor Administrativo-Financeiro;
- Até 3 (três) representantes da entidade mantenedora, por ela indicado (s);
- 1 (um) representante da comunidade, escolhido e designado pelo Diretor Geral;
- 1 (um) representante do Corpo Discente, escolhido pelos órgãos de representação estudantil, desde que esteja regularmente matriculado na instituição, não estejam cursando dependência e apresente aproveitamento e frequência satisfatórios nas disciplinas cursadas;
- Até 5 (cinco) representantes do Corpo Docente, escolhidos por seus pares.

O mandato dos representantes é de um ano, permitida uma recondução.

O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semestre, no início e término do período letivo, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou por requerimento de 2/3 de seus membros.

As reuniões do Conselho Superior funcionam com presença da maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos e apresentadas na forma de Resolução.

O Conselho Administrativo Superior possui as seguintes competências e atribuições regimentais:

- Exercer, como órgão consultivo, deliberativo e normativo, a jurisdição superior da Faculdade;
- Aprovar Regimentos, suas alterações e emendas, submetendo-o à aprovação do Órgão Federal competente;
- Aprovar o Plano Anual de Trabalho;

- Deliberar, atendida a legislação em vigor, sobre a criação, incorporação, suspensão e extinção de cursos ou habilitações de graduação, a serem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, pós-graduação e cursos sequenciais;
- Deliberar sobre a criação, desmembramento, incorporação ou extinção de Unidades Acadêmicas ou Administrativas, ouvida a Entidade Mantenedora;
- Deliberar sobre a política de recursos humanos da Faculdade, planos de carreira e salários, no âmbito de sua competência, submetendo-a à Entidade Mantenedora;
- Decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;
- Decidir sobre a concessão de títulos acadêmicos e honoríficos e sobre a instituição de símbolos, bandeiras e outros dísticos para uso da Faculdade e da sua comunidade acadêmico - administrativa;
- Referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Diretor-Geral.

1.4.1.2 O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEP, órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva do Instituto Florence de Ensino Superior, em matérias de natureza acadêmica, é constituído pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, seu presidente;
- Diretor Acadêmico;
- Coordenadores dos Cursos Superiores;
- Coordenador de Pós-Graduação e Extensão;
- Até 5 (cinco) representante do Corpo Docente, escolhidos por seus pares; e
- 1 (um) representante do Corpo Discente, escolhido pelos órgãos de representação estudantil, desde que esteja regularmente matriculado na instituição, não estejam cursando dependência e apresente aproveitamento e frequência satisfatórios nas disciplinas cursadas.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semestre, no início e término do período letivo, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou por requerimento de 2/3 de seus membros.

As reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ocorrem com presença da maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos e

apresentadas na forma de Resolução.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, cujas decisões podem ser objeto de recurso para o Conselho Superior, possui as seguintes competências e atribuições regimentais:

- Fixar as diretrizes e políticas de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade;
- Apreciar e emitir parecer sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cursos sequenciais;
- Deliberar sobre representações relativas ao ensino, pesquisa, extensão e cursos sequenciais, em primeira instância e em grau de recurso;
- Aprovar o Calendário Escolar;
- Fixar normas complementares ao Regimento Interno da IES, sobre processo seletivo, diretrizes curriculares e programas, matrículas, transferências, adaptações e aproveitamento de estudos, ouvidas as manifestações dos colegiados dos cursos;
- Aprovar projetos de pesquisa e programas de extensão;
- Apreciar as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Aprovar normas específicas para os estágios supervisionados, elaboração, apresentação e avaliação de monografias ou trabalho de conclusão de curso;
- Referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Diretor Geral;
- Propor a concessão de prêmios destinados ao estímulo e à recompensa das atividades acadêmicas; e
- Autorizar acordos e convênios propostos pela Entidade Mantenedora, com entidades nacionais e estrangeiras, que envolvam o interesse da Faculdade.

Das decisões do CONSEP cabe recurso ao CONSUP.

1.4.1.3 Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, servindo para assessoramento da Diretoria e da coordenação de curso para o planejamento, acompanhamento e busca de melhorias contínuas de cada curso do Instituto Florence de Ensino Superior.

O Colegiado de Curso tem, no mínimo, a seguinte composição:

- Coordenador do Curso, que o preside;
- Professores que ministram disciplinas no curso; e
- Um representante do Corpo Discente, escolhido pelos alunos do mesmo, observados os requisitos para representação discente nos órgãos colegiados, com mandato de 1 (um)

ano, permitida uma recondução.

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, 1 (uma) vez por semestre, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento de 2/3 de seus membros, funcionando suas reuniões com a presença da maioria absoluta de seus membros, com tomada de decisões por maioria simples de votos.

As decisões e/ou proposições do Colegiado à Diretoria, coordenadoria de curso ou aos Conselhos Superiores serão apresentadas na forma de Parecer, baseado na ata da Reunião do mesmo e em outros documentos apresentados, devendo ser assinado pelo Presidente.

O Colegiado de Curso possui as seguintes competências e atribuições, regimentalmente fixadas:

- Pronunciar-se sobre o projeto pedagógico do curso, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos da Faculdade e com as normas regimentais;
- Quanto à organização didático-pedagógica dos planos de ensino de disciplinas, elaboração e ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;
- Apreciar programação acadêmica que estimule a concepção e prática interdisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;
- Analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático e acadêmico e administrativo;
- Inteirar-se da concepção de processos e resultados de Avaliação Institucional interna e externa, Padrões de Qualidade para Avaliação de Cursos, Avaliação de Cursos (ENADE) e avaliação de Desempenho e Rendimento Acadêmico dos Alunos no Curso com vistos aos procedimentos acadêmicos; e
- Analisar e propor normas para o estágio supervisionado, elaboração e apresentação de monografia e de trabalho de conclusão de curso a serem encaminhados ao CONSEP.

1.4.2 Órgãos Executivos

Seguem relacionados os órgãos executivos do Instituto Florence de Ensino Superior, cujas atribuições e competências encontram-se estabelecidas no Regimento Geral e ou nos Estatutos e Regimentos da Mantenedora.

1.4.2.1 Diretoria Geral

A Diretoria Geral é o órgão executivo máximo da administração geral da Faculdade e é exercida pelo Diretor Geral. O Diretor Geral é auxiliado nas suas funções pelo Diretor Acadêmico e Administrativo-Financeiro. Em suas ausências e impedimentos eventuais e legais, o Diretor Geral é substituído pelo Diretor Acadêmico.

O Diretor Geral é designado pela Entidade Mantenedora, para mandato de 02 (dois) anos, admitidas reconduções por iguais períodos.

Os Diretores, acadêmico e Administrativo-Financeiro serão designados pela Mantenedora, por indicação do Diretor Geral.

Compete ao Diretor Geral:

- I. Representar a Faculdade interna e externamente ou promover-lhe a representação, no âmbito de suas atribuições;
- II. Promover em conjunto com os Diretores Acadêmico e Administrativo-Financeiro, a integração no planejamento e harmonização na execução das atividades;
- III. Conferir graus, expedir diplomas e títulos honoríficos, presidir a solenidade de formatura e demais atos acadêmicos em que estiver presente;
- IV. Convocar e presidir o Conselho Superior e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- V. Promover a elaboração o Plano Anual de Trabalho, submetendo-o à aprovação do CONSUP;
- VI. Decidir sobre matéria de natureza urgente ou omissa, “ad referendum” do colegiado competente;
- VII. Promover a elaboração do calendário escolar encaminhando-o ao CONSEP;
- VIII. Dar posse aos Diretores Acadêmico e Administrativo-Financeiro, aos Coordenadores de Curso, aos Coordenadores de Núcleos e aos Chefes de Setores;
- IX. Autorizar, previamente, pronunciamento público e as publicações que envolvam responsabilidade da Faculdade;
- X. Encaminhar ao CONSUP e à Entidade Mantenedora o relatório anual das atividades;
- XI. Constituir comissões e grupos de trabalhos, designar assessorias permanentes e temporárias, com finalidades específicas de implementação das políticas educacionais da Instituição;

- XII. Firmar acordos, convênios, planos de cooperação técnico-científico em cumprimento dos objetivos da Faculdade.

1.4.2.2 Diretoria Acadêmica

A direção acadêmica é o órgão executivo responsável pela gestão e planejamento das atividades de natureza acadêmica no âmbito da faculdade, tendo como titular o diretor acadêmico, nomeado e subordinado diretamente a direção geral.

Compete ao Diretor Acadêmico:

- I. Assessorar o Diretor Geral no exercício das atividades acadêmicas da Faculdade;
- II. Gerenciar as ações de programação acadêmica, execução e avaliação dos currículos plenos dos cursos, objetivando articulação das diversas áreas do conhecimento e integração da Coordenadoria de cursos de graduação às diretrizes, políticas e objetivos educacionais da Faculdade e dos cursos;
- III. Estimular a participação docente e discente na programação cultural, técnico-científicas, didático-pedagógica e desportivas;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e as deliberações dos órgãos colegiados.

1.4.2.3 Coordenadoria de Cursos de Graduação

A coordenadoria de curso de graduação é o órgão executivo responsável pela gestão e planejamento das atividades de natureza acadêmica no âmbito de cada curso de graduação, observando a política interna da faculdade, tendo como titular o coordenador de curso, nomeado pela direção geral e subordinado diretamente a direção acadêmica.

O coordenador do curso deve ser profissional com formação específica da área do curso, em nível de graduação e com pós-graduação *stricto-sensu*, preferencialmente em nível de doutorado, com experiência profissional e acadêmica adequadas para o exercício da função. O coordenador de curso é assessorado nas suas funções, em alguns casos, pelo coordenador adjunto.

Compete ao Coordenador de Curso:

- I. Assessorar a Diretoria Acadêmica na formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais da

Faculdade e do Curso;

- II. Gerenciar o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso e propor sua revisão em face de necessidades de mudança, compatibilização e aperfeiçoamento do curso no âmbito interno da instituição e no âmbito externo, mediante a devida aprovação nos órgãos colegiados;
- III. Supervisionar a elaboração e a implantação de programas e planos de ensino buscando assegurar articulação, consistência e atualização do ementário e da programação didático-pedagógico, objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e cronograma de trabalho;
- IV. Gerenciar a execução da programação acadêmica do curso zelando pelo cumprimento das atividades propostas e dos programas e planos de ensino e respectiva duração e carga horária das disciplinas;
- V. Acompanhar o desempenho docente e discente mediante análise de registros acadêmicos, da frequência, do aproveitamento dos alunos e de resultados das avaliações e de outros aspectos relacionados à vida acadêmica;
- VI. Promover estudos e atualização dos conteúdos programáticos das práticas de atividades de ensino e de novos paradigmas de avaliação de aprendizagem;
- VII. Elaborar e gerenciar a implantação de horários e oferta de disciplinas e alocação de professores segundo as diretrizes gerais da Faculdade;
- VIII. Coordenar a organização de eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros, no âmbito do curso;
- IX. Fazer cumprir as exigências necessárias para a integralização curricular, providenciando, ao final do curso, a elaboração de Histórico Escolar dos concluintes, para fins de expedição dos diplomas;
- X. Convocar e dirigir reuniões do respectivo colegiado responsável pela coordenação didática do curso;
- XI. Adotar “ad referendum” em caso de urgência e no âmbito de sua competência, providências indispensáveis ao funcionamento do curso;
- XII. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno e as deliberações dos órgãos colegiados da IES.

1.4.2.4 Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão/CONEX

A Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão/ CONEX superintende, coordena, fomenta e fiscaliza todas as atividades da área de pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade, zelando pelo seu bom desempenho e qualidade, visando a excelência de forma integrada com a Diretoria Acadêmica.

Compete a Coordenação de pós-graduação, Pesquisa e Extensão:

- I. Coordenar a vida acadêmica e as atividades didático-pedagógicas de pós-graduação, pesquisa e Extensão;
- II. Representar essas áreas da educação superior da Faculdade perante autoridades e instituições congêneres e associativas de sua categoria no âmbito da sua competência;
- III. Assinar diplomas e/ou certificados de conclusão de cursos e outros certificados, na área de pós-graduação e Extensão juntamente com o Diretor Geral;
- IV. Zelar para que na área de sua jurisdição a Faculdade não fique privada ou desprovida de recurso de qualquer natureza, necessário ao desenvolvimento de suas atividades em nível de qualidade e excelência;
- V. Proceder à distribuição do pessoal docente nos respectivos cursos de pós-graduação e extensão;
- VI. Promover a interligação e integração da sua área com a graduação;
- VII. Propor a Diretoria Geral a concessão de títulos e prêmios honoríficos para o pessoal sob sua administração;
- VIII. Propor ao Diretor Geral a constituição de comissão a assessorias para resolver questões de interesse acadêmico de sua área, quando houver absoluta necessidade, ouvidos os órgãos envolvidos;
- IX. Zelar pela fiel observância da legislação de ensino, e das normas complementares emanadas dos órgãos da Faculdade; e
- X. Desempenhar outras funções e atividades no âmbito de sua competência, ou que, por sua natureza lhe sejam atribuídos pelo Diretor Geral.

Para o financiamento das atividades de pesquisa, através da iniciação científica, a instituição firma convênios com organismos ou agências governamentais ou não-governamentais, por meio do Núcleo de Relações Institucionais, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos através do Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão/FAPE. Caberá ao colegiado de cursos analisar e deliberar, inicialmente, sobre os projetos de pesquisas. O estímulo a essas atividades consiste, principalmente, em:

- Formar pessoal docente em curso de pós-graduação da instituição e de outras IES nacionais, ou estrangeiras;
- Conceder auxílio para projetos específicos;
- Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa;
- Manter intercâmbio com instituições científicas, visando alimentar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- Ampliar e manter atualizada sua biblioteca;
- Divulgar os resultados das pesquisas realizadas, em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros;
- Realizar simpósios destinados ao debate de temas científicos;
- Adotar regime de trabalho especial para pesquisadores;
- Conceder bolsas de trabalho a pesquisadores, observadas as condições e exigências existentes sobre a matéria e o disposto no Regimento Interno da IES.
- Dar-se prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

Os projetos de pesquisa são coordenados pelo coordenador do curso, ou por coordenador designado pelo Diretor, quando envolver atividades intercursos.

A fim de cumprir os objetivos da interdisciplinaridade, a instituição criará núcleos temáticos que visarão:

- Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- Proporcionar treinamento eficaz de técnicas de alto padrão face ao desenvolvimento nacional;
- Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- Aprimorar a qualidade do ensino com a elevação do perfil acadêmico dos docentes;
- Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas, que integrem o núcleo;
- Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- Oferecer planos integrados de ensino de pós-graduação (aperfeiçoamento e especialização) e pós-graduação (mestrado e doutorado) para integrar profissionais das diferentes áreas do núcleo;

- Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas do núcleo;
- Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades governamentais.

As linhas de pesquisa são estabelecidas, observada a relação entre estas e o projeto pedagógico Institucional e do curso em pleito.

As linhas de pesquisas desenvolvidas no Instituto Florence de Ensino Superior são as seguintes:

- Educação em Saúde;
- Farmacologia e Toxicologia;
- Linha de Produtos Naturais;
- Gestão Ambiental e Saúde;
- Microbiologia;
- Controle de qualidade;
- Avaliação e Implementação de Políticas Públicas;
- Cosmetologia;
- Epidemiologia das comunidades maranhenses.

Especificamente para o Curso de Bacharelado em Odontologia, são desenvolvidas as seguintes linhas de pesquisa:

- Fundamentos e práticas em Saúde Bucal Coletiva;
- Biotecnologia dos Materiais Odontológicos;
- Etiopatogenia e Medidas Terapêuticas das Doenças Bucais.

A Faculdade incentiva a pesquisa mediante a concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, concessão de bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de congressos, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance, dentro dos recursos financeiros liberados pela Mantenedora.

Os projetos de pesquisa e extensão são avaliados pela CONEX e homologados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP.

A CONEX encaminha periodicamente à Diretoria Acadêmica e Diretoria Geral as informações sobre os projetos de pesquisa e extensão.

A Faculdade desenvolve projetos de extensão para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às áreas afins.

São consideradas atividade de extensão:

- Eventos culturais, técnicos e científicos;
- Cursos de atualização oferecidos à comunidade acadêmica e a comunidade em geral;
- Ações de prestação de serviços de assistência à Comunidade;
- Produções e publicações de interesse acadêmico e cultural;
- Projetos de extensão.

O Instituto Florence de Ensino Superior atua na área da extensão identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de extensão privilegiam ações interdisciplinares, que reúnam áreas diferentes em torno de objetivos comuns.

A realização das atividades extensionistas (cursos e serviços) é regulamentada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP, tendo presente o Regimento e demais normas legais vigentes.

Os programas de extensão são coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pelo Diretor.

O financiamento da extensão é realizado com a utilização de recursos próprios da instituição ou mediante alocação de recursos externos, por meio de convênio (parcerias) com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas.

Os núcleos temáticos atuam, também, na extensão oferecendo programas interdisciplinares e de natureza cultural e científica.

Os serviços são realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou através de instituições públicas e particulares;
- Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- Intervenção em situações-problema identificadas por meio de estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional
- Realização de eventos de natureza científica, com periodicidade semestral, a fim de promover a divulgação dos conhecimentos produzidos pela academia e a integração com a comunidade;
- Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;

- Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

O Instituto Florence de Ensino Superior, dentro de sua política de extensão, assume um compromisso com a Região em que está inserida: “contribuir com o processo de desenvolvimento cultural da comunidade regional”.

Os programas caracterizados como de extensão não são restritos aos limites da instituição, mas também estendidos “fora da sede”, em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, são colocadas à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população.

O estreitamento da relação Faculdade-Comunidade é concretizado através de programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração fazem o chamamento da população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica.

O Instituto Florence de Ensino Superior oferece bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão aos alunos, viabilizando a articulação do processo ensino/aprendizagem, como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos desenvolvidos pela Instituição.

A bolsa de monitoria é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de monitoria, nos seus respectivos cursos de graduação. Tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem aptidão pela carreira acadêmica, assegurando a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades do ensino. O programa de monitoria é regido pelo Regulamento de Monitoria que se encontra no repositório institucional.

A bolsa de iniciação científica é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de iniciação científica, regularmente aprovados pelo Instituto Florence de Ensino Superior. Tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem interesse e aptidão pela carreira científica, através da participação em projetos de pesquisa.

A bolsa de extensão é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de extensão, regularmente aprovados pelo Instituto Florence de Ensino Superior

1.4.2.5 Coordenadoria de Apoio Pedagógico aos Docentes e Discentes (CAP)

A Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/ CAP, é um órgão de assessoramento didático-pedagógico do Instituto Florence de Ensino Superior, constitui-se como instância de apoio, acompanhamento e operacionalização de atividades acadêmicas.

Visa dar suporte a docentes e discentes da instituição, no que diz respeito às atividades inerentes à prática pedagógica e prática acadêmica, conforme definidas nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação do Instituto Florence de Ensino Superior. Considerando suas atribuições, a CAP divide-se em dois Núcleos:

- I. Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/ NAP, responsável pelo atendimento das necessidades do corpo docente da IES, através da viabilização do Programa de Apoio ao Docente e o Plano de Qualificação Docente/ PQD.

São objetivos do Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/ NAP:

- Formar um quadro de docentes qualificados, criativos e com embasamento teórico compatível às necessidades dos discentes e às exigências do mundo contemporâneo;
- Qualificar profissionais aptos para desenvolver na instituição uma docência comprometida às necessidades sociais da comunidade maranhense;
- Elaborar e operacionalizar a formação inicial dos docentes, tendo, como princípio, a formação significativa dos professores;
- Elaborar e operacionalizar a formação continuada dos docentes;
- Organizar as atividades de planejamento e avaliação docente, no início de cada semestre letivo;
- Acompanhar as atividades planejadas pelos docentes, dando-lhes suporte pedagógico sempre que necessário;
- Subsidiar materialmente e teoricamente todas as necessidades do docente;
- Fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição, com vistas à consecução dos objetivos inerentes a academia.

- II. Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente/ NUPAD responsável pelo atendimento às necessidades do corpo discente da instituição, através da viabilização do Programa de Apoio Psicopedagógico ao Discente.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente/ NUPAD:

- Apoiar e orientar o educando em sua trajetória acadêmica, instrumentalizando-o para construção/ reconstrução do conhecimento e para formação de novos saberes, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a atuação consciente do profissional junto ao mundo do trabalho;
- Analisar e encaminhar as demandas dos alunos, no que diz respeito às dificuldades de

aprendizagem e/ ou financeiras;

- Implementar um programa de Nivelamento Acadêmico, que possibilite ao educando condições de equidade e prosseguimento de estudos;
- Orientar os alunos na organização dos diretórios estudantis ou acadêmicos;
- Implementar ações que visem acompanhar os egressos dos Cursos de Graduação da IES e a partir desse acompanhamento, retroalimentar as propostas pedagógicas dos cursos;
- Fomentar a iniciação científica como princípio pedagógico e educativo dos discentes.

A CAP funciona no horário de atividades da faculdade e é constituída por um Coordenador com formação em Pedagogia, que desenvolve, em conjunto com Diretoria Acadêmica, Coordenadorias dos Cursos e Comissão Própria de Avaliação/ CPA, atividades de apoio, avaliação, acompanhamento, orientação, elaboração e organização de todas as ações inerentes ao fazer pedagógico.

1.4.2.6 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é órgão responsável pela matrícula e movimentação discente, pela documentação, pelos registros e controles acadêmicos. A Secretaria Acadêmica é dirigida pelo Secretário Acadêmico, designado pelo Diretor Geral.

Compete ao Secretário Acadêmico:

- Responsabilizar-se pela guarda e conservação de documentos, diários de classe e outros meios de registro e arquivo de dados;
- Orientar e acompanhar a execução do atendimento, do protocolo e dos registros acadêmicos;
- Autorizar e controlar o funcionamento de cópias de documentos aos interessados;
- Expedir, por autorização do Diretor Geral, certidões e declarações relativas à vida acadêmica dos alunos.

1.4.2.7 Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e Tecnologia

O Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e Tecnologia é órgão de apoio técnico ao desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, dirigido pelo Coordenador da Biblioteca.

São atividades integrantes deste Núcleo: a editoração, publicação e divulgação da

produção acadêmica e da difusão de atividades culturais, dos serviços bibliotecários e dos laboratórios, dos equipamentos tecnológicos de apoio ao ensino e do Centro de Processamento de Dados.

Compete ao Coordenador do Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e Tecnologia:

- Assessorar a Diretoria Geral na formulação e implantação da política institucional;
- Programar, coordenar e supervisionar as atividades que integram o Núcleo.

1.4.2.8 Diretoria Administrativa e Financeira

A Diretoria Administrativa e Financeira, órgão executivo para assuntos de natureza administrativo-financeira, é exercida pelo Diretor Administrativo-Financeiro, nomeado e subordinado a direção geral.

A Diretoria Administrativa e financeira supervisiona as atividades relacionadas a:

- I. Recursos Humanos;
- II. Recursos Orçamentários e Financeiros;
- III. Recursos Patrimoniais e Materiais;
- IV. Serviços de Administração Geral.

O Diretor Administrativo-Financeiro, em suas ausências e impedimentos legais é substituído por funcionário designado pelo Diretor Geral.

Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- Auxiliar o Diretor Geral na formulação e execução da política administrativa-financeira da Faculdade;
- Coordenar as ações de planejamento, execução e avaliação da Administração Geral em seus aspectos de recursos humanos, orçamentários, financeiros, patrimoniais, materiais e serviços gerais;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e as deliberações dos órgãos colegiados.

1.4.2.9 Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI

Órgão de apoio técnico ao desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

São atividades integrantes deste Núcleo: editoração, publicação, divulgação da

produção acadêmica e da difusão de atividades culturais, dos serviços bibliotecários e dos laboratórios, dos equipamentos tecnológicos de apoio ao ensino e do Centro de Processamento de Dados.

Compete ao Coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação:

- Assessorar a Diretoria Geral na formulação e implantação da política institucional;
- Programar, coordenar e supervisionar as atividades que integram o Núcleo.

1.5 Sistema de Comunicação, Informação, Controle e Registro Acadêmico

O registro e controle acadêmico do Instituto Florence de Ensino Superior é realizado mediante programa instalado na Secretaria, (GFLEX - Inforgêneses - versão 15.09) que funciona em rede com a diretoria, a coordenação do curso, tesouraria e biblioteca.

O Instituto Florence de Ensino Superior dispõe de Sistema de Controle Acadêmico, Administrativo e Financeiro, possibilitando à comunidade acadêmica o acesso, acompanhamento e recuperação de informações à distância, a partir da internet. Tal sistema oferece diversas funcionalidades, tais como: controle de notas e faltas; histórico escolar; comunicados diversos; horários de aula; solicitação e acompanhamento de requerimentos; extratos financeiros; 2ª via do boleto bancário; matrícula *on-line* e calendário de aulas, dentre outros.

Também são disponibilizadas aos docentes várias informações para acesso, entre elas: turmas; horários de aulas; calendário de avaliações; lançamento de notas; consulta de notas e disponibilização de arquivos para *download* dos alunos.

Além disso, está disponível para a comunidade acadêmica todo o conjunto de informações e serviços acerca da biblioteca, tais como: acervo, reserva de livros e materiais acadêmicos, pagamento de taxas, dentre outros.

Existem ainda algumas ferramentas de comunicação interna e externa disponível, possibilitando articulação entre as áreas organizacionais e toda comunidade acadêmica. Com o uso desses sistemas, o gestor, em todas as esferas de atuação institucional, dispõe das informações relevantes e necessárias à tomada de decisão. O Sistema de informação é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento institucional possibilitando acesso rápido e fácil e interagindo toda estrutura pedagógica e administrativa.

O mesmo sistema funciona através da Internet disponibilizando aos alunos informações sobre os cursos, serviços gerais como histórico escolar, boletim de resultado, consulta de notas,

consulta de programas de disciplinas, horários das aulas, solicitação de declarações e sugestões.

O site do Instituto Florence de Ensino Superior auxilia nas pesquisas dos interessados em conhecer os cursos oferecidos e a obter informações extras, fornece ainda aos alunos a facilidade de consulta de notas e faltas, assim como titulação do corpo docente.

Todos os setores da faculdade estão interligados através de uma rede interna de comunicação on-line, o que permite a troca e a atualização de informações de forma rápida e eficiente.

No site da faculdade, são disponibilizadas áreas destinadas aos alunos e aos professores onde o acesso a serviços e informações são feitos de forma restrita através de *login* e senha. No site está disponível material didático de apoio aos alunos.

1.6 Organização e Gestão de Pessoal

As políticas de organização, gestão e capacitação de pessoal adotadas nos Cursos de Graduação, seguem as diretrizes e normas aplicadas a IES como um todo, em conformidade com o PDI e o Regimento Interno, sempre considerando a colaboração de NDE e Colegiado de Curso em matéria de sua competência, visando aperfeiçoar os processos de seleção, capacitação e valorização do corpo docente e técnico-administrativo vinculado ao curso.

1.6.1 Corpo Docente

Desde o início de suas atividades, o Instituto Florence de Ensino Superior, na seleção de professores, tem priorizado a contratação de candidatos, observando, especialmente, no caso de especialistas, mestres e doutores, o credenciamento dos respectivos cursos.

Inclui-se ainda como importante componente na fase de contratação a experiência profissional e o exercício do magistério superior, de forma a aliar, nas estratégias pedagógicas, a prática e a teoria.

Ao contratar os seus docentes, a IES leva em conta também a produção científica, o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a busca constante de atualização e participação em eventos de relevância na área de formação e atuação docente, além da atuação e experiência profissional do candidato. Ao regular exercício da docência, no âmbito da IES, são aplicados os demais requisitos constantes do Plano de Cargos, Salários e Carreira do Magistério Superior vigente no Instituto Florence de Ensino Superior, homologado pelo Ministério do Trabalho e

publicado no DOU nº 155, seção 1, pg. 135 de 13/08/2010.

De acordo com o Plano de Cargos, Salários e Carreira, constituem-se como graus da carreira do magistério superior no âmbito do Instituto Florence de Ensino Superior:

- I. Professor Doutor, portador de diploma de Doutor e experiência em magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação.
- II. Professor Mestre, portador do diploma de Mestre e experiência em magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação;
- III. Professor Especialista, portador de diploma de especialista e experiência em magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação.

A admissão de professor é feita mediante seleção realizada pelo Coordenador de Curso e homologada pela Mantenedora, observados os seguintes critérios: idoneidade moral do candidato, títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados às disciplinas a serem lecionadas.

No âmbito do cumprimento da missão e dos objetivos da IES, o desempenho da função docente é de fundamental importância. Por esse motivo, o professor é selecionado, observando os critérios elencados acima, e constantemente avaliado, no que tange ao cumprimento de suas funções, por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA e por meio da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente – CAP. O resultado das avaliações docentes norteia o planejamento das ações de capacitação, elaboradas no âmbito da direção acadêmica, Coordenadoria dos Cursos e Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente – CAP, assim como, as decisões de desligamento de docentes por falhas no cumprimento de suas atribuições.

O Plano de Carreira Docente do Instituto Florence de Ensino Superior, regulamenta a valorização de experiências docentes no magistério superior, assim como define, normatiza e disciplina as condições de admissão, demissão, promoção, progressão, desenvolvimento profissional, direitos e deveres. Quanto às experiências profissionais não acadêmicas, são consideradas relevantes, pela Instituição, as experiências (atividades) realizadas por seus docentes fora do contexto acadêmico, como fonte de aperfeiçoamento e ampliação de conhecimentos teórico-práticos, removendo limitações e fronteiras de saberes específicos e compartimentados.

O Instituto Florence de Ensino Superior, por meio da operacionalização de seu plano de Capacitação e Qualificação do Corpo Docente – PQD, tem empreendido esforços para compor seus quadros, professores com renomada trajetória profissional e acadêmica e com titulação *stricto sensu*, e fomentado a fixação destes docentes mediante avaliação da qualidade do ensino e da produtividade dos mesmos, através da concessão de incentivos e benefícios constantes à capacitação profissional e produção científica, de modo que essas políticas reflitam positivamente na qualidade dos cursos.

Ressalta-se nesse processo a CAP – Coordenação de Apoio Pedagógico aos Docentes e Discentes, que é composta por: Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/ NAP, responsável pelo atendimento às necessidades do corpo docente da instituição, através da viabilização do Programa de Apoio ao Docente e do Plano de Qualificação Docente/ PQD.

O regime de trabalho dos docentes da Instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pela qual se regem todos os respectivos contratos.

Os docentes do Magistério Superior da Instituição serão contratados como Professores de Ensino Superior, em um dos seguintes regimes de trabalho:

- Em tempo Integral: será atribuído ao docente que se obriga a prestar quarenta (40) horas semanais de trabalho à Instituição, no desempenho de atividades de ensino, pesquisa, extensão ou de administração universitária ou acadêmica.
- Em tempo parcial: docente contratado atuando com no mínimo 12 (doze) horas semanais de trabalho, reservando-se, pelo menos, 25% desta carga-horária para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

A título eventual e por tempo estritamente determinado, a Instituição pode dispor do concurso para Professor Substituto, Professor Colaborador e Professor Visitante, destinado a suprir a falta temporária de docentes integrantes da carreira.

O docente poderá ainda exercer atividades de pesquisa e extensão, quando aprovadas, ou administrativas, na coordenação de cursos e supervisão de estágios.

O número de horas-aula do docente poderá variar, de acordo com o planejamento curricular dos cursos, por semestre, sendo definido pela coordenadoria do curso e aprovado pelo Colegiado do Curso antes do início do semestre letivo regular. Nenhum contrato de trabalho poderá ter duração superior a 40 horas semanais. O tempo da hora-aula determinado pela legislação pertinente, despendido pelo docente quando em atividade em sala de aula, equivalerá sempre à uma hora de trabalho contratual.

Enquanto política de apoio pedagógico ao corpo docente, o Instituto Florence de Ensino

Superior, por meio da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, operacionaliza o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente – NAP, que consiste em ações e programas voltados a formação pedagógica e orientação aos docentes do curso, assim como a promover ações de capacitação docente, sobretudo através do Programa de apoio didático-pedagógico ao docente.

O Programa tem como objetivo auxiliar e orientar os professores na condução de sua prática pedagógica a partir da sugestão de metodologias, recursos, atividades e propostas de trabalho, além de oferecer todo o suporte estrutural para a operacionalização das atividades planejadas pelo docente e terá os seguintes objetivos:

- Acompanhar o desempenho acadêmico do professor, verificando suas dificuldades e conferindo ao mesmo o suporte necessário;
- Subsidiar materialmente e teoricamente todas as necessidades do docente;
- Propor alternativas de solução para os problemas detectados e/ou apontados pela comunidade acadêmica;
- Implantar e implementar a formação inicial e continuada do professor;
- Fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição com vistas à consecução dos objetivos inerentes a academia;
- Acompanhar junto com o professor e o NUPAD o desempenho do discente, propondo soluções imediatas;
- Interagir criativamente em face de dificuldades pedagógicas sentidas pelos cursos;
- Apoiar as coordenações em atividades e programas que visem o bom funcionamento dos currículos;
- Selecionar, em consenso com os docentes, procedimentos didático-metodológicos para melhor atender as necessidades dos alunos e a natureza das disciplinas;
- Utilizar estratégias adequadas de ação para possibilitar o envolvimento dos docentes nos projetos pedagógicos dos cursos;
- Orientar para a resolução de problemas e enfrentar desafios oriundos da implantação dos novos modelos curriculares nos cursos;
- Buscar informações especializadas analisá-las, tomar e justificar decisões metodológicas;
- Avaliar a efetividade das ações curriculares desenvolvidas nos cursos;
- Participar da formulação, acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos;

- Incorporar ao trabalho docente, novas metodologias de ensino e avaliação da aprendizagem;
- Fornecer suporte didático pedagógico aos docentes.

A avaliação docente é um processo interno que acontece semestralmente, e está articulada às atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação/CPA e pela Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, tendo como protagonistas o grupo de alunos, os professores e a coordenação do curso. A avaliação obedece às seguintes etapas:

- Participação dos alunos respondendo ao questionário de avaliação semestral, onde cada disciplina e o seu professor é avaliado, assim como a infraestrutura física, a organização acadêmica e os serviços prestados pela faculdade;
- Autoavaliação docente, onde o próprio professor comenta a sua atuação em sala de aula, destacando os seus objetivos para o período e as suas dificuldades;
- Avaliação docente sobre as turmas, onde cada professor avalia o desempenho e destaca as características das turmas que lecionou; e
- Reunião com a coordenação do curso, onde o coordenador discute com os professores os resultados e as sugestões apontadas nas avaliações acima.

O objetivo de todo o processo do sistema permanente de avaliação docente é auxiliar o professor no seu desempenho em sala de aula. De posse de todas as avaliações e após discussão com o docente, cabe à coordenação do curso propor medidas de auxílio à atuação docente como, por exemplo, a disponibilidade de novos equipamentos de auxílio as aulas, a atualização em algum campo ou a atuação do docente em outras disciplinas compatíveis com a sua formação acadêmica.

1.6.2 Corpo Técnico-Administrativo

O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelos funcionários enquadrados nesta categoria e que prestem serviços de apoio técnico, administrativo e operacional, bem como de assessoramento a todos os órgãos e níveis hierárquicos da Instituição, que desempenhem as seguintes funções:

- Gerências: administração, controle, coordenação, supervisão e avaliação;
- Atividades técnicas de assessoria e suporte à administração superior ou intermediária, que demandem análises, pareceres, procedimentos e execução;

- Atividades de apoio administrativo;
- Atividades de apoio operacional em execução de serviços gerais, necessários ao bom desempenho institucional.

O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelas seguintes categorias:

- Auxiliar de Serviços Gerais;
- Auxiliar Administrativo;
- Técnico Administrativo de Nível Médio;
- Técnico Administrativo de Nível Superior.

O Corpo técnico-administrativo do Instituto Florence de Ensino Superior é composto de acordo com os critérios previstos no Plano de Cargos, Salários e Carreira do Corpo Técnico-administrativo, observando as seguintes condições:

- Remuneração compatível com seu cargo e desempenho;
- Acesso, promoção e progressão no plano de carreira;
- Incentivo ao seu aprimoramento profissional;
- Direito, em igualdade de condições a qualquer funcionário da Instituição, à política de benefícios/vantagens da instituição;
- Direito a voto e a elegibilidade, em conformidade com o Regimento Interno da Instituição;
- Condições adequadas ao exercício profissional.

O Regime disciplinar do corpo técnico-administrativo está previsto no Regimento Interno da Instituição.

O Programa Integrado de Gestão de Capital Humano (PIC), prevê ações de capacitação e avaliação do corpo técnico-administrativo por meio do Programa de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo/PEQ-TEC, desenvolvidas pelo setor de recursos humanos da IES. A progressão do funcionário nos níveis previstos no Plano de Cargos, Salários e Carreira leva em consideração a avaliação do funcionário e a participação e rendimento nas atividades de capacitação previstas no PEQ/TEC. O regime de trabalho dos funcionários da Instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pelas quais se regem todos os contratos trabalhistas.

1.7 Avaliação Institucional

A legislação vigente consolidou a avaliação como um dos instrumentos para sustentação da qualidade do sistema de educação superior. Os processos avaliativos internos e externos são

concebidos como subsídios fundamentais para a formulação de diretrizes para as políticas públicas de educação superior e, também, para a gestão das instituições, visando a melhoria da qualidade da formação, da produção de conhecimento e das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, de acordo com as definições normativas de cada tipo de instituição e as opções de cada estabelecimento de ensino.

Precisamente sobre avaliação, a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 9º, inciso VI explicitou a responsabilidade da União em *"assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino"*.

Para cumprir tal determinação, o SINAES configura-se como elemento fundamental da proposta de mudanças que se impõem às instituições de educação superior contemporâneas. No Brasil, em face da significativa participação do setor privado nessa oferta educacional, a avaliação constitui-se em importante instrumento de prestação de contas para a sociedade, para cada um dos usuários e para as próprias instituições.

A avaliação institucional é compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e de extensão. Neste sentido, contribui para a formulação de caminhos para a transformação da educação superior, evidenciando o compromisso desta com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente. Para tanto, a avaliação institucional deve possibilitar a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia, que visam consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da IES.

Em consequência, os resultados das avaliações previstas no SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, além de subsidiarem as ações internas e a (re)formulação do projeto de desenvolvimento institucional, formarão a base para a implementação de políticas educacionais e de ações correspondentes no que se refere à regulação do sistema de educação superior.

A avaliação institucional é um processo desenvolvido por membros internos e externos de uma dada comunidade acadêmica, visando promover a qualidade acadêmica das instituições em todos os seus níveis, nos termos da sua missão própria.

O objetivo central do processo avaliativo é promover a realização autônoma do projeto

institucional, de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social.

1.7.1 Avaliação Institucional Externa

No que tange a avaliação institucional externa, Instituto Florence de Ensino Superior, como as demais instituições de ensino superior, é regulada pelo SINAES, sistema de avaliação global e integrada das atividades acadêmicas, composto por três processos diferenciados, a saber:

- Avaliação das instituições;
- Avaliação dos cursos de graduação; e
- Avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

Como parte de um mesmo sistema de avaliação, cada um destes processos é desenvolvido em situações e momentos distintos, fazendo uso de instrumentos próprios, mas articulados entre si. Eles abordam dimensões e indicadores específicos com o objetivo de identificar as potencialidades e insuficiências dos cursos e instituições, promovendo a melhoria da sua qualidade e relevância – e, por consequência, a da formação dos estudantes – e, ainda, fornecendo à sociedade informações sobre a educação superior no país. O SINAES, em decorrência de sua concepção, está apoiado em alguns princípios fundamentais para promover a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Esses princípios são:

- A responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- O reconhecimento da diversidade do sistema;
- O respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- A globalidade institucional, pela utilização de um conjunto significativo de indicadores, considerados em sua relação orgânica; e
- A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

Das considerações acima decorrem algumas diretrizes da CONAES para a avaliação das instituições: comparar o projeto da IES e a sua realidade institucional, ou seja, melhorar a qualidade acadêmica significa, no contexto de cada instituição, diminuir a distância entre ambos;

construir uma proposta de autoavaliação voltada para a globalidade da instituição, buscando dimensionar a relação entre o projeto institucional e sua prática, para reformulá-lo no planejamento e nas ações futuras da instituição; e elaborar uma metodologia que organize as atividades dos diferentes atores envolvidos no processo avaliativo, buscando a construção de um sistema integrado. Deste modo, ampliando as formas de compreensão sobre a instituição, visa aperfeiçoar os diferentes processos que levam à realização de seu projeto institucional, expresso ou tácito.

Desde o ano de 2007, o Instituto Florence de Ensino Superior tem participado de todas as etapas do processo de avaliação externa, conforme a exigência da legislação vigente, que consiste nos processos avaliativos que precedem os atos autorizativos da faculdade e dos cursos.

Deste modo, tem obtido conceito positivo em todas as avaliações externas para efeito de regulação realizadas até o presente momento, seja em relação à autorização e reconhecimento de seus cursos, seja em relação ao credenciamento e credenciamento da IES.

Além disso, os resultados das avaliações externas têm servido de parâmetro para a busca do aperfeiçoamento constante das políticas da instituição, conforme as dimensões e indicadores do SINAES, pois os relatórios das comissões de avaliação externas são rigorosamente analisados e utilizados como subsídios para a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, para a definição de políticas institucionais no âmbito do PDI, além de incorporar possíveis críticas e/ou sugestões.

Com relação à avaliação dos estudantes, o Instituto Florence de Ensino Superior já participou de cinco edições do ENADE, em 2010, 2013, 2016, 2018 e 2019, contemplando os cursos de Enfermagem, Farmácia, Odontologia e Direito, tendo alcançado resultados satisfatórios, obtendo conceito geral 3 (IGC 3).

1.7.2 Avaliação Institucional Interna (Autoavaliação)

A avaliação interna ou autoavaliação é um instrumento de extrema importância na gestão e planejamento das políticas institucionais no âmbito da IES. Ela é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação – CPA, que no desempenho de suas atribuições, é responsável pela *“condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”*.

A CPA do Instituto Florence de Ensino Superior é designada por Portaria da Diretoria Geral, sendo constituída por dois representantes do corpo docente, dois representantes do corpo

discente, regularmente matriculados, dois representantes do corpo técnico-administrativo e dois representantes da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a IES. O mandato dos membros da CPA é de um ano, permitida duas reconduções. Não é permitida a renovação de mais de dois terços dos membros num intervalo inferior a um ano. Atualmente, a CPA possui a seguinte composição:

Quadro 1 – Composição da CPA

NOME	SEGMENTO
Ildoana Paz Oliveira	Presidente
Eliziane Barbosa Costa	Representante Técnico- administrativo
Marcia Cristina Monteiro de Jesus Aguiar	Representante do Corpo Docente
Edjael Castro Muniz	Representante Técnico- administrativo
Sara Barbosa Santana	Representante do Corpo Discente
Joseana Silva Pinto	Representante do Corpo Discente
Paulo Roberto Melo de Castro Nogueira	Representante da Sociedade Civil
Mauro Pereira da Silva	Representante da Sociedade Civil

Fonte: Direção Acadêmica/FLORENCE (2022)

As definições quanto ao modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento da CPA fica a critério dos Órgãos Colegiados Superiores da IES.

A CPA do Instituto Florence de Ensino Superior reúne-se uma vez por mês, produzindo do resultado da reunião uma ATA, que a cada encontro é lida para que seja aprovada e assinada por todos os membros da sua composição.

Desde 2008, a CPA é responsável por conceber, executar, analisar e publicar os resultados das avaliações internas, que são realizadas anualmente e envolvem todos os segmentos da comunidade acadêmica, assim como propor ao corpo diretivo da IES encaminhamentos decorrentes do processo avaliativo.

A organização do processo de autoavaliação prevê a ocorrência de três diferentes etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação da avaliação. O percurso metodológico inicia-se com a sensibilização da Comunidade Acadêmica, realizada pelos representantes docentes e discentes da CPA, em parceria com a Direção Acadêmica e Coordenações dos Cursos de Graduação da IES. Essa sensibilização é realizada por meio de seminários, da divulgação da Avaliação Institucional em sala de aula, cartazes em murais da Instituição e página do site institucional.

O sistema de coleta de dados ocorreu, inicialmente, de forma manual, pelo método de amostragem aleatória, através de questionários impressos, com questões fechadas, elaboradas pelos membros da CPA. Posteriormente, em 2012, os formulários, para cada segmento, foram

disponibilizados em ambientes virtuais da IES, site e pelo sistema acadêmico interativo (GFLEX), oferecendo à CPA dados tabulados.

Outrora, os questionários foram disponibilizados aos segmentos de Docente e Técnico-administrativo, estipulando-se prazos para entrega deles. Para o segmento discente, foi determinado o dia da Autoavaliação, em que todos os alunos receberam, avaliaram e de pronto entregaram aos representantes da Comissão seus questionários respondidos.

A partir de 2012, o Instituto Florence de Ensino Superior tem feito a chamada a toda comunidade acadêmica, até mesmo utilizando redes sociais, definindo, em ambiente virtual, a data de início e término da Avaliação Institucional.

A elaboração dos formulários de avaliação sempre aconteceu em reuniões da CPA, tomando-se como base o PDI da instituição, os Projetos Político Pedagógicos dos Cursos e o documento da CONAES, contendo as orientações sobre a avaliação institucional. Os questionários, além de perguntas “fechadas”, apresentam espaços para sugestões ou críticas. Os instrumentos de avaliação são, sempre que necessário, reelaborados para atender às dimensões dos SINAES:

- **Dimensão 01** - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional
- **Dimensão 02** – Políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão
- **Dimensão 03** – Responsabilidade social da instituição
- **Dimensão 04** – Comunicação com a sociedade
- **Dimensão 05** - As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo
- **Dimensão 06** - Organização e gestão da instituição
- **Dimensão 07** - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
- **Dimensão 08** - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia de autoavaliação institucional.
- **Dimensão 09** - Políticas de atendimento ao estudante.
- **Dimensão 10** - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Os resultados da Avaliação Institucional são tabulados em planilha eletrônica e representados pela moda e sua frequência relativa, originando relatórios de diversos grupos/segmentos: DISCENTES DA GRADUAÇÃO, DISCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO, EGRESSOS, DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS. Do resultado da avaliação

institucional da IES, gera-se, anualmente, relatório, que é apresentado ao MEC e à comunidade acadêmica.

As recomendações são direcionadas à gestão institucional, a fim de que as providências sejam tomadas, deliberando sobre um planejamento com prazo de execução.

O último processo de autoavaliação conduzido pela CPA foi realizado no segundo semestre letivo de 2021. A metodologia utilizada para coleta dos dados consistiu em aplicação dos questionários de autoavaliação, com questões fechadas de múltiplas escolhas e abertas (com sugestões de melhorias), através do acesso ao site institucional, no *link* da CPA – questionários de autoavaliação institucional, dos quais participaram 1488 alunos; 24 funcionários Técnicos Administrativos, e 72 docentes.

O questionário dos discentes foi separado por cursos, sendo que para a elaboração do relatório final de avaliação institucional tirou-se uma média dos quatros cursos para obter-se um melhor parâmetro de análises dos dados. Os dados foram tabulados em planilha Excel onde foram executadas as análises descritivas. As variáveis que expressam satisfação foram categorizadas em escala ordinal e codificadas como segue: **AE**: atende com excelência, **AP**: atende parcialmente, **NA**: não atende **NS**: não sabe ou tem dúvida e **NSA**: não se aplica. Incluiu-se ainda dentro deste caminho metodológico, o Seminário Central, onde se dá a socialização dos resultados a toda a comunidade, constituindo-se em um espaço de discussões, análises e interpretações sob diversos olhares.

O processo de autoavaliação cumpriu todas as etapas propostas, culminando com a confecção do relatório final. Durante o exercício 2013-2014 não houve modificações nos instrumentos de avaliação, o que nos permite fazer um comparativo quanto à avaliação anterior, sedimentando-se a um olhar mais crítico acerca do trabalho desenvolvido pela IES.

Em síntese, o relatório produzido pela CPA com base nos resultados da última avaliação interna, podem ser sintetizados da seguinte forma:

Quadro 2 – Resultados da Avaliação Interna da CPA

ASPECTO AVALIADO	RESULTADO
Planejamento de Avaliação	39% dos discentes consideram muito importante, 21,1% consideram em parte, 19% não considera importante e 20,5% não quiseram responder. Quanto à divulgação dos resultados, 50,5% acham muito satisfatória,

	22,4% acham pouco satisfatório, 3,3% afirmaram que não é satisfatório e 23,9% não sabiam responder. 56,4% do corpo docente acharam que os resultados são divulgados de forma muito satisfatória e 19,2% acharam pouco satisfatória. Igualmente ao percentual de pouco satisfatória, tivemos de respostas não registradas. 68% dos funcionários técnico-administrativos afirmaram que a divulgação é muito satisfatória, 23% afirmaram que é pouco satisfatória e 9% não responderam.
Desenvolvimento Institucional	Em relação à missão institucional, 62,8% dos discentes responderam que as atividades desenvolvidas estão em conformidade com o descrito na missão, ao passo que 30,2% responderam “em parte”. 72,8% dos docentes afirmaram que a IES considera sua missão ao desenvolver suas atividades e 17,9% concordam parcialmente com essa afirmação. Para 82% do segmento técnico-administrativo, a instituição atua conforme sua missão. No que se refere ao PDI, 53,8% dos docentes registraram que não conhecem ou nunca tiveram acesso ao conteúdo do documento, ao passo que 46,2% conhecem e já acessaram o conteúdo. 89,4% dos discentes se enquadram nas respostas que não conhecem ou nunca acessaram o conteúdo e apenas 10,6% já acessaram esse conteúdo.
Responsabilidade Social da Instituição	45,9% dos discentes concordam que as ações melhoraram a qualidade de vida da população local, ao passo que 16% disseram que não altera a qualidade de vida e 39% não responderam. 55,1% dos docentes acreditam que as ações melhoram a qualidade de vida da população, 12,8% acham que não altera e 29,5% não sabem responder.
Políticas Acadêmicas	Em relação a Projetos de Pesquisa e Extensão, 80,1% dos discentes afirmaram não ter participado, dentre estes, 59,5% justificaram que não tinham disponibilidade de horário, sendo que os demais não preencheram os requisitos (9,4%) ou não tiveram interesse (9,1%). Apenas 22,9% afirmaram ter participado desses projetos. Sobre desenvolvimento de projetos de extensão, apenas 35,9% afirmaram terem desenvolvido ou participado, ao passo que 64,1% não desenvolverem, destes, (38,5%) justificou que não teve disponibilidade de horários ou não teve oportunidade (16,7%). No tocante às aulas no formato híbrido (teoria remota e prática presencial), 71,6% dos discentes consideram satisfatórias e 28,4% consideram em parte. Nesse quesito, 74,4% os docentes consideram boas e 19,2% regular. Em relação ao ambiente AVA: 80,8% dos docentes afirmaram que sua utilização, bem como suas funcionalidades são de fácil manuseio; Para os discentes, 82,5% afirmaram que o ambiente virtual atende suas necessidades. Para o processo de ensino aprendizagem, as aulas no formato híbrido foram consideradas boas (59%) e regulares (25,6%) para a maioria dos docentes. Em relação à qualidade das aulas remotas, 65,9% dos discentes considera, que estas mantem a mesma qualidade das presencias; 34,1% acham que a qualidade diverge.
Comunicação com a Sociedade	Para os docentes, o acesso ao e-mail institucional ocorre diariamente para 47,4% ou semanalmente para 43,6%. 62% dos técnico-administrativos acessam diariamente, 28% semanalmente e 9,9% mensalmente.

	Redes sociais: 51,3% dos docentes acessam diariamente, seguida de 42,3% acessam semanalmente. Deste grupo, 79,5% concordam que o conteúdo disponibilizado é de qualidade. Já os discentes responderam da seguinte forma: 50,8% acessam diariamente, 29% semanalmente, 9,4% mensalmente e 4,5% nunca acessaram. Ouvidoria: 32,1% dos docentes estão satisfeitos com o serviço prestado, em contrapartida, 61,5% nunca precisaram utilizá-lo. 81,6% dos discentes se dizem satisfeitos com o serviço prestado pela Ouvidoria, 8,5% nunca precisaram utilizar. Em relação aos técnicos administrativos não há registro de uso por parte deles.
Políticas de atendimento ao Estudante	70,5% dos docentes avaliaram positivamente. 55,9% dos discentes avaliaram positivamente, 22,7% dos acham regular e 10% consideram esse tipo de ação ruim. Quanto ao atendimento psicopedagógico é considerado bom para 47,1% dos discentes, regular para 16% e 4,5% ruim. A política de descontos atualmente adotada foi considerada boa para 54,4% dos discentes; regular para 23,9%; 5,4% ruim. Registrou-se um percentual de 16,3% sem respostas.
Políticas de Gestão	69,5% dos docentes afirmam que o plano de cargos e salários da carreira docente é satisfatório. 87,5% dos técnicos administrativos concordam com a política de capacitação para o pessoal técnico-administrativo.
Organização e gestão da Instituição	O acesso à secretaria acadêmica foi considerado bom por 64,7% dos discentes; 27,5% consideraram regular e 6% ruim. O atendimento da coordenação de curso é considerado boa para 71,9% dos discentes, 21,5% consideram regular e 2,1% não respondeu. O atendimento da Direção Acadêmica foi bem avaliado por 59,8% dos discentes e considerada regular por 29%. O atendimento da Direção Administrativo-financeira foi considerado bom por 56,5% e regular por 29,6%. Os recursos humanos disponíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas foram bem avaliados pelos discentes, sendo que 66,5% consideram o quantitativo adequado e 24,5% consideraram regular. Para 78,2% dos docentes a qualidade dos serviços prestados pelos técnico-administrativos é boa e para 16,7% regular.
Infraestrutura	A infraestrutura geral da IES foi considerada boa para 64,1% dos docentes e regular para 26,9% deles. O acesso à internet foi considerado bom por 51,3%; regular por 32,1% e ruim por 11,5% dos docentes. Já os discentes consideram boa (39,9%) e regular (33,5%) e 19,35% consideram o serviço oferecido ruim. O pessoal técnico-administrativo considera o acesso à internet bom (55%) e regular (39%) e apenas 6% preferiram não se manifestar.

Fonte: Direção Acadêmica/FLORENCE (2022)

Com o objetivo de contribuir para a manutenção de uma política constante de melhoria institucional, a CPA, baseada nos dados obtidos nos setores, na observação direta e na análise dos resultados da autoavaliação do ano de 2021, sugere as ações a seguir:

- Intensificar ainda mais a atuação da CPA, em todos os setores e dimensões, em face do processo de expansão da IES.

- Qualificar os membros da CPA, por meio de cursos presenciais ou a distância, tendo em vista as propostas de mudança do sistema de avaliação do ensino superior;
- Adotar estratégias de divulgação mais eficientes em relação aos documentos institucionais, incluindo PDI, tendo em vista que os discentes continuam não conhecendo esses documentos;
- Manter investimentos em ações de responsabilidade social, especialmente, o atendimento nas comunidades;
- Instalar painel de controle de chamadas por senha na Clínica, tendo em vista que foi uma solicitação dos pacientes;
- Revisar os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos, bem como, o modelo de avaliação adotado;
- Realizar minicursos e treinamentos para os alunos em relação à utilização das ferramentas on-line de ensino-aprendizagem e utilização da plataforma virtual de aprendizagem para melhor aproveitamento das disciplinas colocadas em ead, sobretudo aos alunos do Curso de Estética e Cosmética;
- Intensificar o incentivo para os discentes na participação em atividades de pesquisa e extensão;
- Manter os investimentos nas ações de comunicação interna e externa, quanto à divulgação da autoavaliação e dos trabalhos da CPA e demais eventos institucionais;
- Divulgar as atividades de extensão;
- Concluir o novo plano de cargos para a carreira técnico-administrativa;
- Revisar o Plano de Cargos dos docentes;
- Promover a Revista Científica Florence em Revista para a comunidade científica, no Estado do Maranhão.
- Propor ações de fortalecimento da Pós-Graduação com a proposta de novos cursos;
- Continuar o processo de atualização do acervo bibliográfico, incluindo os cursos que não foram contemplados em 2019;
- Solicitar plano de ações de melhoria ao responsável pela reprografia;
- Propor a criação de mais espaços de convivência;
- Utilizar o espaço de recepção da Clínica Escola para realizar ações e campanhas educativas, além da divulgação dos cursos ofertados pela IES, tendo em vista que muitos pacientes desconhecem;

- Manter investimentos na área da informática, sobretudo, no acesso à internet;
- Realizar Encontro de Egressos;
- Ampliar o Programa de Qualificação do Corpo Técnico- administrativo, com a oferta de mais cursos visando ao aprimoramento das suas habilidades profissionais.
- Manter as ações de responsabilidade social e ambiental, através do desenvolvimento de campanhas de preservação do ambiente interno, tendo em vista, muitos casos de equipamentos danificados, livros extraviados, rasgados ou riscados, paredes riscadas e descarte de lixo em local inadequado;
- Ampliar a oferta de vagas no estacionamento;
- Realizar ações que proporcionem momentos de descontração e lazer aos docentes e demais funcionários;
- Melhorar a sinalização interna dos prédios;
- Melhorar o sistema de controle de acesso à Instituição.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE ODONTOLOGIA

2.1 Histórico do Curso de Odontologia

A Odontologia é uma carreira ampla e com mercado de trabalho diversificado. Atualmente, possui 23 especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Odontologia e está em constante atualização.

O Curso de Graduação em Odontologia Bacharelado do Instituto Florence de Ensino Superior visa formar um profissional capaz de atuar no mercado de trabalho, de acordo com as prerrogativas legais estabelecidas pelo Conselho Federal de Odontologia. Tem como missão o compromisso de formar profissionais cirurgiões-dentistas que contribuam com a promoção, manutenção e recuperação da saúde, oferecendo assistência às necessidades sociais da saúde, assegurando, prioritariamente, a integralidade, qualidade e humanização da atenção à saúde no atendimento e serviços prestados à população, afirmando o compromisso com a utilização da tecnologia para investigação científica e avanço da ciência.

Sendo uma IES que sempre priorizou a área da saúde (iniciou com o curso técnico de Enfermagem e depois com a graduação na mesma área), o Instituto Florence de Ensino Superior vislumbrou o curso de Odontologia tendo em vista a grande carência que a população maranhense apresentava em relação ao acesso aos serviços de saúde, e especificamente à saúde

bucal. Nesse contexto, havia apenas dois cursos de graduação na cidade, um privado e o outro público, ambos distantes do Centro da Cidade de São Luís.

A busca por melhoria na saúde bucal da população fez com que o Instituto Florence de Ensino Superior desse os primeiros passos em direção a essa nova perspectiva: implantar um novo curso de odontologia, no Centro Histórico de São Luís, de fácil acesso e com a possibilidade de atender uma população bastante carente. Como o IES já havia implantado os cursos de graduação em Farmácia e Enfermagem, compreendeu que poderia incluir o curso de Odontologia ampliando a oferta na área da saúde.

Dessa forma, o curso de Odontologia soma ao ensino clássico tradicional, uma aprendizagem ativa e problematizadora por meio de metodologias ativas de ensino, que favorece a autonomia intelectual apoiada em formas criativas e estimulantes do processo de ensino-aprendizagem, propiciando a formação de um profissional comprometido com a curiosidade epistemológica e com a resolução de problemas da realidade cotidiana, em primeiro plano da realidade social, cultural e epidemiológica, permitindo que desta forma o discente seja protagonista do aprendizado. O paradigma norteador é a integralidade, que busca aproximar a formação do profissional e as necessidades de atenção à saúde, desempenhando as atividades com equilíbrio entre competência técnica, ética, humanismo e relevância social, atendendo às peculiaridades da comunidade em geral.

O Instituto Florence de Ensino Superior se propõe a contribuir com a sociedade maranhense na formação de um profissional capaz de refletir criticamente e agir sobre a realidade local, regional e nacional, a fim de transformá-la. O curso de Odontologia surge em meio a um mercado trabalho em expansão em todo o Brasil, acompanhando o crescimento populacional, mas com bastante desigualdades socioeconômicas no que tange o acesso aos serviços odontológicos pela comunidade. Frente a demanda por profissionais habilitados que sejam capazes de conciliar conhecimentos clássicos com as necessidades da sociedade contemporânea, a Instituição está ciente de sua responsabilidade diante do cenário que está inserido o cirurgião-dentista no mercado de trabalho.

Assim, os profissionais formados nesta IES são responsáveis pelo domínio conceitual, capacidade técnica e responsabilidade social. Para tanto, objetiva-se a construção de uma formação que articule concepções gerais e específicas da área da saúde, que contemple a capacitação teórica às exigências do mercado, para que o profissional atue como agente de transformação da sociedade. O Brasil ainda é considerado um país com elevada prevalência de

doenças bucais, como a cárie e a doença periodontal, e seu principal agravio, a perda do elemento dental, refletindo uma grande necessidade de tratamento odontológico pela população.

As políticas públicas ainda não conseguem suprir as desigualdades sociais quando se trata de saúde bucal, nesse sentido, a iniciativa privada também tem criado postos de trabalho para atender a população, oferecendo tratamento de forma acessível para toda comunidade onde está inserida. Essa carência da saúde brasileira evidencia a urgente necessidade de formação de profissionais que possam atender a essa população, hoje desassistida. O cirurgião-dentista é um profissional com amplo e diversificado conhecimento na saúde, com competência e habilidade para atuar de forma prática na manutenção e melhoria da saúde tanto de forma individual como populacional. Nesta perspectiva, o Instituto Florence de Ensino Superior veio para oferecer ao aluno, uma formação acadêmica humana e empreendedora, trazendo para a comunidade, facilidade e acesso a um tratamento odontológico de extrema qualidade.

Neste sentido, o Instituto Florence de Ensino Superior em consonância com a legislação vigente e de acordo com as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2011/2016), criou o bacharelado em Odontologia através da Resolução nº 12/97 – ConSUni, de 21 de fevereiro de 1997. Em outubro de 2014, o Curso de odontologia foi autorizado pela Portaria MEC 159 de 14 de janeiro de 2011 publicadas no DOU Nº 12, Seção 1, fl. 16, 18/01/11) com a denominação de Bacharelado em Odontologia. O curso de Odontologia foi autorizado pelo MEC com Conceito de Curso “5”, conforme Relatório de Avaliação protocolo nº200810734, postado no sistema e-MEC em 20/04/2010.

O Curso de Graduação em Odontologia (Bacharelado) está em plena consonância com c e qualifica os futuros profissionais frente aos princípios, diretrizes, práticas e promoção da saúde, por meio da compreensão das relações de trabalho em saúde e sociedade, buscando o aprimoramento da dinâmica de gestão, a qualificação dos processos e a proposição de projetos de intervenção, a partir do reconhecimento de diferentes demandas, sustentados por evidências científicas e necessidade da população. Assim, o curso de Odontologia foi implantado tendo como uma das metas dos dirigentes do Instituto Florence de Ensino Superior, a referência no ensino na área de saúde da região e do estado do Maranhão.

A regulamentação do exercício da Odontologia veio pela Lei Nº 5.081, de 24 de agosto de 1966. A Lei Nº 4.324, de 14 de abril de 1964 institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, órgãos de fiscalização do exercício profissional, formam uma Autarquia com autonomia administrativa e financeira, exercendo supervisão da ética

odontológica em todo o território nacional. O Código de Ética Odontológica aprovado pela Resolução CFO-118/2012 regula os direitos e deveres do cirurgião-dentista, profissionais técnicos e auxiliares, e pessoas jurídicas que exerçam atividades na área da Odontologia, em âmbito público e/ou privado, com a obrigação de inscrição nos Conselhos de Odontologia, segundo suas atribuições específicas.

A Odontologia apresenta cada vez mais a necessidade de oferecer para a população serviços especializados para que possa atingir seu objetivo de promover e recuperar a saúde. Assim, na atualidade, o Conselho Federal de Odontologia, pela Resolução CFO-22, de 27 de dezembro de 2001, reconhece como especialidades odontológicas as seguintes:

- a) Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo- Faciais;
- b) Dentística;
- c) Disfunção Temporomandibular e Dor- Orofacial;
- d) Endodontia;
- e) Estomatologia;
- f) Imaginologia Dento-Maxilo-Facial;
- g) Implantodontia;
- h) Odontologia Legal;
- i) Odontologia do Trabalho;
- j) Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais;
- k) Odontogeriatria;
- l) Odontopediatria;
- m) Ortodontia;
- n) Ortopedia Funcional dos Maxilares;
- o) Patologia Bucal;
- p) Periodontia;
- q) Prótese Bucomaxilofacial;
- r) Prótese Dentária; e,
- s) Saúde Coletiva.

O Conselho Federal de Odontologia também reconhece e regulamenta o uso pelo Cirurgião-dentista de práticas integrativas e complementares à saúde bucal:

- t) Fitoterapia;
- u) Terapia Floral;
- v) Hipnose; e,
- w) Laserterapia.

A necessidade social que justifica a criação do curso de Graduação em Odontologia - Bacharelado, buscando a formação de profissionais capacitados e atualizados, com vistas a participar do processo de melhoria da qualidade de saúde e, conseqüentemente, de vida da população. Um vasto campo de atuação para este profissional se descortina no século XXI. Novos desafios representados por avanços tecnológicos, elevados custos dos serviços de saúde, perspectivas de aumento dos agravos bucais e sua relação com doenças sistêmicas, requerem um número cada vez maior de cirurgiões-dentistas preparados para assegurar a qualidade da assistência a que a sociedade brasileira tem direito.

O mercado de trabalho é amplo e está em constante crescimento. O cirurgião-dentista pode atuar em consultórios e clínicas particulares, hospitais, serviço públicos ocupando cargos de gestão em saúde, centros de pesquisa, instituições de educação superior, podendo ainda seguir carreira militar (aeronáutica, marinha, exército). Para oferecer a melhor formação profissional, o curso de Odontologia funciona no turno integral, onde desenvolve suas atividades clínicas e laboratoriais de forma planejada e organizada oferecendo ao aluno de odontologia, a oportunidade de exercer suas atividades práticas utilizando modernos equipamentos com tecnologias de ponta.

Este projeto pedagógico propõe uma formação profissional que contempla os conteúdos essenciais, as habilidades e as competências necessárias, de modo a instrumentalizar o egresso para compreensão da realidade social e para as diferentes intervenções, seja nos aspectos micro ou macro institucionais.

Vale registrar que o presente Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Odontologia está plenamente adequado aos atos legais que regem as áreas de educação superior e da saúde. A saber:

- Constituição Federal de 1988;

- Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde Nº. 8.080, de 19/9/1990;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº. 9.394, de 20/12/1996;
- Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) Nº. 10.172/2001;
- Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior Nº. 10.861, de 14/4/2004;
- Lei do Estágio de Estudantes Nº. 11.788, de 25/9/2008;
- Em respeito ao disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003, o curso de Odontologia atende as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista;
- Decreto que dispõe sobre Libras como disciplina obrigatória ou optativa Nº 5.626/2005;
- Decreto que dispõe sobre as Funções de Regulação, Supervisão e Avaliação da Educação Superior Nº. 5.773, de 9/5/2006;
- Resolução CNS Nº 196, de 1996, que dispõe sobre Normas e Diretrizes Reguladoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos;
- Resolução CNS Nº 370, de 8/3/2007, que trata do registro e credenciamento ou renovação de registro e credenciamento do CEP;
- Resolução CNS Nº. 287, de 8/10/1998, que relaciona as seguintes categorias profissionais de saúde de nível superior: Assistentes Sociais; Biólogos; Biomédicos; Profissionais de Educação Física; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Médicos; Médicos Veterinários; Nutricionistas; Odontólogos; Psicólogos e Terapeutas Ocupacionais;
- Resolução CNE/CES Nº. 2, de 18/6/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE/CES Nº. 3, de 02/7/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- Resolução CNE/CES Nº. 4, de 06/4/2009, que dispõe sobre carga horária mínima e

procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

- Resolução CNE/CES N°803, de 05/12/2018, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia;
- Resolução CNE/CES N°. 03, de 21/06/2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia;
- Regulamentação da profissão de cirurgião-dentista pela Lei N° 5.081, de 24 de agosto de 1966.
- Código de Ética Odontológico;
- Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, UNESCO, Paris, 1998;
- Relatórios Finais das Conferências Nacionais de Saúde;
- A Trajetória dos Cursos de Graduação na Saúde no Brasil: 1991 a 2004. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

Além da adequação à legislação, o Curso de Graduação em Odontologia está pautado nas Normas Institucionais estabelecidas no Estatuto da Mantenedora (na esfera das suas competências) e no Estatuto, Regimento, Resoluções e outros atos internos do Instituto Florence de Ensino Superior.

O processo de construção coletiva deste PPC repousou em três dimensões:

- I. Dimensão Conceitual: forneceu os fundamentos e os conceitos chave que configuram o paradigma orientador que subsidia o PPC;
- II. Dimensão Normativa: forneceu os referenciais que fundamentam o PPC;
- III. Dimensão Estrutural: forneceu os elementos constitutivos do PPC.

Considerando todos esses aspectos anteriormente descritos o Projeto Pedagógico do Curso de Odontologia preza pelos seguintes princípios e diretrizes pedagógicas:

- Formação como resultado da articulação entre conteúdos, competências e habilidades

adquiridas e/ou desenvolvidos durante o curso;

- Proposta pedagógica centrada no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiada no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem;
- Curso de Graduação em Odontologia a como cenário de debates de temas inovadores e relevantes para o exercício profissional;
- Implementação de metodologias no processo ensinar-aprender que estimulem o aluno a refletir sobre as realidades sanitária e social e aprenda a aprender;
- Ter como eixo do desenvolvimento curricular as necessidades de saúde mais frequentes, referidas pela comunidade e identificadas pelo setor saúde com base nos indicadores epidemiológicos;
- Utilização de metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção de conhecimentos e a integração entre os conteúdos, além de garantir a articulação entre ensino, investigação científica, extensão e assistência;
- Promoção da integração e da interdisciplinaridade em coerência com o eixo de desenvolvimento curricular, buscando integrar as dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais;
- Inclusão das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania e solidariedade.

2.1.1 Número de Vagas

O Instituto Florence na oferta de seus cursos dispõe de infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos e materiais compatíveis com as propostas pedagógicas de seus cursos.

Tem-se como principal objetivo de assegurar que as atividades de ensino, pesquisa e extensão serão desenvolvidas de forma efetiva e adequada tanto pelos docentes e colaboradores, quanto pelos alunos, de forma que a Instituição disponibiliza no âmbito dos cursos, ambientes específicos para a realização dessas atividades.

As instalações encontram-se apropriadas e em número suficiente para atender toda a comunidade acadêmica, como salas de aulas para encontros presenciais, salas especiais, laboratórios, biblioteca virtual e outras.

Os recursos tecnológicos necessários para o desenvolvimento dos cursos estão

disponíveis e visam atender a proposta pedagógica, e ao mesmo tempo permitir que os setores e áreas da Instituição possam realizar por meio de seus colaboradores um atendimento eficaz, adequado e humano.

O corpo docente e técnico-administrativo proposto possui formação adequada para atender os delineamentos da proposta pedagógica do curso, são profissionais com titulação, formação acadêmica, experiência profissional, habilidades e competências condizentes com as funções que exercem.

Os materiais didático-pedagógicos selecionados para atender a proposta pedagógica dos cursos, a exemplo do Bacharelado em Odontologia, estão disponíveis em quantidade suficiente nas bibliotecas Virtuais da Instituição, tendo o tratamento técnico adequado para sua utilização.

Importante frisar que serão mantidos estudos periódicos em nível, nacional, regional e local que servirão para acompanhar a evolução do quantitativo de vagas necessárias para o bom funcionamento do curso e dos recursos a serem destinados à nossa comunidade acadêmica, como pode ser verificado no item anterior, quando avaliamos o mercado do Brasil até São Luís.

O número de vagas constante no projeto pedagógico do Bacharelado de Odontologia, é de 100 vagas anuais, de forma a garantir a excelência na qualidade do ensino.

2.2 Proposta Pedagógica

A proposta pedagógica construída e consolidada no presente documento acadêmico tem como escopo contribuir com o exercício do pensamento crítico e reflexivo, com o desenvolvimento de diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, técnicas, físicas, éticas, estéticas, de relação interpessoal que se caracteriza numa tendência de formação voltada para uma nova concepção de educação, voltada para o acesso ao conhecimento e para um convívio social mais democrático, que está em plena consonância com os "valores institucionais".

A elaboração desta proposta pedagógica parte de premissas que visem a fortalecer a construção ética do processo ensino-aprendizagem ao oferecer educação com transparência e respeito ao próximo, formando profissionais capacitados a atender às demandas do mercado de trabalho com responsabilidade e competência.

Outro elemento norteador é a cooperação, posto que a IES buscar parcerias para compartilhar experiências e promover o intercâmbio de alunos e docentes fortalecendo, assim, a autonomia no processo formativo ao propiciar a aquisição do conhecimento de forma crítica

e com responsabilidade social por se comprometer com a comunidade na qual a Instituição está inserida promovendo ações solidárias.

Isto se dá pela compreensão da IES de que a educação se vincula a uma racionalidade emancipatória, que deve conduzir a mudanças com estratégias que favoreçam a oportunidade para que cada discente possa viver a sua própria história.

Assim, o Curso de Bacharelado em Odontologia do Instituto Florence procura atender às expectativas da comunidade regional, da sociedade, no que diz respeito à formação de um profissional atualizado, crítico, questionador, autônomo em suas decisões, baseado nas melhores evidências científicas disponíveis, que possa constantemente avaliar a sua própria atuação.

Em síntese, a Instituição tem o objetivo de assegurar um processo de ensino-aprendizagem que seja adequado aos alunos, assentando-se, ao mesmo tempo, no domínio dos conteúdos considerados essenciais e no desenvolvimento de competências e habilidades relevantes à formação profissional e que zele pela formação ética e pelo desenvolvimento da autonomia, da autoconfiança, da capacidade de adaptar-se a novas realidades, motivando o sujeito aprendiz à conquista de objetivos; à tomada de decisão; à superação de obstáculos; à adoção de uma postura empreendedora e ética frente aos novos desafios; à competência em lidar com as emoções; à liderança; ao trabalho em equipe; à iniciativa; à tolerância, entre outras habilidades que fazem parte dos valores humanos que também integram a formação profissional.

2.3 Objetivos do curso

O objetivo geral do Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior é formar cirurgiões-dentistas com competências técnica-científica, política, social, educativa, administrativa, investigativa e ética para o exercício profissional da odontologia, assegurando a qualidade da atenção e humanização da assistência prestada à população, com ênfase na prevenção e promoção de saúde bucal, buscando exercer uma Odontologia minimamente invasiva, pautada em evidências científicas a partir de estratégias de flexibilização curricular.

São objetivos específicos do curso de Odontologia oferecido pelo Instituto Florence:

- I. Ministrar os conteúdos essenciais contidos na estrutura curricular através das atividades teóricas, práticas, metodologias ativas, práticas inovadoras, elaboração de trabalho de conclusão de curso, estágio curricular supervisionado, incentivo ao estágio

extracurricular, de forma integrada e criativa, considerando a realidade social, cultural, sanitária e epidemiológica regional;

- II. Desenvolver as competências e habilidades gerais e específicas necessárias ao exercício profissional, articuladas aos contextos sociopolítico e cultural municipal, estadual e nacional;
- III. Desenvolver as atividades curriculares, na busca da interdisciplinaridade, tendo como base de construção do perfil almejado a integração entre o ensino, a investigação científica e a extensão;
- IV. Exercitar a investigação científica como atividade fundamental nas diversas necessidades e demandas da sociedade, contribuindo na integralidade da assistência em saúde;
- V. Promover a inserção dos docentes e discentes nas ações de saúde promovidas pelo sistema de saúde do município.
- VI. Contribuir com a fomentação de inovações tecnológicas e biotecnológicas que venham contribuir com a sociedade.

2.4 Formas de Ingresso e Vagas Ofertadas

De modo a atender as demandas dos diversos segmentos da população e de maneira a contemplar as alternativas de ingresso oferecidas pela legislação atual, o ingresso ao curso de Odontologia poderá ser efetivado das seguintes formas:

- Processo seletivo promovido pela instituição (vestibular);
- Transferência interna e externa;
- Vagas por desempenho de melhor coeficiente escolar;
- Vagas para portador de diploma;
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- Programa “Volte a estudar”;
- Programa Universidade para todos – PROUNI;
- FIES.

Serão disponibilizadas 120 vagas anuais, em duas entradas semestrais, sendo oferecidas 60 vagas por semestre.

2.5 Perfil do Egresso

O curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior oferece uma sólida formação técnico científica, humanística e ética, para que os egressos do curso, em sua formação profissional, sejam sensíveis aos problemas sociais e possam atuar com competência no ambiente laboral, através dos conhecimentos adquiridos, habilidades e comportamentos que permitam decidir e atuar com segurança e propriedade na promoção da saúde e na prevenção das doenças, atendendo, desta maneira, às necessidades da população.

Visa, também, ampliar os horizontes de conhecimento, interação e autossuficiência acadêmica, estabelecendo a formação de um corpo profissional e de pesquisa, capaz de atuar plenamente no âmbito da saúde. O perfil desejado para o egresso do Curso de Bacharelado em Odontologia pela Instituto Florence de Ensino Superior é de um profissional crítico, ético cuja capacidade de intervenção se baseie nas competências gerais e específicas da Resolução CNE/CES N°803, de 05/12/2018, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia.

O Curso de Graduação em Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior, tem como perfil do formando egresso/profissional o Cirurgião-dentista, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico. Capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde bucal da população, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

O cirurgião-dentista a ser formado pelo Instituto Florence de Ensino Superior deve ter claro o seu compromisso de atuação, partindo da realidade socioeconômica e política do país, sendo um profissional e cidadão comprometido com os interesses e desafios da sociedade contemporânea capaz de acompanhar a evolução científica e tecnológica da Odontologia.

O curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior proporciona sólida formação em conteúdos básicos e profissionalizantes, preparando assim um cirurgião-dentista generalista e empreendedor, que valorize a interdisciplinaridade, tenha autonomia no pensar e

decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências.

O perfil do egresso do curso de graduação em Odontologia deverá incluir as seguintes características:

- I. Generalista, dotado de sólida fundamentação técnico-científica e ativo na construção permanente de seu conhecimento;
- II. Humanístico e ético, atento à dignidade da pessoa humana e às necessidades individuais e coletivas, promotor da saúde integral e transformador da realidade em benefício da sociedade;
- III. Apto à atuação em equipe, de forma interprofissional, interdisciplinar e transdisciplinar;
- IV. Proativo e empreendedor, com atitude de liderança;
- V. Comunicativo, capaz de se expressar com clareza;
- VI. Crítico, reflexivo e atuante na prática odontológica em todos os níveis de atenção à saúde;
- VII. Consciente e participativo frente às políticas sociais, culturais, econômicas e ambientais e às inovações tecnológicas.

O futuro profissional deverá desenvolver as seguintes **competências** e **habilidades**, em âmbito geral, nos campos da:

- I. **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde. Sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para eles. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- II. **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado

na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

- III. **Comunicação:** os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;
- IV. **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- V. **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;
- VI. **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

A formação do Cirurgião Dentista, do curso de Odontologia do Instituto Florence tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes **competências específicas:**

- I. Exercer a Odontologia de forma articulada com o contexto social, econômico, cultural e ambiental, entendendo-a como uma forma de participação comunitária;

- II. Conhecer e respeitar o Código de Ética Odontológica, as normas dos trabalhadores da área da saúde bucal na sociedade e no desenvolvimento da profissão, assim como as leis, as portarias e as regulamentações sobre saúde bucal;
- III. Desenvolver ações de promoção, prevenção, reabilitação, manutenção e vigilância da saúde, em nível individual e coletivo, reconhecendo a relação da saúde bucal com as condições sistêmicas do indivíduo;
- IV. Coletar, registrar, organizar, analisar e interpretar dados e informações clínicas e epidemiológicas relevantes para a identificação da normalidade e para a construção do diagnóstico, da terapêutica e do controle referentes às doenças e agravos bucais e suas relações com as condições sistêmicas do indivíduo;
- V. Aplicar os princípios de biossegurança na prática odontológica, de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes, promovendo o autocuidado e a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais relacionadas à prática odontológica;
- VI. Executar procedimentos odontológicos com vistas à prevenção, à interceptação e ao tratamento das doenças e aos agravos bucais, assim como à reabilitação e à manutenção do equilíbrio do sistema estomatognático e da saúde bucal, compreendendo suas relações com as condições sistêmicas e com a integralidade do indivíduo nas diferentes fases do ciclo de vida, tendo como base as evidências científicas e a incorporação de inovações tecnológicas no exercício da profissão;
- VII. Participar de investigações científicas, respeitando o rigor científico e os princípios de ética em pesquisa, além de desenvolver o pensamento crítico, reflexivo e criativo e a capacidade de buscar e produzir conhecimento;
- VIII. Aplicar os fundamentos da epidemiologia e do conhecimento da comunidade, como fatores fundamentais à gestão, ao planejamento e à avaliação das ações profissionais para fundamentar a tomada de decisão em saúde;
- IX. Trabalhar em equipe interprofissional e de saúde bucal, informando e educando a equipe e a população a respeito da saúde bucal;
- X. Planejar e desenvolver a atenção odontológica individual e coletiva, considerando a família como unidade de cuidado, e respeitando os ciclos de vida;
- XI. Supervisionar as atividades do técnico em saúde bucal e auxiliar em saúde bucal.

Deste modo, o curso de Odontologia tem por finalidade formar profissionais cirurgiões-dentistas aptos a atenderem as demandas no âmbito de sua profissão, buscando proporcionar condições de melhoria da saúde da população, através da produção de conhecimento científico e qualificar recursos humanos em Odontologia.

O Curso de Odontologia, por meio de metodologias inovadoras, desenvolve no acadêmico as habilidades e competências compatíveis com as exigências do mercado, numa sociedade globalizada e em constantes e rápidas mudanças, buscando sempre articulação com as necessidades locais e regionais. A formação do Cirurgião Dentista do Instituto Florence de Ensino Superior contemplará ainda o sistema de saúde vigente no país (Sistema Único de Saúde - SUS), a atenção integral da saúde num sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contrarreferência e o trabalho em equipe. Em consonância com os objetivos do curso, tem-se a meta capacitar o aluno ao desenvolvimento de competências e habilidades, em âmbito geral estabelecidas para o futuro profissional, tendo por base a legislação vigente e as exigências do mercado de trabalho na área de odontologia.

Quanto ao campo de atuação do egresso, a profissão de cirurgião-dentista compreende atualmente um vasto campo de trabalho com grandes possibilidades no mercado promissor. Envolve os diversos níveis de atenção à saúde compreendendo desde a promoção da saúde e prevenção de doenças, até a reabilitação da saúde bucal. O egresso deverá estar preparado para assumir as mais diversas áreas da saúde, com ênfase na saúde pública, através do Programa Saúde da Família (PSF) além dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), que possibilitam uma amplitude de possibilidades na profissão do cirurgião-dentista. Tem a possibilidade ainda de contar com um mercado de trabalho promissor, através dos serviços privados com atendimentos em consultórios e clínicas particulares, mantendo convênios com planos de saúde, escolas, empresas, hospitais e sindicatos, o cirurgião-dentista pode ainda atuar em âmbito hospitalar, seguir carreira militar ou acadêmica e exercer atividades como docente e pesquisador.

2.6 Estrutura Curricular

O currículo do curso de Odontologia está de acordo com os objetivos do curso e com o compromisso do Instituto Florence de Ensino Superior com a região onde está inserida. A tura curricular está orientada para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e

culturais, de modo a tornar os profissionais instrumentos do desenvolvimento regional. A visão humanística e crítica da realidade social são trabalhadas ao longo de todo o curso, inserindo no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática da Odontologia de uma forma geral e com foco para instituições educacionais. Dessa forma, incluindo as dimensões ética, humanística e social, orientadas para a cidadania e para os direitos humanos, tendo as Ciências Humanas e Sociais como eixo transversal de formação e respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso aborda as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

A estrutura curricular permite integração e inter-relação de conteúdos abordados nas disciplinas básicas e profissionalizantes, possibilitando a consolidação dos conhecimentos e progressiva autonomia intelectual do acadêmico, bem como o desenvolvimento das habilidades e competências exigidas para o exercício da Odontologia.

Partiu-se do pressuposto que o cirurgião-dentista tem como atribuições essenciais a compreensão de questões científicas, técnicas e sociais, assegurando o domínio das responsabilidades funcionais que a profissão exige. Com este propósito, o currículo do curso de Odontologia propicia uma conjugação de saberes, bem como o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica, primando por uma formação generalista, humanística e, com espírito empreendedor, científico, crítico e consciente da ética profissional.

O Projeto Político-Pedagógico do curso de Odontologia contempla a oferta de componentes curriculares como estágios supervisionados intra e extramuros, estudos em práticas independentes, monitorias, programas de iniciação científica, extensões, estudos complementares e cursos realizados em outras áreas. As propostas curriculares deverão contemplar a articulação entre a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de práticas reconhecidamente exitosas e de tecnologias inovadoras.

A estrutura curricular idealizada pelo IFES para o curso de Odontologia é resultante, fundamentalmente, da reflexão sobre seus objetivos e do perfil profissional, bem como, do Parecer CNE/CES N°803, de 05/12/2018 e Resolução CNE/CES N°. 03, de 21/06/2021, que trata das Diretrizes Curriculares para a área e de sua missão Institucional. Também foram consideradas as características especiais do profissional da área de Odontologia que o Instituto Florence de Ensino Superior pretende formar. Com base nos princípios acima estabelecidos, o cirurgião-dentista egresso deverá ter construído sua formação a partir de um currículo cujo teor

contemple conteúdos de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidade).

Quadro 1: Competências e Habilidades das Disciplinas do Curso de Odontologia

Competências e Habilidades Gerais	Disciplinas
Atenção à saúde	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Bioquímica; Citologia e Histologia Genética e Embriologia; Fisiologia Humana; Mecanismo de agressão e defesa; Anatomia de Cabeça e Pescoço; Anatomia Bucal e Escultura; Fisiologia Bucal; Patologia Geral; e demais disciplinas associadas à área de forma optativa pelo estudante.
Tomada de decisões	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Gestão e Marketing; Clínicas Interdisciplinares; Semiologia e Cariologia; Estomatologia; Periodontia I; Dentística I; Prótese Fixa; Anestesiologia e Cirurgia I; Endodontia I; Oclusão; Endodontia; Periodontia e Implantodontia; Odontopediatria; Prótese removível Pré-Clínico; Prótese Total Pré-Clínica; Odontopediatria Clínica; Ortodontia; Cirurgia e Traumatologia; Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial; Pacientes com Necessidades Especiais; Estágio supervisionado Trabalho de Conclusão de Curso; Ciências Sociais.
Comunicação	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Clínicas Interdisciplinares; Cirurgia e Traumatologia; Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial; Pacientes com Necessidades Especiais; Estágio supervisionado Trabalho de Conclusão de Curso; Ciências Sociais.
Gestão em Saúde	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Gestão e Marketing; Clínicas Interdisciplinares; Estágio supervisionado; disciplina optativa.
Liderança	Todas as disciplinas, com ênfase em Gestão e Marketing; Clínicas Interdisciplinares; Semiologia e Cariologia; Estomatologia; Periodontia I; Dentística I; Prótese Fixa; Anestesiologia e Cirurgia I; Endodontia I; Oclusão; Endodontia; Periodontia e Implantodontia; Odontopediatria; Prótese removível Pré-Clínico; Prótese Total Pré-Clínica; Odontopediatria Clínica; Ortodontia; Cirurgia e Traumatologia; Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial; Pacientes com Necessidades Especiais; Estágio supervisionado; disciplina optativa; Ciências Sociais.
Educação permanente	Todas as disciplinas
Competências e Habilidades Específicas	Disciplinas
Exercer a Odontologia de forma articulada com o contexto social,	Todas as disciplinas, com ênfase em Saúde Pública; Odontologia Social; Estágio Supervisionado; Epidemiologia.

econômico, cultural e ambiental, entendendo-a como uma forma de participação comunitária;	
Conhecer e respeitar o Código de Ética Odontológica, as normas dos trabalhadores da área da saúde bucal na sociedade e no desenvolvimento da profissão, assim como as leis, as portarias e as regulamentações sobre saúde bucal;	Introdução a Profissão; Odontologia Legal; Odontologia Social; Clínicas Interdisciplinares; Estágio Supervisionado.
Desenvolver ações de promoção, prevenção, reabilitação, manutenção e vigilância da saúde, em nível individual e coletivo, reconhecendo a relação da saúde bucal com as condições sistêmicas do indivíduo;	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Odontologia Social; Clínicas Interdisciplinares; Estágio Supervisionado.
Coletar, registrar, organizar, analisar e interpretar dados e informações clínicas e epidemiológicas relevantes para a identificação da normalidade e para a construção do diagnóstico, da terapêutica e do controle referentes às doenças e agravos bucais e suas relações com as condições sistêmicas do indivíduo;	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Bioestatística, Saúde Pública; Odontologia Social; Metodologia Científica; Clínicas Interdisciplinares; Estágio Supervisionado. Trabalho de Conclusão de Curso.
Aplicar os princípios de biossegurança na prática odontológica, de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes, promovendo o autocuidado e a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais relacionadas à prática odontológica;	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Odontologia Social; Ergonomia e Biossegurança; Estágio Supervisionado.
Executar procedimentos odontológicos com vistas à prevenção, à interceptação e ao tratamento das doenças e aos agravos bucais, assim como à reabilitação e à manutenção do equilíbrio do sistema estomatognático e da saúde bucal, compreendendo suas relações com as condições sistêmicas e com a integralidade do indivíduo nas diferentes fases do ciclo de vida, tendo como base as evidências	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Odontologia Social; Introdução a Profissão; Terapêutica; Materiais Dentários; Semiologia e Cariologia; Estomatologia; Ergonomia e Biossegurança; Imaginologia; Periodontia I; Dentística I; Clínicas Interdisciplinares; Prótese Fixa; Anestesiologia e Cirurgia I; Endodontia I; Oclusão; Endodontia; Periodontia e Implantodontia; Odontopediatria; Prótese removível Pré-Clínica; Prótese Total Pré-Clínica; Odontopediatria Clínica; Ortodontia; Cirurgia e Traumatologia; Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial; Pacientes com Necessidades Especiais; Gestão e Marketing; Estágio Supervisionado.

científicas e a incorporação de inovações tecnológicas no exercício da profissão;	
Participar de investigações científicas, respeitando o rigor científico e os princípios de ética em pesquisa, além de desenvolver o pensamento crítico, reflexivo e criativo e a capacidade de buscar e produzir conhecimento;	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública Estágio Supervisionado; Bioestatística; Metodologia Científica; Trabalho de Conclusão de Curso.
Aplicar os fundamentos da epidemiologia e do conhecimento da comunidade, como fatores fundamentais à gestão, ao planejamento e à avaliação das ações profissionais para fundamentar a tomada de decisão em saúde;	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Odontologia Social; Odontologia Legal; Clínicas Interdisciplinares; Estomatologia; Imaginologia; Periodontia I; Dentística I; Clínica Interdisciplinar I; Clínica Interdisciplinar II; Prótese Fixa; Anestesiologia e Cirurgia I; Endodontia I; Oclusão; Endodontia; Periodontia e Implantodontia; Odontopediatria; Prótese removível Pré-Clínico; Clínica Interdisciplinar III; Prótese Total Pré-Clínica; Odontopediatria Clínica; Ortodontia; Cirurgia e Traumatologia; Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial; Pacientes com Necessidades Especiais; Gestão e Marketing; Estágio Supervisionado.
Trabalhar em equipe interprofissional e de saúde bucal, informando e educando a equipe e a população a respeito da saúde bucal;	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Odontologia Social; Introdução a Profissão; Terapêutica; Materiais Dentários; Semiologia e Cariologia; Estomatologia; Ergonomia e Biossegurança; Imaginologia; Periodontia I; Dentística I; Clínicas Interdisciplinares; Prótese Fixa; Anestesiologia e Cirurgia I; Endodontia I; Oclusão; Endodontia; Periodontia e Implantodontia; Odontopediatria; Prótese removível Pré-Clínico; Prótese Total Pré-Clínica; Odontopediatria Clínica; Ortodontia; Cirurgia e Traumatologia; Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial; Pacientes com Necessidades Especiais; Gestão e Marketing; Estágio Supervisionado;
Planejar e desenvolver a atenção odontológica individual e coletiva, considerando a família como unidade de cuidado, e respeitando os ciclos de vida;	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Odontologia Social; Introdução a Profissão; Terapêutica; Materiais Dentários; Semiologia e Cariologia; Estomatologia; Ergonomia e Biossegurança; Imaginologia; Periodontia I; Dentística I; Clínicas Interdisciplinares; Prótese Fixa; Anestesiologia e Cirurgia I; Endodontia I; Oclusão; Endodontia; Periodontia e Implantodontia; Odontopediatria; Prótese removível Pré-Clínico; Prótese Total Pré-Clínica; Odontopediatria Clínica; Ortodontia; Cirurgia e Traumatologia; Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial; Pacientes com Necessidades Especiais; Gestão e Marketing; Estágio Supervisionado;
Supervisionar as atividades do técnico em saúde bucal e auxiliar em saúde bucal.	Todas as disciplinas, com ênfase em Epidemiologia, Saúde Pública; Odontologia Social; Introdução a Profissão; Terapêutica; Materiais Dentários; Semiologia e Cariologia;

	Estomatologia; Ergonomia e Biossegurança; Imaginologia; Periodontia I; Dentística I; Clínicas Interdisciplinares; Prótese Fixa; Anestesiologia e Cirurgia I; Endodontia I; Oclusão; Endodontia; Periodontia e Implantodontia; Odontopediatria; Prótese removível Pré-Clínica; Prótese Total Pré-Clínica; Odontopediatria Clínica; Ortodontia; Cirurgia e Traumatologia; Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial; Pacientes com Necessidades Especiais; Gestão e Marketing; Estágio Supervisionado.
--	--

Fonte: Direção Acadêmica/FLORENCE (2023)

O currículo do curso abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas por matrículas semestrais, em uma seriação adequada aos componentes do plano do curso: Formação Básica, Formação Específica e Formação Teórica - Prática; que formam um ciclo comum e um ciclo específico constituído por conteúdos que favorecem os conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais que caracterizam a modalidade. O elenco de disciplinas é hierarquizado em períodos semestrais, relacionadas com o conteúdo exigido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, e baseia-se nos 3 eixos propostos, que são:

Quadro 2. Conteúdo das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Odontologia e as disciplinas propostas para o curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior

CONTEÚDOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE ODONTOLOGIA	DISCIPLINAS DA MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA PARA O CURSO DE ODONTOLOGIA DO IFES
Ciências Biológicas e da Saúde – incluem de forma integrada, os conteúdos teóricos e práticos de base bioquímica, molecular, morfológica, celular e tecidual dos processos normais e alterados, bem como a estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, com aplicação nas situações decorrentes do processo saúde-doença e no desenvolvimento da prática assistencial de Odontologia para a atenção integral à saúde.	Anatomia Sistêmica; Citologia e Histologia; Genética e Embriologia; Bioquímica; Microbiologia e Imunologia; Fisiologia Humana; Mecanismo de Agressão e Defesa; Anatomia de Cabeça e Pescoço; Anatomia Bucal e Escultura; Fisiologia Bucal; Patologia Geral;
Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos teóricos e práticos, tendo como referência: I - as diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, que contribuem para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos,	Ciências Sociais; Metodologia Científica; Psicologia; Odontologia Legal; Epidemiologia e Bioestatística; Odontologia Social I; Odontologia Social II; Odontologia Social III; Projeto de TCC; Trabalho de Conclusão de Curso I;

éticos, bioéticos e forenses, nos níveis individual e coletivo do processo saúde-doença; II - a Saúde Coletiva como sustentação longitudinal ao aprendizado, a partir do conhecimento de promoção da saúde, das políticas públicas de saúde, da epidemiologia, das ciências sociais, considerando os determinantes sociais da saúde; III - as políticas de educação e sustentabilidade ambiental, de educação em direitos humanos, de acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida, e das que tratam da equidade e de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiência e de educação das relações étnico-raciais; IV - as bases referenciais psicológicas e humanísticas da relação profissional-paciente; V - a Educação em Saúde e as novas tecnologias de informação e comunicação em Odontologia e linguagens oficiais adotadas no território brasileiro; VI - o conhecimento e a aplicação do método científico para a realização de projetos de pesquisa e análise crítica de artigos científicos.	
Ciências Odontológicas – incluem-se os conteúdos teóricos e práticos para compreensão e domínio: I - da propedêutica clínica: acolhimento, coleta, interpretação e análise de informações sobre história clínica, exame físico, conhecimento fisiopatológico dos sinais e sintomas, exames complementares; II - da clínica odontológica integrada, do diagnóstico, do prognóstico, da prevenção e da elaboração de projetos terapêuticos singulares e para a adoção de condutas terapêuticas singulares na abordagem de doenças e agravos que acometem a saúde bucal e o equilíbrio do sistema estomatognático do ser humano em todas as fases do ciclo de vida; III - das técnicas e habilidades para a interceptação e o tratamento das doenças e agravos bucais, assim como para a restauração e reabilitação estético-funcional e a manutenção do equilíbrio do sistema estomatognático e da saúde bucal, tendo como base as evidências científicas e a incorporação de inovações tecnológicas no exercício da profissão; IV - da prescrição clínica racional da terapêutica	Introdução a Profissão; Terapêutica; Materiais Dentários; Semiologia e Cariologia; Estomatologia; Ergonomia e Biossegurança; Imaginologia; Periodontia I; Dentística I; Clínica Interdisciplinar I; Clínica Interdisciplinar II; Prótese Fixa; Anestesiologia e Cirurgia I; Endodontia I; Oclusão; Endodontia; Periodontia e Implantodontia; Odontopediatria; Prótese removível Pré-Clínico; Clínica Interdisciplinar III; Prótese Total Pré-Clínica; Odontopediatria Clínica; Ortodontia; Cirurgia e Traumatologia; Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial; Pacientes com Necessidades Especiais; Gestão e Marketing;

medicamentosa em Odontologia e do uso de técnicas anestésicas locais e regionais, proporcionando terapêuticas eficazes e seguras para os indivíduos atendidos; V - da abordagem de emergência e do suporte básico de vida; VI - da composição e das propriedades químicas, físicas e biológicas dos materiais empregados em Odontologia, assim como das técnicas de manipulação e indicações clínicas; VII - do manuseio de aparelhos de radiação X, considerando os princípios da radioproteção, as técnicas para a tomada e revelação de radiografias intraorais, assim como a interpretação de imagens por diferentes métodos de diagnósticos por imagens em Odontologia; VIII - dos princípios de biossegurança e ergonomia na prática odontológica, de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes; IX - dos conceitos de perícias odontológicas e auditorias, assim como das exigências legais para instalação e gestão do funcionamento de um consultório odontológico; X - do atendimento clínico odontológico ambulatorial do indivíduo com necessidades especiais; XI - da assistência odontológica a indivíduos mantidos em Instituições de Saúde, incluindo ambientes hospitalares; XII - da gestão e planejamento organizacional e profissional dos serviços de saúde;	
Estágio Curricular Supervisionado	Estágio Extramuros; Estágio Interdisciplinar I; Estágio Interdisciplinar II;
Atividades Complementares	Atividades Complementares
Elaboração de um trabalho sob orientação docente	Trabalho de Conclusão de Curso II;
Decreto nº 5.626/2005 Disciplinas Optativas	Libras, Laser em Odontologia e Odontogeriatricia; Implantodontia; Odontologia Hospitalar.

O curso de Odontologia está dimensionado em uma carga horária total de 4080 horas distribuídas de forma equilibrada ao longo de 10 semestres letivos previstos para a integralização curricular. A matriz curricular abrange uma sequência de unidades curriculares

ordenadas de forma modular, em uma sucessão adequada para o encadeamento lógico de conteúdos e atividades. Devendo ser integralizado em, no mínimo, 10 semestres letivos e, no máximo, 16 semestres letivos, tendo como turno de funcionamento o período integral.

A carga horária de cada disciplina está distribuída de forma equânime, garantindo o dimensionamento da carga horária necessária ao desenvolvimento das competências e habilidades definidas, bem como os conteúdos a serem trabalhados. As atividades complementares são desenvolvidas no decorrer do curso em conformidade com regulamentação específica.

Este projeto curricular, ainda, traz os conteúdos obrigatórios relacionados aos direitos humanos, relações étnico-raciais, meio ambiente e sustentabilidade, uma vez que a IES considera que estas discussões são essenciais para a formação do cidadão e profissional que atuará junto à sociedade e enquanto sociedade.

Quadro 3. Distribuição da carga-horária das Disciplinas e Elementos Curriculares Obrigatórios do Curso de Odontologia

Disciplinas	CH
Teoria	1560h
Prática	1520h
Estágio Curricular Supervisionado	800h
Atividades Complementares	200h
CH Total	4080h

2.6.1 Conteúdos Curriculares

A estrutura curricular do curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior, bem como as ementas das disciplinas, é resultado de observações sobre as exigências formais, como o perfil profissional do egresso bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Odontologia, a realidade econômica e social regional, nacional e internacional e os anseios da comunidade acadêmica.

Os planos de ensino das disciplinas do curso são analisados e discutidos pelos professores e, quando necessário, atualizados e aprovados pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado de Curso. Há uma preocupação permanente quanto à necessidade de manter as ementas, conteúdos e bibliografias básicas e complementares dos planos de ensino e do Projeto Pedagógico do Curso atualizados, analisando também a sua importância e adequação para cada disciplina e para o curso como um todo, visando o contato com o conhecimento recente e inovador na área da Odontologia.

O acervo bibliográfico digital do curso é adequado e está atualizado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos das disciplinas. Para tanto, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, entre o número de vagas autorizadas e as assinaturas de acesso às bibliotecas virtuais.

A construção do PPC foi delineada a partir das DCNs dos cursos de Odontologia, atendendo aos seguintes campos interligados de formação:

I. Núcleo de Estudos de Básicos

Nesse núcleo é construída a base de Fundamentos Gerais que se constitui em torno das concepções norteadoras do curso. Busca-se, por meio dos componentes curriculares, oportunizar uma formação teórico-prática, que favoreça a apropriação de saberes, que servem de base para a construção dos processos educativos em diferentes realidades educativas. Além disso, busca-se fornecer subsídios para o estudo e metodologia da investigação e trabalho científico.

Disciplina	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total
Anatomia Sistêmica	40h	20h	60h
Citologia e Histologia	40h	20h	60h

Genética e Embriologia	40h	20h	60h
Introdução a profissão	40h	0	40h
Saúde Pública (EaD)	40h	0	40h
Bioquímica	40h	20h	60h
Fisiologia Humana	40h	20h	60h
Mecanismo de agressão e defesa	40h	20h	60h
Metodologia Científica - EAD	40h	0	40h
Ciências Sociais - EAD	40h	0	40h
Ergonomia e biossegurança	40h	0	40h
Anatomia de Cabeça e pescoço	40h	40h	80h
Anatomia bucal e escultura	40h	40h	80h
Fisiologia Bucal	20h	20h	40h
Patologia	40h	20h	60h
Psicologia (EaD)	60h	0	60h
Farmacologia (EaD)	40h	20h	60h
Terapêutica	40h	20h	60h
Odontologia Legal	40h	0	40h
Epidemiologia e bioestatística	80h	0	80h
Projeto de Pesquisa	40h	0	40h
Trabalho de Conclusão de Curso	20h	0	20h
TOTAL DE HORAS	900h	280h	1180h

II. Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional

Os componentes curriculares deste núcleo buscam oportunizar ao estudante o aprofundamento de conhecimentos para a construção profissional, levando em conta as áreas de atuação priorizadas no curso de Bacharelado em Odontologia do Instituto Florence. Tais componentes voltam-se para o fortalecimento da relação teoria e prática. Neste núcleo encontram-se os seguintes componentes curriculares: Estágio Supervisionado Obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as disciplinas Optativas, conforme descrito em tópicos posteriores.

Disciplina	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total
Odontologia Social I	40h	0	40h
Materiais dentários	20h	40h	60h
Semiologia e Cariologia	60h	0	60h
Periodontia	20h	40h	60h
Clínica Interdisciplinar I	0	100h	80h
Patologia Bucal e Estomatologia	40h	20h	60h
Dentística	40h	60h	100h
Imaginologia	40h	40h	80h
Clínica Interdisciplinar II	0	100h	100h
Prótese Fixa	20h	40h	60h
Anestesiologia e Cirurgia	40h	40h	80h

Endodontia	40h	40h	80h
Oclusão e DTM	20h	20h	40h
Endodontia	40h	0	40h
Periodontia e Implantodontia	60h	0	60h
Odontopediatria	20h	60	80h
Prótese removível	20h	40h	60h
Clínica Interdisciplinar III	0	100h	100h
Prótese Total	20h	40h	60h
Ortodontia	20h	20h	80h
Odontologia Social II (EaD)	40h	0	40h
Odontologia Social III (EaD)	40h	0	40h
Estágio Em Clínicas Integradas Infantojuvenil	0	240h	240h
Odontologia para PCD	20h	60h	80h
Estágio em Clínicas Integradas Para o Adulto	0	240h	240h
Estágio Em Clínicas Integradas Do Idoso	0	240h	240h
Gestão e Marketing	40h	0	40h
ATIVIDADE EXTENSIONISTA I ao X	0	400h	400h
TOTAL DE HORAS	700h	1980h	2700h

Será considerado aprovado o aluno que obtiver a nota 7,0, (sete) em cada disciplina, assim como, obtiver frequência mínima determinada pela legislação vigente em conformidade com o presente projeto.

III. Núcleo de Estudos Integradores

Fazem parte deste núcleo as Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) constitutivas do curso de Bacharelado em Odontologia, que se configuram em outro espaço de flexibilidade no qual o estudante poderá desenvolver ações de aprofundamento de seus interesses, desde que fomentem a pesquisa, a profissionalização docente, em especial a monitoria, e o intercâmbio entre universidade e comunidade/sociedade, através da extensão.

A complementação a ser realizada neste eixo é decisiva para a formação na graduação e para sedimentar as reflexões que possam ter continuidade na Pós-Graduação, e totaliza uma carga de 200 (duzentas) horas.

No caso específico da Extensão, uma ampliação do significado deste conceito é

necessária. Esta atividade envolverá não apenas projetos tipicamente definidos como extensão e cadastrados nos órgãos da Faculdade, mas também outras atividades realizadas, tais como iniciação à docência, iniciação à pesquisa, participação em eventos científicos externos e internos e outras atividades promovidas por instituições de ensino, de pesquisa, além de órgãos e instituições não governamentais, desde que elas sejam de cunho científico, cultural e artístico.

Disciplina	C.H.
Optativa (EaD/ Presencial)	40h
Atividades Complementares	200h
TOTAL DE HORAS	240h

A oferta de componentes optativos possibilita aos estudantes processar escolhas que lhes permitam aprofundar e ampliar seus interesses de pesquisa, ensino ou extensão, oportunizando e exercitando, desta forma, o espaço de autonomia e a experiência da construção de um percurso de formação diferenciado, consequentemente, atendendo aos desejos e anseios dos estudantes. É relevante ressaltar que o elenco das disciplinas optativas foi elaborado visando atender aos recentes requerimentos da formação do cirurgião-dentista.

Disciplina	C.H.
Libras (EaD)	40h
Implantodontia	40h
Odontogeriatría	40h
Odontologia Hospitalar	40h
Harmonização Orofacial	40h

2.6.2 Matriz Curricular do Curso

Os conteúdos curriculares do curso de Graduação em Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior foram fundamentados nos seguintes atos normativos: Resolução CNE/CES N°803, de 05/12/2018, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia; que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia; Resolução CNE/CES nº 3/ 2002 e Parecer CNE/CES nº 1.300/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia, Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura do Ministério da Educação (março de 2010) e nos princípios educacionais do Instituto Florence.

De acordo com o Art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais, a formação do bacharel

em Odontologia deverá incluir, como etapa integrante da graduação, o Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo-o como cenário de atuação profissional e campo de aprendizado que articula ações e serviços para a formação profissional. A formação do cirurgião-dentista deverá incluir a atenção integral à saúde, levando em conta o sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contrarreferência, e o trabalho em equipe interprofissional.

Na atualidade, o curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior está com três matrizes curriculares vigentes, a Matriz 03 (5º ao 10º período em 2023.2) e a Matriz 04 (3º e 4º período) e a Matriz 05 (1º e 2º período em 2023.2). Assim, nesse PPC serão apresentadas as três matrizes curriculares a seguir:

MATRIZ 03

CURSO	GRAU ACADÊMICO	CURRÍCULO
Odontologia	Graduação	2021
ATO AUTORIZATIVO	CARGA HORÁRIA TOTAL	INTEGRALIZAÇÃO
Portaria nº 423, de 12 de junho de 2018 (Registro e-MEC nº 201506541)	4180 h	10 semestres (5 anos)

1º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Anatomia Sistêmica	40	40	80
Citologia E Histologia	60	20	80
Genética E Embriologia	60	20	80
Introdução A Profissão	40	0	40
Saúde Pública	40	0	40
Bioquímica	60	20	80
TOTAL			400
2º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Ciências Sociais - Ead	40	0	40
Anatomia De Cabeça E Pescoço	40	40	80
Fisiologia Humana	60	20	80
Mecanismos De Agressão E Defesa	40	40	80
Anatomia Bucal E Escultura	40	40	80
Metodologia Científica	40	0	40

Ergonomia E Biossegurança	40	0	40
TOTAL			440
3º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Psicologia	40	0	40
Cariologia	40	0	40
Odontologia Social I	40	0	40
Fisiologia Bucal	20	20	40
Patologia Geral E Bucal	40	40	80
Materiais Dentários	40	40	80
Farmacologia	40	20	60
TOTAL	260	120	380
4º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Terapêutica	40	20	60
Periodontia I	40	40	80
Clínica Interdisciplinar I	0	80	80
Semiologia E Estomatologia	80	0	80
Dentística I	40	60	100
Imaginologia	40	40	80
TOTAL	240	240	480
5º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Odontologia Legal	40	0	40
Clínica Interdisciplinar II	0	80	80
Epidemiologia E Bioestatística	80	0	80
Prótese Fixa I	40	40	80
Anestesiologia E Cirurgia I	40	40	80
Endodontia I	40	40	80
TOTAL	240	200	440
6º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Oclusão	20	20	40
Endodontia	40	0	40
Periodontia E Implantodontia	60	0	60

Odontopediatria	60	0	60
Prótese Removível Pré-Clínico	40	40	80
Clínica Interdisciplinar III	0	80	80
TOTAL	220	140	360

7º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Prótese Total Pré-Clínica	40	40	80
Odontopediatria Clínica	0	80	80
Projeto De TCC	40	0	40
Ortodontia	40	40	80
Odontologia Social II	40	0	40
Estágio Interdisciplinar I	0	160	160
TOTAL	160	320	480

8º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Odontologia Social III	40	0	40
Cirurgia II E Traumatologia	60	0	60
Disfunção Temporomandibular E Dor Orofacial	40	0	40
Estágio Extramuros	0	60	60
Trabalho De Conclusão De Curso I	40	0	40
Estágio Interdisciplinar II	0	160	160
TOTAL	180	220	400

9º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Estágio Em Clínica Integrada Infantil	0	240	240
Trabalho De Conclusão De Curso II	20	0	20
Pacientes Com Necessidades Especiais	20	60	80
Optativa	40	0	40
TOTAL	80	300	380

10º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Atividade Complementar	0	200	200
Estágio Em Clínica Integrada Adulto	0	240	240
Gestão E Marketing	40	0	40
TOTAL	40	440	480

Disciplinas: 3120H Estágio: 860H Ativ. Complementar: 200H
 Disc. Cadastrada: 4240H

MATRIZ 04

CURSO	GRAU ACADÊMICO	CURRÍCULO
Odontologia	Graduação	2022
ATO AUTORIZATIVO	CARGA HORÁRIA TOTAL	INTEGRALIZAÇÃO
Portaria nº 423, de 12 de junho de 2018 (Registro e-MEC nº 201506541)	4080 h	10 semestres (5 anos)

1º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Anatomia Sistemica	40	20	60
Citologia E Histologia	40	20	60
Genética E Embriologia	40	20	60
Introdução A Profissão	40	0	40
Saúde Pública	40	0	40
Bioquímica	40	20	60
TOTAL	240	80	320
2º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Fisiologia Humana	40	20	60
Mecanismo De Agressão E Defesa	40	20	60
Odontologia Social I	40	0	40
Metodologia Científica - Ead	40	0	40
Ciências Sociais – Ead	40	0	40
Ergonomia E Biossegurança	40	0	40
Anatomia De Cabeça E Pescoço	40	40	80
TOTAL	280	80	360
3º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Anatomia Bucal E Escultura Dental	40	40	80

Fisiologia Bucal	20	20	40
Patologia Geral	40	20	60
Materiais Dentários	40	40	80
Farmacologia	40	20	60
Semiologia E Cariologia	60	0	60
Psicologia – Ead	60	0	60
TOTAL	300	140	440

4º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Patologia Bucal	40	20	60
Dentística	40	60	100
Imaginologia	40	40	80
Periodontia	20	60	80
Odontologia Legal	40	0	40
Odontologia Social II Ead	40	0	40
Clínica Integrada I	0	100	100
TOTAL	220	280	500

5º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Prótese Fixa	20	60	80
Anestesiologia E Cirurgia I	20	40	60
Endodontia I	20	60	80
Clínica Integrada II	0	100	100
Estomatologia	40	0	40
Terapêutica	40	0	40
TOTAL	140	260	400

6º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Oclusão E DTM	20	40	60
Cirurgia II	20	40	60
Odontopediatria I	40	20	60
Prótese Parcial Removível	20	60	80
Clínica Integrada III	0	100	100
Endodontia II	40	0	40
TOTAL	140	260	400

7º Período			
------------	--	--	--

DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Prótese Total Pré-Clínica	20	60	80
Odontopediatria II	0	80	80
Ortodontia	20	60	80
Clínica Integrada IV	0	100	100
Epidemiologia E Bioestatística	40	20	60
Odontologia Social III	0	40	40
TOTAL	80	360	440

8º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Odontologia Para PCD	20	60	80
Estágio Em Saúde Coletiva	0	80	80
TCC I	40	0	40
Estágio Em Clínicas Integradas Infantojuvenil	0	240	240
TOTAL	60	380	440

9º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Estágio Em Clínicas Integradas Para o Adulto	0	240	240
TCC II	20	0	20
Optativa	40	0	40
TOTAL	60	240	300

10º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Atividade Complementar	0	200	200
Estágio Em Clínicas Integradas do Idoso	0	240	240
Gestão E Empreendedorismo	40	0	40
TOTAL	40	440	480

Disciplinas: 3080H Estágio: 800H Ativ. Complementar: 200H Total: 4080H

MATRIZ 05

CURSO	GRAU ACADÊMICO	CURRÍCULO
Odontologia	Graduação	2023
ATO AUTORIZATIVO	CARGA HORÁRIA TOTAL	INTEGRALIZAÇÃO
Portaria nº 423, de 12 de junho de 2018 (Registro e-MEC nº 201506541)	4000 h	10 semestres (5 anos)

1º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Anatomia Humana	40	20	60
Citologia E Histologia	40	20	60
Genética E Embriologia	40	20	60
Introdução À Profissão	40	0	40
Saúde Pública	40	0	40
Atividade Extensionista I	0	40	40
TOTAL	200	100	300

2º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Fisiologia Humana	40	20	60
Mecanismo De Agressão E Defesa	40	20	60
Odontologia Social I	40	0	40
Metodologia Científica - EAD	40	0	40
Ergonomia E Biossegurança	40	0	40
Anatomia De Cabeça E Pescoço	20	40	60
Bioquímica	40	20	60
Atividade Extensionista II	0	40	40
TOTAL	260	140	400

3º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Anatomia Bucal E Escultura Dental	20	20	40
Fisiologia Bucal	20	20	40
Patologia	40	20	60
Materiais Dentários	20	40	60
Farmacologia - EAD	60	0	60
Semiologia E Cariologia	60	0	60

Psicologia - EAD	40	0	40
Ciências Sociais - EAD	40	0	40
Atividade Extensionista III	0	40	40
TOTAL	300	140	440

4º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Patologia Bucal E Estomatologia	40	20	60
Dentística	20	40	60
Imaginologia	20	40	60
Periodontia	20	40	60
Clínica Integrada I	0	100	100
Epidemiologia E Bioestatística	40	20	60
Gestão E Empreendedorismo	40	0	40
Atividade Extensionista IV	0	40	40
TOTAL	180	300	480

5º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Prótese Fixa	20	40	60
Anestesiologia E Cirurgia	20	60	80
Endodontia	20	60	80
Clínica Integrada II	0	100	100
Terapêutica	40	0	40
Odontologia Social II EAD	40	0	40
Optativa	40	0	40
Atividade Extensionista V	0	40	40
TOTAL	180	300	480

6º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Oclusão E Dtm	20	20	40
Odontopediatria	40	40	80
Prótese Parcial Removível	20	40	60
Clínica Integrada III	0	100	100
Atividade Extensionista VI	0	40	40
TOTAL	80	240	320

7º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Prótese Total Pré-Clínica	20	40	60

Ortodontia	20	20	40
Clínica Integrada IV	0	100	100
Odontologia Legal	40	0	40
Odontologia Social III - EAD	0	40	40
Atividade Extensionista VII	0	40	40
TOTAL	80	240	320

8º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Odontologia Para PCD	20	60	80
Estágio Em Saúde Coletiva	0	80	80
Projeto De Pesquisa	40	0	40
Estágio Em Clínicas Integradas Infantojuvenil	0	240	240
Atividade Extensionista VIII	0	40	40
TOTAL	60	420	480

9º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Estágio Em Clínicas Integradas Para O Adulto	0	240	240
Trabalho De Conclusão De Curso	20	0	20
Atividade Extensionista IX	0	40	40
TOTAL	20	280	300

10º Período			
DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Estágio Em Clínicas Integradas Do Idoso	0	240	240
Atividade Complementar	200	0	200
Atividade Extensionista X	0	40	40
TOTAL	200	280	480

Disciplinas: 3000H	Estágio: 800H	Ativ. Complementar: 200H	Total: 4000H
--------------------	---------------	--------------------------	--------------

2.6.3 Articulação entre os Componentes Curriculares ao Longo da Formação

O Curso de bacharelado em Odontologia está dimensionado em uma carga horária de 4.080 horas, integralizadas em 10 semestres letivos. Essa carga horaria está distribuída entre 3080 horas de componentes curriculares, 800 horas de estágio e 200 horas de Atividades Complementares.

A carga horária de cada semestre está distribuída em Unidades Curriculares,

garantindo o dimensionamento da carga horária necessária ao desenvolvimento das competências e habilidades definidas, bem como os conteúdos a serem trabalhados. As atividades complementares serão desenvolvidas no decorrer do curso em conformidade com regulamentação específica. Destaca-se ainda que o curso está proposto de acordo com as determinações contidas na Resolução CNE/CES Nº. 03, de 21/06/2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia, onde os conteúdos essenciais para a formação do cirurgião-dentista devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional.

A formação técnico-científica e profissional deverá ser desenvolvida dentro de um contexto em que sejam estabelecidos os padrões de conhecimento e valorização do ser humano em suas dimensões, biológica, social, psicológica e cultural, motivando e proporcionando uma visão articulada do estudo da saúde, da doença e da interação do homem com o meio ambiente. Nesta perspectiva, os conteúdos curriculares, neste curso, relacionam-se aos conjuntos de conhecimentos das áreas das Ciências Biológicas e da Saúde, Humanas e Sociais e Ciências Odontológicas e, metodologicamente, se articulam na perspectiva da interdisciplinaridade, da relação teoria- prática e na integração do ensino, pesquisa e extensão.

Assim, conforme podemos observar na organização curricular, as disciplinas são distribuídas em um modelo a inserir de forma concisa as áreas de formação das ciências biológicas e da saúde, ciências humanas e sociais e ciências Odontológicas. O primeiro ano do curso prioriza as disciplinas que oferecem a formação básica do aluno, com a maior parte da carga horária voltada para as áreas de ciências biológicas e da saúde. Esta distribuição vai se alterando no decorrer do curso, com o aumento progressivo das disciplinas da área de ciências da Odontológicas e a diminuição concomitante das disciplinas que contemplam outras áreas. A área de Ciências humanas e sociais se amplia à medida que o curso avança. Uma vez que os estudantes estão ingressando no estágio, seu conteúdo torna-se progressivamente indissociável das ciências Odontológicas.

O início do estágio profissional, no quarto ano de curso, permite que vivências e recursos metodológicos sejam gradativamente construídos, possibilitando a sistematização do processo de formação de um cirurgião-dentista capaz de se comprometer com as necessidades comunitárias e a iniciar-se no exercício da sua profissão. Para isso, o Curso de Odontologia viabiliza parcerias e convênios com empresas, Unidades Básicas de Saúde, Centros de Especialidades Odontológicas, clínicas e hospitais na grande São Luís. A tabela com a

distribuição por área de formação das disciplinas e elementos curriculares obrigatórios do curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior encontra-se anexa a este PPC.

As atividades complementares presentes em todos os períodos do curso visam estimular a participação do futuro biomédico em seu processo de formação, ao optar por atividades científicas e culturais para a ampliação e aprofundamento de conhecimentos, e desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a formação de um profissional comprometido com a saúde individual e coletiva.

Seguindo as tendências mais atuais da Educação, de forma especial as que valorizam a autonomia do aluno e o processo de construção do conhecimento, a instituição incentiva de novas tecnologias aplicadas à aprendizagem, seja para organização dos estudos de forma geral, seja para que os alunos conheçam as possibilidades de educação permanente e continuada que se apresentam aos profissionais desta área, por meio da metodologia de educação à distância. Desta forma, componentes curriculares ofertados na modalidade EaD visam possibilitar a autonomia do aluno com estratégias que integrem tecnologias da informação e comunicação. Esta iniciativa atende às regulamentações da modalidade de educação à distância e os professores contam com o apoio da Coordenação de EaD, responsável por promover a formação continuada dos docentes para que a metodologia de educação a distância ocorra com qualidade.

No curso de Odontologia, são adotados os pressupostos de que a interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e o engajamento de professores, pois estes são capazes de superar a fragmentação do ensino possibilitando uma formação que visa a aquisição de habilidades e competências necessárias para enfrentar problemas complexos e globais da realidade atual. Esta premissa permite a abordagem interdisciplinar sem anular a importância da disciplinaridade.

As Atividades Acadêmicas desenvolvidas a partir da implementação de formas curriculares de extensão, indissociáveis da condução dos conteúdos curriculares, têm por premissa os estudos interdisciplinares que proporcionam aos acadêmicos dos cursos da área da saúde as vivências individual e coletiva de aprendizagem, visando ao desenvolvimento de ações integradas, multiprofissionais e preventivas junto à comunidade, fortalecendo a importância das questões ambientais, direitos humanos e das relações étnico-raciais e, ainda, a conscientização de que é possível transformar as práticas profissionais em saúde, preconizadas pelo SUS – Sistema Único de Saúde.

A formação com postura humanista, na perspectiva social e no compromisso ético do indivíduo, cidadão e profissional, que constituem os temas transversais, é desenvolvida durante o curso e no desenvolvimento de projetos de extensão. É importante ressaltar que estes temas são abordados na prática diária do ensino, universalmente.

2.6.3 Curricularização da Extensão

A Faculdade Florence, em consonância com a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014- 2024), aprovou a Resolução Normativa nº 08 de 01 março de 2022, com vista a regulamentar as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para todos os seus cursos de graduação e demais documentos normativos próprios para o quinquênio (2021 a 2025), com a finalidade de integralizar as atividades extensionistas com as questões pedagógicas do ensino, bem como com os benefícios da pesquisa, alinhados às demandas sociais e à dinâmica curricular definida no perfil do egresso estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Para tanto, a norma interna estabelece que “as atividades de extensão **devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento)** do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Ainda, instrui o INEP a considerar, **para efeitos de autorização e reconhecimento de cursos**, (i) o cumprimento dos 10% de carga horária mínima dedicada à extensão, (ii) a articulação entre atividades de extensão, ensino e pesquisa, (iii) os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação, o que se fez na forma *infra*:

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 08/ 2022, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a inserção da Extensão nos currículos dos Cursos de Graduação da Faculdade Florence.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEP, no uso de suas atribuições regimentais, em especial aquelas constantes no art. 10 do Regimento Interno, tendo em vista deliberação deste órgão colegiado em sessão realizada em 01 de março de 2022; considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto no artigo 207 da Constituição da República de 1988; a concepção curricular

estabelecida pela Lei Federal nº 9.394/1996, observada a Meta 12, estratégia 12.7, do Plano Nacional de Educação (2014-2024); a Lei Federal nº 13.005/2014; a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/ Ministério da Educação, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, respeitados o Regulamento dos Cursos de Graduação da Faculdade Florence,

RESOLVE:

Art. 1º Esta resolução normativa regulamenta as atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares para os cursos de graduação da Faculdade Florence, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da Faculdade Florence, e de acordo com o perfil dos egressos estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

Art. 2º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação e deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico curricular estudantil.

Parágrafo único. Entende-se por carga horária total a soma das horas dos componentes curriculares, incluídos, quando houver, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso (TCC), estágio obrigatório e outros estágios previstos no PPC de cada curso de graduação.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 3º Para os propósitos desta resolução normativa, a extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a Faculdade Florence e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Parágrafo único. São consideradas atividades de extensão as ações que promovam o

aprimoramento científico, com ênfase na resolução de problemas numa perspectiva transversal que possa aglutinar conhecimentos teórico-práticos vivenciados na academia com as necessidades da comunidade externa, nos termos desta resolução normativa e conforme critérios estabelecidos nos PPCs dos cursos de graduação.

Art. 4º Estruturam a concepção e a prática das atividades de extensão:

I – a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II – a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III – a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e da aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV – a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico;

V – a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

VI – o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VII – a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social da IES com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes curriculares para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

VIII – a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

IX – o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

X – a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável do país.

Art. 5º As atividades de extensão, segundo sua caracterização nos projetos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I – Ações sociais;

II – projetos;

III – cursos e palestras;

IV – eventos.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES, ESTRATÉGIAS E INSERÇÃO CURRICULAR

Art. 6º Os PPCs deverão definir as atividades de extensão que serão reconhecidas para fins de creditação curricular, dentro das seguintes unidades curriculares:

I – como disciplina da matriz curricular, que dedicará toda ou parte da carga horária de um período letivo à realização de atividades de extensão previstas em um ou mais programas de extensão;

II – como atividade de extensão na forma de unidade curricular, constituída de ações sociais, projetos, cursos, palestras e eventos, conforme definição nesta Resolução.

§ 1º Não é objetivo aumentar a carga horária total dos cursos de graduação. Entretanto, se o Colegiado de Curso, julgar necessário, deverá justificar a necessidade de aumento da carga horária e submeter à apreciação do CONSEPE.

§ 2º As disciplinas referentes ao inciso I serão registradas no Planejamento e Acompanhamento das Atividades Docentes – PAD, como atividade de ensino.

Art. 7º As atividades de extensão desenvolvidas como disciplina da matriz curricular deverão estar integradas a um ou mais programas de extensão descritos no PPC e deverão estar registrados no sistema de registro de ações de extensão da Faculdade Florence.

Parágrafo único. O programa de extensão ao qual se vincula a disciplina deve envolver a comunidade externa, as instituições conveniadas e parceiras, tanto de Educação Básica quanto do Ensino Superior, e constar no respectivo PPC, de forma articulada aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

Art. 8º O plano e o programa de ensino das disciplinas que dediquem toda ou parte da carga horária ao desenvolvimento de atividades de extensão deverão detalhar as atividades e cronograma, descrever a metodologia e as formas de avaliação, e discriminar a carga horária correspondente.

§1º A incorporação de atividades de extensão à matriz curricular não implica necessariamente alteração na ementa da disciplina.

§2º A sistemática de avaliação dar-se-á por meio da entrega de relatórios individuais ou em grupo, construído pelos estudantes como culminância da atividade extensionista, para validação da nota de 0 a 10, podendo o conceito de nota ser substituído, conforme avaliação de pertinência realizada pelo docente a partir da atividade desenvolvida, pela conceituação “apto” ou “inapto”, devendo este formato ser mencionado, explicado e fundamentado expressa e previamente no plano de ensino da referida disciplina.

Art. 9º A participação dos estudantes em ações sociais, projetos, eventos, cursos e palestras poderá ser reconhecida para fins de integralização curricular e poderá ser registrada em unidades curriculares denominadas:

I – “Atividades extensionistas – Projetos”;

II – “Atividades extensionistas – Ações sociais”;

III – “Atividades extensionistas – Cursos e palestras”;

IV - Atividades extensionistas – Evento’.

§ 1º Fica estabelecido que os PPCs deverão adotar as seguintes estratégias metodológicas para as ações de curricularização da extensão:

- a) estudantes do 1º e 2º períodos: atividades extensionistas direcionadas à participação em palestras e minicursos (formação continuada);
- b) estudantes do 3º ao 5º período: atividades extensionistas direcionadas a ações sociais e eventos;
- c) estudantes do 6º ao último período: atividades extensionistas direcionadas à elaboração de projetos cujo resultado seja o desenvolvimento de um produto (cartilhas, ebooks, vídeos educativos, manuais, etc).

§2º O PPC poderá definir a carga horária mínima a ser cumprida pelo estudante em cada uma das modalidades mencionadas nos incisos de I a IV e no parágrafo 1º.

§3º Preferencialmente, as atividades de extensão devem ser oferecidas ao estudante no seu turno de estudo.

§4º Os cursos de educação a distância (EaD) também promoverão atividades de extensão para a participação de seus estudantes.

§5º Horas de estágio não serão contabilizadas, em nenhuma modalidade, como extensão.

§6º Para validação, as ações de extensão devem estar registradas e aprovadas no Sistema Acadêmico de Registro (GFLEX), de modo que a carga horária total do estudante no semestre será incluída no sistema pelo coordenador da ação de extensão.

Seção 1

Da coordenação de extensão do curso

Art. 10. O reconhecimento e avaliação das atividades de extensão na forma de unidade curricular serão feitos por um coordenador de extensão de curso.

Art. 11. O colegiado de curso deverá indicar um docente para exercer a função de coordenador de extensão de curso, com as seguintes atribuições:

I – coordenar, orientar e acompanhar as ações de extensão realizadas no âmbito do curso nos termos da curricularização da extensão;

II – avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo estudante em concordância com o PPC;

III – cadastrar as disciplinas extensionistas, carga horária e plano de atividade no sistema de registro acadêmico da Faculdade;

IV – promover reuniões com a coordenação pedagógica, de ensino e docentes que ministrem disciplinas correlacionadas com as atividades de extensão;

V – aprovar a participação dos estudantes nas ações de extensão registradas no Gflex.

Art. 12. Para o exercício das funções de coordenador de extensão de curso serão alocadas até 20 (vinte) horas semanais de trabalho. A alocação de horas será efetuada no ato de designação para a respectiva função, a ser emitido pela Direção Acadêmica.

CAPÍTULO III

Disposições gerais

Art. 13. Esta resolução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Caberá à Direção Geral e a Direção Acadêmica a criação de programas de apoio financeiro, de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores de autoavaliação continuada para as ações de extensão previstas nesta resolução normativa, nos termos do Art. 11 da Resolução 07 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.

Art. 15. Os cursos de graduação desta faculdade terão prazo até 02 de janeiro de 2023 para a implantação da curricularização, conforme disposto nesta resolução normativa, devendo os respectivos núcleos docentes estruturantes e colegiados de curso, desde já, organizarem o

seu respectivo planejamento, inclusive com a elaboração das novas matrizes curriculares, acaso necessário.

2.6.4 Ementário e Bibliografias

1º Período	
Disciplina: Anatomia Humana	CH: 60h
Ementa:	
Conhecimento estrutural e topográfico dos órgãos que compõem os sistemas do corpo humano. A disciplina de Anatomia Humana trata das principais estruturas anatômicas, com especial atenção ao reconhecimento da nomenclatura e posição anatômica; planos, eixos e conceitos sobre a construção geral do corpo humano: sistemas ósseos, articular, muscular, nervoso, digestório, urinário, reprodutor, tegumentar, cardiovascular e respiratório, explorando fundamentalmente as noções de forma e relações entre estruturas.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
GRAAFF, Kent M. Van Der. Anatomia humana. Barueri: Manole, 2003.	40
BECKER, Roberta Oriques. Anatomia Humana . 1. ed. Porto Alegre: Sagah, Artmed, 2018. 532 p.	Acervo digital
FATTINI, Carlo Américo, DANIELO, José Geraldo. Anatomia humana sistêmica e segmentar. São Paulo: Atheneu, 2007.	24
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
HEIDEGGER, Wolf. Atlas de Anatomia Humana, 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. E-book.	6
TANK, Patrick W.; GEST, Thomas R. Atlas de Anatomia Humana . 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 448 p.	9
TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.	15
TOY, Eugene C.; ROSS, Lawrence M.; ZHANG, Han; et al. Casos clínicos em anatomia . 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.	Acervo digital
MARTINI, Frederic H.; TIMMONS, Michael J.; TALLITSCH, Robert B. Anatomia Humana . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 1100 p.	Acervo digital
Disciplina: Citologia e Histologia	CH: 60h
EMENTA	
Estudo morfofuncional da célula eucariota, dos tecidos epitelial, conjuntivo, nervoso e osteomuscular e demais sistemas. Estudo dos tecidos que compõem os sistemas do corpo humano e suas relações bioquímicas e funcionais, procurando correlacionar a organização estrutural com as funções exercidas pelo profissional Biomédico.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
JUNQUEIRA, L. C. U. Histologia básica 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.	13
JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, L. C. Biologia celular e molecular . 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.	15
LODISH, Harvey; BERK, Arnold; KAISER, Chris A. et al. Biologia Celular e Molecular . Porto Alegre: Artmed, 2014. E-book.	Acervo digital

Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ARANA, Victor, KATCHBURIAN, Eduardo. Histologia e embriologia oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.	20
JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. Histologia Básica : texto e atlas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.	26
KATCHBURIAN, Eduardo; ARANA, Victor. Histologia e Embriologia Oral . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. E-book.	20
FERRARIS, María Elsa Gómez de, MUÑOZ, Antonio Campos. Histologia e embriologia bucodental. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	20
REECE, Jane B.; WASSERMAN, Steven A.; URRY, Lisa A. et al. Biologia de Campbell . Porto Alegre: Artmed, 2015. E-book.	Acervo digital
Disciplina: Genética e Embriologia	CH: 60h
Ementa:	
Mecanismos de herança. Estrutura e fisiologia cromossômica, comportamento e alterações. Mecanismos de herança. Nomenclatura dos cromossomos. Principais alterações cromossômicas e sua origem. Mecanismos meióticos e mitóticos que originam as alterações cromossômicas. Aneuploidias e euploidias. Métodos de análise dos cromossomos e técnicas laboratoriais de citogenética. Diagnóstico das cromossomopatias. Aconselhamento genético. Morfologia macro e microscópica do aparelho reprodutor masculino e feminino. Contracepção. Gametogênese. Descrição da fecundação, segmentação. Gastrulação e organogênese. Anexos embrionários.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
HIB, José, ROBERTIS, Eduardo M. F. de, PONZIO, Roberto. Biologia celular e molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003	5
GRIFFITHS, A. J. F. Introdução à genética, 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.	Acervo digital
RINGO, John. Genética básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	4
MOORE, K. L. et al. Atlas colorido de Embriologia Clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2ªed, 2002.	Acervo digital
SANDLER, T. W. Embriologia Médica. Rio de Janeiro. 12. ed. Editora Guanabara Koogan, 2013.	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
MARTINS, A. DE A. B.; DAGNINO, A. P. A.; BARBOSA, B. L. DA F.; MINGORI, M. R. Genética molecular e clínica. Porto Alegre: Artmed, 2018.	Acervo digital
PIERCE, B. A. Genética: um enfoque conceitual. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.	Acervo digital
PIMENTEL, Márcia Mattos G.; SANTOS REBOUÇAS, Cíntia B.; GALLO, Cláudia Vitória de M. Genética Essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.	Acervo digital
STRACHAN, T.; READ, A. Genética Molecular Humana 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.	Acervo digital
MOORE, K. L. PERSUAD, T. V. N. Embriologia Clínica. 2ª ED, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	Acervo digital
Disciplina: Introdução à Odontologia	CH: 40h
Ementa:	
Apresentar ao acadêmico uma ampla visão das diversas áreas de atuação do profissional Cirurgião-dentista e suas habilitações. Análise da estrutura curricular oferecida pela Instituição frente às Diretrizes Curriculares Nacionais e o mercado de trabalho. Noções de ética e legislação da profissão.	

Bibliografia Básica:	Número de exemplares
SILVA, Ricardo Henrique Alves da. Orientação profissional para o cirurgião-dentista: ética e legislação. São Paulo: Santos, 2011.	12
NIGRE, ANDRÉ LUÍS. O Atuar do Cirurgião-dentista: Direitos e Obrigações. Editora Rubio; 2ª edição (6 julho 2015). 225p.	13
NIGRE, Andre. O atuar do cirurgião-dentista – Direitos e Obrigações. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2009.	13
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
SATO, Fabio Ricardo Loureiro. Orientação profissional em odontologia. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.	13
CIUFFI, Fabio, DOS SANTOS, Ruy Barbosa. Aspectos éticos e legais da prática odontológica: código de ética odontológica comentado. São Paulo: Santos, 2009.	13
BRASÍLIA: CFO, 2006. RAMOS, Dalton Luiz de Paula. Fundamentos de odontologia – bioética e ética profissional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.	2
RAMOS, Dalton Luiz de Paula. Fundamentos de odontologia – bioética e ética profissional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.	2
TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti et al. O ensino nos serviços de atenção primária do sistema único de saúde (SUS) na formação de profissionais de saúde no Brasil. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 17, n. 45, p. 385-392, abr./jun. 2013. Disponível em Scielo.	Acervo digital
Disciplina: Saúde Pública	CH: 40h
Ementa:	
As Políticas Públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, transporte, segurança, defesa e questões ambientais. Princípios e diretrizes do SUS. Leis Orgânicas de Saúde. Modelos assistenciais de saúde no Brasil. Administração de serviço de saúde. Vigilância em saúde. Vigilância sanitária. Ações coletivas de saúde, enfatizando a saúde da criança e do adolescente, a saúde da mulher, saúde do homem, saúde do idoso, saúde da população negra, povos indígenas e LGBTQIA+. Tendências e atualidades do sistema de saúde no Brasil.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Débora Peixoto de. Política Nacional de Saúde: contextualização, programas e estratégias públicas sociais. São Paulo: Érica, 2015.	9
STUARDO, Y. R. J. Manual de Saúde Pública e Saúde Coletiva no Brasil. São Paulo: Atheneu, 2012.	4
SOLHA, Raphaela Karla de T.; GALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela B. Vigilância em Saúde Ambiental e Sanitária. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. São Paulo: Editora Manole, 2021.	Acervo digital
TEIXEIRA, Sonia Fleury [Org.]. Reforma Sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2006.	20
COSTA, Aline do Amaral Z.; HIGA, Camila Braga de O. Vigilância em saúde. São Paulo: Grupo A, 2019. E-book.	Acervo digital
PALHETA, Rosiane P. Política indigenista de saúde no Brasil. v.55. (Coleção questões da nossa época). São Paulo: Cortez, 2015. E-book.	Acervo digital

OLIVEIRA, Simone Augusta D. Saúde da família e da comunidade . São Paulo: Editora Manole, 2017. E-book.	Acervo digital
Disciplina: Atividade Extensionista I	CH: 40h
Ementa:	
Aspectos sociais, éticos, políticos e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde. Identificação e reconhecimento das necessidades da comunidade local e regional, para atuação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos. Produção e execução de projetos do curso de Odontologia, que possuem como escopo os conteúdos oferecidos no semestre, em consonância com as competências a serem desenvolvidas para a formação do estudante. Práticas de intervenção que resultem em impacto na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida, onde o aluno desenvolverá atividades como a participação em palestras e minicursos; seminários e outros trabalhos em grupo com o intuito de assumir um papel protagonista frente ao processo de ensino-aprendizagem.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
NIGRE, ANDRÉ LUÍS. O Atuar do Cirurgião-dentista: Direitos e Obrigações . Editora Rubio; 2ª edição (6 julho 2015). 225p.	13
STUARDO, Y. R. J. Manual de Saúde Pública e Saúde Coletiva no Brasil . São Paulo: Atheneu, 2012.	4
TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.	15
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
SATO, Fabio Ricardo Loureiro. Orientação profissional em odontologia . Rio de Janeiro: Revinter, 2007.	13
TEIXEIRA, Sonia Fleury [Org.]. Reforma Sanitária: em busca de uma teoria . São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2006.	20
GRIFFITHS, A. J. F. Introdução à genética , 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.	Acervo digital
KATCHBURIAN, Eduardo; ARANA, Victor. Histologia e Embriologia Oral . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. E-book.	20
COSTA, Aline do Amaral Z.; HIGA, Camila Braga de O. Vigilância em saúde . São Paulo: Grupo A, 2019. E-book.	Acervo digital
2º Período	
Disciplina: Fisiologia Humana	CH: 60h
Ementa:	
Introdução à Fisiologia Humana; Fisiologia do Sistema Nervoso; Fisiologia do Sistema Cardiovascular; Fisiologia do Sistema Respiratório; Fisiologia Neuromuscular; Fisiologia do Sistema Digestório; Fisiologia Renal; Fisiologia Endócrina e Fisiologia da Reprodução.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
AIRES, M. M. Fisiologia . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.	21
BARRETT, K. E. et al. Fisiologia médica de Ganong . 24. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.	3
SILVERTHORN, D. U. Fisiologia Humana: abordagem integrada . 5 ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.	17
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
FOX, Stuart I. Fisiologia Humana . São Paulo: Editora Manole, 2007.	1
DOUGLAS, C. R. Tratado de fisiologia aplicada às ciências médicas . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	8

DAVIS, Andrew; BLAKELEY, Asa; KIDD, Cecil. Fisiologia humana. Porto Alegre: Artmed, 2002.	10
CINGOLANI, Horacio E. Fisiologia humana de Houssay. Porto Alegre: Artmed, 2004.	10
TORTORA, G. J; DERRICKSON, B. Corpo humano . 10. ed. Porto Alegre: Artemed, 2017.	19
Disciplina: Mecanismo de Agressão e Defesa	CH: 60h
Ementa:	
Estuda os mecanismos gerais de agressão e defesa do organismo; compreensão da importância da patologia dentre as especialidades médicas; seus métodos de estudo, efeitos anatomopatológicos, colorações especiais, necropsia e imuno-histoquímica. Estuda os mecanismos de defesa inata e adaptativo; o controle da imunidade na participação dos processos de hipersensibilidade, imunodeficiência, doenças autoimunes, rejeição de transplantes e respostas a tumores; aplicação dos princípios da imunidade em testes imunológicos. Estuda morfologia, fisiologia, bioquímica, genética e identificação dos microrganismos patogênicos para o homem. Ação dos agentes físicos e químicos sobre os microrganismos. Antibióticos e quimioterápicos avalia a susceptibilidade dos microrganismos aos diversos agentes antimicrobianos na prática clínica. Bactérias aeróbias e anaeróbicas de maior significado clínico. Virologia geral, patogenia e controle de doenças virais. Biologia dos fungos, micoses sistêmicas oportunistas. Estuda as parasitoses humanas de interesse médico no Brasil, através do conhecimento sobre a taxonomia, morfologia, biologia, relação parasito hospedeiro, habitat, ciclo evolutivo, mecanismos de transmissão, patogenia, formas clínicas, epidemiologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia dos principais protozoários e helmintos que acometem o homem.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
BURTON, Gwendolyn L. W., ENGELKIRK, Paul G. Microbiologia para ciências da saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	13
ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; POBER, J. S. Imunologia celular e molecular. 7 ed. Elsevier Rio de Janeiro, 2012.	6
TRABULSI, L. R., ALTERTHUM, F., GOMPERTZ, O. F., CANDEIAS, J. A. N., Microbiologia. Editora Atheneu. 3ª edição, São Paulo. 2012.	6
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CARVALHO, Irineide Teixeira de.. Microbiologia básica. UFRPE/CODAI: Escola Técnica Brasileira, 2010. (Apostila virtual).	Acervo digital
ABBAS, Abul K., LICHTMAN, Andrew H. Imunologia básica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	13
JORGE, Antonio Olavo Cardoso. Microbiologia e imunologia oral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 384 p. [online].	Acervo digital
JORGE, Antonio Olavo Cardoso. Microbiologia bucal. São Paulo: Santos Editora, 2007.	3
LORENZO, José Luiz. Microbiologia para o Estudante de Odontologia. São Paulo: Atheneu, 2008.	8
Disciplina: Odontologia Social I	CH: 40h
Ementa: A disciplina permite ao aluno conhecimentos que possa orientá-lo na prevenção e controle de doenças bucais assim como em ações de promoção de saúde. Trazendo compreensão sobre a etiopatogenia, diagnóstico e prevenção/ tratamento da doença cárie, tanto num campo individual quanto no coletivo; as indicações e mecanismos e de ação dos fluoretos. Abordando ainda a etiopatogenia, diagnóstico e prevenção/ tratamento da doença periodontal e diagnóstico das maloclusões;	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares

BURT, Brian A., EKLUND, Stephen A. Odontologia: prática odontológica e a comunidade. São Paulo: Santos Editora, 2007.	17
OHARA, Elisabete; SAITO, Raquel. Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade. São Paulo: Martinari, 2008.	17
FEJERSKOV, O.; KIDD, E. Cárie dentária: a doença e seu tratamento clínico. São Paulo: Santos, 2005.352p.	11
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
MAZZILLI, Luiz Eugênio Nigro. Odontologia do trabalho. São Paulo: Santos Editora, 2007.	13
EDGAR, Michael; DAWES, Colin; O'MULLANE, Denis. Saliva e Saúde Bucal: composição, funções e efeitos protetores. 3. ed. São Paulo: Santos, 2010	4
IMPARATO, José Carlos. Selamento de cárie. Editora Santos, 2010.	4
BRASIL. Ministério da Saúde. Serviços Odontológicos: prevenção e controle de riscos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.	Acervo digital
LOBAS, Cristiane Fernandes Saes.TSB e ASB: Odontologia de qualidade. São Paulo: Santos, 2010.	4
Disciplina: Metodologia Científica	CH: 40h
Ementa:	
Universidade, biblioteca, estudo e a produção científica. Os vários tipos de conhecimento. Método: o procedimento científico. Composição e apresentação de trabalhos científicos. Bases teóricas e filosóficas dos métodos de pesquisa. A pesquisa científica no campo da saúde. Elaboração de projeto de pesquisa. Ética em pesquisa. Elaboração de relatório: estrutura, norma, técnica, apresentação e publicação. Referências e citações bibliográficas.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
LAKATOS, E. MARIA, M., DE ANDRADE, M. Fundamentos de metodologia científica . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.	8
Gil, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2009.	20
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.	20
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
MARCONI, M. de A. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2009.	20
MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2001.	32
GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação à Distância) 120 p.	Acervo digital
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2012.	Acervo digital
ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2005.	23
Disciplina: Ergonomia e Biossegurança	CH: 40h
Ementa:	
Introdução à Ergonomia, Princípios Ergonômicos Aplicados em Odontologia, Trabalho em Equipe em Odontologia, Introdução à Biossegurança, Riscos e Controle de Infecção no Atendimento Odontológico.	

Bibliografia Básica:	Número de exemplares
KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.	13
COUTO, Hudson de Araújo. Ergonomia aplicada ao trabalho: conteúdo básico. Belo Horizonte: Ergo Ed., 2005.	8
GUIMARÃES JUNIOR, Jayro. Biossegurança e controle de infecção cruzada em consultórios odontológicos. São Paulo; Santos, 2001.	13
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
GUIMARÃES JUNIOR. Biossegurança e controle de infecção cruzada em consultório odontológico. São Paulo: Santos, 2001.	13
NARESSI, Wilson Galvão. Ergonomia em Odontologia – O consultório: sua instalação, o ambiente físico de trabalho, o equipamento e a distribuição na sala clínica. 2005. (Apostila virtual).	Acervo digital
SATO, Fábio Ricardo Loureiro. Orientação profissional em Odontologia. 1ª ed., Rio de Janeiro: Revinter, 2007.	14
RASIL. Biossegurança em saúde: prioridades e estratégias de ação. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2010. 242 p. (Série Textos Básicos de Saúde).	Acervo digital
Disciplina: Anatomia de Cabeça e Pescoço	CH: 60h
Ementa:	
Introdução à Anatomia de Cabeça e Pescoço. Conceitos básicos. Osteologia do Neurocrânio: Osso Frontal, Parietal, Temporal, Occipital, Esfenóide. Osteologia do Viscerocrânio: Zigomático, Maxila, Mandíbula. Estudo anatômico da Articulação Temporomandibular. Músculos da Expressão Facial, Músculos da Mastigação. Pares de Nervos Cranianos: Nervo Trigêmeo, Nervo Facial, Nervo Hipoglosso e Glossofaríngeo, Vascularização da Cabeça e Pescoço, Anatomia Topográfica da cavidade bucal.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
FEHRENBACH, Margaret J., HERRING, Susan W. Anatomia ilustrada da cabeça e pescoço. Barueri: Manole, 2004.	7
LUZ, Hercílio Pedro da; SGROTT, Emerson Alexandre. Anatomia da cabeça e pescoço. São Paulo: Editora Santos, 2010.	17
VELAYOS, José Luis, SANTANA, Humberto Diaz. Anatomia da cabeça e do pescoço. Porto Alegre: Artmed, 2004.	7
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
MADEIRA. Anatomia da face. Ed. Sarvier, 2008.	1
FEHRENBACH, Margaret J., HERRING, Susan W. Anatomia ilustrada da cabeça e pescoço. Barueri: Manole, 2004.	9
GOUVÊA, Fábio. Anatomia do crânio. 2012. (Apostila virtual).	Acervo digital
CÂNDIDO, Paulo Laino, LAROSA, Paulo Ricardo Ronconi, CARDOSO, Edison Alexander. Anatomia topográfica da cabeça e do pescoço. Barueri: Manole, 2005.	4
MACHADO, A. Neuroanatomia Funcional. Segunda Edição. Guanabara Koogan.1999.	1
Disciplina: Bioquímica	CH: 60h
Ementa:	

Bases biomoleculares e metabólicas do funcionamento orgânico. Química e metabolismo dos carboidratos, lipídeos e das proteínas. Aspectos bioquímicos necessários à compreensão do funcionamento normal dos diferentes tecidos, órgãos e sistemas correlacionados com aspectos clínicos.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
MOTTA, Valter T. Bioquímica. Caxias do Sul: Educs, 2005.	7
PRATT, Charlotte W., CORNELLY, Kathlenn. Bioquímica essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	6
NELSON, D. L.; COX, M. M. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.	20
Bibliografia Complementar:	
DA POIAN, Andrea. Bioquímica I., v. 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008. [online]	Acervo digital
CHAMPE, P. C.; HARVEY, R. A Bioquímica Ilustrada. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.	12
PRATT, Charlotte W., CORNELLY, Kathlenn. Bioquímica essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	6
RODWELL, V. W. et al. Bioquímica Ilustrada de Harper. 30 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.	Acervo digital
VOET, D.; VOET, J.G.; PRATT, C.W. Fundamentos de Bioquímica. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.	11
Disciplina: ATIVIDADE EXTENSIONISTA II	CH: 40h
Ementa:	
Aspectos sociais, éticos, políticos e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde. Identificação e reconhecimento das necessidades da comunidade local e regional, para atuação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos. Produção e execução de projetos do curso de Odontologia, que possuem como escopo os conteúdos oferecidos no semestre, em consonância com as competências a serem desenvolvidas para a formação do estudante. Práticas de intervenção que resultem em impacto na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida, onde o aluno desenvolverá atividades como a participação em palestras e minicursos; seminários e outros trabalhos em grupo com o intuito de assumir um papel protagonista frente ao processo de ensino-aprendizagem.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
BURT, Brian A., EKLUND, Stephen A. Odontologia: prática odontológica e a comunidade. São Paulo: Santos Editora, 2007.	17
OHARA, Elisabete; SAITO, Raquel. Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade. São Paulo: Martinari, 2008.	17
GUIMARÃES JUNIOR, Jayro. Biossegurança e controle de infecção cruzada em consultórios odontológicos. São Paulo; Santos, 2001.	13
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
NARESSI, Wilson Galvão. Ergonomia em Odontologia – O consultório: sua instalação, o ambiente físico de trabalho, o equipamento e a distribuição na sala clínica. 2005. (Apostila virtual).	Acervo digital
FEHRENBACH, Margaret J., HERRING, Susan W. Anatomia ilustrada da cabeça e pescoço. Barueri: Manole, 2004.	9
MARCONI, M. de A. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2009.	20
DAVIS, Andrew; BLAKELEY, Asa; KIDD, Cecil. Fisiologia humana. Porto Alegre: Artmed, 2002.	10

PRATT, Charlotte W., CORNELLY, Kathlenn. Bioquímica essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	6
3º Período	
Disciplina: Anatomia Bucal E Escultura Dental	CH: 40h
Ementa:	
Anatomia bucal e Escultura. Introdução ao estudo da anatomia e escultura dental: conceitos e objetivos. Anatomia dos elementos dentais permanentes do grupo dos incisivos, caninos, pré-molares e molares. Anatomia da dentição decídua. Anomalias dentárias. Anatomia da coroa e raiz. Anatomia das superfícies oclusais relacionadas a oclusão. Técnicas de escultura dental. A importância da escultura dental na prática odontológica. Prática em laboratório.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
FIGUN, Mario Eduardo, GARINO, Ricardo Rodolfo. Anatomia odontológica funcional e aplicada. Porto Alegre: Artmed, 2003.	2 e Acervo digital
MADEIRA, Miguel Carlos. Anatomia do Dente. 6ª Ed. Sarvier, 2010. 144p.	Acervo digital
FEHRENBACH, Margareth. Anatomia, histologia e embriologia dos dentes e das estruturas orofaciais. Ed. Manole, 2008.	7 e Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
NELSON, Stanley j. Anatomia Dental, Fisiologia e Oclusão. 9ª Ed. Elsevier, 2012.360 p.	13
MADEIRA, Miguel Carlos. Anatomia do dente. São Paulo: Sarvier, 2004.	13
CHOPARD, Renato. Fundamentos de Odontologia – Anatomia Odontológica e Topográfica da Cabeça e do Pescoço. 1ª Ed. São Paulo: Santos, 2011.542 p.	13
ARAÚJO, Maria Amélia Máximo de Apostila de aulas práticas de anatomia e escultura dental. URI: Erechim. 2013.	Acervo digital
MADEIRA, M. C.; RIZZOLO, R. J. C. Anatomia do dente. 6. ed. São Paulo: SARVIER, 2010.	15
Disciplina: Fisiologia Bucal	CH: 40h
Ementa:	
Os assuntos básicos da programação do Curso envolvem conhecimentos teórico-práticos de Fisiologia Humana, observando os seus fundamentos e sua interação com outras disciplinas, cujo aprendizado é indispensável, constituindo-se, inclusive, em pré-requisito. Função do sistema Estomatognático na Fisiologia do Sistema Digestivo. Glândulas Salivares. Estruturas do Órgão Dental. Crescimento e desenvolvimento ósseo maxilo-mandibular. Oclusão Dentária. Articulação temporomandibular (ATM). Deglutição e Sucção. Mucosa Oral. Cárie Dental. Fisiopatologia da Inflamação. Processo Gustativo e Olfatório. Halitose.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
AIRES, Margarida de Mello. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.	14
BERNE, Robert M., LEVY, Matthew N. Fisiologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.	20
SINGI, Glenan. Fisiologia para odontologia. Ed. Guanabara Koogan, 2005.	18
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
BALDO, M. V. C.; REGATÃO, M. C. Fisiologia oral. São Paulo: Santos, 2013.	10
COSTANZO LINDA S. Fisiologia. Ed. Elsevier, 2004.	Acervo digital
GANONG, W. F. Fisiologia Médica. 5ª ed. Rio de Janeiro; Atheneu, 1989.	14
GUYTON & amp; HALL. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro Elsevier, 2006.	22
GUYTON & HALL. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro Elsevier, 2006.	32

Disciplina: Patologia		CH: 60h
Ementa:		
Conceitos e noções gerais das alterações estruturais, macro e microscópicas, dos tecidos e células do corpo humano. Adaptação, lesão e acúmulos como mecanismos básicos de doenças e suas repercussões morfofuncionais. Distúrbios circulatórios locais e sistêmicos. Inflamação; aterosclerose; neoplasias e alterações locais do crescimento e diferenciação. Alterações patológicas que envolvem o complexo bucomaxilofacial, abrangendo seus aspectos etiológicos, clínicos e histopatológicos, cistos e tumores da cavidade bucal, processos proliferativos não-neoplásicos (PPNN), lesões cancerizáveis, neoplasias benignas e malignas da cavidade bucal.		
Bibliografia Básica:		Número de exemplares
BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Patologia – Bogliolo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.		27
NEVILLE BW, DAMM DD, ALLEN CM et al. Patologia Oral e Maxilofacial. 3a ed. Philadelphia: Elsevier, 2009.		16
SHAFFER, William G., HINE, Maynard K., LEVY, Barnet M. Tratado de patologia bucal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.		8
Bibliografia Complementar:		Número de exemplares
ABBAS, Abul K., FAUSTO, Nelson, KUMAR, Vinay. Robbins & Cotran – Patologia: bases patológicas das doenças. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.		13
FARIA, José Lopes de. Patologia geral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.		24
KUMAR, V.; ABBAS, A.; FAUSTO, N. Robbins e Cotran Patologia. Bases Patológicas das Doenças. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.		8
HANSEL, Donna E., DINTZIS, Renee Z. Fundamentos de patologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.		13
MONTENEGRO, Mario R. Patologia: processos gerais. São Paulo: Atheneu, 2004.		16
Disciplina: Materiais Dentários		CH: 60h
Ementa:		
Aplicação racional dos materiais odontológicos. Propriedades dos materiais odontológicos. Estudo dos cimentos odontológicos: cimento de hidróxido de cálcio, cimentos de ionômero de vidro, cimento de fosfato de zinco, cimento de óxido de zinco e eugenol, cimento resinoso. Estudos dos materiais restauradores: resina composta fotopolimerizável, amálgama dental. Estudo dos materiais de moldagem: silicones, hidrocolóide irreversível (alginato), Poliéteres, gessos odontológicos, ceras odontológicas. Estudos dos materiais aplicados a prótese dental: porcelanas odontológicas, ligas metálicas, materiais de implante dental, resinas acrílicas, cerômeros. Propriedades químicas, físicas, mecânicas e biológicas voltadas para aplicação prática dos materiais odontológicos. Prática em laboratório.		
Bibliografia Básica:		Número de exemplares
ANUSAVICE, K.J. Phillips materiais dentários. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.		7
CHAIN, Marcelo Carvalho. Materiais Dentários. 1ª Ed. Artes Médicas, 2013. 160p.		7
McCABE, John F. Materiais Dentários Diretos – Princípios Básicos à Aplicação Clínica. 8ª Ed. São Paulo: Santos, 2006. 242p.		9
Bibliografia Complementar:		Número de exemplares
CRAIG, R.G.; POWERS, J.M. Materiais dentários restauradores. 11.ed. São Paulo: Santos, 2004.		9
NOORT, Richard Van. Introdução aos materiais dentários. Porto Alegre: Artmed, 2004.		4

NAGEM FILHO. Materiais restauradores: amálgama dental. Florianópolis: Ed. Edusc, 1997.	2
NOORT, Richard Van. Introdução aos materiais dentários. Porto Alegre: Artmed, 2004.	2
REIS, A.; LOGUERCIO, A.D. Materiais Dentários Restauradores Diretos dos Fundamentos à Aplicação Clínica. 1.ed. São Paulo: Santos, 2007	11
Disciplina: Farmacologia	CH: 60h
Ementa:	
Estudo das noções da farmacologia: mecanismo de ação, absorção, transformação e interações medicamentosas, eliminação de medicamentos, efeitos esperados e efeitos colaterais. Determinação das vias de administração de medicamentos. Cuidados gerais de enfermagem na administração de medicamentos. Compreensão do plano terapêutico e de opções farmacológicas em função da patologia em curso que afetam os sistemas: respiratório, endócrino, gastrointestinal, incluindo as vacinas, os antimicrobianos, antiparasitários, quimioterápicos e anti-inflamatórios e seus usos na prática clínica de enfermagem.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
KATZUNG, Bertram G. Farmacologia básica e clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	13
SILVA, Penildon. Farmacologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	29
RITTER, J. M., RANG, H. P., MOORE, P. K. Farmacologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	30
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
SILVA, Penildo. Farmacologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	29
YAGIELA, John A., NEIDLE, Enid A., DOWD, Frank J. Farmacologia e terapêutica para dentistas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.	8
VILAS BOAS, Olinda Maria Gomes da Costa. Farmacologia. Alfenas, MG: Centro Universitário Federal EFOA/CEUFI. 2004.	8
MANUAL DE FARMACOTERAPIA. São Paulo: Mc Graw Hill, 2006.	Acervo digital
CRAIG, C. R. Farmacologia moderna: com aplicações clínicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	4
Disciplina: Semiologia e Cariologia	CH: 60h
Ementa:	
Proporcionar ao aluno conhecimentos indispensáveis para reconhecer e compreender as alterações e selecionar os métodos auxiliares de diagnóstico. Assim, formar um cirurgião-dentista generalista, que desenvolva a capacidade de verificar sinais e sintomas das doenças bucais, bem como empregar exames complementares, quando necessário. Noções de estrutura anatômica e composição orgânica e inorgânica dos dentes. Epidemiologia clínica da cárie. A cárie dentária no contexto biológico. Terapias não operatórias. O controle e a previsibilidade de cárie e a Odontologia no século 21. Semiologia: Exame Clínico, exames Complementares aplicados a Clínica Odontológica, Documentação Clínica Odontológica;	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
FEJERSKOVI; KIDD. Cárie dentária: a doença e seu tratamento. São Paulo: Santos, 2005.	12
BUSATO, Adair Luiz Stefanello. Cariologia - Aspectos de Dentística Restauradora. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.	15
PITTS, Nigel. Cárie Dentária Diagnóstico e Monitoramento. Porto Alegre: Artmed, 2012.	2
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares

KIDD, Edwina A. M., FEJERKOV, Olé. Cárie dentária. São Paulo: Santos Editora, 2005.	13
DIAS, Aldo Angelim, et al. Saúde Bucal Coletiva. Nova Odessa- São Paulo: Santos, 2007.	16
BUSATO, Adair Luis. Cariologia – aspectos de dentística restauradora. São Paulo: ArtMed, [s.d.].	17
CAMPOS, Adelianni Almeida, et al. Educação para saúde bucal integral. Porto Alegre: Premium, 2011.	6
PEREIRA, Antônio Carlos. Tratado de saúde coletiva em odontologia. São Paulo: Napoleão, 2009.	3
Disciplina: Ciências Sociais	CH: 40h
Ementa:	
As ciências sociais como ciência. Noções de sociologia e antropologia. Ciências sociais e sociedade moderna. Organização social e cultural. A sociologia e os direitos humanos. A cultura em nossa sociedade. Cultura, diversidade e os fenômenos: saúde, doença e cura. O lugar das instituições médicas na estrutura social; as políticas de saúde brasileiras. O profissional da saúde e sua responsabilidade social.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
ADAM, Philippe; HERZLICH Claudine. Sociologia da doença e da medicina. São Paulo: EDUSC, 2001.	21
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins, 2003.	20
TEIXEIRA, Sonia Fleury [Org.]. Reforma Sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2006.	20
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
LAPLATINE. Antropologia da Doença. São Paulo: Martins Fontes, 2004.	4
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.	9
ALVES, PC., and RABELO, MC. orgs. Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1998. 248 p. ISBN 85-7316-151-5.	Acervo digital
GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fabio (Orgs). Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. 308 p.	Acervo digital
GOLDENBERG, P., MARSIGLIA, RMG and GOMES, MHA., orgs. O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. 444 p. ISBN 85-7541-025-3.	Acervo digital
Disciplina: Atividade Extensionista III	CH: 40h
Ementa:	
Aspectos sociais, éticos, políticos e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde. Identificação e reconhecimento das necessidades da comunidade local e regional, para atuação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos. Produção e execução de projetos do curso de Odontologia, que possuem como escopo os conteúdos oferecidos no semestre, em consonância com as competências a serem desenvolvidas para a formação do estudante. Práticas de intervenção que resultem em impacto na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida, com ênfase na participação em ações sociais. O aluno desenvolverá atividades que compreendem as mais diversas atividades extensionistas, projetos, prestação de serviços, cursos, oficinas e organização eventos, com o intuito de assumir um papel protagonista frente ao processo de ensino-aprendizagem.	

Bibliografia Básica:	Número de exemplares
FEJERSKOVI; KIDD. Cárie dentária: a doença e seu tratamento. São Paulo: Santos, 2005.	12
BUSATO, Adair Luiz Stefanello. Cariologia - Aspectos de Dentística Restauradora. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.	15
ANUSAVICE, K.J. Phillips materiais dentários. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	7
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ADAM, Philippe; HERZLICH Claudine. Sociologia da doença e da medicina. São Paulo: EDUSC, 2001.	21
NEVILLE BW, DAMM DD, ALLEN CM et al. Patologia Oral e Maxilofacial. 3a ed. Philadelphia: Elsevier, 2009.	16
NELSON, Stanley j. Anatomia Dental, Fisiologia e Oclusão. 9ª Ed. Elsevier, 2012.360 p.	13
CAMPOS, Adeliani Almeida, et al. Educação para saúde bucal integral. Porto Alegre: Premium, 2011.	6
DIAS, Aldo Angelim, et al. Saúde Bucal Coletiva. Nova Odessa- São Paulo: Santos, 2007.	16
4º Período	
Disciplina: Patologia Bucal e Estomatologia	CH: 60h
Ementa:	
Conceitos e noções gerais das alterações estruturais, macro e microscópicas do sistema estomatognático. Adaptação, lesão e acúmulos como mecanismos básicos de doenças e suas repercussões morfofuncionais. Distúrbios circulatórios locais e sistêmicos. Inflamação; aterosclerose; neoplasias e alterações locais do crescimento e diferenciação. Alterações patológicas que envolvem o complexo bucomaxilofacial, abrangendo seus aspectos etiológicos, clínicos e histopatológicos, cistos e tumores da cavidade bucal, processos proliferativos não-neoplásicos (PPNN), lesões cancerizáveis, neoplasias benignas e malignas da cavidade bucal. Semiotécnica do exame físico em odontologia. Aspecto normal da cavidade bucal e suas variações. Lesões fundamentais da mucosa bucal. Controle de infecções. Cuidados com o paciente com a saúde comprometida. Exames complementares. Plano de tratamento. Prescrição, solicitação de exames e parecer.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
HUPP, James R., TOPAZIAN, Richard G., GOLDBERG, Morton H. Infecções orais e maxilofaciais. São Paulo: Santos Editora, 2006.	8
BORAKS, Silvio. Medicina Bucal – Tratamento Clínico-Cirúrgico das Doenças Bucomaxilofaciais. 1ª Ed. Artmed, 2011. 592p.	8
NEVILLE BW, DAMM DD, ALLEN CM et al. Patologia Oral e Maxilofacial. 3a ed. Philadelphia: Elsevier, 2009.	6
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
FARIA, José Lopes de e col. Patologia especial com aplicações clínicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.	7
KIGNEL, Sérgio. Estomatologia Bases do Diagnóstico para o Clínico Geral. 2ª Ed. São Paulo: Santos, 2013.482 p.	16
OLIVEIRA, Lucinei Roberto de. Introdução à disciplina de Estomatologia. Três Corações/MG: Universidade Vale do Rio Verde, 2012. (online).	Acervo digital
CRIVELLO JÚNIOR, Oswaldo (Coord.). Estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. (Fundamentos de odontologia).	13

SHAHER W G, HINE M K, LEVY B M. Tratado de patologia bucal. 4a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.	8
Disciplina: Dentística	CH: 60h
Ementa:	
Introdução a Dentística. Diagnóstico e planejamento. Preparo cavitário. Instrumentos. Campo de trabalho. Proteção do complexo dentina-polpa. Adesão. Restaurações com Resina Composta. Colagem de Fragmento. Clareamento. Fotografia. Restaurações indiretas.	
Bibliografia Básica	Número de exemplares
CONCEIÇÃO, Ewerton Nocchi. Dentística – saúde e estética. Porto Alegre: Artmed, 2007.	12
GARONE NETO, Narciso. Introdução a dentística restauradora. São Paulo: Santos Editora, 2003.	8
BUSATO, Adair LuisStefanello. Dentística: filosofia, conceitos e prática clínica. São Paulo: Artes Médicas, 2005.	9
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ARAUJO, Maria Amélia Máximo de, et al. Manual de dentística I. São José dos Campos: Departamento de Odontologia Restauradora/UNESP, 2010. (online).	Acervo digital
PEREIRA, José Carlos. Dentística: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Artes Médicas, 2014.	17
BARATIERI LN et al. Soluções Clínicas: Fundamentos e Técnicas. Florianópolis: 2008. 601p.	27
BARATIERI, L. N. Caderno de dentística: restaurações adesivas diretas com resinas compostas em dentes anteriores. São Paulo: Santos, 2006.	13
RUSO, Eliza Maria Agueda (Org.). Dentística: restaurações indiretas. São Paulo: Santos, 2010. (Fundamentos de odontologia).	8
Disciplina: Imagiologia	CH: 60h
Ementa:	
Princípios físico-químicos na produção de raios-X. Efeitos biológicos e higiene das radiações. Conceitos e técnicas radiográficas intrabucais. Anatomia radiológica. Métodos de localização radiográfica. Princípios da formação da imagem radiográfica. Interpretação radiográfica. Conceitos e técnicas radiográficas intra e extra-bucais. Estudo radiográfico das lesões e alterações do órgão dentário, processo alveolar e das anomalias dento-maxilo-faciais. Fraturas e corpos estranhos. Avanços radiológicos. Ressonância magnética e tomografia computadorizada.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
PASLER, Friedrich A., VISSER, Heiko. Radiologia odontológica: texto e atlas. Porto Alegre: Artmed, 2006.	1
CAVALCANTI, Marcelo. Diagnóstico por imagem da face. Ed. Santos, 2008.	2
WRITE, Stuart C. Radiologia oral: fundamentos e interpretação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	16
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CAVALCANTI, Marcelo. Tomografia Computadorizada por Feixe Cônico – Interpretação e Diagnóstico para o Cirurgião-Dentista. 2ª Ed. São Paulo: Santos, 2014. 336 p.	4
MESQUITA, Edson, KUNERT, Itaboraí Revoredo. O ultrassom na prática odontológica. Porto Alegre: Artmed, 2006.	13

FREITAS, Aguinaldo de, ROSA, José Edu, SOUZA, Icleo Faria de. Radiografia odontológica. São Paulo: Artes Médicas, 2004.	13
WHITE, Stuart C. Radiologia oral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	15
CAVALCANTI, Marcelo. Diagnóstico por imagem da face. Ed. Santos, 2008.	4
Disciplina: Periodontia	CH: 60h
Ementa:	
Anatomia e histofisiologia do periodonto de proteção e sustentação. Etiologia da doença periodontal. Controle químico e mecânico da placa bacteriana. Patogenia da doença periodontal. Classificação da doença periodontal e técnicas de prevenção. Tratamento da superfície radicular. Instrumentos periodontais. Afiação do instrumental. Diagnóstico diferencial em periodontia. Agentes antimicrobianos. Controle e manutenção periodontal. Prática em laboratório.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
LINDHE, JAN TRATADO DE PERIODONTE IMPLANTODONTOLÓGICA, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2011.	17
NEWMANMG, TAKEI HH, KLOKKEVOLD, CARRANZA FA. Periodontia Clínica. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	16
CARRANZA, PERIODONTIA CLÍNICA, RIO DE JANEIRO.ELSERVIER, 2014.	7
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
PREUS, Hans, LOE, Harald, LAURELL, Lars, EDUNG, Karl Gustaf, OPPERMANN, Rui V., ROSING, Cassiano K. Doenças periodontais: diagnóstico, tratamento e manutenção. São Paulo: Artes Médicas, 2002.	4
PREUS, Hans, LOE, Harald, LAURELL, Lars, EDUNG, Karl Gustaf, OPPERMANN, Rui V., ROSING, Cassiano K. Doenças periodontais: diagnóstico, tratamento e manutenção. São Paulo: Artes Médicas, 2002.	2
TREVIZANI FILHO, Eduardo, SANI NETO, José. Manual de periodontia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.	2
TORRES, João Luís; RABELLO, Tiago Braga; MEDEIROS, Rodolfo Antonio de. Dentística, periodontia, prótese e oclusão. Nova Odessa/SP: Campos, 2006.	4
WOLF HF, EDITH M, RASTEITSCHAK K. H. Atlas de Periodontia. 3ª edição revista e ampliada. Porto Alegre: Artmed editora, 2006.	13
Disciplina: Clínica Integrada I	CH: 100h
Ementa:	
Biossegurança: princípios ergonômicos aplicados a Odontologia; Semiologia: Exame Clínico, exames Complementares aplicados a Clínica Odontológica, Documentação Clínica Odontológica; Imaginologia aplicada ao Diagnóstico em Odontologia, Técnicas radiológicas Periapicais, indicações e aplicabilidade clínica; Saúde Coletiva: epidemiologia em saúde bucal; fatores intervenientes no desenvolvimento das principais doenças bucais; grupos de risco segundo atividade de cárie dentária; educação em saúde bucal; aplicação de métodos preventivos de saúde bucal em escolares, crianças, adolescentes e adultos.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
KIGNEL, Sérgio. Estomatologia Bases do Diagnóstico para o Clínico Geral. 2ª Ed. São Paulo: Santos, 2013.482 p.	16
OLIVEIRA, Lucinei Roberto de. Introdução à disciplina de Estomatologia. Três Corações/MG: Universidade Vale do Rio Verde, 2012. (online).	Acervo digital

MARCUCCI, G. Fundamentos de Estomatologia. 2ª ed., São Paulo: Santos, 2014.	13
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
EVERSOLE, Lewis Roy, SILVERMAN, Sol, TRUELOVE, Edmond L. Fundamentos de medicina oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.	19
BUSATO, Adair Luis. Cariologia – aspectos de dentística restauradora. São Paulo: ArtMed, [s.d.].	17
ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Epidemiologia da saúde bucal – Série Fundamentos de Odontologia. 2. ed. São Paulo: Ed. Santos, 2013.	17
SATO, F. R. L.; Orientação profissional em Odontologia. 1ª ed., Rio de Janeiro: Revinter, 2007.	13
WHITE, S. PHAROAH, M. Radiologia oral: fundamentos e interpretação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	8
Disciplina: Epidemiologia e Bioestatística	CH: 60h
Ementa:	
Epidemiologia: Definições, objeto, objetivos e perspectiva histórica da epidemiologia. Introdução à metodologia epidemiológica. História natural da doença e prevenção de doenças. Medidas de agravos e óbitos (prevalência, incidência e mortalidade). Epidemiologia Descritiva. Epidemiologia Analítica. Variáveis relativas às pessoas, ao lugar e ao tempo. Delineamento, execução e apresentação de pesquisa na comunidade. Indicadores de Saúde Bucal. Revisão crítica de inquéritos de base populacional. Sistemas de informação em saúde. Bioestatística: Introdução à Bioestatística e condições de aplicabilidade na descrição dos eventos populacionais. Noções de amostragem. Análise descritiva dos dados. Síntese numérica de variáveis. Interpretação crítica de dados.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
ALMEIDA FILHO, N.; BARRETO, M.L. Introdução à Epidemiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. Coordenação do curso de Odontologia - IFES.	37
MOTTA, Valter T. Bioestatística. Caxias do Sul: EducS, 2006.	9
VIEIRA, Sonia. Introdução à Bioestatística. Rio de Janeiro: Campus, 2008.	7
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ALMEIDA, Silvia dos Santos Almeida; ARAÚJO, Adrilayne dos Reis; RAMOS, Edson Marcos L.S. Estatística aplicada à bioestatística. Belém: Universidade Federal do Pará, 2009. (online).	Acervo digital
ARANGO, G. H. Bioestatística teórica e computacional. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.	18
FLETCHER, R.H.; FLETCHER, S.W.; WAGNER, E.H. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 3.ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2006	13
JEKEL, J. F. Epidemiologia, Bioestatística e medicina preventiva. Porto Alegre: Artmed, 2005.	13
PAGANO, M.; GAUVREAU, K. Princípios de bioestatística. Cengage Learning, 2012.	13
Disciplina: Gestão e Empreendedorismo	CH: 40h
Ementa:	
Conceito de empreendedorismo. Perfil do empreendedor. Reconversão profissional. Oportunidades de futuro na odontologia. Nichos de mercado odontológico. Inovação e competitividade. Negociação.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares

ABENO. Gestão da prática em saúde bucal. São Paulo, 2014. CAPRONI, R. Valor agregado para consultórios e clínicas: como valorizar o profissional de saúde em um mercado cada vez mais saturado. 5a ed., Belo Horizonte, 2015	Acervo digital
KWASNICKA, E. L. Teoria geral de administração. São Paulo: Atlas, 1996.	Acervo digital
MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 7ª Edição 2009.	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro (RJ): Sextante, 2008. 299p ISBN 9788575423387. Número de Chamada: 658.012.4 D659s.	Acervo digital
GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo (SP): Atlas, 2001 307p. ISBN 8522429529 (broch.). Número de Chamada: 658.31 G463g.	Acervo digital
MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a forma, reformar o pensamento. 19.ed. Rio de Janeiro, 2011.	Acervo digital
OLIVEIRA, D. P. R. Introdução à administração. Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.	Acervo digital
SATO, F. R. L. Orientação profissional em odontologia – 2007	Acervo digital
Disciplina: Psicologia	CH: 40h
Ementa:	
Conceito de psicologia; A psicologia e odontologia; Desenvolvimento humano; A relação e a formação de vínculo entre o dentista e o paciente; Técnicas de controle de comportamento; A dinâmica familiar no atendimento odontológico; Desvios psíquicos; A psicologia aplicada às diversas áreas práticas da odontologia. Postura e abordagens para pacientes especiais; Ansiedade e medo; Dor um enfoque multidisciplinar.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
BIAGGIO, Angela. Psicologia do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 2001.	22
KLATCHOIAN, Denise Ascensão. Psicologia odontopediátrica. São Paulo: Santos Editora, 2002.	13
STRAUB, Richard O. Psicologia da Saúde: uma abordagem biopsicossocial. 3ª Ed. Artmed, 2014. 528p.	6
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ALVES, Rhuana. Psicologia aplicada à saúde. Instituto de Educação do Cariri – IDEC. 2011. (apostila virtual).	Acervo digital
MORRIS, Charles G., MAISTRO, Albert A. Introdução à psicologia. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2004.	13
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2001.	5
PSICOLOGIA DA SAÚDE: um novo significado para a prática clínica. São Paulo: Thomson Learning 2006.	13
BOCK, A. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008	4
Disciplina: Atividade Extensionista IV	CH: 40h
Ementa:	
Aspectos sociais, éticos, políticos e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde. Identificação e reconhecimento das necessidades da comunidade local e regional, para atuação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos. Produção e execução de projetos do curso de Odontologia, que possuem como escopo	

os conteúdos oferecidos no semestre, em consonância com as competências a serem desenvolvidas para a formação do estudante. Práticas de intervenção que resultem em impacto na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida, com ênfase na participação em ações sociais. O aluno desenvolverá atividades que compreendem as mais diversas atividades extensionistas, projetos, prestação de serviços, cursos, oficinas e organização eventos, com o intuito de assumir um papel protagonista frente ao processo de ensino-aprendizagem.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
HUPP, James R., TOPAZIAN, Richard G., GOLDBERG, Morton H. Infecções orais e maxilofaciais. São Paulo: Santos Editora, 2006.	8
ALMEIDA FILHO, N.; BARRETO, M.L. Introdução à Epidemiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. Coordenação do curso de Odontologia - IFES.	37
CONCEIÇÃO, Ewerton Nocchi. Dentística – saúde e estética. Porto Alegre: Artmed, 2007.	12
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
OLIVEIRA, D. P. R. Introdução à administração. Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.	Acervo digital
SATO, F. R. L. Orientação profissional em odontologia – 2007	Acervo digital
NEWMANMG, TAKEI HH, KLOKKEVOLD, CARRANZA FA. Periodontia Clínica. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	16
WRITE, Stuart C. Radiologia oral: fundamentos e interpretação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	16
JEKEL, J. F. Epidemiologia, Bioestatística e medicina preventiva. Porto Alegre: Artmed, 2005.	13
5º Período	
Disciplina: Prótese Fixa	CH: 60h
Ementa:	
Introdução ao estudo da Prótese Fixa (PF) e características dos aparelhos parciais fixos e próteses fixas unitárias. Elementos constituintes do aparelho parcial fixo. Biomecânica, força, resistência e leis que regem a PF. Exame do paciente para PF. Tratamento prévio à confecção das PF. Conceituação dos preparos cavitários e proteção prévia. Retentores intra e extra-coronários. Coroas totais. Pônticos. Prática em Laboratório.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
SHILLINGBURG, Herbert T., HOBBO, Sumiya, WHITSETT, Lowell D., JACOBI, Richard, BRACKETT, Susan E. Fundamentos de prótese fixa. São Paulo: Santos Editora, 2007.	16
TORRES, João Luís; RABELLO, Tiago Braga; MEDEIROS, Rodolfo Antonio de. Dentística, periodontia, prótese e oclusão. Nova Odessa/SP: Campos, 2006.	4
TELLES, Daniel. Próteses Fixas sobre Implantes. 1ª Ed. Quintessence, 2014. 600p.	8
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ASSAOKA, Shirley Kayaki; CESAR, Edilene Almeida; OLIVEIRA, Flávio de Jesus. Prótese dentária: princípios fundamentais, técnicas laboratoriais. 3ª ed. Nova Odessa/SP: Napoleão, 2014.	4
GARONE, Narciso Garone. Inlay e onlay metálica e estética. Editora Santos, 2009.	6
KRIGER, Leo; MOYSÉS, Samuel Jorge; MOYSÉS, Simone Tetu. Fundamentos de prótese fixa. São Paulo: Artes Médicas, 2014.	4

MESQUITA, Edson; CÉ, Gabriela; THADDEU FILHO, Mario. Prótese unitária. Petrópolis/RJ: Ponto, 2008.	6
VOLPATO, Cláudia Ângela Maziero; GARBELOTTO, Luis Gustavo D'Altoé; ZANI, Izo Milton; VASCONCELLOS, Diego Klee de. Próteses odontológicas: uma visão contemporânea – fundamentos e procedimentos. São Paulo: Santos, 2013.	4
Disciplina: Anestesiologia e Cirurgia	CH: 80h
Ementa:	
Fisiologia da dor. Métodos e técnicas de analgesia utilizados durante procedimentos terapêuticos em odontologia. Dor e desconforto no ato de tratar. Bases gerais da Cirurgia. Material cirúrgico. Mesa Cirúrgica. Análise crítica das incisões. Fios de suturas. Pré-operatório em cirurgia bucal. Necessidade e oportunidade das intervenções cirúrgicas. Exodontias. Manobras cirúrgicas fundamentais, Cirurgia dos dentes impactados, Cirurgia Pré-Protética, Tratamento das Infecções Odontogênicas, Cirurgia Radiculares, Tratamento Cirúrgico dos cistos do complexo maxilomandibular, Tratamento cirúrgico de Patologias Ósseas Maxilo Mandibulares de maior incidência, Técnicas de Biópsia e Cirurgia de Tecido mole.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
MEDEIROS, Paulo José. Cirurgia dos dentes inclusos. São Paulo: Santos Editora, 2007.	2
MALAMED, Stanley F. Manual de anestesia local. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.	3
PURICELLI, Edela. Técnica Anestésica, Exodontia e Cirurgia Dentoalveolar – Série ABENO. 1ª Ed. Artes Médicas, 2014. 160p.	4
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
BRASIL. Ministério da Saúde. Manual A B C D E das hepatites virais para cirurgiões dentistas. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (apostila virtual)	Acervo digital
MILORO, Michael et al. Princípios de cirurgia bucomaxilofacial de Peterson. 2. ed. v. 2. São Paulo: Santos, 2013	24
CHIAPASCO, Matteo. Atlas de cirurgia oral. São Paulo: Santos Editora, 2006.	13
PRADO, Roberto, SALIM, Martha A. A. Cirurgia bucomaxilofacial: diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.	7
SAILER, Hermann F., PAJAROLA, Gion F. Cirurgia bucal. Porto Alegre: Artmed, 1999.	2
Disciplina: Endodontia	CH: 80h
Ementa:	
A disciplina compreende abordagem da introdução ao estudo da Endodontia, começando pelo estudo da anatomia endodôntica da cavidade pulpar. Enfatiza as fases do tratamento endodôntico, bem como os materiais e instrumental utilizados na prática endodôntica em cada uma das etapas da terapia, incluindo os eventos de abertura coronária, odontometria, preparo biomecânico, medicação intracanal e obturação dos canais radiculares. Além deste conteúdo, aborda a filosofia do tratamento de biopulpectomia e necropulpectomia, preparando o aluno para atuação e execução da prática na endodontia clínica. Preservação do dente. Diagnóstico diferencial para indicação de terapia pulpar. Tratamento endodôntico dos condutos radiculares. Instrumentos e materiais utilizados na endodontia. Execução em manequim odontológico de tratamento endodôntico em dentes anteriores e posteriores. Prática em laboratório de pré-clínica.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
FERNANDES, Kristiane Porta Santos, MONACO, Rodrigo Jardim Del, TENIS, Carlos Alberto. Guia visual de endodontia. São Paulo: Santos Editora, 2003.	8
FILHO, Francisco José de Souza & cols. Endodontia Passo a Passo: Evidências Clínicas. 1ª Ed. Artes Médicas, 2015. 216p.	3

GOMES FILHO, João Eduardo; CINTRA, Luciano Tavares Angelo; DEZAN JUNIOR, Eloi. Manual de Endodontia pré-clínica. Araçatuba/SP: UNESP, 2014. (apostila virtual).	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ESTRELA, Carlos. Endodontia Laboratorial e Clínica Série Abeno: Odontologia Essencial Parte Clínica. São Paulo: Artes Médicas, 2013.	4
FERNANDES, Kristiane Porta Santos. Guia Visual de Endodontia. 2ª Ed. São Paulo: Santos, 2013. 166p.	3
LEONARDO, Mario Roberto; LEONARDO, Renato de Toledo. Tratamento de canais radiculares: avanços tecnológicos. São Paulo: Artes Médicas, 2012.	20
LOPES, H; SIQUEIRA JR, J.F. Endodontia: Biologia e Técnica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.	1
SCOTTI, Roberto, FERRARI, Marco. Pinos de fibras: considerações teóricas e aplicações clínicas. São Paulo: Artes Médicas, 2003.	4
Disciplina: Clínica Integrada II	CH: 100h
Ementa:	
Dentística. Diagnóstico e planejamento. Preparo cavitário. Instrumentos. Campo de trabalho. Proteção do complexo dentina-polpa. Adesão. Restaurações com Resina Composta. Colagem de Fragmento. Clareamento. Fotografia. Restaurações indiretas. Controle químico e mecânico da placa bacteriana. Patogenia da doença periodontal. Classificação da doença periodontal e técnicas de prevenção.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
CONCEIÇÃO, Ewerton Nocchi. Dentística – saúde e estética. Porto Alegre: Artmed, 2007.	12
BUSATO, Adair LuisStefanello. Dentística: filosofia, conceitos e prática clínica. São Paulo: Artes Médicas, 2005.	9
PREUS, Hans, LOE, Harald, LAURELL, Lars, EDUNG, Karl Gustaf, OPPERMANN, Rui V., ROSING, Cassiano K. Doenças periodontais: diagnóstico, tratamento e manutenção. São Paulo: Artes Médicas, 2002.	3
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
GARONE NETO, Narciso. Introdução a dentística restauradora. São Paulo: Santos Editora, 2003.	8
TREVIZANI FILHO, Eduardo, SANI NETO, José. Manual de periodontia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.	2
CARRANZA, PERIODONTIA CLÍNICA, RIO DE JANEIRO. ELSERVIER, 2014.	12
CASARIN, Renato Corrêa Viana; CASATI, Márcio Zaffalon. Periodontia. São Paulo: ABITEP, [s.d.]. (apostila virtual)	Acervo digital
LINDHE, JAN TRATADO DE PERIODONTE IMPLANTODONTOLÓGICA, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2011.	16
Disciplina: Terapêutica	CH: 40h
Ementa:	
Introdução à farmacologia clínica. Conceitos básicos. Formas farmacêuticas. Prescrição medicamentosa (receituário e receita). Vias de administração (enterais e parenterais). Processos farmacocinéticos e farmacodinâmicos. Anestésicos locais. Farmacologia da dor e inflamação (fisiopatologia). Princípios gerais do uso dos analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos: Aplicação dos analgésicos não opióides, anti-inflamatórios não esteroidais e antibióticos em clínicas odontológicas.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares

ANDRADE, E.D. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia, Artes Médicas, 2006, 2ª ed. 216p.	18
DAMMENHAIN, Rui de Andrade. Manual prático para prescrição de medicamentos de acordo com a legislação sanitária. São Paulo: INBRAVISA, 2010. (apostila virtual).	Acervo digital
YAGIELA, John A., NEIDLE, Enid A., DOWD, DOWD, J. Frank. Farmacologia e terapêutica para Dentistas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.	8
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ARMONIA, Paschoal Laercio. Como prescrever em Odontologia: marcas e genéricos. São Paulo: Santos, 2006.	5
PARIZI, Arlete Gomes Santos, et al. Protocolo terapêutico medicamentoso. Presidente Prudente/SP: Faculdade de Odontologia de Presidente Prudente, [s.d.].	Acervo digital
TOTAMANO, Nicolau, ARMONIA, Paschoal Laercio. Guia terapêutico odontológico. São Paulo: Editora Santos, 2001.	13
MORETHSON, Priscila. Farmacologia para a clínica odontológica. São Paulo: Santos, 2015.	13
WANNMACHER, Lenita, FERREIRA, Maria Beatriz Cardoso. Farmacologia clínica para dentistas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.	4
Disciplina: Odontologia Social II	CH: 40h
Ementa:	
Transformações sociais e políticas econômicas do capitalismo do final do século XX. Implicações para a dinâmica das relações sociais. Implexo entre a estrutura social resultante e o processo saúde / doença. Finalidades sociais das ações técnico-profissionais na área da saúde. Levantamento de indicadores de cárie e das doenças periodontais. Outros indicadores de Saúde Pública.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
BUZALAF, Marília Afonso Rabelo. Fluoretos e saúde bucal. São Paulo: Santos, 2008.	6
CAMPOS, Adelianni Almeida; CAMPOS FILHO, Hermano José Maia; MEDEIROS, Igor Stuart. Educação para saúde bucal integral: educação. Prevenção e reabilitação. Fortaleza: Editora Premium, 2011.	6
KRIGER, Léo (Coord.). Aboprev: promoção da saúde bucal. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2003.	10
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CAMPOS, Adelianni Almeida et al. Educação para saúde bucal. Fortaleza: Premium, 2011.	6
BURT, Brian A., EKLUND, Stephen A. Odontologia: prática odontológica e a comunidade. São Paulo: Santos Editora, 2007.	17
IMPARATO, José Carlos Pettorossiet al. Selamento de cárie: uma alternativa para tratamento de lesões de cárie dentária. São Paulo: Santos, 2010.	2
OHARA, Elisabete; SAITO, Raquel. Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade. São Paulo: Martinari, 2008.	17
PITTS, N. (Orgs.). Cárie dentária: diagnósticos e monitoramento. São Paulo: Artes Médicas, 2012.	2
Disciplina: Optativa	CH: 40h
a) Libras	
Ementa:	

Introdução à língua de sinais: estrutura básica. Gramática da língua de sinais. Análise dos fatores socioculturais da comunidade surda. Legislação. Expressão corporal. Dramatização e música. Política de educação inclusiva. Função do intérprete de libras. Prática de língua de sinais.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
GOLDFELD, Márcia. A Criança Surda. São Paulo: Plexus, 1997.	4
GUTKNECHT, Norbert & EDUARDO, Carlos de Paula. A Odontologia e o Laser. São Paulo: Editora Santos, 2005.	4
SILVA, Marília da Piedade M. Construção de Sentidos na Escrita do Aluno Surdo. São Paulo: Plexus, 2001.	4
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
SOUZA, Regina M.; ARANTES, Valéria A.; SILVESTRE, Núria. Educação de Surdos. São Paulo: Summus, 2007.	4
CASTRO, Alberto R.; CARVALHO, Ilza S. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SENAC, 2005.	Acervo digital
BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.	Acervo digital
QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. Língua de Sinais Brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004.	Acervo digital
b) Laser	
Ementa:	
A Interação e efeitos do laser com tecidos duros e moles da cavidade oral. Tipos de laser. Métodos de aplicação dos lasers de alta e baixa potência.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
BRUGNERA, A. Atlas de Laserterapia Aplicada a Clínica Odontológica. São Paulo: Editora Santos, 2003.	4
GUTKNECHT, Norbert & EDUARDO, Carlos de Paula. A Odontologia e o Laser. São Paulo: Editora Santos, 2005.	4
SOUZA, Gerdal Roberto de & Cols. Terapia Fotodinâmica em Odontologia – ATLAS CLÍNICO. 1ª ED. Napoleão, 2013. 223p.	4
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CARDOSO, Rielson J. & GONÇALVES, Elenice A. Dentística Laser. São Paulo: Artes Médicas, 2002.	Acervo digital
GARCEZ, Aguinaldo Silva; RIBEIRO, Martha Simões; NUÑES, Silvia Cristina. Laser de baixa potência: princípios básicos e aplicações clínicas na Odontologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. (livro virtual).	Acervo digital
BRUGNERA JR., Aldo. Atlas de Laserterapia Aplicada à Clínica Odontológica. 1ª Ed. São Paulo: Santos, 2003. 119p.	4
MALDONADO, Edison Puig. Mecanismos de interação laser-tecido. 2005. (apostila virtual)	Acervo digital
PINHEIRO, Antonio Luiz B. Aplicação do laser na odontologia. Editora Santos, 2010.	Acervo digital
c) Disciplina: Odontogeriatrica	CH: 40h
Ementa:	

A saúde bucal dos idosos. Os avanços técnicos científicos da odontogeriatria. A população idosa e as doenças crônicas degenerativas. O perfil epidemiológico do idoso na atenção odontológica. O tratamento de indivíduos idosos: aspecto anatomofuncional, psicológico, semiológico e social.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
TIN, Edson. Odontogeriatria: Imperativo no Ensino Odontológico. Campinas (SP): Alínea, 2001.	Acervo digital
BRUNETTI-MONTENEGRO, Fernando Luiz & Cols. Odontogeriatria – Uma Visão Gerontológica. 1ª Ed. Elsevier, 2013. 360p.	4
GARBOGLIO, Joyce Lukower. Sorrindo na Melhor Idade – Uma abordagem atual da Reabilitação Oral na Terceira Idade. 1ª Ed. São Paulo: Santos, 2009. 150p.	4
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
VENDOLA, Maria C. C. & ROQUE NETO, Augusto. Bases clínicas em odontogeriatria. São Paulo: Editora Santos, 2009.	Acervo digital
CAMPOSTRINI, Eliana. Odontogeriatria. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.	Acervo digital
MELLO, H. S. A. Odontogeriatria. São Paulo: Editora Santos, 2005.	Acervo digital
MONTENEGRO, Fernando L. B & BRUNETTI, Ruy F. Odontogeriatria: noções de interesse clínico. São Paulo: Artes Médicas, 2001.	Acervo digital
VENDOLA, Maria Cecília C. Bases clínicas em odontogeriatria. Editora Santos, 2009.	Acervo digital
d) Implantodontia	CH: 40h
Ementa:	
Histórico e evolução. Implantes. Princípios de osseointegração. Avaliação sistêmica. Avaliação intra e extrabucal. Princípios cirúrgicos. Técnica cirúrgica para instalação de implantes. Carga imediata. Implantes imediatos. Controle e manutenção dos implantes. Cirurgias de segundo estágio. cirurgias muco-gengivais Triagem. Planejamento. Instalação de implantes.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
OPPERMANN, Rui Vicente; ROSSING, Cassiano Kuchenbecker. Periodontia para todos: da prevenção ao implante. São Paulo: Napoleão, 2013.	13
LINDHE. Tratado de periodontia clínica e implantologia oral, 4. Ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.	13
TELLES, Daniel. Próteses Fixas sobre Implantes. 1ª Ed. Quintessence, 2014. 600p.	8
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
OTTONI, Judith; MAGALHÃES, LetíciaJardin. Cirurgia plástica periodontia e perimplantar: beleza com proporção e harmonia. São Paulo: Artes Médicas, 2006.	8
ROSE, Louis R., MEALEY, Brian L., GENCO, Robert J., COHEN, D. Walter. Periodontia – medicina, cirurgia e implantes. São Paulo: Santos Editora, 2007.	4
WOLF, Herbert; HASSELL, Thomas M. Manual de Periodontia: fundamentos, diagnóstico, prevenção e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2008.	6
MISH, C. E. Implantes dentais contemporâneos. 3 ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008	Acervo digital
PAREL, S.M.; SULLIVAN, D.Y. Restaurações Estéticas sobre implantes. São paulo: livraria editora santos, 1998.	Acervo digital
e) Odontologia Hospitalar	
Ementa:	

Conceitos sobre atendimento hospitalar. Fundamentação do atendimento odontológico ao paciente hospitalizado. Noções e peculiaridades no atendimento hospitalar. Participação em atendimento odontológico em nível ambulatorial e de centro cirúrgico. Critérios de indicação. Noções de consulta direcionada à especificidade do atendimento odontológico integrado com a equipe médica. Pedidos de exames específicos. Solicitação de parecer da equipe multidisciplinar. Internação. Rotina de visita hospitalar. Cuidados no pós-operatório. Relacionamento inter-pessoal da equipe e acompanhante/responsável/ cuidador. Aplicação de conceitos de odontologia educativa e preventiva nos diferentes cenários hospitalares.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
ABENEGOS – CLÍNICA INTEGRADA EM ODONTOLOGIA SANTOS, Paulo Sérgio da Silva; SOARES JUNIOR, Luiz Alberto Valente. Medicina bucal: a prática na odontologia hospitalar. São Paulo: Santos, 2012.	Acervo digital
SANTOS, PAULO SÉRGIO DA SILVA; SOARES JUNIOR, LUIZ ALBERTO VALENTE. Medicina bucal: a prática na odontologia hospitalar; Santos. 2013. 336 p.	11
MILORO, Michael et al. Princípios de cirurgia bucomaxilofacial de Peterson. 2. ed. v. 2. São Paulo: Santos, 2013.	24
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CAMPOS, C.C.; et al. Manual prático para o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. Goiânia:GEPETO/FO/UFG. 2008. Download in: www.odonto.ufg.br	Acervo digital
Boraks, Silvio. Medicina bucal: tratamento clínico-cirúrgico das doenças bucomaxilofaciais: Artes Médicas. 2011. 0 p. I	16
BANKS, P. Fraturas do esqueleto facial. São Paulo: Santos Editora, 2005.	13
OLIVEIRA, Lucinei Roberto de. Introdução à disciplina de Estomatologia. Três Corações/MG: Universidade Vale do Rio Verde, 2012. (online).	Acervo digital
MALAMED, Stanley F. Manual de anestesia local. 5ª i., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	13
Disciplina: Atividade Extensionista V	CH: 40h
Ementa:	
Aspectos sociais, éticos, políticos e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde. Identificação e reconhecimento das necessidades da comunidade local e regional, para atuação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos. Produção e execução de projetos do curso de Odontologia, que possuem como escopo os conteúdos oferecidos no semestre, em consonância com as competências a serem desenvolvidas para a formação do estudante. Práticas de intervenção que resultem em impacto na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida, com ênfase na participação em ações sociais. O aluno desenvolverá atividades que compreendem as mais diversas atividades extensionistas, projetos, prestação de serviços, cursos, oficinas e organização eventos, com o intuito de assumir um papel protagonista frente ao processo de ensino-aprendizagem.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
TORRES, João Luís; RABELLO, Tiago Braga; MEDEIROS, Rodolfo Antonio de. Dentística, periodontia, prótese e oclusão. Nova Odessa/SP: Campos, 2006.	4
CONCEIÇÃO, Ewerton Nocchi. Dentística – saúde e estética. Porto Alegre: Artmed, 2007.	12
PARIZI, Arlete Gomes Santos, et al. Protocolo terapêutico medicamentoso. Presidente Prudente/SP: Faculdade de Odontologia de Presidente Prudente, [s.d.].	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
GARONE NETO, Narciso. Introdução a dentística restauradora. São Paulo: Santos Editora, 2003.	8

TREVIZANI FILHO, Eduardo, SANI NETO, José. Manual de periodontia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.	2
CARRANZA, PERIODONTIA CLÍNICA, RIO DE JANEIRO.ELSERVIER, 2014.	12
CASARIN, Renato Corrêa Viana; CASATI, Márcio Zaffalon. Periodontia. São Paulo: ABITEP, [s.d.]. (apostila virtual)	Acervo digital
LINDHE, JAN TRATADO DE PERIODONTE IMPLANTODONTOIAORAL, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2011.	16
6º Período	
Disciplina: Oclusão e DTM	CH: 40h
Ementa:	
Nesta disciplina serão repassados os conceitos de equilíbrio e estabilização oclusal, desde a influência genética até a conformação final, decorrente de estímulos externos; correlacionados forma e função; discorridos sobre disfunção temporomandibular; apresentados uma técnica de ajuste oclusal por desgaste seletivo. Além disso, serão desenvolvidos conhecimentos sobre dores orofaciais e seus tratamentos no âmbito teórico e ambulatorial.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
ISBERG, Annika. Disfunções da articulação têmporomandibular: um guia para o clínico. São Paulo: Artes Médicas, 2005.	13
MARCHINI, Leonardo; SANTOS, Jarbas Francisco Fernandes dos. Oclusão dentária: princípios e práticas clínica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.	8
PAIVA, Helson José da. Noções e conceitos básicos em oclusão, disfunção temporomandibular e dor orofacial. São Paulo: Santos Editora, 2008.	8
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CARLSSON, Gunnar E., et. al. Tratamento das disfunções temporomandibulares na clínica odontológica. São Paulo: Quintessence Editora, 2008.	14
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo, CARLSSON, Gunnar E., MAGNUSSON, Tomas. Tratamento das disfunções têmporomandibulares na clínica odontológica. São Paulo: Quintessence, 2006.	14
MARTINS JÚNIOR, Reynaldo Leite. Tratamento das disfunções temporomandibulares: esclarecendo a confusão. São Paulo: Santos Editora, 2012.	8
OLIVEIRA, Wagner de. Disfunções têmporomandibulares. São Paulo: Artes Médicas, 2002.	1
ORTHLIEB, Jean-Daniel et al. Oclusão: princípios básicos. Porto Alegre: Artmed, 2002.	8
Disciplina: Odontopediatria	CH: 80h
Ementa:	
Processos odontológicos aplicados à infância e adolescência: métodos e técnicas aplicados nos consultórios. Psicologia infantil. Técnicas preventivas e curativas das afecções que envolvem a dentição decídua e mista. Crescimento e desenvolvimento craniofacial dos arcos dentários e das dentições decíduas e permanentes. Conhecimento das etiologias que geram más oclusões dentárias, seu diagnóstico, prevenção e possíveis alternativas de tratamento. Prática clínica na infância e adolescência: métodos e técnicas aplicados nos consultórios. Psicologia infantil. Técnicas preventivas e curativas das afecções que envolvem a dentição decídua e mista. Crescimento e desenvolvimento craniofacial dos arcos dentários e das dentições decíduas e permanentes. Conhecimento das etiologias que geram más oclusões dentárias, seu diagnóstico, prevenção e possíveis alternativas de tratamento	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
ISSAO, Myaki, GUEDES-PINTO, Antonio Carlos. Manual de odontopediatria. São Paulo: Santos Editora, 2006.	9

WALTER, Luiz Reynaldo de Figueiredo. Manual de odontologia para bebês. São Paulo: Artes médicas, 2014.	2
IMPARATO, José Carlos Pettorossi. Anuário 01: Odontopediatria Clínica – Vol. 1. 1ª Ed. Napoleão, 2013. 396p.	4
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ASSED, Sada. Odontopediatria: bases para a prática clínica. São Paulo: Artes Médicas, 2005.	2
CAMPOS, Cerise de Castro, et al. Clínica odontológica infantil passo a passo. Goiânia: UFG/FO: FUNAPE, 2010. v. 1. (apostila virtual)	Acervo digital
CORREA, Maria Salete Nahas Pires. Odontopediatria na primeira infância. São Paulo: Santos Editora, 2005	12
GUEDES-PINTO, Antonio Carlos. Odontopediatria. São Paulo: Santos Editora, 2006.	16
MARSILLAC. Mirian de WaeleSouchois de. Controle da dor, do medo e da ansiedade em odontopediatria. São Paulo: Santos, 2013.	2
Disciplina: Prótese Parcial Removível	CH: 60h
Ementa:	
Introdução a Prótese Parcial Removível dentossuportada e dentomucossuportada; Exame clínico; Classificação dos arcos parcialmente desdentados; Delineadores e delineamento; Elementos constituintes da PPR e princípios biomecânicos; Planejamento e desenho; Moldagem anatômica e funcional; Preparo de boca geral e específicos para PPR.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
KLEIMANN, Cláudio, OLIVEIRA, Wagner de. Manual de prótese parcial removível. São Paulo: Santos Editora, 2002.	13
CARR, Alan B.; BROWN, DDavid T. Mc Cracken: Prótese Parcial Removível. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.	11
RUSSI, Sérgio; ROCHA, Eduardo P. Prótese total e prótese parcial removível. São Paulo: Artes Médicas, 2015.	13
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ARANHA, Claudionor; MORITA, David. A busca da excelência estética no laboratório de prótese e clínica dentária. São Paulo: Napoleão, 2013.	13
REIS, José Paulo dos; REIS, Luiz Roberto dos. Prótese parcial removível. São Paulo: Senac, 1995.	4
CUCCI, A. L. M. et al... Prótese parcial removível. Araraquara: UNESP, 1988. 119 p. (Apostila).	Acervo digital
DI FIORE. Sérgio R.; DI FIORE, Marco Antônio; DI FIORE, Ana Paula. Atlas de prótese parcial removível: princípios biomecânicos, bioprotéticos e de oclusão. São Paulo: Santos, 2013.	13
HENDERSON, D.; STEFFEL, V. L. Prótese parcial removível. 5 ed. São Paulo: Artes Médicas, 1979.	Acervo digital
Disciplina: Clínica Integrada III	CH: 100h
Ementa	
Princípios ergonômicos aplicados à Odontologia. Exames clínicos, complementares e semiológicos aplicados à clínica Odontológica. Diagnóstico e tratamento da cárie dentária e suas sequelas, através de procedimentos de média complexidade de Dentística Restauradora direta e indireta. Anestésicos locais. Técnicas cirúrgicas e exodônticas. Procedimentos terapêuticos e educativos de pacientes com alterações gengivais e periodontais. Receituário. Atendimento clínico e uso de recursos para tratamento de DTM's.	

Bibliografia Básica:	Número de exemplares
EWERTON NOCCHI CONCEIÇÃO et al. Dentística Saúde e Estética. 2. Edição. Artmed, 2007.	12
ELLIS, Edward, PETERSON, Larry J., HUPP, James R. Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	14
DAWSON, Peter E. Oclusão funcional: da ATM ao desenho do sorriso. 1ª 37i., São Paulo: Santos Editora, 2008.	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E.; Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.	12
ROSE, Louis R., MEALEY, Brian L., GENCO, Robert J., COHEN, D. Walter. Periodontia: medicina, cirurgia e implantes. São Paulo: Santos Editora, 2007.	Acervo digital
MARCUCCI, Gilberto, CRIVELLO JR., Oswaldo. Fundamentos de odontologia – estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	13
ANDRADE, Eduardo Dias. Terapêutica medicamentosa em Odontologia. 2ª Ed., São Paulo: Artes Médicas, 2006.	17
MONTEIRO, BARATIERI, L. N., RITTER, A. V. Caderno de dentística – proteção do complexo dentina-polpa. São Paulo: Santos Editora, 2003	Acervo digital
Disciplina: Atividade Extensionista VI	CH: 40h
Ementa:	
Aspectos sociais, éticos, políticos e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde. Identificação e reconhecimento das necessidades da comunidade local e regional, para atuação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos. Produção e execução de projetos do curso de Odontologia, que possuem como escopo os conteúdos oferecidos no semestre, em consonância com as competências a serem desenvolvidas para a formação do estudante. Práticas de intervenção que resultem em impacto na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida, com ênfase na produção de materiais e instrumentos educacionais. O aluno desenvolverá atividades que compreendem as mais diversas atividades extensionistas, focados no desenvolvimento de produtos educacionais como e-books, cartilhas, vídeos e manuais. Dessa forma, o conhecimento gerado na academia será extrapolado para sociedade e contribuirá com a formação continuada.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
EWERTON NOCCHI CONCEIÇÃO et al. Dentística Saúde e Estética. 2. Edição. Artmed, 2007.	12
ELLIS, Edward, PETERSON, Larry J., HUPP, James R. Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	14
DAWSON, Peter E. Oclusão funcional: da ATM ao desenho do sorriso. 1ª 37i., São Paulo: Santos Editora, 2008.	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CORREA, Maria Salete Nahas Pires. Odontopediatria na primeira infância. São Paulo: Santos Editora, 2005	12
GUEDES-PINTO, Antonio Carlos. Odontopediatria. São Paulo: Santos Editora, 2006.	16
MARCUCCI, Gilberto, CRIVELLO JR., Oswaldo. Fundamentos de odontologia – estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	13
ANDRADE, Eduardo Dias. Terapêutica medicamentosa em Odontologia. 2ª Ed., São Paulo: Artes Médicas, 2006.	17
MONTEIRO, BARATIERI, L. N., RITTER, A. V. Caderno de dentística – proteção do complexo dentina-polpa. São Paulo: Santos Editora, 2003	Acervo digital

7º Período	
Disciplina: Prótese Total	CH: 60h
Ementa:	
Noções para avaliação dos pacientes totalmente desdentados. Materiais e técnicas de moldagem (moldagem anatômica e funcional). Obtenção de modelo anatômico e de trabalho. Posição mandibular e relação maxilo-mandibular. Montagem em articulador. Seleção e montagem dos dentes artificiais. Etapas laboratoriais para confecção da prótese total. Instalação, ajuste e preservação da prótese total.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
TOSHIO, Nakagomi. Prótese total: em busca da excelência estética e funcional – a máxima naturalidade em prótese total. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.	4
RUSSI, Sérgio; ROCHA, Eduardo P. Prótese total e prótese parcial removível. São Paulo: Artes Médicas, 2015.	Acervo digital
CUNHA, Vicente de Paula Prisco da; MARCHINI, Leonardo. Prótese total contemporânea na reabilitação bucal. São Paulo: Santos, 2014.	8
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
NAKAGOMI; MUKAI. Prótese total: em busca da excelência estética e funcional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.	4
TELLES, Daniel. Prótese total: convencional e sobre implantes. São Paulo: Santos, 2013.	13
COSTA S, REBOLLAL J & AMP; Braz DBU. Descomplicando a prótese total perguntas e respostas. Editora Napoleão, 2012.	13
TURANO JC & AMP; TURANO LM. Fundamentos da prótese total. Editora Santos, 2010.	10
TOSHIO, NAKAGOMI. Prótese total. Editora Elsevier, 2013.	4
Disciplina: Ortodontia	CH: 40h
Ementa:	
Conceitos, Classificação e Diagnóstico em Ortodontia. Desenvolvimento da oclusão. Oclusão normal. Classificação das más-oclusões. Aparelhos Ortodônticos Removíveis. Perdas precoces decíduos e mantenedores de espaço. Perdas de espaço nos arcos dentários e recuperadores. Mordidas cruzadas. Separação, bandagem e moldagem de transferência.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
BISHARA, Samir E. Ortodontia. São Paulo: Editora Santos, 2004.	13
FERREIRA, Flávio Vellini. Ortodontia – diagnóstico e planejamento clínico. São Paulo: Artes Médicas, 2008.	13
GRABER, Thomas M., VANARSDALL JR., Robert L. Ortodontia: princípios e técnicas atuais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.	13
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
BAPTISTA, João M. Ortodontia personalizada. São Paulo: Santos Editora, 2004.	4
CARVALHO. Soluções Ortodônticas para Dentes Retidos. 1ª Ed. São Paulo: Santos, 2015. 168p.	4
ROSSI, Nelson José; ROSSI, Rosa Carrieri; ROSSI, Nelson José Carrieri. Como realizar um tratamento ortodôntico com qualidade e custo reduzido.[s.d.] (apostila virtual).	Acervo digital
BARRADAS, L. F. Ortodontia – atlas de casos clínicos. São Paulo: Santos Editora, 2006.	4
MOYERS, Robert E. Ortodontia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.	4

Disciplina: Clínica Integrada IV		CH: 100h
Ementa:		
Educação em saúde bucal. Princípios ergonômicos aplicados a Odontologia. Exames Clínico e Complementares aplicados a Clínica Odontológica. Diagnóstico, prognóstico e tratamentos da cárie dentária e suas sequelas, através de procedimentos de média complexidade de dentística, endodontia de dentes anteriores e prótese fixa. Técnicas cirúrgicas e exodônticas. Anestésicos locais. Procedimentos de higienização aplicados em pacientes com problemas gengivais e periodontais. Técnicas cirúrgicas periodontais. Interpretação de exames laboratoriais e complementares. Receituário. Atendimento clínico e o uso de diferentes recursos para tratamento das DTM's. Avaliação clínica das maloclusões dentárias.		
Bibliografia Básica:		Número de exemplares
KIGNEL, S. Estomatologia: bases do diagnóstico para o clínico geral. 2ªed., São Paulo: Santos, 2013.		16
SHILLINGBURG, Herbert T., HOBO, Sumiya, WHITSETT, Lowell D., JACOBI, Richard, BRACKETT, Susan E. Fundamentos de prótese fixa. São Paulo: Santos Editora, 2007.		16
Lopes, H. P., & Siqueira Jr, J. F. Endodontia: biologia e técnica. Elsevier Brasil, 2015.		2
Bibliografia Complementar:		Número de exemplares
ROSE, Louis R., MEALEY, Brian L., GENCO, Robert J., COHEN, D. Walter. Periodontia: medicina, cirurgia e implantes. São Paulo: Santos Editora, 2007.		12
MARCUCCI, Gilberto, CRIVELLO JR., Oswaldo. Fundamentos de odontologia – estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.		Acervo digital
ANDRADE, Eduardo Dias. Terapêutica medicamentosa em Odontologia. 2ª Ed., São Paulo: Artes Médicas, 2006.		13
MONTEIRO, BARATIERI, L. N., RITTER, A. V. Caderno de dentística – proteção do complexo dentina-polpa. São Paulo: Santos Editora, 2003		17
LEONARDO, M. R., & DE TOLEDO Leonardo, R. Tratamento de canais radiculares: avanços tecnológicos de uma endodontia minimamente invasiva e reparadora. São Paulo: Artes Médicas Editora, 2012.		20
Disciplina: Odontologia Legal		CH: 40h
Ementa:		
Aspectos legais e técnicas para identificação em odontologia. Implicações jurídicas nos diversos procedimentos odontológicos. Perícia na odontologia. Traumatologia forense. O uso da biologia molecular na perícia.		
Bibliografia Básica:		Número de exemplares
RAMOS, Dalton Luiz de Paula. Fundamentos de odontologia – bioética e ética profissional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.		2
MEDEIROS, Urubatan Vieira de. Odontologia legal e legislação odontológica. 2011. (apostila virtual)		Acervo digital
VANRELL, J P.: Odontologia Legal e Antropologia Forense. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.		13
Bibliografia Complementar:		Número de exemplares
COUTO, Rodrigo Camargos. Perícias em medicina & odontologia legal. Rio de Janeiro: MedBook, 2011.		13
ONESTI, Adriana. Apostila de Medicina Legal. 2012.		Acervo digital
MAZZILLI, Luiz Eugênio Nigro. Odontologia do trabalho. 2. ed. São Paulo: Santos, 2007.		13

SILVA, M. A; ZIMMERMANN, R. D.; PAULA, F. J.: Deontologia odontológica: ética e legislação; São Paulo/ SP/ :Santos, 2011.	12
ROVIDA, T.A.S; GARBIN, C.A.S: Noções de Odontologia Legal e Bioética. São Paulo: Artes médicas, 2013	2
Disciplina: Odontologia Social III	CH: 40h
Ementa:	
Desenvolvimento e prevenção de hábitos bucais. Aspectos clínicos da nutrição. Prevenção do câncer bucal. Controle de infecções no consultório odontológico. Prevenção de trauma dentário e de moléstias infectocontagiosas. Prática comunitária na rede municipal.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
BUZALAF, Marília Afonso Rabelo. Fluoretos e saúde bucal. São Paulo: Santos, 2008.	6
CAMPOS, Adelianni Almeida; CAMPOS FILHO, Hermano José Maia; MEDEIROS, Igor Stuart. Educação para saúde bucal integral: educação. Prevenção e reabilitação. Fortaleza: Editora Premium, 2011.	6
KRIGER, Léo (Coord.). Aboprev: promoção da saúde bucal. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2003.	10
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CAMPOS, Adelianni Almeida et al. Educação para saúde bucal. Fortaleza: Premium, 2011.	6
BURT, Brian A., EKLUND, Stephen A. Odontologia: prática odontológica e a comunidade. São Paulo: Santos Editora, 2007.	17
IMPARATO, José Carlos Pettorossiet al. Selamento de cárie: uma alternativa para tratamento de lesões de cárie dentária. São Paulo: Santos, 2010.	2
OHARA, Elisabete; SAITO, Raquel. Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade. São Paulo: Martinari, 2008.	17
PITTS, N. (Orgs.). Cárie dentária: diagnósticos e monitoramento. São Paulo: Artes Médicas, 2012.	2
Disciplina: Atividade Extensionista VII	CH: 40h
Ementa:	
Aspectos sociais, éticos, políticos e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde. Identificação e reconhecimento das necessidades da comunidade local e regional, para atuação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos. Produção e execução de projetos do curso de Odontologia, que possuem como escopo os conteúdos oferecidos no semestre, em consonância com as competências a serem desenvolvidas para a formação do estudante. Práticas de intervenção que resultem em impacto na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida, com ênfase na produção de materiais e instrumentos educacionais. O aluno desenvolverá atividades que compreendem as mais diversas atividades extensionistas, focados no desenvolvimento de produtos educacionais como e-books, cartilhas, vídeos e manuais. Dessa forma, o conhecimento gerado na academia será extrapolado para sociedade e contribuirá com a formação continuada.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
KIGNEL, S. Estomatologia: bases do diagnóstico para o clínico geral. 2ªed., São Paulo: Santos, 2013.	16
SHILLINGBURG, Herbert T., HOBBS, Sumiya, WHITSETT, Lowell D., JACOBI, Richard, BRACKETT, Susan E. Fundamentos de prótese fixa. São Paulo: Santos Editora, 2007.	16
CAMPOS, Adelianni Almeida; CAMPOS FILHO, Hermano José Maia; MEDEIROS, Igor Stuart. Educação para saúde bucal integral: educação. Prevenção e reabilitação. Fortaleza: Editora Premium, 2011.	6

Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CAMPOS, Adelianni Almeida et al. Educação para saúde bucal. Fortaleza: Premium, 2011.	6
BURT, Brian A., EKLUND, Stephen A. Odontologia: prática odontológica e a comunidade. São Paulo: Santos Editora, 2007.	17
IMPARATO, José Carlos Pettorossiet al. Selamento de cárie: uma alternativa para tratamento de lesões de cárie dentária. São Paulo: Santos, 2010.	2
OHARA, Elisabete; SAITO, Raquel. Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade. São Paulo: Martinari, 2008.	17
GRABER, Thomas M., VANARSDALL JR., Robert L. Ortodontia: princípios e técnicas atuais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.	13
8º Período	
Disciplina: Odontologia para PCD	CH: 80h
Ementa:	
Tratamento integral dos pacientes especiais. Tipos de pacientes especiais. Psicologia aplicada ao atendimento de pacientes especiais. Estratégias de atendimento para pacientes especiais. Medicamentos utilizados para os diferentes tipos de pacientes com necessidades especiais. Prática em clínica escola.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
MUGAYAR, Leda Regina Fernandes. Pacientes portadores de necessidades especiais. São Paulo: Pancast, 2000.	4
XAVIER, Hamilton S., XAVIER, Valéria B. C. Cuidados Odontológicos com a Gestante. 1ª Ed. São Paulo: Santos, 2004. 114p.	4
RIBEIRO, Francisco José Barata. Emergências Médicas e Suporte Básico de Vida em Odontologia. 1ª Ed. São Paulo: Santos, 2014. 320p.	4
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CAMPOS, Cerise de Castro, et al. Manual prático para o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. Goiânia: Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Odontologia, 2009. (apostila virtual)	Acervo digital
ELIAS, Roberto. Odontologia para pacientes com necessidades especiais. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.	4
VARELLIS, M. L. Z. Paciente com necessidades especiais na odontologia: manual prático. São Paulo: Santos Editora, 2005.	20
TRINDADE, Inge Elly Kiemle, SILVA FILHO, Omar Gabriel da. Fissuras labiopalatinas: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Santos Editora, 2007.	4
VARELLIS, M. L. Z. Paciente com necessidades especiais na odontologia. São Paulo: Santos Editora, 2005.	19
Disciplina: Estágio em Saúde Coletiva	CH: 80h
Ementa:	
Atividades Práticas desenvolvidas em instituições públicas filantrópicas e complementares privadas, desenvolvendo as habilidades e competências necessárias ao exercício da profissão no âmbito da atenção básica. O modelo de prática preconiza a integração das atividades promocionais, preventivas e reabilitadoras básicas, baseadas na realidade brasileira.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
BURT, Brian A., EKLUND, Stephen A. Odontologia: prática odontológica e a comunidade. São Paulo: Santos Editora, 2007.	1

OHARA, Elisabete; SAITO, Raquel. Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade. São Paulo: Martinari, 2008.	17
PEREIRA, Antônio Carlos. Tratado de saúde coletiva em Odontologia. São Paulo: Napoleão, 2009.	13
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ANDRADE, Eduardo Dias. Terapêutica medicamentosa em Odontologia. 2ª Ed., São Paulo: Artes Médicas, 2006.	17
BUSATO, Adair Luiz Stefanello. Dentística: novos princípios restauradores. São Paulo: Artes Médicas, 2004.	12
TREVIZANI FILHO, Eduardo, SANI NETO, José. Manual de periodontia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.	2
KIGNEL, Sergio. Estomatologia: bases do diagnóstico para o clínico geral. Ed. Santos, 2007	2
KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E.; Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.	12
Disciplina: Projeto de Pesquisa	CH: 40h
Ementa:	
Estrutura e redação do projeto de monografia/pesquisa; estrutura e redação da monografia. Critérios básicos para submissão ao comitê de ética. Como criar e desenvolver uma apresentação multimídia (PowerPoint). Apresentação sob forma de seminários dos projetos de pesquisa, abordando os seguintes aspectos: etapas, reflexão analítica sobre os dados coletados, resultados alcançados, dificuldades e soluções encontradas no desenvolvimento da pesquisa, elaboração do trabalho científico.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.	13
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.	2
MARTINS, J. A pesquisa qualitativa em Odontologia: fundamentos e recursos básicos. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1994.	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2005.	3
ECO, UMBERTO. Como se faz uma tese / Umberto Eco. 17. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 174 p., il.	3
KOCH, Ingedore. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2004.	3
SANTOS, Ernesto. A ética no uso dos testes psicológicos, na informatização e na pesquisa / Ernesto Santos, Norberto Abreu e Silva Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. 121 p.	Acervo digital
SALOMON, Delcio. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins, 2004.	3
Disciplina: Estágio em Clínicas Integradas Infantojuvenil	CH: 240h
Ementa:	

Exame, diagnóstico e elaboração de plano de tratamento em odontopediatria; Imaginologia em odontopediatria; educação em saúde bucal: aplicação de métodos preventivos de saúde bucal em crianças e adolescentes; abordagem psicológica do paciente na clínica infantil; características das dentições decídua e mista; doenças periodontais na infância e adolescência; cirurgia em odontopediatria; Terapia pulpar em dentes decíduos e permanentes; traumatismo em dentes decíduos e permanentes; Dentística e reabilitação protética em odontopediatria; crescimento e desenvolvimento dentário; confecções de aparelhos ortodônticos para correções das diferentes maloclusões dentárias.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
TOLEDO, Orlando Ayrton de. Odontopediatria: fundamentos para a prática clínica. 4. Ed. São Paulo: Premier, 2012.	11
GUEDES-PINTO, Antônio Carlos. Odontopediatria clínica. São Paulo: Artes Médicas, 1998.	16
ISSAO, Myaki, GUEDES-PINTO, Antonio Carlos. Manual de odontopediatria. São Paulo: Santos Editora, 2006.	9
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
CORREA, Maria Salete Nahas Pires. Odontopediatria na primeira infância. São Paulo: Santos 3º Ed., 2010.	13
MILLET, Declan. WELBURY, Richard. Casos clínicos de ortodontia na odontopediatria. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.	2
NAHÁS, Maria Salete. CORRÊA, Pires. Conduta clínica e psicológica na odontopediatria. São Paulo: Santos, 2013.	2
IMPARATO, JCP. Anuário de Odontopediatria: Clínica Integrada e Atual. Vol 1 – Nova Odessa: Napoleão, 2013.	4
WALTER, LRF. et al. Manual de Odontologia para Bebês. São Paulo: Artes Médicas, 2014.	2
Disciplina: Atividade Extensionista VIII	CH: 40h
Ementa:	
Aspectos sociais, éticos, políticos e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde. Identificação e reconhecimento das necessidades da comunidade local e regional, para atuação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos. Produção e execução de projetos do curso de Odontologia, que possuem como escopo os conteúdos oferecidos no semestre, em consonância com as competências a serem desenvolvidas para a formação do estudante. Práticas de intervenção que resultem em impacto na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida, com ênfase na produção de materiais e instrumentos educacionais. O aluno desenvolverá atividades que compreendem as mais diversas atividades extensionistas, focados no desenvolvimento de produtos educacionais como e-books, cartilhas, vídeos e manuais. Dessa forma, o conhecimento gerado na academia será extrapolado para sociedade e contribuirá com a formação continuada.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
TOLEDO, Orlando Ayrton de. Odontopediatria: fundamentos para a prática clínica. 4. Ed. São Paulo: Premier, 2012.	11
GUEDES-PINTO, Antônio Carlos. Odontopediatria clínica. São Paulo: Artes Médicas, 1998.	16
MUGAYAR, Leda Regina Fernandes. Pacientes portadores de necessidades especiais. São Paulo: Pancast, 2000.	4
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
IMPARATO, JCP. Anuário de Odontopediatria: Clínica Integrada e Atual. Vol 1 – Nova Odessa: Napoleão, 2013.	4
WALTER, LRF. et al. Manual de Odontologia para Bebês. São Paulo: Artes Médicas, 2014.	2

IMPARATO, José Carlos Pettorossiet al. Selamento de cárie: uma alternativa para tratamento de lesões de cárie dentária. São Paulo: Santos, 2010.	2
OHARA, Elisabete; SAITO, Raquel. Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade. São Paulo: Martinari, 2008.	17
XAVIER, Hamilton S., XAVIER, Valéria B. C. Cuidados Odontológicos com a Gestante. 1ª Ed. São Paulo: Santos, 2004. 114p.	4
9º Período	
Disciplina: Estágio em Clínicas Integradas para o Adulto	CH: 240h
Ementa:	
Procedimentos clínicos integrando as diversas áreas odontológicas: Semiologia e Propedêutica clínica, prótese, oclusão, disfunção têmporomandibular, periodontia, cirurgia, dentística restauradora, endodontia, entre outras. Tratamento integral de pacientes com necessidades especiais. Atendimento clínico de urgência odontológica, como colagem de fragmento dental, restaurações anteriores fraturadas, drenagens de abscesso dento alveolares, tratamento de periodontite apical sintomática, pericoronarites, pulpites sintomáticas, exodontia de urgência em casos de odontolagias, e processos hemorrágicos.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
MARQUES, Ivan Haidamus Sodre. Urgências e emergências médicas no consultório odontológico. Editora Yendis, 2008.	4
FERNANDES, Kristiane Porta Santos. Guia Visual de Endodontia. 2ª Ed. São Paulo: Santos, 2013. 166p.	8
CONCEIÇÃO, Ewerton Nocchi. Dentística – saúde e estética. Porto Alegre: Artmed, 2007.	12
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
BORAKS, Silvio. Medicina Bucal – Tratamento Clínico-Cirúrgico das Doenças Bucomaxilofaciais. 1ª Ed. Artmed, 2011. 592p.	8
ARANHA, Claudionor; MORITA, David. A busca da excelência estética no laboratório de prótese e clínica dentária. São Paulo: Napoleão, 2013.	13
GARONE NETO, Narciso. Introdução a dentística restauradora. São Paulo: Santos Editora, 2003.	2
BUSATO, Adair Luiz Stefanello. Dentística: filosofia, conceitos e prática clínica. São Paulo: Artes Médicas, 2005.	9
LEONARDO, MR. Endodontia: tratamento de canais radiculares. São Paulo: Artes Médicas, 2005.	20
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso	CH: 20h
Ementa:	
Desenvolvimento de Artigo Científico em uma das diversas áreas da Odontologia. Redação de texto científico. Estruturação e utilização adequada de Metodologia Científica na elaboração do artigo. Apresentação da pesquisa de campo/pesquisa bibliográfica, no formato artigo, para defesa e publicação.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.	13
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.	2
MARTINS, J. A pesquisa qualitativa em Odontologia: fundamentos e recursos básicos. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1994.	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2005.	3
ECO, UMBERTO. Como se faz uma tese / Umberto Eco. 17. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 174 p., il.	3
KOCH, Ingedore. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2004.	3
SANTOS, Ernesto. A ética no uso dos testes psicológicos, na informatização e na pesquisa / Ernesto Santos, Norberto Abreu e Silva Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. 121 p.	Acervo digital
SALOMON, Delcio. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins, 2004.	3
Disciplina: Atividade Extensionista IX	CH: 40h
Ementa:	
Aspectos sociais, éticos, políticos e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde. Identificação e reconhecimento das necessidades da comunidade local e regional, para atuação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos. Produção e execução de projetos do curso de Odontologia, que possuem como escopo os conteúdos oferecidos no semestre, em consonância com as competências a serem desenvolvidas para a formação do estudante. Práticas de intervenção que resultem em impacto na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida, com ênfase na produção de materiais e instrumentos educacionais. O aluno desenvolverá atividades que compreendem as mais diversas atividades extensionistas, focados no desenvolvimento de produtos educacionais como e-books, cartilhas, vídeos e manuais. Dessa forma, o conhecimento gerado na academia será extrapolado para sociedade e contribuirá com a formação continuada.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
MARQUES, Ivan Haidamus Sodre. Urgências e emergências médicas no consultório odontológico. Editora Yendis, 2008.	4
FERNANDES, Kristiane Porta Santos. Guia Visual de Endodontia. 2ª Ed. São Paulo: Santos, 2013. 166p.	8
CONCEIÇÃO, Ewerton Nocchi. Dentística – saúde e estética. Porto Alegre: Artmed, 2007.	12
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
BORAKS, Silvio. Medicina Bucal – Tratamento Clínico-Cirúrgico das Doenças Bucomaxilofaciais. 1ª Ed. Artmed, 2011. 592p.	8
ARANHA, Claudionor; MORITA, David. A busca da excelência estética no laboratório de prótese e clínica dentária. São Paulo: Napoleão, 2013.	13
GARONE NETO, Narciso. Introdução a dentística restauradora. São Paulo: Santos Editora, 2003.	2
BUSATO, Adair Luiz Stefanello. Dentística: filosofia, conceitos e prática clínica. São Paulo: Artes Médicas, 2005.	9
LEONARDO, MR. Endodontia: tratamento de canais radiculares. São Paulo: Artes Médicas, 2005.	20
10º Período	
Disciplina: Estágio em Clínicas Integradas para o Idoso	CH: 240h
Ementa:	
Procedimentos clínicos integrando as diversas áreas odontológicas: Semiologia e Propedêutica clínica, prótese, oclusão, disfunção têmporomandibular, periodontia, cirurgia, dentística restauradora, endodontia, entre outras. Tratamento integral de pacientes com necessidades especiais. Atendimento clínico de urgência odontológica, como colagem de fragmento dental, restaurações anteriores fraturadas, drenagens de abscesso dento alveolares, tratamento de periodontite apical sintomática, pericoronarites, pulpites sintomáticas, exodontia de urgência em casos de odontolagias, e processos hemorrágicos.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares

ABENEGO25 – CLÍNICA INTEGRADA EM ODONTOLOGIA SANTOS, Paulo Sérgio da Silva; SOARES JUNIOR, Luiz Alberto Valente. Medicina bucal: a prática na odontologia hospitalar. São Paulo: Santos, 2012.	Acervo digital
MARQUES, Ivan Haidamus Sodre. Urgências e emergências médicas no consultório odontológico. Editora Yendis, 2008.	Acervo digital
CAMPOS, Cerise de Castro, et al. Manual prático para o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. Goiânia: Universidade Federal de Goiás –Faculdade de Odontologia, 2009. (apostila virtual).	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ASSAOKA, Shirley Kayaki; CESAR, Edilene Almeida; OLIVEIRA, Flávio de Jesus. Prótese dentária: princípios fundamentais, técnicas laboratoriais. 3ª ed. Nova Odessa/SP: Napoleão, 2014.	4
GARONE, Narciso Garone. Inlay e onlay metálica e estética. Editora Santos, 2009.	6
KRIGER, Leo; MOYSÉS, Samuel Jorge; MOYSÉS, Simone Tetu. Fundamentos de prótese fixa. São Paulo: Artes Médicas, 2014.	4
MESQUITA, Edson; CÉ, Gabriela; THADDEU FILHO, Mario. Prótese unitária. Petrópolis/RJ: Ponto, 2008.	6
VOLPATO, Cláudia Ângela Maziero; GARBELOTTO, Luis Gustavo D’Altoé; ZANI, Izo Milton; VASCONCELLOS, Diego Klee de. Próteses odontológicas: uma visão contemporânea – fundamentos e procedimentos. São Paulo: Santos, 2013.	4
Disciplina: Atividade Extensionista X	CH: 40h
Ementa:	
Aspectos sociais, éticos, políticos e culturais que envolvem o cuidado humano em saúde. Identificação e reconhecimento das necessidades da comunidade local e regional, para atuação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos. Produção e execução de projetos do curso de Odontologia, que possuem como escopo os conteúdos oferecidos no semestre, em consonância com as competências a serem desenvolvidas para a formação do estudante. Práticas de intervenção que resultem em impacto na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida, com ênfase na produção de materiais e instrumentos educacionais. O aluno desenvolverá atividades que compreendem as mais diversas atividades extensionistas, focados no desenvolvimento de produtos educacionais como e-books, cartilhas, vídeos e manuais. Dessa forma, o conhecimento gerado na academia será extrapolado para sociedade e contribuirá com a formação continuada.	
Bibliografia Básica:	Número de exemplares
ABENEGO25 – CLÍNICA INTEGRADA EM ODONTOLOGIA SANTOS, Paulo Sérgio da Silva; SOARES JUNIOR, Luiz Alberto Valente. Medicina bucal: a prática na odontologia hospitalar. São Paulo: Santos, 2012.	Acervo digital
MARQUES, Ivan Haidamus Sodre. Urgências e emergências médicas no consultório odontológico. Editora Yendis, 2008.	Acervo digital
CAMPOS, Cerise de Castro, et al. Manual prático para o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. Goiânia: Universidade Federal de Goiás –Faculdade de Odontologia, 2009. (apostila virtual).	Acervo digital
Bibliografia Complementar:	Número de exemplares
ASSAOKA, Shirley Kayaki; CESAR, Edilene Almeida; OLIVEIRA, Flávio de Jesus. Prótese dentária: princípios fundamentais, técnicas laboratoriais. 3ª ed. Nova Odessa/SP: Napoleão, 2014.	4
GARONE, Narciso Garone. Inlay e onlay metálica e estética. Editora Santos, 2009.	6
KRIGER, Leo; MOYSÉS, Samuel Jorge; MOYSÉS, Simone Tetu. Fundamentos de prótese fixa. São Paulo: Artes Médicas, 2014.	4

MESQUITA, Edson; CÉ, Gabriela; THADDEU FILHO, Mario. Prótese unitária. Petrópolis/RJ: Ponto, 2008.	6
VOLPATO, Cláudia Ângela Maziero; GARBELOTTO, Luis Gustavo D'Altoé; ZANI, Izo Milton; VASCONCELLOS, Diego Klee de. Próteses odontológicas: uma visão contemporânea – fundamentos e procedimentos. São Paulo: Santos, 2013.	4

2.7 Metodologias de Ensino

O Instituto Florence de Ensino Superior, em consonância com os documentos normativos institucionais e visando atender às expectativas da comunidade, em relação à promoção de formação superior com excelência, desenvolve, em seus Cursos de Graduação e Pós-graduação, o referencial teórico cognitivista, que tem como preocupação a maturação intelectual do indivíduo, tendo como referencial metodológico a interdisciplinaridade.

O Instituto Florence de Ensino Superior compreende que a metodologia interdisciplinar deve ser desenvolvida através da problematização, contextualização e flexibilização, tendo a definição de um objeto entre as unidades de uma dada disciplina, entre as disciplinas de um dado curso, entre os cursos superiores ofertados pela IES, bem como em suas atividades de pesquisa e extensão.

A interdisciplinaridade utiliza em suas vivências curriculares as linguagens de afirmação, negação e complementação, o que aprofunda e articula objetos de saber, em favor da elaboração de um conhecimento cada vez mais sofisticado. Deste modo, a trama interdisciplinar é estabelecida através de processos mentais que são configurados em meio aos desafios pedagógicos.

Os procedimentos e estratégias metodológicas somente possuem significado quando possibilitam a mobilização, elaboração e aplicação dos diferentes conhecimentos. Então, a reflexão sobre as ações propostas passa a ser o eixo norteador do trabalho metodológico do professor. O trabalho metodológico desenvolvido investe, então, na construção do conhecimento, nas possíveis correlações com a realidade e na implementação de ações criativas, científicas e críticas, mediatizadas pela interação dos professores, num ambiente de diálogo e entendimento.

Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem

Um processo de ensino-aprendizagem moderno, fundamenta-se nos princípios da

pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, os alunos passam à condição de sujeitos ativos desse processo, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de ensino voltadas à construção de competências vinculadas ao raciocínio e à reflexão crítica. O professor, por outro lado, passa a desempenhar o papel de incentivador, garantindo situações que estimulem a participação do aluno no ato de aprender; e de orientador, auxiliando a construção do conhecimento.

Em sala de aula, a crescente diversificação das estratégias de ensino e aprendizagem buscam favorecer a operacionalização dos objetivos indicados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. A utilização de Metodologias Ativas e de outras Estratégias de Ensino aproximam os alunos da realidade e propiciam o desenvolvimento de habilidades e competências constantes do perfil de formação desejado. É estimulado o uso de metodologias de ensino baseadas na interação, tais como a discussão; o debate; a mesa redonda; o seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista, o estudo de caso, os estudos dirigidos; e o uso, em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em problemas, com o estudo centrado em casos reais.

A diretriz pedagógica postulada pela Direção Acadêmica é a de que o curso deve ser centrado no aluno - o agente de seu próprio aprendizado. Para isso, deve desenvolver, no seu decorrer, competências e habilidades de consulta à biblioteca e à Internet, de leitura de artigos científicos e de trabalho em equipe. O aluno é o principal provedor de seu próprio aprendizado, que é conquistado ativamente, por meio da observação, estudo e pesquisa.

A pedagogia interativa busca promover um processo de aprendizado mais ativo, capaz de estimular a troca de informações entre professores e alunos e entre os próprios alunos, estimulando a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática profissional. Supera, com vantagens, a pedagogia da transmissão passiva de conhecimentos utilizada nos métodos tradicionais de ensino, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo de atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes. Facilita o desenvolvimento dos seus próprios métodos de estudo, aprendendo a selecionar criticamente os recursos educacionais mais adequados, trabalhar em equipe e aprender a aprender.

A problematização dos conteúdos constitui requisito necessário e essencial para o desenvolvimento dessa proposta pedagógica, na medida em que estimula a participação do aluno e fornece ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de ganhos, bem como do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem.

A partir de questões problematizadoras, consideram-se os conhecimentos prévios e experiências do aluno, buscando uma síntese que explique ou resolva a situação problema que desencadeou a discussão. Nessa perspectiva, os elementos curriculares adquirem novas formas e os conteúdos não são memorizados, mas apreendidos compreensivamente. Os alunos são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando assim a autoavaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

Aprendizagem Baseada em Problemas – PBL

Uma política de ensino não pode prescindir de uma metodologia apropriada e, sendo assim, o Instituto Florence busca desenvolver projetos que privilegiem o protagonismo do aluno e estimulem a Aprendizagem Baseada em Problemas ou Problem-Based Learning (PBL).

Essa metodologia apresenta como características principais o fato de ser centrada no aluno, se desenvolver em pequenos grupos tutoriais, apresentar problemas em contexto real, possuir processos ativos, cooperativos, integrados e interdisciplinares e orientada para a aprendizagem do adulto.

A PBL estimula no aluno a capacidade de aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de ouvir outras opiniões, mesmo que contrárias às suas e induz o aluno a assumir um papel ativo e responsável pelo seu aprendizado. A metodologia objetiva, ainda, conscientizar o aluno do que ele sabe e do que precisa aprender e motiva-o a ir buscar as informações relevantes.

Neste sentido, a IES vem implantando, gradativamente, a PBL em seus currículos a partir da reserva de parte da carga horária das disciplinas para atividades orientadas pelos professores tutores, cujo desenvolvimento é protagonizado pelos alunos.

Além dos projetos específicos com a tutoria de um professor especialista no tema, as disciplinas são orientadas a encerrar cada unidade de ensino com uma questão problema, baseada no desenvolvimento de habilidades e competências. São reservadas horas docentes para acompanhamento dos alunos que necessitem de orientação para a sua resolução.

Projeto Integrador

O Projeto Integrador, componente curricular obrigatório na matriz do Curso de Odontologia, possui metodologia inovadora de verificação da assimilação de conteúdos e técnicas do curso, sendo que esta propõe atividades formativas sistemáticas e graduais.

Assim, ao longo dos períodos de duração dos cursos, os alunos se dedicam ao desenvolvimento de projetos que visam à integração dos conteúdos e técnicas apresentados nas disciplinas, ao estímulo ao exercício do pensamento estratégico e reflexivo sobre sua área de

formação e à delimitação de possibilidades de experimentação prática.

O Projeto Integrador desenvolvido na Instituição, portanto, envolve docentes e alunos de forma a permitir um diálogo consensual entre as diferentes disciplinas que compõem o currículo, da mesma forma que democratiza “os discursos”, isto é, todo saber e todo conhecimento serão discutidos, pensados e repensados de maneira a possibilitar uma compreensão inequívoca de diferentes fenômenos (culturais ou naturais, por assim dizer), e, a partir daí, apresentar aos educandos o método científico.

Com isso estabelece-se condições para o desenvolvimento científico, privilegiando o diálogo entre currículos das diferentes disciplinas e os saberes já constituídos, e busca analisar e conhecer diferentes fenômenos de maneira mais assertiva do que inferida.

Além disso, o projeto contribui de maneira ímpar para um processo de ensino-aprendizagem mais significativo, focado na produção de conhecimento holística e sistêmica, pelo qual os diferentes saberes e visão de mundo são associados ao conhecimento científico (este representado pelos conteúdos das diferentes disciplinas). Assim, a prática de pesquisa é estimulada por meio de aulas que incentivam o raciocínio e a discussão, do mesmo modo que permite a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos por meio da pesquisa, permitindo a tão falada unidade entre teoria e prática.

Práticas Inovadoras

O modelo pedagógico do curso de graduação em Odontologia ofertado pelo Instituto Florence de Ensino Superior tem como foco o desenvolvimento da aprendizagem do discente, na qual ele é protagonista do processo de educativo. A proposta metodológica visa incentivar a participação ativa nas atividades pedagógicas, bem como oferecer subsídios didáticos para atendimento ao perfil a ser formado.

O FLY – Florence Laboratório de Inovação se caracteriza por sua natureza didático-pedagógica, servindo de complemento aos usuários, na busca pela informação e pelo conhecimento. É uma importante ferramenta para a realização de pesquisas, consultas, reuniões, debates e desenvolvimento de ideias e projetos de produtos, serviços e negócios. Incentivar e dar suporte à criação e desenvolvimento de ideias e projetos.

Através das atividades no Laboratório de Inovação é viável a colaboração, quando necessário, com outros grupos de alunos e/ou professores ligados a todos os cursos do Instituto Florence de Ensino Superior na realização de seminários, palestras e cursos, quando estes requerem a utilização do laboratório.

O FLY promove a prática de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento na área da inovação, pesquisa e outras áreas correlatas.

Com esta proposta, é favorecido o desenvolvimento da autonomia e autoaprendizagem, visão crítica, parceria cognitiva com o docente que deixa de ser um transmissor de conhecimento e passa a ser um orientador, instigador e mediador; criação de um espaço de comunicação que permite a troca permanente de ideias entre docentes e estudantes e construção de uma rede colaborativa.

A metodologia do curso de Odontologia abarca as práticas pedagógicas realizadas no espaço de sala de aula, laboratórios e Clínicas odontológicas que eventualmente o discente utiliza para realizar as atividades práticas referentes à sua formação sempre acompanhado por uma equipe de professores das disciplinas afins.

Neste sentido, as ações educacionais buscam ser flexíveis, mas ao mesmo tempo apoiar na organização sistemática dos estudos e no desenvolvimento da autonomia para a aprendizagem, proatividade na organização de estudos, com o propósito de desenvolver no sujeito a capacidade de aprender a aprender. A utilização de metodologias ativas permeia a proposta da estrutura de oferta de graduação em Odontologia, ainda que a prática pedagógica não se restrinja a este método de ensino-aprendizagem.

A prática pedagógica do curso visa o desenvolvimento de competências que valorizam as vivências sociais que o discente já desenvolveu, com o intuito de se apoiar de maneira significativa a construção de novos conhecimentos, tanto individualmente quanto de maneira colaborativa, alicerçado pelas experiências anteriores, para se correlacionar aspectos teóricos e práticos. Assim, no processo de aprendizagem significativa adotado pelo curso, busca-se estruturar as atividades e conteúdos com temas que instiguem e valorizem os conhecimentos prévios do educando a fim de correlacioná-los de maneira contextualizada aos temas das ementas, objetivos e competências estabelecidos em cada disciplina.

Quanto ao desenvolvimento das competências, depreende-se nas atividades e conteúdo das disciplinas os aspectos relacionados a construção de processos cognitivos, operacionais e de inter-relações humanas de maneira integrada.

A finalidade da organização deste conjunto de procedimentos é valorizar os conhecimentos prévios dos discentes e tornar o processo de aprendizagem de novos conceitos curriculares mais contextualizados com as constantes transformações socioculturais que perpassam as demandas profissionais e os paradigmas tecnológicos do século XXI.

Em vista disso, destaca-se os seguintes referenciais que norteiam as práticas educativas do curso de Odontologia.

Foco na aprendizagem do estudante: Concepção e desenvolvimento das atividades educacionais tendo como centro o contexto, as características e as necessidades dos estudantes;

Prioridade para os processos interativos: Utilização de metodologias e ferramentas de comunicação para a garantia de uma dinâmica com forte interação entre os atores (estudantes, docentes, pessoal de suporte, gestores), conformando uma sólida comunidade de aprendizagem;

Construção da autonomia: Desenho e implementação de estratégias pedagógicas utilizando-se da inserção de práticas de metodologias ativas e flipped classroom, com o objetivo de que os estudantes desenvolvam autonomia no seu processo de aprendizagem;

Teoria e prática: Desenvolvimento de metodologias educacionais que combinam dialeticamente teoria e prática na busca de aprendizagem significativa;

Interlocução entre o ambiente acadêmico e a sociedade: Desenvolvimento de atividades extensionistas dentro do plano de ensino das disciplinas, conforme preconizado pela Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Sob esta perspectiva, depreende-se a premissa de que não basta conhecer e interpretar o mundo, é preciso transformá-lo.

No âmbito da proposta metodológica do curso de Odontologia, considera-se que o aprendizado é uma característica inerente ao ser humano, uma vez que o aprendizado se dá em variados contextos, seja em situações que envolvam ações educativas em âmbito formal, informal ou não-formal. Nesse ínterim, abarca-se ainda a perspectiva da neurociência na qual ratificou-se que cada indivíduo aprende de uma forma singular, ou seja, a subjetividade é intrínseca a aprendizagem. Desta forma, processos mecânicos e repetitivos não são adequados para a promoção de uma aprendizagem que faça sentido para o estudante.

Dentro desta proposta metodológica, insere-se a percepção de que o desenvolvimento de soft skills (habilidades interpessoais) associadas ao pleno desenvolver das atividades profissionais no contexto do mercado de trabalho é essencial para a formação de um profissional com raciocínio crítico, capacidade de resolução de problemas, capacidade de exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social e regional, com responsabilidade e ética profissional. Diante disso, o curso de Odontologia possui em sua estrutura curricular o Projeto Life. A execução deste projeto de forma disciplinar e curricular trata-se de uma perspectiva metodológica que considera que o desenvolvimento de tais habilidades e competências configura-se como requisito tão importante quanto os conteúdos curriculares na formação de um profissional efetivamente preparado para sua inserção no mercado.

2.8 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

A avaliação do processo de ensino aprendizagem é uma atividade complexa, que abrange a mediação de diversas dimensões que influenciam o processo educacional e, portanto, exige uma concepção de avaliação mais abrangente, que não se limita a aferição de notas ou conceitos, obtidos por meio de testes padronizados aplicados ao final de um período letivo, que visam quantificar o “rendimento” do estudante.

Entendemos que a avaliação da aprendizagem também incide sobre a qualidade do ensino, sobre as metodologias empregadas pelos docentes, sobre a infraestrutura e recursos de aprendizagem disponíveis, além de outros fatores que influenciam o processo didático.

Para tanto, a concepção de avaliação adotada pelo Instituto Florence de Ensino Superior, compreende-se como um processo formativo, dialógico e reflexivo, que aponta para as potencialidades do processo pedagógico e para as efetivas necessidades de aprendizagem do estudante, como um verdadeiro instrumento de gestão da qualidade do ensino.

Portanto, as avaliações contemplam diversas etapas e instrumentos, utilizados pelos professores ao longo do período letivo, a fim de verificar a aquisição dos conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas, tendo um caráter diagnóstico e formativo, através da qual serão detectadas as fragilidades e potencialidades do estudante naquele determinado componente, bem como somativa, a fim de verificar o rendimento do estudante. Os resultados das avaliações são acompanhados pela coordenação do curso e pela Coordenação de Apoio Pedagógico (CAP), como indicadores da qualidade do ensino e como ferramentas de planejamento pedagógico.

Conforme o Regimento Interno da Faculdade Florence, a avaliação de desempenho escolar integra o processo de ensino e aprendizagem, como um todo articulado, incidindo sobre o aproveitamento do aluno nas atividades curriculares e de ensino de cada disciplina. É considerado aprovado na disciplina o aluno que alcance conceito igual ou superior a 7,0 (sete) na média das atividades avaliativas realizadas ao longo do período letivo.

A Coordenação de Apoio Pedagógico – CAP acompanha e orienta o professor na elaboração das atividades avaliativas, fornecendo algumas diretrizes que devem ser observadas na elaboração dos instrumentos avaliativos pelos docentes.

Segundo o Regimento Interno do Instituto Florence de Ensino Superior, em seu Título IV do Regime Escolar- Capítulo VI - da Avaliação do Desempenho Escolar, tem-se que:

Art.77 – A avaliação de desempenho escolar é feita por disciplina.

Art.78 – Avaliação de desempenho escolar integra o processo de ensino e aprendizagem, como

um todo articulado, incidindo sobre a frequência, ações atitudinais e o aproveitamento do aluno nas atividades curriculares e de ensino de cada disciplina.

§ 1º - Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência, no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

§2º - A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade dos professores e o controle, para efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Acadêmica.

Art. 79 – Nos dias de avaliação bimestral, deve-se observar o tempo de sua aplicação, sendo igual à carga horária diária, trabalhada em sala de aula, naquele dia de aplicação da avaliação.

§ 1º - Os docentes devem entregar para CAP as suas avaliações bimestrais para análise. Caso o docente não observe a demanda expressa pela CAP e pelas Coordenações de Curso, a prova não será realizada, resultando em advertência ao professor;

§2º - A sistemática de avaliação do IFES é composta, por:

- a) Disciplinas Teóricas: avaliação intermediária e avaliação regimental– 1º e 2º bimestres. A avaliação intermediária tem peso 3 e diz respeito a 30% do Processo avaliativo, sendo desdobrada através de situações de aprendizagem problematizadas. A avaliação regimental tem peso 7 e diz respeito a 70% do processo avaliativo, sendo desdobrada através de prova mista. A prova mista valoriza o referencial cognitivista, respeitando as linguagens da epistemologia interdisciplinar: problematização, contextualização e flexibilização;
- b) Disciplinas Teórico-práticas: avaliação regimental e plano de trabalho– 1º e 2º bimestres. A avaliação regimental tem peso 5 e diz respeito a 50% do processo avaliativo, sendo desdobrada através de prova mista. A prova mista valoriza o referencial cognitivista, respeitando as linguagens da epistemologia interdisciplinar: problematização, contextualização e flexibilização. O plano de trabalho tem peso 5 e diz respeito a 50% do processo avaliativo, sendo desdobrado a partir da sistematização, pelo docente, de critérios que consideram as habilidades e competências previstas em DCN's e PPP do Curso, pertinentes à formação discente;
- c) Disciplinas Práticas: plano de trabalho – 1º e 2º bimestres. O plano de trabalho tem peso 10 e diz respeito a 100% do processo avaliativo, sendo desdobrado a partir da sistematização, pelo docente, de critérios que consideram as habilidades e competências previstas em DCN's e PPP do Curso, pertinentes à formação discente;

§3º - O Trabalho Discente Efetivo – TDE é um conjunto diversificado de atividades relacionadas ao ensino, que incorporam as práticas pedagógicas previstas nos mais diversos componentes curriculares, realizadas dentro ou fora de sala de aula, de forma individual ou

coletiva, voltadas à integralização dos currículos dos cursos de graduação, favorecendo a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos projetos pedagógicos de curso - PPC.

§4º - São consideradas como atividades do Trabalho Discente Efetivo qualquer atividade realizada na forma de Metodologias Ativas composto de: I - Atividade de leitura e pesquisa na biblioteca (que deve ser melhor explorada) ou em plataforma digital; II - Atividades de fixação de conteúdos e desenvolvimento de competências, tais como estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, visitas técnicas, relatórios, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros; III - Trabalhos individuais ou em grupo no âmbito interno ou externo às IES com o objetivo de desenvolver estudos de caso, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações problemas reais ou simulados, estudos de viabilidades técnicas, júris simulados etc.

§5º - O TDE é componente integrante da carga horária das disciplinas. Deve, portanto, ser realizado pelos discentes como requisito parcial para a obtenção da aprovação na disciplina.

Art. 80 – Respeitando o limite mínimo de frequência, a verificação da aprendizagem abrange em cada disciplina:

- I. Desenvolvimento de capacidades cognitivas (conceituais, procedimentais e atitudinais) e habilidades;
- II. Assimilação progressiva do conhecimento;
- III. Trabalho individual e/ou em grupos em atividades curriculares de estudo e de aplicação de conhecimento.

§ 1º - Ao conjunto desses aspectos verificados no semestre letivo ou período especial correspondem às seguintes avaliações:

- a) Avaliação Bimestral – 02 por disciplina teórica e teórico-prática;
- b) Avaliação Substitutiva – 01 por disciplina (referentes ao 1º e/ou 2º bimestre);
- c) Avaliação Final – 01 por disciplina;
- d) A avaliação substitutiva / mista – terá de 7 a 10 questões, sendo o seu peso 10;
- e) A prova final / objetiva – terá de 7 a 10 questões, sendo o seu peso 10;
- f) Apenas na situação de disciplinas teórico-práticas e práticas é que as provas substitutivas e finais poderão ser aplicadas em laboratório.

§ 2º - O aluno está obrigado, regimentalmente, a submeter-se a avaliações por semestre letivo. A média aritmética para aprovação nas avaliações bimestrais será igual ou superior a sete (7,0).

§ 3º - O aluno que deixar de comparecer às provas bimestrais, nas datas fixadas ou que obtiver média inferior a sete (7,0), poderá submeter-se a uma avaliação substitutiva que será realizada ao final do período letivo, antes da Avaliação de exames finais. O conteúdo programático versará sobre o bimestre a ser substituído. Caso o resultado da prova substitutiva seja inferior à nota obtida anteriormente nas Avaliações Bimestrais, permanecerá inalterada a situação anterior.

§4º - O aluno que, após as duas avaliações bimestrais e a correspondente prova substitutiva, alcançar média inferior a sete (7,0) e igual ou superior a quatro (4,0), deverá submeter-se à Avaliação Final, que versará sobre todo o conteúdo programático da disciplina, ministrado durante o semestre letivo.

§ 5º - O aluno que, após a média aritmética das avaliações bimestrais e substitutiva obtiver, como resultado, média inferior a quatro (4,0), ficará impedido de submeter-se à Avaliação Final e, automaticamente, estará reprovado na disciplina.

§6º- Para que o aluno não seja considerado reprovado na disciplina, deverá, na Avaliação Final, obter uma NOTA igual ou superior a cinco (5,0) e MÉDIA igual ou superior a seis (6,0).

Art. 81 – O aluno reprovado poderá ser promovido ao período seguinte com dependência em até quatro disciplinas, podendo cursar até duas disciplinas do período regular.

Art. 82 – Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade sobre o controle de frequência dos alunos, devendo o Coordenador do Curso supervisionar essa atividade, intervindo em caso de omissão.

§ 1º - É atribuída nota zero (0) ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração de trabalhos de verificação parcial, provas ou qualquer outra atividade que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuição de notas, sem prejuízo de aplicação de sanções previstas neste regimento.

§2º - As notas correspondentes à Avaliação Final, em disciplinas cursadas sem aproveitamento, serão substituídas no histórico escolar do aluno, quando cursadas novamente com aproveitamento.

§ 3º - É garantido ao aluno o direito a pedido de reconsideração e revisão das notas atribuídas pelo professor da disciplina ao seu desempenho acadêmico.

Art. 83 – É considerado aprovado o aluno que:

- I. Obter frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das aulas e demais atividades programadas em cada disciplina e obtiver, após as avaliações bimestrais, média igual ou superior a sete (7,0);

- II. Obter, após avaliação final, média (Nota da Avaliação Final + Média Final /2) igual ou superior a seis (6,0).

Art. 84 – O aproveitamento do desempenho escolar do aluno é avaliado mediante verificações parcial e final expressas em nota de zero (0) a dez (10), permitindo se apenas um (01) decimal.

Art. 85 – Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento de estudos, demonstrado por meio de instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora, composta por 3 (três) docentes do Curso, sendo um deles a Coordenação e constituída para esse fim, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, caso as DCNS do curso o permita.

I – Para concessão dos benefícios previstos no caput deste artigo, observar-se-á rigorosamente:

- a) A conclusão do ciclo básico do currículo do curso de graduação em que o aluno estiver matriculado;
- b) Experiência profissional de 1(um) ano;
- c) Comprovação de experiência profissional, considerando a área de conhecimento solicitada para aproveitamento;
- d) Aprovação em prova escrita, dissertativa, contendo 09 (nove) questões. Necessitando que a média seja, no mínimo, 7,0 (sete);
- e) Aprovação em prova prática. Tal avaliação simulará situação real associada à área de conhecimento solicitada para aproveitamento, necessitando que a média seja, no mínimo, 7,0(sete).

Art. 86 – A revisão de notas, provas e frequências dar-se-á no prazo de até 5 dias úteis após o lançamento no sistema acadêmico e que corresponda ao semestre em pauta.

Parágrafo único – o aluno que, por motivo de saúde, ausentar-se da instituição, comprometendo suas atividades acadêmicas, terá um prazo de até 72 horas para comparecer à SECAD, registrando e comprovando a ocorrência através de boletim médico, o que lhe conferirá a justificativa de suas faltas. Caso a ausência perdure, após registro na SECAD, por 15 dias, será necessário solicitar o exercício de atividades domiciliares.

O Trabalho Discente Efetivo – TDE caracteriza-se por atividades relacionadas ao ensino, realizadas fora de sala de aula, de forma individual ou coletiva, voltadas à integralização dos currículos dos cursos de graduação, favorecendo a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades. São consideradas como atividades do Trabalho Discente Efetivo qualquer atividade realizada na forma de Metodologias Ativas.

O TDE poderá, de acordo com o planejamento docente, ser composto de: a) Atividade de leitura e pesquisa na biblioteca ou em plataforma digital; b) Atividades de fixação de

conteúdos e desenvolvimento de competências, tais como estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, visitas técnicas, relatórios, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros; e c) Trabalhos individuais ou em grupo no âmbito interno ou externo às IES com o objetivo de desenvolver estudos de caso, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações problemas reais ou simulados.

A atividade é componente integrante da carga horária das disciplinas. Deve, portanto, ser realizado pelos discentes como requisito parcial para a obtenção da aprovação na disciplina, correspondendo aos 30% das notas bimestrais.

Dessa forma o curso de graduação em Odontologia da Faculdade Florence será organizado em regime modular por bloco de componentes curriculares mensais, cabendo 02 (duas) notas parciais, 01 (uma) substitutiva e 01 (uma) de exame final. As notas serão atribuídas pelos professores, tutores e por meio de processo de autoavaliação. Será considerado aprovado no componente curricular, independente de prova final, o aluno deverá ter, obrigatoriamente, frequência mínima de setenta e cinco por cento da carga horária do componente curricular, e sobre a média aritmética, faz necessário que as notas parciais iguais ou superiores a sete, caso o discente faça a prova final, sua média mínima para aprovação será 6,0 (seis).

2.8.1 Práticas para o Desenvolvimento e a Autonomia do Discente: atividades de prática profissional, complementares e de estágio

Inserido numa sociedade pluralista e desafiadora, o Instituto Florence de Ensino Superior compreende que a sua função não é apenas de contribuir para a formação intelectual do ser humano, mas, também, de preparação dele para atuação no mundo do trabalho. Assim é que as ações delineadas pela IES possibilitam aos seus alunos oportunidades de iniciarem a academia em uma perspectiva de associação entre a teoria e a prática, através de experimentações in loco, seja através das práticas profissionais, atividades complementares e estágios curriculares supervisionados obrigatórios.

As práticas profissionais são realizadas no contexto das disciplinas do eixo profissional, em laboratórios da IES, clínicas odontológicas e em organizações conveniadas, sob a orientação dos docentes das disciplinas. Tais práticas são favorecidas a partir da implantação dos Laboratórios de Práticas Profissionais.

2.8.2 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino e de aprendizagem

Com a necessidade de ensino híbrido e em virtude de vários problemas psicossomáticos adquiridos por alunos, o processo de ensino-aprendizagem ficou intensamente comprometido. Desta forma, a coordenação do Curso de Odontologia visa realizar um acompanhamento desses alunos juntos com o trabalho da psicopedagogia, identificando precocemente problemas que podem ser solucionados em benefício dos alunos.

2.8.3 Disponibilidade dos Resultados

Ao final de cada bimestre, após as avaliações bimestrais, os docentes / tutores corrigem as avaliações, discutem as questões da prova com os alunos em sala de aula e adicionam ao programa da IES, que se tornam disponíveis para os alunos através do “Portal do Aluno” no site da Faculdade Florence.

Cada aluno deve fazer o acompanhamento de seu desenvolvimento, entre presenças / faltas e notas.

Os docentes entregam os diários com notas, frequências e conteúdos programáticos, bimestralmente, à coordenação do curso de Odontologia e Secretaria Acadêmica via sistema pelo Portal do Professor.

2.9 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) no Processo Ensino-Aprendizagem

O Instituto Florence de Ensino Superior tem trabalhado para cada vez mais ofertar uma educação por aproximação digital com qualidade, para isso tem investido nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tanto na melhoria e ampliação de sua infraestrutura no tocante aquisição de hardwares e de softwares mais potentes e modernos quanto na reorganização do seu Núcleo de Educação a Distância (NEAD), não só no que se refere a recursos humanos, mas sobretudo, e principalmente, com a aquisição de servidores com maior capacidade de armazenamento e programas de aperfeiçoamento de tecnologias educacionais.

No Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior, as TIC constituem-se em elementos norteadores da aprendizagem ao permitirem a interação entre os atores envolvidos favorecendo e enriquecendo os processos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a disposição didática dos conteúdos educacionais e as mídias utilizadas na sua produção, permitem ao estudante acessá-los a qualquer tempo e local, por meio de *download* pois é compromisso desta IES assegurar a inclusão e a acessibilidade digital.

A Educação a Distância no Instituto Florence de Ensino Superior se caracteriza pela intensa incorporação das mídias digitais. Isto significa a utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de material didático digital (sites, *softwares educacionais*, objetos de aprendizagem), o que exige o uso regular de computadores, dispositivos moveis e Internet.

É no AVA que acontece a maior parte do processo de ensino e de aprendizagem por meio das salas virtuais das disciplinas que apresenta orientações, disponibiliza materiais didáticos, materiais de apoio de aprendizagem, e acontece a interação professores, tutores e discentes. Uma das vantagens de um curso na modalidade a distância é a grande flexibilidade quanto aos horários de estudos, pois isto coloca o aluno na responsabilidade de gerenciar o seu tempo e o ritmo de estudo de modo a bem atender as atividades de cada disciplina do curso.

Além do uso das TIC no processo de mediação didático-pedagógico, elas também são utilizadas no âmbito acadêmico e administrativo. Para fechamento de diários, serviços acadêmicos eletrônicos tais como: solicitação de matrícula *online*, requerimentos *online* para serviços diversos, dentre outros.

Auxiliando nos processos de ensino e de aprendizagem o curso tem à disposição os laboratórios de informática da IES, com acesso à *internet* de alta velocidade, possibilitando aos estudantes usufruir dessa tecnologia para estudo e pesquisas valendo-se dos equipamentos e serviços de informática. Possui também equipamentos interligados em rede sem fio de comunicação de alta velocidade (*wi-fi*). O acesso aos equipamentos de informática encontra-se disponível em quantidade compatível para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Todo esse aparato tecnológico de informação e comunicação tem como objetivo ser um instrumento que facilite ao discente, ao longo do seu percurso acadêmico, o diálogo, a interação e a interatividade no processo de ensino e de aprendizagem para que ele alcance os objetivos propostos pelo curso e tenha uma formação de acordo com que foi traçado no perfil profissional do egresso.

Fora do contexto da EaD, o Curso de Odontologia aborda o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramentas para auxílio a docentes e discentes como estímulo a utilização de metodologias de ensino inovadoras e dinâmicas. A ferramenta de tecnologia da informação mais fundamental para aplicação do processo de troca de informações e conhecimento entre discentes-docentes-coordenação-administração é o AVA, que serve como

apoio às aulas presenciais. Essa ferramenta é utilizada de forma contínua por todo o corpo docente e discente e permite acesso, a partir de suas funcionalidades, de todo material didático postado pelo docente, da programação de aulas previstas, plano de ensino e realização de atividades extraclasse.

O ambiente virtual como parte do processo ensino-aprendizagem também é utilizado através do acesso ao site da biblioteca, para consulta ao acervo, bases de dados e reservas de livros. Estas práticas estão alinhadas com as definições pedagógicas do curso pois são a extensão delas no contexto de um ambiente virtual de aprendizagem.

2.9.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (e-florence-AVA) é uma plataforma virtual onde a utilização de tecnologias e recursos de aprendizagem, e não a presença contínua em salas de aula físicas, é a característica fundamental da experiência de aprendizagem. Ele possui interfaces de comunicação e informação que permitem o desenvolvimento, acesso, gestão e mediação pedagógica de conteúdos educacionais em processos de ensino e aprendizagem em um curso totalmente *online*.

O AVA utilizado é o *MOODLE*, que dispõe de ferramentas que permitem a interação entre estudantes/tutores e realização de atividades educativas, pois mais importante que a disponibilização de informações é a mediação e a presença qualitativa de tutor e estudantes na construção colaborativa do conhecimento.

Neste sentido, e-florence-AVA tem passado por modificações robustas com a implantação de novas funcionalidades e recursos tecnológicos para atender as ofertas de cursos e disciplinas na modalidade EaD. Construímos uma nova trilha de aprendizagem visando a interação cada vez maior dos nossos professores e alunos, possibilitando o uso de metodologias ativas dentro do AVA, através de novas ferramentas e recursos disponíveis no Moodle e de ferramentas externas como Google Meet para encontros on-line.

Contamos também com a parceria do Grupo A, com os conteúdos que são disponibilizados em unidades de aprendizagem por meio do catálogo do SAGAH, empresa responsável por criar diversos conteúdos de disciplinas para cursos de graduação. Essa plataforma integra-se ao Moodle no nosso AVA e desta forma compõe a disposição didático-pedagógico das disciplinas ofertadas em EaD.

Ao final de cada disciplina é disponibilizada uma pesquisa onde o estudante sinaliza seu grau de satisfação com a respectiva oferta no tocante aos aspectos de mediação pedagógica da

tutoria, materiais disponibilizados e disposição dos conteúdos. Importante destacar que o resultado dessas avaliações é analisado pela equipe multidisciplinar e coordenação do NEAD para retroalimentação do processo e tomada de decisões. A seguir, apresenta-se imagem da página inicial do AVA do Instituto Florence de Ensino Superior.

INSTITUTO FLORENCE

usuário: janujunior

Senha

☒ Lembrar identificação de usuário

Acessar

Problemas com o acesso? Clique aqui

Esta é a sua primeira vez aqui?

Acesse o AVA com sua matrícula e sua senha de acesso (enviada ao seu e-mail após a sua matrícula).

Em caso de dúvidas com o acesso, favor entrar em contato **98 3878-2115** ou **(98) 99242-2120**.

A educação à distância do Instituto Florence de Ensino Superior proporciona recursos de aprendizagem em uma plataforma digital, e uma interação entre os educandos, assim como entre eles e o docente/tutor. A interação acontece por meio de tecnologias de informação (mídias digitais, chats, videoconferências), por e-mail e por encontros presenciais e plantões tira-dúvidas.

A disciplina está organizada no AVA e na sua página inicial contém a seção: **VAMOS COMEÇAR** que disponibiliza dois fóruns, um de apresentação e um tira-dúvidas, e os itens: **plano de ensino, link da biblioteca virtual, calendário da disciplina, leia com atenção, informação importante.**

Logo em seguida está disposta a trilha de aprendizagem que é composta por no mínimo 4 unidades (2 por bimestre) e máximo 8 (4 por bimestre) dependendo da carga horária de cada disciplina e o tópico avaliações, sendo que cada unidade contém:

- **Unidade de Aprendizagem** (livro-base ou texto-base, apostilas, atividades).
- **Material Didático** (textos (livros, artigos) indicações capítulos de estudo, videoaulas, podcast, etc).
- **Aprendendo+** (material para leituras complementares dos assuntos estudados)
- **Fórum Temáticos** (disponível durante o período da unidade)
- **Tarefa** (proposta de uma atividade sobre temáticas estudadas na unidade)

- **Chat** (fale com o tutor)
- **Sugestão do Professor** (Indicação de leituras, filmes, documentários, música)

O docente-tutor e o tutor on-line, acompanham os discentes nesta trilha de aprendizagem orientando, explicitando as atividades, esclarecendo suas dúvidas e dando todo suporte dentro do AVA e presencialmente nos plantões tira-dúvidas previamente agendados no cronograma da disciplina.

Os fóruns temáticos são conduzidos pelos tutores on-line e planejados pelo docente-tutor, os tutores são responsáveis pela mediação dos processos de aprendizagem do aluno. Por isso, é fundamental que o tutor se mostre sempre presente e estimule o debate de questões pertinentes aos conteúdos e temáticas da aula, dando suporte no esclarecimento de dúvidas dos alunos, cabendo a ele mediar os debates dos alunos, com especial atenção à gestão do tempo em que eles ocorrem. Nessa atividade estabelece-se o estreitamento do vínculo tutor/aluno, dinâmica importante para o envolvimento de todos com as atividades propostas.

A tarefa é também uma atividade avaliativa podendo ser variável de acordo com a temática de cada unidade e especificidade de cada disciplina, tais como: infográficos, mapas conceituais, estudo de casos, fichamentos, resumos, questionários, exercícios, questões discursivas).

As sugestões de professor são indicações ou mesmo disponibilidade de um material, preferencialmente em mídias digitais, para uma maior amplidão do conhecimento do discente sobre a temática estudada numa perspectiva inter e transdisciplinar

2.9.2 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e de Aprendizagem (AVA)

O processo avaliativo se dará de forma processual, contínuo e integrado ao currículo e a aprendizagem. Neste sentido, a avaliação atende não só a avaliação da aprendizagem, mas também, na perspectiva pedagógica, responde aos objetivos da disciplina e do curso iniciando deste a preparação e produção do material didático até a escolha dos instrumentos de avaliação.

Para Leite (2010), quando se verificam outras formas de interação, de relação entre sujeito e objetos de conhecimento ou entre sujeito e recursos tecnológicos de aprendizagem, define-se a avaliação como inovadora.

Desta forma o processo avaliativo se dará em dois momentos principais, sendo o primeiro desenvolvido ao longo das unidades que compõem o bimestre, sendo dividido em Atividade de Desempenho 1 (AD1) e Atividade de Desempenho 2 (AD2) e o segundo com uma

avaliação presencial no final de cada bimestre.

A AD1 é composta por um grupo de atividades referentes a cada unidade de aprendizagem incluindo:

- 1- os fóruns que são participativos e interativos, pois os alunos devem participar respondendo e interagindo um com os outros sobre uma questão ou situação proposta;
- 2- os exercícios versam sobre o conteúdo estudado na unidade, realizado de forma online, sendo de múltipla escolha, composto de cinco questões com cinco alternativas de respostas que permita o desenvolvimento da habilidade do raciocínio;
- 3- as tarefas são atividades que permitem ao estudante uma possibilidade de revisão do material estudada na unidade e que permita o desenvolvimento da habilidade da escrita.

A AD2 constitui um desafio profissional, há apenas uma AD2 por disciplina, sendo que a proposta (desafio profissional) é apresentada na primeira semana de aula e o aluno deve postar o a resolução do desafio até uma semana antes da prova presencial. Ainda que o desenvolvimento da atividade possa ser em grupo, cada aluno deve realizar sua postagem. O desafio consiste numa situação-problema que deve instigar o estudante a um contexto reflexivo e a tomar decisões. A situação deve estar contextualizada transportando o aluno para a realidade que pode ser por ele vivenciada ou em vivências pertinentes aos temas estudados na unidade de aprendizagem e o mundo do trabalho.

A prova será presencial podendo ser impressa ou on-line, realizada em dia e horário previamente definidos, em sala de aula ou nos laboratórios de informática da IES.

Para realizar a avaliação presencial, caso não seja impressa, o estudante deverá entrar no AVA e clicar no item avaliação e por meio de uma senha específica acessar a prova. Esta prova será composta de 10 questões de múltipla escolha.

Essas questões devem conter, preferencialmente, um texto-base, um enunciado e cinco alternativas. No texto-base pode ser utilizado escritos, figuras, gráficos, tabelas etc. O enunciado deve apresentar clareza e objetividade e pode ser feito em forma de pergunta ou frase a ser completada ou respondida na alternativa correta. As alternativas devem ser compostas de cinco respostas com apenas uma única correta sendo observados a articulação entre elas, o texto-base e o enunciado da questão.

Será considerado aprovado o aluno que ao concluir a disciplina tenha obtido nota igual ou superior a 7,0 (sete). A composição da nota ocorre da seguinte forma:

$AD1 + AD2 = (2,0 + 2,0 = 4,0)$ representa 40% da nota

$AV = (\text{Nota da prova} = 6,0)$ representa 60% da nota

Logo, $AD1+AD2+AV = 10,0$

Caso o discente não atinja a nota mínima para aprovação, ele poderá realizar uma avaliação substitutiva. Não atingindo a nota mínima (7,0) para aprovação, o aluno será considerado reprovado na disciplina, devendo cursá-la em um próximo período, em regime de dependência.

Caso o aluno, por motivo de doença, não realize a Avaliação da Disciplina (AV), e/ou Avaliação Substitutiva, deverá proceder da seguinte maneira: comparecer à SECAD, no prazo de até 72 horas, para registrar e comprovar a ocorrência, por meio de boletim médico, o que lhe conferirá a justificativa de suas faltas e a possibilidade de realizar a prova numa outra data. Deve ser observada as doenças que se encontram definidas no regimento interno da IES e no plano administrativo e pedagógico do NEaD.

O aluno reprovado poderá ser promovido ao período seguinte com dependência em até quatro disciplinas. O aluno com cinco ou mais dependências, deverá cursá-las primeiro e, posteriormente, obtendo aprovação, prosseguir os estudos no período seguinte.

É atribuída nota zero (0,0) ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração de trabalhos de verificação parcial, provas ou qualquer outra atividade que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuição de notas, sem prejuízo de aplicação de sanções previstas no Regimento Interno da instituição.

É garantido ao aluno o direito a pedido de reconsideração e revisão das notas atribuídas pelo professor da disciplina ao seu desempenho acadêmico, no prazo de até cinco dias úteis após a divulgação do resultado.

O Instituto Florence de Ensino Superior tem buscado, através da CAP, o desenvolvimento de estratégias que visem estimular o rendimento dos alunos com mais dificuldades, detectadas por meio do processo de avaliação da aprendizagem, buscando, conjuntamente com os professores e a coordenação do curso, adotar estratégias que elevem a qualidade dos índices de aprendizagem registrados no curso.

2.9.3 Equipe Multidisciplinar

O novo cenário educativo tem se transformado muito nas últimas décadas muito em razão das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e seus usos na educação, bem como o uso de metodologias ativas nos processos de ensino e de aprendizagem. Esse foi o mote decisivo para o crescimento da Educação a Distância no Brasil, não só em cursos presenciais com oferta de carga horária a distância, como também em cursos 100% em EaD.

Essa realidade exigiu novas demandas de construção de cursos na educação superior.

Exigiu, também, outras concepções do papel do coordenador de curso, do corpo docente e de setores das IES, como o Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) e a Coordenação de Apoio Pedagógico (CAP). Desta forma, o NEAD dialoga com esses núcleos ao desenvolver processos tecnológicos e pedagógicos que atendam aos aspectos teórico-epistemológicos e administrativos da educação a distância e desenvolve seu trabalho de forma integrada com os docentes, docentes-tutores, coordenadores de curso, programadores, tutor administrativo e departamentos de gestão acadêmico-administrativa da Instituição.

A equipe multidisciplinar é formada por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, e atua na concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e de recursos educacionais para a educação a distância, não se limita apenas a operacionalização das disciplinas, mas cria, planeja ações para desenvolvimento de uma plataforma virtual dinâmica e interativa que proporcione ao estudante condições reais de aprendizagem. Elabora e seleciona conteúdos e metodologias de ensino, produz atividades avaliativas, promove a interação entre os docentes-tutores e possui plano de ação que envolve atividades gerenciais-acadêmicas, pedagógicas e formativas implementadas e relatórios dessas atividades.

A equipe é composta pelo coordenador de curso, pelo coordenador do NEaD, docentes conteudistas, designer educacional, tutores (presencial e online), programador, assistentes de suporte ao AVA, que executam funções diversas e são responsáveis pela concepção, planejamento, produção, disponibilização e avaliação dos conteúdos educacionais que constituem as ações educativas nas disciplinas e nos cursos totalmente online do Instituto Florence de Ensino Superior e possui plano de ação que envolve atividades gerenciais-acadêmicas, pedagógicas e formativas produzindo relatórios dessas atividades o intuito de proporcionar uma visão ampla sobre a EAD na IES.

2.9.4 Atividade de Tutoria

Considerando a estrutura curricular e dando atenção especial ao aspecto didático-pedagógico, as atividades de tutoria são constantemente pensadas e repensadas com o intuito de acompanhar o discente via mediação pedagógica que acontece em momentos virtuais e presencias, observando sempre o domínio de conteúdo, os recursos e materiais didáticos, por esta razão temos a preocupação de ouvir os discentes através de pesquisas no próprio AVA com o objetivo de acompanhar e embasar ações de aprimoramento e aperfeiçoamento de futuras ações para melhoria da atividade de tutoria.

A tutoria fomenta e promove as condições favoráveis de interação e colaboração na construção e disseminação do conhecimento utilizando as ferramentas tecnológicas, tem domínio teórico dos objetos de conhecimento das disciplinas e conhece os processos de ensino e de aprendizagem da educação a distância, portanto configura-se como uma figura de referência para os discentes.

O Instituto Florence de Ensino Superior investe na formação permanente de sua equipe de tutores por meio da realização sistemática de ações de formação voltadas para o fortalecimento de competências de cunho pedagógico e tecnológicas potencializadoras da mediação pedagógica. Designa-se um docente-tutor para ser o professor que ministra e gerencia uma disciplina ofertada na modalidade a distância. Sendo assim, essa atividade acontece em todo o processo relacionado a metodologia de ensino da EaD, pois o docente-tutor elabora e seleciona conteúdos e atividades que irão compor toda a disciplina, acompanha virtualmente a disciplina e, também, em momentos presenciais, que acontecem durante o percurso da disciplina.

Para tanto, são realizadas, em cada semestre, ações educativas de formação continuada, tais como oficina, seminário, roda de conversa e minicursos. As temáticas utilizadas nestas ações são frutos da avaliação do desempenho dos tutores presenciais e *online* realizado sistematicamente pela coordenação do NEAD, pela avaliação dos estudantes em cada disciplina e por demandas apresentadas pelos próprios tutores

A atividade de tutoria acontece em todo o processo relacionado a metodologia de ensino da EaD, pois os tutores acompanham virtualmente a disciplina e, também, em momentos presenciais, que acontecem durante o percurso da disciplina.

No AVA, os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada. O desenvolvimento das disciplinas conta com atividades para serem realizadas pelo estudante, em cada disciplina, utilizando diversos recursos e ferramentas do Moodle, como fóruns, tarefas, questionários, enquetes, ferramenta externa, URL, glossário, laboratório de avaliação, arquivo, livro, pasta, pesquisa, dispostos no AVA e a entrega de trabalho ou exercícios.

A atividade de tutoria tem seus processos de trabalho formalizados no Regulamento de Tutoria e se apoia numa metodologia de ensino que possibilita que a aprendizagem seja garantida através de:

- Material didático institucional: caderno de conteúdo digital, videoaulas, exercícios e fóruns;

- Acervo bibliográfico em meio virtual e biblioteca física;
- Encontros presenciais, quando agendados com antecedência pela sede e nos polos com os docentes-tutores e tutores presenciais que forneceram orientações sobre a aprendizagem, estudo do material e acompanhamento do estudo feito pelo aluno, quando a IES entender necessário;
- Tutoria a distância, com os tutores especialistas nos conteúdos em estudo;
- Provas presenciais obrigatórias

O atendimento da tutoria prevê ainda que as dificuldades dos alunos são tratadas prontamente com ações corretivas para dirimir dúvidas ou resolver os problemas de forma independente ou com a colaboração dos professores do curso, do NEAD, do NTI ou da equipe administrativa da Faculdade. Além disso, preconiza-se a implantação de ações preventivas para eliminar as causas potenciais de não conformidade ou outra situação indesejável, a fim de prevenir sua ocorrência. As ações corretivas e preventivas realizadas são planilhadas mensalmente pelo coordenador do curso para aperfeiçoar o planejamento das atividades de tutoria e geram indicadores de melhoria contínua que são acompanhados pela CPA e por todos os setores envolvidos.

2.9.5 Material Didático

As especificidades da educação a distância e sua oferta exitosa estão inter-relacionadas a inúmeros elementos, dentre os quais a elaboração e utilização do material didático. Considerando que o processo de construção de conhecimentos deve acontecer em diferentes situações de interação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem e por outros indivíduos e objetos, na educação a distância, a mediação da relação entre estudante, tutor e conhecimento está diretamente relacionada a disponibilização de um material em mídias que propicie condições de acessibilidade e estilos diversos de aprendizagem.

A equipe responsável pela aprovação do material didático participa de Oficinas de Planejamento e de Preparação de Recursos com o objetivo de analisar as linhas teórico-metodológicas do curso, detalhar o formato dos textos, definir os objetivos de cada unidade de disciplina, os respectivos conteúdos e recursos de ensino e avaliação, para que o material produzido tenha qualidade, pertinência e, sobretudo, adequação à Educação a Distância. O professor recebe orientação para aprovação e uso de material didático em EaD terceirizado.

O material didático, no que diz respeito ao seu conteúdo e formato, é organizado, produzido e validado pela equipe multidisciplinar, levando em conta os princípios epistemológicos, metodológicos e político pedagógico do curso; do perfil dos estudantes; e as condições de acessibilidade destes de modo a assegurar uma aprendizagem ativa e significativa e autônoma.

O material produzido envolve itens como texto-base, vídeoaulas, *podcasts*, artigos; texto-didáticos, hipertextos, ou outros, conforme a especificidade da disciplina. Todos os materiais são disponibilizados no AVA e os estudantes podem fazer downloads, garantindo dessa forma o acesso em qualquer tempo, hora e lugar ratificando assim dois princípios fundamentais da educação a distância: o da flexibilidade e da acessibilidade.

O livro ou texto-base é organizado pelo professor-conteudista e um *designer instrucional* que customiza o conteúdo de acordo com as características da disciplina. Esses textos ficam disponíveis no AVA, inclusive para impressão, de modo que, ao final da disciplina, o aluno poderá organizar e montar sua própria apostila.

As vídeoaulas são compostas por um bloco de 30 minutos, sendo gravadas pelo professor-conteudista que compõe o conteúdo da disciplina, o qual deve estar alinhado às propostas pedagógicas contidas no PPC de cada curso.

Desde 2017, O Instituto Florence tem uma parceria com o grupo A, que produz conteúdos de diversas disciplinas, disponibilizados como Unidades de Aprendizagem (UA) e que se integra ao Moodle, no nosso AVA, com menu interativo e farto material midiático, inclusive laboratórios digitais, e desta forma compõe a disposição didática das disciplinas.

Além disso, o Instituto mantém contratos de prestação de serviços com as bibliotecas “A” e a “Minha Biblioteca” que disponibiliza o acesso a títulos que podem ser lidos e pesquisados online, livros personalizados e sob demanda, conteúdo para educação a distância e consultoria em conteúdo e metodologia educacionais, dentre outros. A ferramenta possibilita que a comunidade acadêmica tenha acesso integral online aos livros-texto de diferentes editoras, como Gen, Atlas, Manole, Saraiva, grupo A, dentre outras.

Os docentes e a equipe multidisciplinar participam de formação continuada permanentemente de modo a acompanhar as rápidas mudanças no cenário das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação- TDIC elaborando um material didático que possa cada vez mais buscar a interação e a diminuição da distância física.

2.9.6 Ambientação em Educação a Distância

Compreender a Educação a Distância como uma modalidade educacional de qualidade, é fundamental aos alunos que ingressam em cursos da modalidade à distância. Nesse ínterim e também com o objetivo de familiarizar o alunado ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, às especificidades da educação à distância e também para que fiquem cientes das obrigações do aluno para com os estudos e atividades, a Faculdade Florence oferta aos alunos o Programa de Ambientação em Educação a Distância, que estará disponível aos alunos a partir do primeiro acesso ao AVA e que está estruturado com conteúdo apropriado e interativo, expondo através de conceitos e situações práticas, a partir do estudo do contexto histórico, tendências atuais e futuras, ambientes virtuais de aprendizagem e elementos que compõem um sistema de EaD.

2.9.7 Titulação e Formação do Corpo de Docentes-Tutores do Curso

A titulação e formação, bem como a experiência profissional dos tutores indicados para o curso em questão é avaliada conjugando a atividade profissional de tutoria e as atividades exercidas fora dele, sabidamente fundamentais para a melhor atuação dos tutores no exercício do apoio ao docente e ao discente nas atividades acadêmicas.

2.9.8 Experiência do Corpo de Docentes - Tutores em Educação a Distância

A Faculdade Florence introduziu ferramentas tecnológicas que permitem a organização dos cursos com oferta em EaD da IES. Além disso, direcionou todos os seus serviços para o ambiente virtual, incluindo as áreas de gestão acadêmica, e bibliotecas digitais incentivando o uso pelos alunos através de direcionamento dos conteúdos das disciplinas presenciais para tal acervo.

A utilização de grupos de debate e o incentivo para uso de ferramentas como o Moodle também são sinais de tal preocupação de inserção de tais tecnologias no dia a dia dos docentes/tutores. Com a previsão do desenvolvimento da metodologia EaD na Faculdade, iniciou-se o programa de capacitação. O corpo de docentes-tutores recebeu orientações sobre Ambientes de Aprendizagem Virtuais mais utilizados, bem como capacitação para uso das ferramentas existentes como fóruns, blogs e demais utilizadas. Também foram oferecidas oficinas sobre a utilização de mídias em aula bem como capacitações no âmbito pedagógico

para preparação de materiais mais atrativos e condizentes com a realidade do aluno de EaD. Além disso, encontros pedagógicos com temáticas voltadas para as TICs foram alvo da preparação.

2.9.9 Aprendizagem por Meio de Práticas Profissionais

A IES oferece a aproximação dos alunos aos saberes trabalhados em sala de aula, fazendo com que ele visualize, contextualize e compreenda determinado conteúdo, nos remete à importância das atividades práticas. Com acadêmicos da saúde este aspecto ganha uma relevância ainda maior, uma vez que, é preciso que estes possuam um profundo entendimento sobre o ser humano e a sociedade.

Desta forma, tendo como orientação as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Odontologia, concebemos um ensino articulado a experiência prática desde o primeiro semestre do curso. Para tanto, a Faculdade Florence propõe a articulação das dimensões teórica e prática por meio de Atividades Práticas de Ensino (APE) que, utilizando vários cenários da prática da referida área, terá o papel de integrar os conteúdos teóricos trabalhados durante o curso.

A Atividade Prática de Ensino (APE) tem por finalidade articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, com assistência, proporcionando aos alunos inserção em contextos reais de aprendizagem, por meio de ações em diferentes comunidades, pela integração aos serviços de saúde, pelo aprendizado das ações preventivas e de promoção da saúde, assim como pela atuação em equipes multiprofissionais constituídas por estudantes/técnicos das diferentes áreas, desde o início da sua formação, sob a supervisão docente.

As Atividades Práticas de Ensino, no âmbito do curso de Odontologia, têm por objetivo subverter a relação hermética e a hierarquia estabelecida entre teoria e prática, consagrada nos formatos tradicionais de formação, onde primeiro se “aprende” a teoria e, posteriormente, se “aplica” na prática o conhecimento aprendido em sala de aula. Compreendendo a relação teoria-prática como uma relação dialética, entendemos que toda a teoria é originada da prática, do contato com os desafios reais que esta impõe ao ser humano, cuja tentativa de enfrentamento gera respostas na forma de conhecimentos válidos, que são repassados por meio do ensino, enquanto eles forem dotados de relevância social.

Entretanto, como a prática é dinâmica, sua alteração constante demanda o questionamento dos conhecimentos produzidos e transmitidos por meio da teoria, sendo por ela validados ou descartados. Portanto, a prática de constitui como um elemento dinâmico do

processo de conhecimento e do processo de ensino- aprendizagem.

A fim de atender seus objetivos torna-se importante o desenvolvimento das capacidades de observação do meio sociocultural, de identificar as características da população local bem como suas demandas e respondê-las adequadamente; registrar os dados sobre as condições de vida e saúde da população e de saneamento básico; sistematizá-los e transformá-los em informações utilizáveis em orientações de saúde à população. Esse material, acolhido a partir de um olhar crítico sobre a prática, será problematizado em sala de aula, com a participação de docentes de diferentes disciplinas, contribuindo para o aprimoramento tanto do serviço como do processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, busca-se a integração com a comunidade, por meio de utilização de diversificados cenários de ensino e aprendizagem disponíveis, com o fato de ressignificar a articulação teoria-prática, ensino-aprendizagem-trabalho, estabelecendo com a comunidade e com as unidades de saúde e de alimentação uma relação sistemática e duradora de caráter orgânico, com vistas ao cumprimento da função social do curso.

Propõe-se com essas atividades a integração dos saberes oriundos da área da Odontologia com os reais problemas e necessidades da comunidade, gerados a partir de observações de situações reais, possibilitando estratégias de intervenções que venham a atender a esses desafios, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, as APE são realizadas desde o primeiro semestre do curso, como um eixo integrador dos conhecimentos teóricos obtidos nas disciplinas do respectivo semestre, visando a interdisciplinaridade.

No planejamento das atividades a serem desenvolvidas, temas transversais se articularão aspectos da ética e bioética, o conhecimento científico e a abordagem de seus métodos investigativos, componentes socioculturais e de saúde, entre outros. Os cenários de aprendizagem a serem utilizados devem ser definidos a partir dos principais temas trabalhados no semestre, priorizando o Sistema Único de Saúde, conforme determinado pelas Diretrizes Curriculares para os cursos de Odontologia. Os principais locais de atividade serão as comunidades de bairros periféricos no entorno da instituição, principalmente, naqueles em que se identifique o programa de saúde da família, escolas, unidades de saúde, ambulatórios, hospitais, laboratórios, associação de bairros, centros de atendimento a idosos, dentre outros.

2.10 Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado do curso de Odontologia abrange campos de estágio que

possibilitam contato com a realidade profissional em instituições públicas ou privadas e o aprimoramento técnico e profissional do estagiário. Os campos de estágio deverão ser aprovados pelo coordenador do curso. Integram as turmas de estágio supervisionado os estudantes regularmente matriculados no 7º, 8º, 9º e 10º período.

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação das competências e habilidades profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, por meio de práticas supervisionada em ambiente e situações reais de trabalho, e integra o itinerário formativo do estudante. O estágio supervisionado será realizado na Faculdade e em estabelecimentos públicos e privados, conveniados com o Instituto Florence de Ensino Superior, que ofereçam em suas dependências plenas condições de oferta e acompanhamento das atividades de estágio, em termos de infraestrutura e pessoal e em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso e a legislação vigente, e mediante a assinatura de termo de compromisso entre o estagiário, a coordenação do curso e a instituição concedente, definindo as garantias e responsabilidades de cada ente. O estagiário será acompanhado por um orientador docente, pertencente ao quadro de professores do curso, e por um supervisor técnico, pertencente ao quadro de pessoal do estabelecimento em que será realizado o estágio.

As atividades de estágio do curso, assim como a elaboração de instrumentos de acompanhamento e avaliação, serão de responsabilidade da coordenação do curso, em conjunto com os professores do curso, responsáveis pela supervisão de estágio. Dentre os professores do curso, será indicado um supervisor de estágio, responsável por articular e acompanhar diretamente as atividades de estágio, junto a coordenação do curso.

A supervisão de Estágio é realizada por profissionais devidamente habilitados dos próprios locais de estágio. Compete a supervisão acompanhar todas as atividades desenvolvidas pelo estagiário, garantindo-lhes plenas condições de aprendizagem por meio do exercício da prática profissional em ambiente real, assim como o cumprimento integral do seu plano de atividades.

A orientação é realizada por professores da área. Durante a realização do estágio, os alunos são submetidos a avaliação constante. Ao término de cada etapa do estágio supervisionado, o estagiário deverá produzir relatório reflexivo das atividades desenvolvidas, demonstrando articulação das atividades práticas com os conhecimentos teóricos obtidos durante o curso, demonstrando o desenvolvimento das competências técnico-profissionais em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso, o qual deverá ser encaminhado para a avaliação do orientador docente, assim como todo o instrumental

de acompanhamento e avaliação do supervisor técnico.

As notas obtidas pela avaliação continuada, somadas as obtidas pelo relatório e as notas computadas pelo supervisor local do estágio compreendem a média final para aprovação.

A avaliação do estágio levará em conta o desempenho do estagiário em campo, atestado por meio de avaliação do supervisor técnico, e do desenvolvimento das competências técnico-profissionais, atestadas pelo orientador docente por meio da análise do relatório de estágio e das fichas de acompanhamento e avaliação, assim como da observação do estagiário in loco, incidindo, principalmente, sobre os seguintes aspectos: Conhecimento técnico-científico, qualidade e produtividade, interesse, tomada de decisão, pontualidade, assiduidade, apresentação pessoal e responsabilidade.

Para ser considerado aprovado, o estagiário deve obter nota final igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência total nas atividades de estágio, conforme a carga horária prevista em cada etapa. Em caso de não aprovação, o aluno deverá repetir integralmente a etapa do estágio correspondente, sendo submetido a nova avaliação.

Cumprе salientar que se observa a distinção entre estágio curricular obrigatório, que se constitui como componente curricular obrigatório no âmbito do currículo pleno do curso, sendo sua oferta de responsabilidade da instituição de ensino, e o estágio curricular não-obrigatório, de natureza opcional, que compreende atividades de inserção profissional supervisionada. Os estágios não-obrigatórios, por sua vez, podem ser aproveitados como atividades complementares, desde que respeitadas as normas do curso de graduação.

A regulamentação do estágio supervisionado no âmbito do curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior está prevista na Instrução Normativa do Curso de Odontologia nº 01/21, de 22 de fevereiro de 2021, anexada ao presente PPC (ANEXO A).

Quadro 5 – Estruturação do Estágio Supervisionado

PERÍODO	CH	DISCIPLINA	ÁREA
7º	160	Estágio Interdisciplinar I	Dentística, Periodontia, Prótese, Cirurgia, Endodontia
8º	160	Estágio Interdisciplinar II	Dentística, Periodontia, Prótese
8º	60	Estágio Extramuros	Atenção Básica
9º	240	Estágio em clínica integrada infantil	Odontopediatria

10º	240	Estágio em clínica integrada adulto	Dentística, Periodontia, Prótese, Cirurgia, Endodontia
-----	-----	-------------------------------------	--

Fonte: Direção Acadêmica/FLORENCE (2022).

Nos Estágios Interdisciplinar I e II e nos Estágios em clínica integrada infantil e em clínica integrada adulto, os alunos irão cumprir a carga horária na própria instituição em clínicas específicas da Odontologia de acordo com a estrutura organizacional. Já o Estágio Extramuros, os alunos vão realizar atendimentos básicos em unidades de saúde da rede pública.

O Estágio Curricular do Curso de Odontologia é desenvolvido de acordo com os objetivos de proporcionar ao aluno oportunidade de: aplicar, ampliar e adequar conhecimentos técnico-científicos visando à integração entre teoria e prática no desenvolvimento de habilidades requeridas para a formação do perfil do curso de Odontologia; Exercitar-se na perspectiva da prática profissional, através de sua inserção em situação real de trabalho e práticas simuladas; Conhecer a realidade socioeconômica e cultural da população no contexto da área de atuação do campo de estágio; Desenvolver a capacidade crítica e a percepção humanística da realidade, identificando seu potencial como elemento de transformação da sociedade.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver a nota 7,0, (sete) em cada disciplina de Estágio Supervisionado, assim como, obtiver frequência mínima determinada pela legislação vigente de estágio.

2.10.1 Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS)

A Faculdade Florence preocupada com efetivação e viabilidade das práticas de ensino aplicadas por meio dos conteúdos curriculares, mantém convênios com a rede de saúde pública municipal e estadual, em conformidade com as normas vigentes, possibilitando ao aluno, a aplicabilidade das atividades de práticas de saúde, respeitando a regulamentação do exercício profissional da Odontologia conforme regulamentações vigentes.

O Curso de Odontologia, possibilita ao acadêmico, o desenvolvimento de atividades de práticas externas específicas para o desenvolvimento das competências e habilidades da área de Odontologia.

No tocante as atividades de práticas externas, estão vinculadas aos conteúdos curriculares de Odontologia Estágio Extramuros, contemplando o desenvolvimento da programação semestral realizado pela coordenação do curso. O desenvolvimento do Estágio

Curricular, atividades são avaliadas levando-se em consideração os meios de avaliação específicas para o Curso de Odontologia, em consonância com o regulamento geral da IES para os devidos fins.

As atividades de práticas externas, são acompanhadas por um preceptor, respeitando os termos registrados nos convênios firmados, onde cada preceptor acompanhará um grupo alunos de acordo com os termos firmados nos convênios entre a IES e as instituições de saúde conveniadas e concedentes.

2.11 Trabalho de Conclusão de Curso

De acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CES, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2003, Art. 12. Para conclusão do curso de graduação em Odontologia, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por finalidade propiciar aos alunos do Curso de Odontologia a oportunidade de demonstrar o grau de conhecimento adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à pesquisa bibliográfica especializada e o aprimoramento da sua área específica.

Os TCC's serão construídos a partir do aprimoramento das habilidades de escrita e interpretação científica desenvolvidas na disciplina de TCC I no 8º período do curso correspondente à matriz vigente, onde deverão elaborar o Projeto de Conclusão de Curso, sua defesa será realizada durante a disciplina de TCC II no 9º período. Esse processo será mediado pela orientação de professores do Curso de Graduação em Odontologia.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso devem ser entregues na Coordenação do Curso de Odontologia seguindo um calendário aprovado pela mesma instância de acordo com as Normas para elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. Também deverão ser apresentados os Instrumentos de Compromisso de Orientação e Composição de banca e, no caso da disciplina TCC I, o Instrumento de Avaliação do TCC I, todo o processo de elaboração até a defesa do TCC está em conformidade com o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso em anexo ao presente projeto (ANEXO B).

2.12 Atividades Complementares

As Atividades Complementares neste curso pretendem levar os alunos desta Instituição ao desenvolvimento de ações de cunho técnico-científico, sociais e culturais. Presentes em

todos os períodos, as atividades desenvolvidas pelo aluno ocorrem em espaços diferenciados e fora dos horários destinados às atividades de aulas, estágio obrigatório, entre outras que estão estabelecidas em seu horário semanal presencial e obrigatório.

A participação em projetos de extensão e pesquisa, programas de monitoria, estágios não obrigatórios visam motivar a autonomia do aluno na busca de referenciais teórico-práticos, que viabilizem o desenvolvimento de habilidades e atitudes compatíveis com um profissional sensível, crítico, criativo e participativo, além de conhecer as próprias aptidões entre as diversas áreas possíveis de atuação profissional.

Objetivos das Atividades Acadêmicas Complementares:

- Desenvolver atividades interdisciplinares em busca do conhecimento, bem como do aprimoramento da capacidade intelectual;
- Propiciar a busca contínua de informações;
- Desenvolver a capacidade de trabalho em equipe, de forma ética e construtiva;
- Incentivar a participação em projetos de iniciação científica e de extensão;
- Propiciar meios para o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais;
- Permitir a visualização das tendências teóricas e metodológicas inerentes à formação profissional;
- Proporcionar a integração sócio-profissional por meio de projetos de extensão e estágio extracurricular;
- Desenvolver ações que permitam abordar cientificamente a formação do cirurgião dentista;
- Incentivar atitudes que visem a análise e interpretação da prática da Odontologia;
- Desenvolver práticas de reflexão.

A regulamentação das Atividades Complementares no âmbito do curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior está prevista na Instrução Normativa do Curso de Odontologia no 03/21, de 22 de fevereiro de 2021, anexada ao presente PPC (ANEXO C).

2.13 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Odontologia possui atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização e avaliação do projeto pedagógico do Curso, conforme previsto na Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) Nº 01/2010.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Analisar periodicamente o PPC e propor alterações para possíveis adequações às Diretrizes Curriculares Nacionais, às exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as diretrizes didático-pedagógicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenação do Curso possíveis alterações;
- Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado.

O Núcleo Docente Estruturante é composto, majoritariamente, por professores com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, pertencentes ao quadro efetivo do curso, com vasta experiência profissional e acadêmica, além do coordenador do Curso, que o preside. Todos os membros do NDE possuem regime de trabalho de tempo parcial ou integral ao Curso, com carga-horária destinada às atividades do Núcleo. A composição do Núcleo Docente Estruturante encontra-se descrita no quadro abaixo.

Quadro 6 – Núcleo Docente Estruturante

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Alice Carvalho Silva	Mestra	Integral
Claudia de Castro Rizzi Maia	Doutora	Parcial
Francilena Maria Campos Santos Dias	Doutora	Integral
Karime Tavares Lima da Silva	Doutora	Parcial
Lorena Lúcia Costa Ladeira	Doutora	Integral

Fonte: Direção Acadêmica/FLORENCE (2023)

De acordo com seu Regimento Interno, o NDE reúne-se ordinariamente uma vez por mês, ou extraordinariamente por convocação do presidente ou de 2/3 de seus membros para deliberar assuntos de sua competência. As deliberações do NDE são registradas em

atas e exaradas em forma de parecer.

Os membros do NDE são indicados pelo Colegiado do Curso, dentre os docentes com efetiva liderança no curso, com destacada atuação na docência, na pesquisa e produção acadêmica. Os membros do NDE são nomeados por ato da Direção Geral e devem ocupar a função por 1 ano, e podem ser reconduzidos por mais 1 ano, sendo que nas próximas formações, deverá manter-se parcialmente o corpo docente da formação anterior do núcleo, de modo a garantir a plena continuidade das atividades.

As eventuais alterações na composição do NDE são realizadas no início de cada semestre letivo, com observância aos critérios da legislação vigente e com base no perfil do corpo docente alocado ao curso, assegurando estratégias que garantam a participação dos membros do corpo docente do curso, sem, contudo, comprometer a continuidade e a qualidade no processo de acompanhamento do curso.

O Coordenador do Curso tem o papel de proporcionar adequada articulação do NDE com o Colegiado do Curso, com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, a oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe ainda a Coordenação do curso oferecer apoio técnico-administrativo ao NDE para o seu pleno funcionamento.

2.14 Colegiado de Curso

O colegiado do Curso de Odontologia é um órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de graduação em Odontologia, conforme Cap. IV do Regimento Interno da IES. É constituído pelos seguintes membros, com mandato de um ano: Coordenador de Curso, professores que ministram disciplinas no Curso, um (1) representante do corpo discente do curso de Odontologia, escolhido pelos alunos do curso. Admitida uma recondução por igual período e cumpridas às exigências do Art. 12º do Regimento Interno da IES.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem. De acordo com o Art. 13 do Regimento Interno, o Colegiado do Curso de Odontologia tem como atribuições pronunciar-se sobre o Projeto Pedagógico do Curso, o desenvolvimento da programação acadêmica, no que se refere aos aspectos do ensino, da iniciação à pesquisa e à extensão, avaliar o desenvolvimento dos Planos de Ensino, os resultados de rendimentos dos alunos nas disciplinas do curso, aprovar normas

específicas para o Estágio Curricular Supervisionado, bem como tomar conhecimento dos resultados das avaliações Institucional, do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, com vistas aos procedimentos acadêmicos necessários ao bom andamento do curso.

Quadro 7 – Colegiado de Curso

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Alice Carvalho Silva	Mestre	Integral
Denise Fontenelle Cabral Coelho	Mestre	Parcial
Priscilla Maria Fernandes Abdala de Alencar	Mestre	Parcial
Tarcia Virgínia Falcão Marques	Doutora	Parcial
Wilna de Castro Freire	Mestre	Parcial
Matheus Felype Frota Rodrigues	Discente	

Fonte: Direção Acadêmica/FLORENCE (2022)

2.15 Coordenadoria do Curso

A coordenadoria de curso de graduação é o órgão executivo responsável pela gestão e planejamento das atividades de natureza acadêmica no âmbito do curso, observando a política interna da faculdade, tendo como titular o coordenador de curso, nomeado pela direção geral e subordinado diretamente a direção acadêmica.

O coordenador do curso é um profissional com formação específica da área do curso, em nível de graduação e com pós-graduação *stricto-sensu*, em nível de doutorado ou mestrado, com experiência profissional e acadêmica adequadas para o exercício da função e integrante do corpo docente da IES.

A coordenação do Curso de Odontologia é exercida pelo professora Alice Carvalho Silva, que possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão, graduação em Ciências Licenciatura com habilitação em Biologia pela Universidade Estadual do Maranhão, pós-graduação em Prótese Dentária– CIEC - Faculdade Uningá, pós-graduação em Microbiologia – Faculdade Unyleya - Brasília. Mestrado em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão.

A coordenadora do curso é vinculada ao quadro docente do Instituto Florence de Ensino Superior desde agosto de 2013, exercendo a função de coordenação e como docente. O regime de contratação é de tempo integral (40 horas semanais), destas 10 horas dedicadas a atividades de ensino, planejamento e avaliação e 30 horas dedicadas às

atividades de coordenação do curso. Atua de forma conjunta com o Colegiado do Curso e com o Núcleo Docente Estruturante, analisa os diferenciais de qualidade do curso, em articulação com os dirigentes, professores, alunos e funcionários, tendo como referência a missão, os objetivos, a vocação e os princípios do Projeto Pedagógico Institucional.

Compete ao Coordenador de Curso:

I. Assessorar a Diretoria Acadêmica na formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais da Faculdade e do Curso;

II. Gerenciar o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso e propor sua revisão em face de necessidades de mudança, compatibilização e aperfeiçoamento do curso no âmbito interno da instituição e no âmbito externo, mediante a devida aprovação nos órgãos colegiados;

III. Supervisionar a elaboração e a implantação de programas e planos de ensino buscando assegurar articulação, consistência e atualização do ementário e da programação didático-pedagógico, objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e cronograma de trabalho;

IV. Gerenciar a execução da programação acadêmica do curso zelando pelo cumprimento das atividades propostas e dos programas e planos de ensino e respectiva duração e carga horaria das disciplinas;

V. Acompanhar o desempenho docente e discente mediante análise de registros acadêmicos, da frequência, do aproveitamento dos alunos e de resultados das avaliações e de outros aspectos relacionados à vida acadêmica;

VI. Promover estudos e atualização dos conteúdos programáticos das práticas de atividades de ensino e de novos paradigmas de avaliação de aprendizagem;

VII. Elaborar e gerenciar a implantação de horários e oferta de disciplinas e alocação de professores segundo as diretrizes gerais da Faculdade;

VIII. Coordenar a organização de eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros, no âmbito do curso;

IX. Fazer cumprir as exigências necessárias para a integralização curricular, providenciando, ao final do curso, a elaboração de Histórico Escolar dos concluintes, para fins de expedição dos diplomas;

X. Convocar e dirigir reuniões do respectivo colegiado responsável pela coordenação didática do curso;

XI. Adotar “ad referendum” em caso de urgência e no âmbito de sua competência, providencias indispensáveis ao funcionamento do curso;

XII. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno e as deliberações dos órgãos colegiados da IES.

O Curso de Bacharelado em Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior possui uma Coordenadora Geral em regime de trabalho de tempo integral, que participa ativamente das decisões do Curso, acompanha o desempenho dos discentes, participa das reuniões com os representantes discentes, mantém contato direto com eles, seja pelo atendimento presencial na Coordenadoria do Curso, em visita as salas de aula ou por atendimento através de e-mail institucional. Acompanha também o desempenho do corpo docente, através de encontros individuais, reuniões periódicas ou por e-mail e através dos relatórios da Autoavaliação Institucional, administrando as potencialidades do corpo docente, favorecendo a sua integração e melhoria contínua.

A ação da coordenadora é pautada em plano de ação baseado em dados de desempenho do curso, com a análise de indicadores dos resultados das avaliações internas e externas e de elementos do corpo docente e discente, que se constituem em parâmetros para o curso estabelecer seus objetivos e se aperfeiçoar continuamente.

A Coordenadora do Curso preside os órgãos colegiados do Curso (Conselho e NDE), além de participar de outros órgãos superiores da IES. É responsável pela gestão direta do Curso de Bacharelado em Odontologia, através de todas as ações já citadas como também pelo controle de frequência dos discentes e docentes. Participa ativamente junto ao Conselho e ao NDE da atualização do Projeto Pedagógico do Curso e de todas as normas pertinentes ao Curso.

2.16 Corpo Docente

O corpo docente do curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior, atualmente, é composto por professores: 2 especialistas (10%), 06 mestres (30%) e 12 doutores (21,43%). O Instituto Florence de Ensino Superior prima pela manutenção do seu quadro docente, observando um quantitativo adequado de professores com pós-graduação *stricto sensu* (20 professores), aptos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa.

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Odontologia é composto de profissionais da região, com titulação adequada às disciplinas para as quais foram designados, como se apresenta a seguir:

Quadro 8 – Docentes do Curso

	PROFESSORES	TITULAÇÃO	RT ¹
1	Alice Carvalho Silva	Mestrado	Integral
2	Ana Luiza Farias Serpa	Mestrado	Parcial
3	Claudia de Castro Rizzi Maia	Doutorado	Integral
4	Denise Fontenelle Cabral Coelho	Mestrado	Integral
5	Diego de Carvalho Souza	Doutorado	Parcial
6	Francilena Maria Campos Santos Dias	Doutorado	Parcial
7	Flávia Fernanda Carvalho Santos Dominici	Mestrado	Parcial
8	Halinna Larissa Cruz Correia de Carvalho	Doutorado	Parcial
9	Isabelle Arrivabene dos Santos	Especialista	Parcial
10	Lorena Lúcia Costa Ladeira	Doutorado	Integral
11	Luciana Silveira Gonçalves Lima	Doutorado	Parcial
12	Luciano Maurício do Nascimento	Mestrado	Parcial
13	Marjorie Adriane da Costa Nunes	Doutorado	Parcial
14	Nielsen Barros Sousa	Doutorado	Parcial
15	Karime Tavares Lima da Silva	Doutorado	Parcial
16	Karla Janilee De Souza Penha	Doutorado	Parcial
17	Petrus Levid Barros Madeira	Doutorado	Parcial
18	Priscilla Maria Fernandes Abdala de Alencar	Mestrado	Parcial
19	Tarcia Virgínia Falcão Marques	Doutorado	Integral
20	Wilna de Castro Freire	Especialização	Parcial

Fonte: Diretoria Acadêmica/FLORENCE (2022) Legenda¹: RT = Regime de Trabalho

O regime de contratação dos docentes, sempre sob a égide da legislação trabalhista, obedecerá aos critérios definidos pela instituição, que privilegia a contratação pelos regimes de Tempo Integral (TI) e Tempo Parcial (TP), de modo a assumirem responsabilidades por atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, com carga-horária adequada para o desenvolvimento destas atividades.

Na distribuição da jornada horária dos professores estão incluídas, além das tarefas de ministração de aulas; preparação, aplicação e correção de provas; testes ou exames; tempo para orientação discente; participação em projetos de pesquisa e extensão, em atividades culturais, em gestão acadêmica; orientação de trabalho de conclusão de curso, supervisão de estágios e participação em programas de capacitação docente.

No âmbito da avaliação e gestão docente, há relatório de estudo que, considerando o perfil do egresso do curso, demonstra e justifica a relação entre a experiência profissional do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, caracterizando

sua capacidade para contextualização de problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, mantendo-se atualizados com relação a interação conteúdo/prática, promovendo compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral, analisando as competências e habilidades inerentes à profissão.

Importante evidenciar que existe para o curso o Relatório de Estudo Docente que considera a adequação de nosso corpo docente considerando o perfil do egresso, demonstrando e justificando a relação entre a experiência no exercício da docência, seu desempenho em sala de aula virtual, nos encontros presenciais, se este for o caso, de modo a caracterizar sua capacidade de promover ações que permitam identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características das turmas, apresentar modelos, entre outras necessidades, todas elas em relatório elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso e a disposição da Equipe de Avaliadores nesta autorização.

Produção do Corpo Docente

O Instituto Florence incentiva e apoia a iniciação científica, diretamente ou por meio de concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, bolsas especiais, promoção em congressos e seminários, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance. Estimula e apoia a participação de discentes dos cursos em atividades de iniciação científica. As linhas gerais para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica estão consignadas no projeto pedagógico de curso.

O estímulo às atividades de iniciação científica consiste em: formar pessoal docente em curso de pós-graduação da instituição; conceder auxílios para projetos específicos; atualizar e manter a biblioteca atualizada; divulgar os resultados das atividades de iniciação científica realizadas; promover a divulgação de monografias, ensaios, artigos científicos, por meio da Revista Eletrônica e Impressa; realizar simpósios destinados ao debate de temas científicos; adotar regime especial para pesquisadores e implantar núcleos temáticos de estudos.

A produção científica dos docentes do Curso de Odontologia do Instituto Florence tem se dedicado nos últimos anos, com ênfase na publicação de artigos científicos em revistas especializadas, bem como apresentação de trabalhos científicos em Congressos e Simpósios Nacionais e Internacionais. Nos últimos 5 anos os docentes produziram diversos trabalhos científicos como Resumo em Anais de Congresso, Capítulos de Livros, Artigos Científicos,

entre outros.

Quadro 9 - Titulação, formação profissional e disciplinas lecionadas pelos professores.

	Professor (a)	Formação	Titulação	Disciplinas
1	Alice Carvalho Silva	Odontologia	Mestre	Estágio Interdisciplinar I e II Prótese
2	Ana Luiza Farias Serpa	Farmacêutica	Mestrado	Anatomia Sistêmica; Citologia e Histologia; Reprodução Humana.
3	Claudia de Castro Rizzi Maia	Odontologia	Doutorado	Endodontia Estágio em clínica integrada adulto
4	Denise Fontenelle Cabral Coelho	Odontologia	Mestrado	Estágio em clínica integrada adulto
5	Diego de Carvalho Souza	Odontologia	Doutorado	Estágio em clínica integrada adulto
6	Francilena Maria Campos Santos Dias	Odontologia	Doutorado	Odontopediatria clínica; Estágio em clínica integrada infantil; Clínica Interdisciplinar I
7	Flávia Fernanda Carvalho Santos Dominici	Odontologia	Mestrado	Dentística; Clínica Interdisciplina II, Estágio em clínica integrada adulto
8	Halinna Larissa Cruz Correia de Carvalho	Odontologia	Doutorado	Imaginologia; Epidemiologia e Bioestatística; Estomatologia
9	Isabelle Arrivabene dos Santos	Odontologia	Especialização	Estágio Extramuros
10	Lorena Lúcia Costa Ladeira	Odontologia	Doutorado	Odontologia social, Fisiologia bucal, Introdução à profissão,

				Odontopediatria clínica, Estágio em clínica integrada infantil.
11	Luciana Silveira Gonçalves Lima	Odontologia	Doutorado	Ortodontia, Oclusão, Projeto de TCC, TCC I e II, Odontologia Legal
12	Luciano Maurício do Nascimento	Odontologia	Mestrado	Estágio Interdisciplinar I Materiais dentários; Anatomia bucal e escultura.
13	Marjorie Adriane da Costa Nunes	Odontologia	Doutorado	Odontopediatria I Odontopediatria clínica; Estágio em clínica integrada infantil; Semiologia e cariologia
14	Nielsen Barros Sousa	Odontologia	Doutorado	Endodontia I; Estágio em clínica integrada infantil; Estágio Interdisciplinar I
15	Karime Tavares Lima da Silva	Odontologia	Doutorado	Odontopediatria clínica; Estágio em clínica integrada infantil; Estágio Interdisciplinar I e II
16	Karla Janilee De Souza Penha	Odontologia	Doutorado	Pacientes com Necessidades Especiais, Odontologia Social
17	Petrus Levid Barros Madeira	Odontologia	Doutorado	Cirurgia I e II, Anatomia de cabeça e pescoço; Estágio em clínica integrada adulto
18	Priscilla Maria Fernandes Abdala de	Odontologia	Mestrado	Cirurgia I e II, Anatomia de cabeça e pescoço;

	Alencar			Estágio em clínica integrada infantil, Periodontia e implantodontia.
19	Tarcia Virgínia Falcão Marques	Odontologia	Doutorado	Estágio interdisciplinar I e II; Endodontia.
20	Wilna de Castro Freire	Odontologia	Especialista	Periodontia, Estágio I e II, Ergonomia e biossegurança

Fonte: Diretoria Acadêmica/FLORENCE (2022).

2.17 Corpo Discente

O corpo discente do Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior será composto por estudantes egressos do ensino médio, em sua maioria oriundos de escolas da capital do Estado, que tem acesso ao curso por meio de vestibulares e outras formas de ingresso (ENEM), assim como, alunos oriundos das vagas disponibilizadas para graduados e transferências externa e interna. Os estudantes do Curso, desde seu ingresso ao curso, terão acesso a uma gama de ações e programas com vistas a desenvolver seu potencial acadêmico e humanístico, em consonância com os princípios filosóficos e educativos da IES.

Algumas ações de apoio discente, visando o acompanhamento e a permanência do discente no Instituto Florence de Ensino Superior são executadas por meio do Programa de Apoio e Acompanhamento ao Discente, que articula em suas ações o apoio pedagógico e psicopedagógico ao discente, coordenado pela CAP, através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente (NUPAD). Para tanto, caberá a Diretoria Financeira estar responsável pelo Plano de Apoio e Financiamento de Estudos para Alunos Carentes, que atende à necessidade discente de se manter financeiramente na IES.

Os Programas se propõem a oportunizar aos alunos da instituição incentivos e benefícios que possibilitem o prosseguimento de estudos, assim como proporcionar um efetivo apoio psicossocial aos mesmos, a fim de lidarem melhor com seus recursos e limites.

Os alunos egressos, contam ainda com o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), que monitora o ex-aluno em sua realidade objetiva, considerando o mundo do trabalho, bem como fomentando seu ingresso em cursos de pós-graduação na Instituição.

Como estratégias de apoio ao corpo discente, destacam-se:

O Programa de Financiamento e Bolsas a alunos carentes que pretende ser um

instrumento capaz de proporcionar apoio psicossocial e pedagógico ao discente com limitações financeiras acentuadas, otimizando sua qualidade de vida. Contudo, a política de inclusão de maior relevo consubstancia-se em financiamentos Institucionais (interno e externo), como o PROUNI, FIES e PRAVALER, Crédito Educativo interno e Programa de Descontos Diferenciados (Convênios).

Por fim, tem-se ainda a isenção de taxas, estágio remunerado, bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão.

- Financiamentos Institucionais Externos e Internos, visando subsidiar os estudos dos alunos mais carentes. A IES utilizará como recurso as fontes de financiamento oferecidas pelo poder público e recursos próprios, alocados pela instituição, considerando previamente a sua disponibilidade financeira. No que diz respeito ao financiamento externo, são utilizados recursos do PROUNI, por meio da oferta de bolsas de estudo de 25% a 100%, dentro das regras definidas pelo MEC, FIES e PRAVALER e Programa de Descontos diferenciados por meio de convênios institucionais.

O Instituto Florence de Ensino Superior propiciará os seguintes benefícios, sempre condicionado aos regulamentos internos e à viabilidade financeira e orçamentária da instituição:

- Crédito Educativo interno e externo - financiamento que atinge um percentual de até 35% do valor da mensalidade;
- Programa de Bolsas de Estudos (Bolsa Empresarial) – informa aos empresários os benefícios facultados pela Lei nº 9.249, de 26.12.95 (Art. 13 § 20,11), permitindo o abatimento das doações efetuadas às instituições de utilidade pública no Imposto de Renda;
- Bolsa de Trabalho – habilita-se o estudante regularmente matriculado na IES que seja comprovadamente carente de recursos financeiros e não possua vínculos empregatícios e esteja cadastrado no Programa Bolsa de Trabalho. Os bolsistas recebem mensalmente uma bolsa de até 50% do valor da mensalidade, abatida diretamente na mesma.

Além destes, são mobilizados outros incentivos visando o estímulo a permanência do aluno na IES e ao seu desenvolvimento acadêmico:

- Isenção de Taxas – o setor diretamente envolvido com a seleção e o ingresso de discentes oferecerá aos funcionários (filhos de funcionários/ dependentes comprovados) e demais candidatos que apresentarem insuficiência de recursos financeiros, isenção de taxa de inscrição no Concurso Vestibular.
- Bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão – Objetiva articulação do processo

ensino/ aprendizagem, como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos desenvolvidos pela Instituição. A bolsa de monitoria tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem aptidão pela docência. A bolsa de iniciação científica tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem interesse e aptidão pela carreira científica, através da participação em projetos de pesquisa. A **bolsa de extensão** contempla a participação dos alunos em atividades de extensão da IES. Estas modalidades de bolsas serão operacionalizadas pela Coordenação de Pesquisa e Extensão (CONEX), tendo como suporte financeiro o Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão/ FAPE.

- Estágios Não-Obrigatórios Remunerados – O estágio não obrigatório remunerado pode acontecer livremente e não faz parte da carga horaria padrão do curso. A modalidade é um complemento da formação. O estudante pode escolher se o realiza ou não. As normas do Estágio Não-Obrigatório Remunerado estão previstas e são apresentadas em regulamento próprio que se encontra no repositório institucional.
- Centros Acadêmicos - O Centro Acadêmico é uma entidade que representa todos os estudantes de um curso. Cabe ao CA, entre suas tarefas, realizar as discussões com os estudantes do curso para encontrar soluções nos problemas enfrentados, seja na relação com os professores, temas vinculados aos conteúdos e currículos dos cursos ou mesmo questões administrativas.

Como foi citado anteriormente, com o intuito de orientar os discentes no que diz a respeito à vida escolar, como notas, desempenho, trabalhos, provas e frequência; além de servir como atendimento específico para orientar o corpo discente no que diz respeito a problemas de aprendizagem, o Instituto Florence de Ensino Superior possui uma Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente (CAP) e a essa coordenação articula-se o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente (NUPAD).

O NUPAD tem por objetivos: apoiar e orientar o educando em sua trajetória acadêmica, instrumentalizando-o para construção/ reconstrução do conhecimento e para formação de novos saberes, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a atuação consciente do profissional junto ao mundo do trabalho; analisar e encaminhar as demandas dos alunos no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem e/ ou financeiras; implementar o programa de Nivelamento Acadêmico que possibilite ao educando condições de equidade e prosseguimento de estudos; orientar os alunos na organização dos diretórios estudantis ou acadêmicos; implementar ações que visem acompanhar os egressos dos cursos da instituição, e desses resultados retroalimentar as propostas pedagógicas dos cursos; fomentar a iniciação científica

como princípio pedagógico e educativo dos discentes.

O NUPAD é coordenado por um profissional com formação na área de Pedagogia, que terá como suporte os Coordenadores de curso da Faculdade, assim como, dos professores do curso. O atendimento é realizado em horários disponibilizados para este fim.

As principais ações desenvolvidas e orientadas pelo NUPAD são as seguintes:

a) Atendimento extraclasse - o atendimento extraclasse aos alunos é realizado pela coordenadoria de curso, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, assim como pelo NUPAD.

b) Fomento a organização Estudantil - o corpo discente tem como órgão de representação o diretório acadêmico, regido por estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado conforme a legislação vigente. A representação estudantil tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da IES. Ao diretório acadêmico compete indicar os representantes discentes, com direito a voz e voto, junto aos órgãos colegiados da IES, vedada a acumulação. Aplicam-se aos representantes estudantis nos órgãos colegiados as seguintes disposições:

- São elegíveis os alunos regulares, matriculados em, pelo menos, 3 (três) disciplinas, importando a perda dessas condições em perda do mandato; e,
- O exercício da representação não exime o aluno do cumprimento de suas obrigações escolares.

c) Programa de Nivelamento acadêmico – O Instituto Florence de Ensino Superior busca minimizar as deficiências de formação dos alunos ingressantes na Faculdade por meio de cursos de nivelamento. O Programa de Nivelamento Acadêmico atua junto aos alunos ingressantes nos cursos de Graduação da IES que apresentam dificuldades diversas, detectadas por meio do processo seletivo de acesso ao ensino superior e durante as primeiras semanas de aula. Nesse sentido, são oferecidos cursos de Nivelamento nas áreas de Português, Matemática e Química, disciplinas básicas que são apontadas pelas Coordenadorias e Docentes como fundamentais. Dentre as atividades que compõe o Programa de Nivelamento Acadêmico, destacam-se: Acompanhamento individualizado ao estudante em horários alternativos; Plantão tira dúvidas; Plano de trabalho direcionado as dificuldades detectadas, desenvolvido pelos docentes, com apoio da CAP; Intervenção psicopedagógica; Aulas de reforço em horário especial; Atendimento Extraclasse – realizado pela Coordenadoria de Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo NUPAD. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo aos alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e àqueles que

necessitam de reforço dos conhecimentos básicos adquiridos no ensino médio. Além disso, serão desenvolvidas turmas de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso. De modo análogo, o Instituto Florence de Ensino Superior propiciará orientação aos alunos que apresentem dificuldades, detectadas por meio do processo seletivo, em sala de aula, nas disciplinas do núcleo básico de cada curso. O Programa de Nivelamento Acadêmico é regido por Regulamento próprio, que está disponível no repositório institucional.

d) Programa de acompanhamento de Egressos (PAE) – O Instituto Florence de Ensino Superior compreende ser de grande relevância que sua relação com os alunos não se encerre com o término do curso de Graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional de cada um dos seus concluintes. Assim, a Instituição manterá o Programa de Educação Continuada em constante sintonia às necessidades de aperfeiçoamento e atualização encontradas na prática profissional dos egressos. Para estes, a manutenção do vínculo com a Instituição torna-se interessante, pois representa uma alternativa de prosseguir no meio acadêmico, encontrando incentivos para estudar e produzir, alargando, aprofundando e atualizando seus conhecimentos. Para a Instituição, essa interação é também importante, pois traz enriquecimento à cultura institucional e à sua ação pedagógica. Outro aspecto relevante é o envolvimento dos egressos no Programa de Avaliação Institucional. Importantes indicadores são fornecidos, tanto por depoimentos, como pela resolução do questionário Comissão Própria de Avaliação (CPA), uma vez que, por meio do formulário, tem-se o diagnóstico da vida profissional do egresso, bem como seu desempenho em concursos, seletivos para empregos, produções científicas, publicações e outros. Tem-se, inclusive, pela resolução do questionário, o entendimento sobre o nível de satisfação dos egressos, a avaliação da qualidade do ensino e adequação dos currículos, nos permitindo levantar e analisar trajetórias profissionais, bem como acompanhar o interesse por estudos de educação continuada (cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional e de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*).

Deste modo, o Instituto Florence de Ensino Superior, em concordância com o texto constitucional e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/ 96), compreende que a educação superior tem como finalidade precípua a preparação para o trabalho. Nesse sentido, entende como uma dimensão fundamental na avaliação da qualidade de qualquer instituição educacional, a empregabilidade de seus egressos, ou seja, a qualidade da preparação para o trabalho que lhe foi ofertada na academia.

Ressalta-se que todas as contribuições prestadas pelos egressos serão valorizadas, inclusive com medidas de incentivo e apoio, como permissão para uso de biblioteca e laboratórios, participação em projetos de pesquisa e extensão, auxílio para publicações de

trabalhos e outros, vinculadas ao Programa de Formação Continuada.

Destaca-se que o contato direto e permanente com os egressos é desenvolvido por um sistema *on-line* (site e redes sociais), através do PAE.

Por meio do PAE, o egresso é informado sobre notícias da sua área de formação, do âmbito científico-técnico, de eventos (jornadas, congressos, cursos de atualização etc.), de atividades de formação continuada, oportunidades de emprego e pós-graduação. A Instituição pretende ainda criar ambientes virtuais de aprendizagem e intercâmbio de informações, como *chats*, listas de discussão e *sites* interativos.

2.18 Sistema de Autoavaliação do Curso

A autoavaliação institucional permite que, a partir dos resultados, as IES possam atualizar e melhorar seus processos continuamente. Assim, também o próprio processo de autoavaliação deve passar por melhorias. O Instituto Florence de Ensino Superior vem, a cada ano, tentando melhorar o seu processo de autoavaliação, atualizando os instrumentos de coleta e o tratamento dos dados.

Vale lembrar que os dados colhidos no processo de autoavaliação não são usados apenas para compor o relatório de autoavaliação, mas principalmente, como subsídios para tomadas de decisões, tanto na área acadêmica, quanto de gestão e estratégica.

Ressalta-se que a análise dos resultados teve por base a média mínima de 70%, ou seja, a mesma média exigida por meio do Regimento Interno aos acadêmicos, centrando-se assim a meta de atingi-la minimamente para todos os quesitos avaliados.

2.18.1 Objetivos da Autoavaliação Institucional

Um dos objetivos da CPA é de contribuir para a criação de uma cultura de Autoavaliação Institucional em relação aos processos da avaliação em seus diversos aspectos, tornando-a amplamente difundida entre a comunidade acadêmica.

2.18.1.1 Objetivo Geral:

Realizar o levantamento de dados sobre a percepção de todos os segmentos da comunidade acadêmica do Instituto Florence de Ensino Superior sobre os projetos, setores, cursos e

atividades promovidos pela Faculdade.

2.18.1.2 *Objetivos Específicos*

- Realizar pesquisas de opinião junto à comunidade acadêmica em relação aos setores, serviços, projetos e processos da instituição;
- Realizar a tabulação e tratamento dos dados obtidos;
- Identificar as fragilidades do Instituto Florence de Ensino Superior;
- Identificar as potencialidades institucionais;
- Redigir relatório de Autoavaliação;
- Informar os resultados aos diversos componentes da comunidade acadêmica;
- Elaborar planos de ação de melhorias.

2.18.2 Público Alvo

Todos os segmentos da comunidade acadêmica, discentes, docentes, servidores técnico-administrativos, coordenadores de cursos e equipe de direção. A abordagem foi feita simultaneamente e utilizando a mesma ferramenta, porém com instrumentos diferenciados para cada segmento.

2.18.3 Metodologia

Fase 1 – Sensibilização

Esclarecimento dos todos os envolvidos sobre a importância do processo de avaliação, tanto no que tange à legislação da Educação Superior, quanto no que diz respeito ao autoconhecimento institucional.

Além de visitas às salas de aula, realização de reuniões com direção e com coordenadores de cursos, reuniões de colegiado dos diversos cursos e palestras durante os períodos de planejamento.

Em seguida, disponibilização pelo *site*, on-line, 24 horas por dia, durante um período de 30 dias, para a comunidade acadêmica responder aos questionários eletrônicos.

Fase 2 – Coleta de dados Propriamente Dita

Recebimento de um e-mail com um link de acesso direto ao *site* para cada participante

responder ao questionário eletrônico. Programação de um disparo de e-mails semanais apenas para os retardatários.

Acompanhamento das atividades realizadas pelas coordenações de curso e setoriais. Atendimentos individualizados aos funcionários de serviços gerais, uma vez que não possuem habilidades para manuseio do computador e de navegação da internet.

Fase 3 - Tabulação, Compilação e Geração de Gráficos

Devido ao grande número de questões relacionadas nos questionários eletrônicos, o tratamento exige um tempo considerável, sendo auxiliado por ferramentas do Microsoft Excel e de bancos de dados.

A ferramenta utilizada gera a maioria dos gráficos. Àqueles que necessitarem de cruzamento de informações, como será o caso da dimensão nº 02 apenas para os cursos de abrangência do Enade de cada ano. A elaboração dos gráficos será realizada pela TI (auxílio técnico temporário).

Será oportunizado a todos os setores institucionais a análise e relato dos dados coletados. Podendo os participantes expressar suas críticas, sugestões e elogios, bem como estabelecerem ações a serem realizadas para a otimização dos seus respectivos setores durante o início do ano subsequente da pesquisa. Tal análise será divulgada no presente relatório geral de autoavaliação institucional do ano correspondente à pesquisa.

Fase 4 – Divulgação dos Resultados

Disponibilização dos resultados, de forma que os diferentes segmentos da comunidade o receberão por meios e em formatos diferentes:

- CPA: reunião ordinária da comissão para análise geral de resultados.
- Acadêmicos: divulgação por meio de slides previamente elaborados pela CPA pelos professores, prevista em calendário acadêmico; poderão acessar os resultados via web, no site institucional; terão acesso, sobretudo aos dados gerais da avaliação, como índices pedagógicos por curso, avaliação dos principais aspectos, etc.
- Docentes: além do relatório divulgado no site, participarão de uma apresentação em reunião de colegiado dos índices pedagógicos específicos do seu curso antes do dia previsto em calendário acadêmico para a divulgação do relatório geral de Autoavaliação Institucional, bem como de uma prévia de resultados gerais na Semana de Jornada Pedagógica, ocorrida no início dos semestres letivos e, também, prevista em calendário acadêmico.

- Coordenadores: receberão os gráficos relativos aos principais aspectos apenas dos cursos de abrangência do Enade correspondente, além de participarem de uma reunião para análise dos dados junto aos seus respectivos colegiados em março do ano subsequente à pesquisa.
- Técnicos: terão acesso ao relatório geral no site, além de dados específicos dos diversos setores da instituição para análise dos dados coletados em março do ano subsequente à pesquisa.
- Diretoria: terão acesso aos demais relatórios, além de relatórios formatados especificamente para subsidiar a tomada de decisões desde o nível estratégico até o nível operacional.
- Todos: apresentação de resultados gerais pela CPA prevista em calendário acadêmico.

2.19 Avaliações Oficiais do Curso

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) foi criado pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e implantado em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) que, desde então passaram a contar com uma Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Os objetivos da CPA são conduzir o processo de Autoavaliação Institucional, da Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), desde a coleta de dados, análise por setores e cursos, registros, relatos, divulgação e acompanhamento de planos de ação. Ela é composta atualmente por um coordenador e por um representante: docente, discente, administrativo, da ouvidoria interna e da comunidade externa. Reunindo-se ordinariamente semestralmente e extraordinariamente quando necessário.

Sendo assim, os Cursos de Graduação são acompanhados sistematicamente pela CPA por meio de instrumentos que permitem perceber a impressão anual da comunidade acadêmica sobre o Instituto Florence como um todo, bem como que permitem analisar e monitorar semestralmente a autoavaliação do docente, a do discente e a avaliação do docente pelo discente. Outros instrumentos também aplicados semestralmente são voltados para o acompanhamento dos estudantes ingressantes e concluintes de cada um dos cursos de graduação.

A CPA também auxilia a coordenação do curso, bem como o Núcleo Docente Estruturante (NDE) na oportunidade das visitas avaliativas *in loco* do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para autorização de funcionamento de cursos, bem como reconhecimento dos mesmos.

Outro processo avaliativo externo acompanhado anualmente pela CPA na Florence é o Enade. Tal acompanhamento envolve a parte operacional do processo, estabelecendo uma ponte entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Governo Federal encarregado pelo Exame, inscrições de estudantes regulares e irregulares, esclarecimento e ampla divulgação aos estudantes envolvidos no processo junto aos coordenadores dos cursos de acordo com o ano de abrangência.

Outra parte integrante do referido acompanhamento realizado é pedagógica onde, é vigilante junto aos NDEs dos cursos de graduação em relação ao compromisso dos colegiados de desenvolver nos acadêmicos as competências mínimas exigidas pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos (DCNs) e as àquelas cujas especificidades são mais locais e que estão inclusas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), no decorrer do curso.

As presentes formas de avaliação estão diretamente relacionadas ao Conceito Preliminar dos Cursos (CPCs), bem como ao Índice Geral dos Cursos (IGC) que de uma forma simplificada, corresponde a uma espécie de média entre os primeiros.

Contudo, a CPA e o Procurador Institucional (PI), colaborador que responde pela IES junto ao Portal do e-MEC e ao Inep, se encontram e se colocam sempre numa atitude vigilante e colaborativa com a coordenação dos cursos e seus respectivos NDEs a fim de garantir não só o melhor conceito possível, mas, sobretudo a formação e entrega de profissionais de excelência técnica e humana que farão a diferença na comunidade a qual estarão inseridos.

3 INFRAESTRUTURA FÍSICA

3.1. Instalações Gerais

O Instituto Florence de Ensino Superior dispõe de uma área com cerca de, 6.756,45 m², localizado no endereço Rua Rio Branco 216, Centro – São Luís – MA. Todas as dependências do imóvel foram adequadas em seus acessos e áreas internas para melhor atender ao Decreto 5.296/04, facilitando o acesso e uso das instalações por portadores de necessidades especiais. Nas proximidades da instituição já se encontra instalado um bom setor de serviços, contando com lanchonetes, livrarias, papelarias, restaurantes e *self-service*.

Todas as dependências do Instituto Florence de Ensino Superior estão adequadas ao atendimento e desenvolvimento das atividades e programas curriculares dos cursos da instituição.

As especificações de serventias obedecem aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão e destinação específica.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras dependências são de uso privativo do corpo docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

Os ambientes atendem as exigências específicas do ensino superior, são amplos e com iluminação natural e artificial adequadas, atendendo às necessidades dos cursos projetados pela IES. No que diz respeito à dimensão, providenciou-se espaço físico adequado para o número de usuários e para todos os tipos de atividades desenvolvidas na instituição.

O sistema de ventilação é adequado às necessidades climáticas locais, utilizando-se equipamentos, sempre que necessário.

A IES prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira e móveis sem poeira.

Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na biblioteca, nas salas de estudo etc.

As instalações sanitárias gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Para isso as instituições mantêm pessoal adequado e material de limpeza disponível.

As plantas das instalações encontram-se na instituição, à disposição das autoridades educacionais.

3.2. Instalações Administrativas

Para realizar o atendimento de alunos e visitantes foi destinada uma sala de secretaria Geral com cerca de 36,28 m², uma secretaria de apoio com 16,14m² de acesso restrito para registro de notas e arquivos administrativos e pedagógicos e uma sala para a direção acadêmica com 16,22m².

São destinadas 03 (três) salas com cerca de 10,20m² cada, sendo uma disponível para atendimentos psicopedagógicos, outra para reuniões com a Comissão Própria de Avaliação – conforme exigência do INEP -, e outra para o técnico de informática.

A IES dispõe ainda de salas específicas para o diretor geral, diretor acadêmico e diretor

administrativo-financeiro e coordenações conforme quadro abaixo:

Quadro 11: Demonstrativo das Instalações Administrativas do Instituto Florence de Ensino Superior

DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Secretaria de apoio	16,14	8:00 às 22:00
Sala para registro de notas e arquivos	46,00	8:00 às 22:00
Sala de espera/recepção	36,28	8:00 às 22:00
Biblioteca	436,97	8:00 às 22:00
Tesouraria	17,52	8:00 às 20:00
Sala de atendimentos psicopedagógicos	10,20	8:00 às 22:00
Sala coordenação de Odontologia	10,07	8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00
Sala coordenação de Estética	10,04	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala coordenação de Fisioterapia e Nutrição	10,82	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala coordenação de Enfermagem	10,32	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala coordenação Biomedicina e Farmácia	11,31	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala coordenação Medicina Veterinária	10,50	8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00
Sala coordenação Administração e Ciências Contábeis	10,50	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala coordenação do Direito	11,25	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala Conex/CAP	12,31	08:00 às 22:00
Sala de Reuniões	21,07	8:00 às 22:00
Sala do NTI	39,15	8:00 às 22:00
Sala do Diretor Geral	32,24	8:00 às 22:00
Sala do Diretor Operacional	19,23	8:00 às 22:00
Sala do Diretor Jurídico	11,65	8:00 às 22:00
Sala do Diretor Acadêmica	16,22	8:00 às 22:00
Sala do Diretor Administrativo e Financeiro	20,33	8:00 às 22:00
Sala Departamento de Recursos Humanos	31,69	8:00 às 22:00

Fonte: Direção Administrativa/FLORENCE (2023)

3.3 Núcleo de Educação a Distância e Espaço da Equipe Multidisciplinar

O NEaD localiza-se no prédio do Núcleo Integrado de Prática Jurídica (NIPJ), nele encontramos: sala da coordenação, laboratórios de informática, sala de docentes, sala de atendimento ao estudante, salas de aulas e o estúdio de gravações e edições de vídeo, e na sede

da faculdade, está o restante de sua estrutura, que consta de mais um laboratório, secretaria acadêmica, biblioteca. O NEaD, no NIPJ, tem a seguinte composição:

- 1) Laboratório;
- 2) Auditório;
- 3) Cabines de transmissão;
- 4) Sala da coordenação
- 5) Sala de docentes
- 6) Estúdio de gravação e edição de vídeos
- 7) Gabinetes de trabalho docente de tempo integral
- 8) NEAD – Núcleo de Educação a Distância
- 9) Sala da Equipe Multidisciplinar

3.4 Instalações para Docentes e Coordenação do Curso

Visando proporcionar um ambiente de trabalho favorável e confortável, o quadro docente dispõe de 02 (duas) salas reservadas para os professores e 01 sala descanso, a primeira com 72,79 m², devidamente climatizada, e equipada com computadores de última geração com acesso à Internet banda larga (Wireless), sofás de apoio, mesas para reuniões em grupo e armários de uso individual São destinados também 02 (dois) banheiros para uso exclusivo dos professores, sendo um masculino e um feminino. A segunda sala com 14,20 m² devidamente climatizada com acesso à Internet banda larga (Wireless), sofá de apoio, para descanso com vestiário e armários de uso coletivo e 01 banheiro com chuveiro. A terceira sala com 30,00 m² devidamente climatizada, e equipada com 09 (nove) computadores de última geração com acesso à Internet banda larga (Wireless), mesa para reuniões em grupo e armários de uso individual.

A IES conta ainda com sala de reuniões para o NDE, com ambiente climatizado e equipada com mesa de reuniões, cadeiras, armários para guarda de arquivos, documentos e materiais de expediente.

A infraestrutura da Faculdade está formatada para abranger as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme necessidades específicas dessas atividades. Portanto, dispõe de 07 (sete) Gabinetes de trabalho para Professores Tempo Integral, equipados com mobiliários de apoio como Computadores de última geração, acesso à Internet banda larga (Wireless) aparelhos de ar-condicionado, mesas e cadeiras. Estes espaços contam ainda com limpeza, boa iluminação, acessibilidade para pacientes portadores de necessidades especiais, conservação e

comodidade. O Instituto Florence de Ensino Superior assume a responsabilidade pela constante adequação destes gabinetes conforme necessidade que decorrerá com o andamento do curso.

A faculdade dispõe de salas específicas para coordenação de curso. Para o curso de Enfermagem, a sala da coordenação dispõe de uma área com cerca de 10,32 m², devidamente instalada e equipada de forma a subsidiar as atividades administrativas e o atendimento a docentes, discentes e visitantes da instituição de ensino, seja individualmente, ou em reuniões.

A IES conta ainda com sala de reuniões para o NDE, com ambiente climatizado e equipada com mesa de reuniões, cadeiras, armários para guarda de arquivos, documentos e materiais de expediente.

Quadro 12: Sala de Reunião do NDE

DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala principal do NDE	31,02	7:30 às 22:00
Sala auxiliar do NDE	9,96	7:30 às 22:00
Banheiros exclusivos	3,60	7:30 às 22:00
Gabinetes para Professores em TI	8,40	7:30 às 22:00

Fonte: Direção Administrativa/FLORENCE (2023)

3.5 Salas de Aula

A infraestrutura da Faculdade está formatada especificamente para atividades de ensino, dispondo inicialmente de 34 salas de aula com área média entre 40m² a 74m² cada, devidamente climatizadas, com iluminação adequada e com quadros brancos. Os alunos dispõem de carteiras individuais, reservado o espaço de 1m² por aluno, dispondo também de acesso à Internet banda-larga via rede Wireless, além do acesso através da intranet da IES, aos bancos de dados, artigos eletrônicos e ao acervo da biblioteca.

Ao professor reserva-se uma mesa de trabalho, cadeira acolchoada tipo Diretor, quadro branco e data show fixo.

Quadro 13: Sala de Aula

DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala Matriz 201 a 204	40 a 44,80 m ²	7:30 às 22:00
Sala Matriz 301 a 319	54 a 74 m ²	7:30 às 22:00
Sala NPIJ 01 a 14	35 a 74 m ²	7:30 às 22:00

Fonte: Direção Administrativa/FLORENCE (2023).

3.6 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

A IES conta com três laboratórios de informática, divididos da seguinte forma:

- Laboratório 01: com 30 computadores com internet banda larga;
- Laboratório 02: com 26 computadores também com banda larga;

Além destes, a IES conta com outros terminais para consulta de atendimento ao aluno, localizados na biblioteca, totalizando 89 terminais. A IES disponibiliza ainda acesso a rede wifi em suas instalações para todos os estudantes, que, deste modo, podem acessar a rede de qualquer ponto da IES, por meio de dispositivos móveis e notebooks.

Quadro 14: Especificação da Informática

DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
LABORATÓRIO PRINCIPAL (INTERNET 1GB BANDA LARGA)	COMPUTADORES	30
	LICENÇAS WIN VISTA HOME	30
	LICENÇAS WIN SEVEN HOME	30
	OFFICE 2007 HOME STUDENT	30
	OFFICE 2010 HOME STUDENT	30
LABORATÓRIO 2 (1º ANDAR) (INTERNET 1GB BANDA LARGA)	COMPUTADORES	26
	LICENÇAS WIN SEVEN HOME	26
	OFFICE 2007 HOME STUDENT	26
	OFFICE 2010 HOME STUDENT	26
TERMINAL CONSULTA BIBLIOTECA	COMPUTADORES	3
	O.S. LINUX - UBUNTU	3
	OFFICE 2007 HOME STUDENT	3
	BR OFFICE 2	
	O.S. LINUX - UBUNTU	3
	PONTOS DE REDE WIFI	34
	DATASHOW (comp/tc/ms/som/DVD-RW)	20
	TELEVISÕES 29"	3
	TELEVISÕES 42"	1
	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	2
	MICROFONE	2
	APARELHO DE DVD	2
	SERVIDOR SISTEMA ACADÊMICO	1
	SERVIDOR DE E-MAIL	1
	SERVIDOR DE ARQUIVO/DHCP	1
	CFTV	1

	LINK FAULT 4MB	1
	LINK FAULT 1MB (administrativo)	1
	COMPUTADORES ADMINISTRATIVO	186
	IMPRESSORAS COLOR	4
	IMPRESSORA LASER	8
	PARQUE TOTAL DE COMPUTADORES EM REDE	366

Fonte: Direção Administrativa/FLORENCE (2023)

3.7 Laboratórios da Área da Saúde

O Instituto Florence de Ensino Superior conta com uma ampla gama de laboratórios que são comuns a todos os cursos da área de saúde, enquanto outros destinam-se a atividades mais específicas. A gestão desses laboratórios está sob a responsabilidade do Coordenador de Laboratórios, que auxilia diretamente os professores na preparação de material para as aulas práticas, bem como funcionários auxiliares encarregados da organização e limpeza dos materiais e equipamentos dos laboratórios.

O horário de funcionamento é de segunda a sexta, nos turnos matutino, vespertino e noturno dependendo da necessidade, podendo ainda funcionar aos sábados conforme cronograma de aulas práticas. É obrigatório o uso de bata ou jaleco para a permanência nos laboratórios, bem como a adoção das medidas de biossegurança adequadas a cada ambiente, conforme normas contidas no regimento dos laboratórios. A estes laboratórios, integra-se salas de apoio laboratorial, onde os alunos podem deixar seus materiais em armários específicos, e onde há a preparação dos materiais necessários para as aulas práticas.

A manutenção dos equipamentos é realizada periodicamente por técnico especializado (antes do início das aulas de cada semestre letivo) ou quando houver necessidade.

Documentos com os detalhes das instalações, equipamentos, vidrarias, reagentes, materiais de insumo e materiais didáticos dos laboratórios encontram-se na instituição, à disposição das autoridades educacionais.

3.8 Descrição dos Laboratórios Multidisciplinares

Quadro 15: Laboratórios Multidisciplinares

COD.	DESCRIÇÃO	ÁREA /M ²
------	-----------	----------------------

1	Sala da Coordenação de laboratórios e clínicas	15,14
2	Laboratório Multidisciplinar I	68,80
3	Laboratório Multidisciplinar II	44,08
4	Laboratório Multidisciplinar III	73,40
5	Laboratório Multidisciplinar IV	65,91
6	Laboratório Multidisciplinar V	53,02
7	Laboratório Multidisciplinar VI	30,91
8	Laboratório Multidisciplinar VII	29,73
9	Laboratório Multidisciplinar VIII	70,93
10	Laboratório Multidisciplinar IX	34,10
11	Laboratório Fly	49,44
12	Laboratório Fitofármacos	20,15
13	Laboratório de Controle de Qualidade	35,14
14	Laboratório Cosmético I	20,69
15	Laboratório Cosmético II	22,35

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Multidisciplinar I

Disciplinas: Química Geral, Físico-química, Química Analítica; Bromatologia e Bioquímica Básica

Área física: 68,80 m²

Capacidade de atendimento: 35 alunos

Disposição do Laboratório:

- Quatro bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- Duas capelas de exaustão de gases;
- Um chuveiro lava olhos;
- Um quadro para explanação da aula;
- Bancadas laterais com uma pia para lavagem de mãos e equipamentos;
- Armários;
- Conexão de rede/wifi

Quadro 16: Laboratórios Multidisciplinar I

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
-------------	------------------	-------------------

1	Aparelho para eletroforese	01
2	Agitador magnético	01
3	Balança SEMI Analítica ADVENTURE OHAUS	02
4	Balança analítica eletrônica SHIMADZU	01
5	Banho-Maria 0 a 120°	01
6	Bomba a vácuo	02
7	Capela de exaustão de gases Grande	02
8	Cronômetros	01
9	Fotocolorímetro	01
10	Geladeira	01
11	Magneto (para homogeneização de soluções)	05
12	Peagâmetro de Bancada	01
13	Peagâmetro de Vidro (portátil)	05
14	Placa de agitação e aquecimento	01
15	Suporte para Bureta	06
16	Termômetro graduado até 200°C	02
17	Espectofômetro SP-20	01
18	Manta Aquecedora 220V	01
19	Polarímetro	01
20	Lava Olhos de Emergência	01
21	Lixeiras	02
22	Ar condicionado de 48 BTUS	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Multidisciplinar II

Disciplinas: Anatomia Sistêmica e Fisiologia Humana

Área física: 44,08 m²

Capacidade de atendimento: 25 alunos;

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 04 bancadas de granito para realização das aulas práticas;
- Armários para peças anatômicas;
- Um quadro para explanação da aula;
- Conexão de rede/wifi

Laboratório Multidisciplinar III**Disciplina: Anatomia Sistêmica / Peças Orgânicas****Área física:** 73,40 m²**Capacidade de atendimento:** 40 alunos;**Disposição do Laboratório:**

- Laboratório com 06 bancadas de inox para a realização das aulas práticas;
- Duas pias para lavagem das mãos;
- Uma pia para lavagem de peças orgânicas;
- Um chuveiro lava olhos;
- Um chuveiro para peças orgânicas;
- Um quadro para explanação da aula;
- Conexão de rede/wifi

Laboratório Multidisciplinar IV**Disciplinas: Anatomia Sistêmica e Fisiologia Humana****Área física:** 65,91 m²**Capacidade de atendimento:** 40 alunos;**Disposição do Laboratório:**

- Laboratório com 04 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- Armários para peças anatômicas;
- Um quadro para explanação da aula;
- Uma Tv com monitor *Touch Screen* com programa de anatomia 3D;
- Conexão de rede/wifi

Quadro 17: Laboratórios Multidisciplinar II, III e IV

COD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Anatomytreiner	01
2	Aparelho para medir pressão arterial	10
3	Braço	04
4	Cabeça	01
5	Cérebro	03
6	Cérebro com artérias 9 partes.	01
7	Cérebro neuro anatômico, 8 partes	03

8	Circulação Sanguínea	01
9	Coluna vertebral	04
10	Coração	05
11	Coração com diafragma	01
12	Coração funcional e sistema circulatório	01
13	Crânio	01
14	Crânio com encaixe versão anatômica	01
15	Crânio com encéfalo, 8 partes	02
16	Esqueleto classico	02
17	Esqueleto da perna	02
18	Esqueleto desarticulado	01
19	Esqueleto do braço	02
20	Esqueleto Humano	02
21	Estetoscópio	10
22	Estômago, 2 partes	04
23	Estrutura óssea	02
24	Estrutura óssea do crânio, 6 peças	01
25	Fígado	03
26	Fígado com vesícula biliar, pâncreas e duodeno	01
27	Figura muscular com sexo dual, 45 partes	01
28	Glândulas Endócrinas	01
29	Kit com 42 vértebras	01
30	Kit com 5 vértebras	01
31	Kit com 5 vértebras	01
32	Laringe	01
33	Laringe, 2 partes	05
34	Meio esqueleto desarticulado, 52 peças	02
35	Mini torso em 12 partes	01
36	Muscletrainer	01
37	Musculatura humana dorsal	01
38	Musculatura humana frontal	01
39	Nariz e órgão olfativo	01
40	Neurotraine	01
41	Olho	03
42	Olho 5x o tamanho natural, 11 partes	01
43	Olho funcional	01
44	Olho, 6 vezes o tamanho natural, 6 partes.	03
45	Órgãos da Fala	01
46	Órgãos Internos	01
47	Órgãos Pelvicos Feminino	01
48	Órgãos pélvicos Masculino	01
49	Órgãos Respiratórios	02
50	Ouvido	07
51	Pele modelo em bloco	01
52	Pélvico Feminino	03
53	Pélvis feminina, duas partes	01
54	Pélvis masculine	01
55	Pélvis masculino, 2 partes.	04

56	Pulmão	01
57	Pulmão, 7 partes	02
58	Rins	05
59	Rins, néfrons, vasos sanguíneos e corpúsculo renal	01
60	Sangue Composição	01
61	Seção lateral da cabeça com 4 partes	01
62	Série mini juntas	01
63	Sistema Digestivo	03
64	Sistema digestivo 3vezes, 3 partes	01
65	Sistema Linfático	01
66	Sistema Muscular	02
67	Sistema Nervoso	02
68	Sistema nervoso ½ do tamanho natural	01
69	Sistema Nervoso Central	01
70	Sistema Nervoso Frontal	01
71	Sistema Nervoso Posterior	01
72	Sistema Nervoso Vegetativo	01
73	Sistema Urinário	01
74	Sistema Vascular	01
75	Tecido Muscular	01
76	Torso	01
77	Torso Clássico aberto, 18 partes	01
78	Torso muscular em tamanho natural, 27 partes	01
79	Articulação Joelho	01
80	Articulação Escápula	01
81	Articulação Mão direita	01
82	Articulação Pé direito	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023)

Laboratório Multidisciplinar V

Disciplinas: Microbiologia Básica e Clínica

Área física: 53,02 m²

Capacidade de atendimento: 25 alunos;

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 03 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- Uma pia para lavagem das mãos;
- Um chuveiro lava olhos;
- Um quadro para explanação da aula;
- Conexão de rede/wifi

Quadro 18: Laboratórios Multidisciplinar V

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
-------------	------------------	-------------------

1	Alça de platina	02
2	Autoclave de 21 litros	01
3	Autoclave de 12 litros	01
4	Balança	01
5	Lamparina	02
6	Centrífuga até 4000 rpm	01
7	Estufa bacteriológica	03
8	Cabina de Fluxo Laminar	01
9	Geladeira	01
10	Freezer	01
11	Microscópio binoculares	20
12	Chuveiro lava olhos	01
13	Micro-ondas	01
14	Ar-condicionado de 36000 BTUS	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Multidisciplinar VI

Disciplinas: Imunologia e Hematologia

Área física: 30,91 m²

Capacidade de atendimento: 20 alunos;

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 02 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- Um quadro para explanação da aula;
- Uma pia para lavagem das mãos;
- Conexão de rede/wifi

Quadro 19: Laboratórios Multidisciplinar VI

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Célula 100 X	01
2	Microscópio Nikon com Câmera	01
3	Tv LCD 42 ‘	01
4	Microscópios	20
5	Agitador magnético	01

6	Centrifuga FANEN	01
7	Banho Maria Hematológico	01
8	Espectofotômetro SP22	01
9	Ar Condicionado 36000 BTUS	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023)

Laboratório Multidisciplinar VII

Disciplinas: Farmacologia e Toxicologia

Área física: 29,73 m²

Capacidade de atendimento: 20 alunos;

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 03 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- Um quadro para explanação da aula;
- Uma pia para lavagem das mãos;
- Conexão de rede/wifi

Quadro 20: Laboratórios Multidisciplinar VII

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Balança semi analítica	02
2	Banho-Maria	01
3	Capela de exaustão de gases	01
4	Estufa de secagem	01
5	Peagmetro de Bancada	01
6	Agitador Magnético com Aquecimento	02

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023)

Laboratório Multidisciplinar VIII

Disciplinas: Citologia, Histologia; Embriologia e Genética e Patologia

Área física: 70,93 m²

Capacidade de atendimento: 40 alunos;

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 05 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- Um quadro para explanação da aula;
- Uma pia para lavagem das mãos;

- Conexão de rede/wifi

Quadro 21: Laboratórios Multidisciplinar VIII

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Microscópio	30
2	Microscópio Nikon com Câmera	01
3	TV LCD 42	01
4	Contador diferencial de células Marca CELM	01
5	Deionizador	01
6	Diluidor Marca CELM	01
7	Centrífuga	01
8	Analizador Bioquímico CELM- SB – 190	01
9	Braço para punção venosa	01
10	Contador manual de Células	04
11	Microcentrifugadora	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2022).

Laboratório Multidisciplinar IX

Disciplinas: Parasitologia Geral e Clínica

Área física: 34,10 m²

Capacidade de atendimento: 40 alunos;

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 06 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- Um quadro para explanação da aula;
- Uma pia para lavagem das mãos;
- Conexão de rede/wifi

Quadro 22: Laboratórios Multidisciplinar IX

CÓD	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Microscopios Binocular Bioval L2000A	30
2	Microscópio Nikon com Câmera	01
3	TV LCD 50	01
4	Atlas Parasitológico	06
5	Conjuto de laminas de parasitologia	02
6	Banheiro (Fezes)	01
7	Deionizador	01

8	Lavador Automático de Pipetas	01
9	Estufa de Esterilização	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Fly

Disciplinas: Desenvolvimento de metodologia ativas, projetos e empreendedorismo

Área física: 49,44 m²

Capacidade de atendimento: 25 alunos;

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 08 mesas de apoio;
- Um quadro para explanação da aula;
- Um quadro de vidro
- Conexão de rede/wifi

Quadro 23: Laboratório FLY

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Impressora 3D	01
2	Computadores	07
3	TV LCD 50	01
4	Ar condicionado 30000 btus	1
5	Mesa de trabalho	08
6	Cadeiras	08
7	Arquibancada de madeira	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Fitofármacos

Disciplinas: Farmacologia, Bromatologia, análises ambientais

Área física: 20,15 m²

Capacidade de atendimento: 25 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 03 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Uma pia para lavagem das mãos;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 24: Laboratório Fitofármaco

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Balão fundo chato de 100 ml	10
2	Balão fundo chato de 250 ml	10
3	Balão fundo chato de 500 ml	05
4	Balão fundo chato de 1000 ml	02
5	Becker de 50 ml	20
6	Becker de 100 ml	10
7	Becker de 250 ml	05
8	Becker de 500 ml	05
9	Erlenmayer de 50 ml	15
10	Erlenmayer de 100 ml	10
11	Erlenmayer de 250 ml	10
12	Erlenmayer de 500 ml	10
13	Funil de Separação 125 ml	10
14	Funil de Separação 250 ml	05
15	Funil de Separação 500 ml	05
16	Funil analítico	10
17	Funil analítico	10
18	Funil de Buchner	05
19	Gral e pistilo 150	05
20	Gral e pistilo 180 ml	05
21	Gral e pistilo 500 ml	01
22	Proveta de 10 ml	05
23	Proveta de 25 ml	05
24	Proveta de 50 ml	05
25	Suporte Universal	05
26	Vidro de Relógio	05
27	Vidro de Relógio	10
28	Pêra de Borracha	05
29	Pipetas de 5 ml	10
30	Pipetas de 10 ml	10
31	Pipetas de 20 ml	20
32	Balança semi-analitica	02
33	Rotaevaporador	01
34	Lixeiras	02
35	Ar condicionado 24000 btus	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Controle de Qualidade

Disciplinas: controle de medicamentos, Bioquímica

Área física: 35,14 m²

Capacidade de atendimento: 35 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 05 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Uma pia para lavagem das mãos;
- ✓ Um chuveiro lava olhos,
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 25: Laboratório Controle de Qualidade

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Aparelho para determinação de ponto de Fusão 03 provas	01
2	Polarímetro Rotacional Circular (02 escalas)	01
3	Refratômetro de bancada tipo ABB 0-95% BRIX	01
4	Viscosímetro Tipo Cup FORD em Alumínio	01
5	Aparelho para teste de Friabilidade	01
6	Desintegrador de Comprimidos	01
7	Dissolutor de comprimidos 299-1	01
8	Dessecador a Vacuo	01
9	Durometro para comprimidos Manual Portatil	01
10	Balança semi-analítica	02
11	Estufa para esterilização	01
12	Câmara UV	01
13	Osmose reversa	01
14	Forno mufla EDGCON 220 V	01
15	Chapa aquecedora	01
16	Bomba à vácuo 220 v	01
17	Capela de exaustão 220 v	01
18	Dessecador de vidro	01
19	Lixeiras	02
20	Ar condicionado 30000 btus	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Cosmético I

Disciplinas: Farmacobotônica, Homeopatia

Área física: 20,69 m²

Capacidade de atendimento: 25 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 04 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Uma pia para lavagem das mãos;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 26: Laboratório Cosmético I

CÓD.	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE
1	Seladora Blister Compact	01
2	M120 Capsulas ciclo A00/01/2/3/04	01
3	Dosador para Pellets Sendo 10% Omeprazol e 8,5% Omezaprol	01
4	Forma Ovoplus para 12 óvulos pequeno	01
5	Forma para Suppplus 12 supositórios Adulto	01
6	Blister 00/0-1/2-3/4 10 cápsula triplo	1000
7	Balança Analítica	01
8	Balança semi-analitica	02
9	Agitador Magnético com aquecimento	01
10	Calice de 2000 ml	02
11	Calice de 500 ml	05
12	Cálices de 125 ml	20
13	Becker de 100 ml	10
14	Becker de 50 ml	10
15	Lixeiras	02
16	Ar condicionado 30000 btus	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Cosmético II

Disciplinas: Cosmetologia, Farmacologia

Área física: 22,35 m²

Capacidade de atendimento: 30 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 04 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Uma pia para lavagem das mãos;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 27: Laboratório Cosmético II

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Folhas de alumínio	1000
2	Blister 00/0-1/2-3/4 10 cps triplo	1000
3	Balança semi-Analitica	02
4	Agitador Magnético com aquecimento	01
5	Phmetro de bancada	01
6	Bancos Madeira	10
7	Calice de 2000 ml	02
8	Calice de 500 ml	05
9	Cálices de 125 ml	20

10	Becker de 100 ml	10
11	Becker de 50 ml	10
12	Lixeiras	02
13	Ar condicionado 24000 BTUS	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

3.9 Laboratórios Didáticos de Formação Específica

Os laboratórios específicos do curso de odontologia possuem instalações adequadas para atenderem as necessidades de formação teórico-prática do curso e aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e são dotados de equipamentos de segurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT, nos seguintes aspectos:

- Espaço físico adequado com, no mínimo, um metro quadrado por aluno;
- Salas com iluminação, ventilação e mobiliário adequados;
- Instalações hidráulicas, elétricas, sanitárias e outras adequadas ao atendimento de alunos, professores e funcionários;
- Política de uso dos laboratórios compatível com a carga horária de cada atividade prática;
- Plano de atualização tecnológica, além de serviços de manutenção, reparos e conservação realizados sistematicamente, sob a supervisão dos técnicos responsáveis pelos laboratórios;

O curso de Odontologia da Faculdade Florence possui uma estrutura laboratorial adequada e de qualidade, compatível com o número de alunos por equipamentos para as aulas práticas. Além disso, os laboratórios contam sempre com equipamentos selecionados e dimensionados para o desenvolvimento/atendimento das atividades do curso, envolvendo atividades de iniciação científica e extensão, apoio aos trabalhos de conclusão de curso, apoio às atividades de estágio supervisionado bem como proporcionar suporte a quaisquer outras atividades acadêmicas que deles necessitem.

Os laboratórios possuem equipamentos de biossegurança como: os EPIs (equipamentos de proteção individual): luvas, gorros, máscaras, protetor facial, jaleco, além dos EPCs (equipamentos de proteção complementar): chuveiro de emergência e lava olhos, descarte de material perfuro cortante, material para primeiros socorros, extintores de incêndio e emblemas educativos de segurança.

Os laboratórios contam com regulamentos específicos, destinados à realização das aulas. Os laboratórios específicos para o Curso de Odontologia, em relação à área física,

equipamentos, rotinas e protocolos e técnicos de laboratórios, atendem plenamente às necessidades do curso, de acordo com os padrões de qualidade e as normas de biossegurança.

A IES possui laboratórios equipados e organizados de acordo com as especificidades de cada disciplina ou grupo de disciplinas, o que propicia a inter-relação entre os diversos conteúdos trabalhados ao longo de todo o curso.

Todas as atividades acadêmicas desenvolvidas nos laboratórios estão sob a supervisão de um corpo docente qualificado, seguindo os horários definidos pela coordenação do curso.

Quadro 28: Laboratórios Específicos

CÓD.	DESCRIÇÃO	Área (M ²)
1	Clínica I	380,24
2	Clínica II	174,54
3	Pré Clínico	78,05
4	NEO	48,63
5	Radiologia	23,72
6	Tomógrafo	11,27
7	Escovodromo	9,28
8	Laboratório de prótese	11,18
9	Consultório de Triagem	13,02

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

O Curso Odontologia dispõe da seguinte estrutura para a execução das atividades acadêmicas:

Clínica I

Disciplinas: Clínicas Interdisciplinares III, Odontopediatria, estágio Clínica Integrada Infantil,

Estágio Interdisciplinar I e II

Área física: 380,24 m²

Capacidade de atendimento: 66 alunos

Quadro 29: Clínica I

Nº	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1.	Cadeira odontológica	33
2.	Mocho	40
3.	Mesa de Apoio	21
4.	Mesa de metal	33
5.	Aparelho de RX periapical	05
6.	Aparelho de RX digital	02
7.	Avental Plumbíferos Adulto	05

8.	Avental Plumbíferos Infantil	03
9.	Cadeira para RX	05
10.	Ultrassom(JETLAXIS SONIC)	05
11.	Fopolimerizador acoplado	33
12.	Fotopolimerizador sem fio	05
13.	Negatoscópio	03
14.	Kit Help	01
15.	Cadeira de plástico	10
16.	Cadeira de metal	02
17.	Balcão	01
18.	Mesa redonda	01
19.	Relógio de parede	02
20.	Computador para RX	02
21.	Monitor de computador	02
22.	Secador de cabelo	02
23.	Suporte de descartex	35
24.	Saboneteira	35
25.	Papeleira	35
26.	Dispensador de alcool gel	04
27.	Destiladora	01
28.	Lixeiras pequena 15 litros	66
29.	Lixeiras grande 100 litros	05

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Clínica II

Disciplinas: PNE, Clínica interdisciplinar I e II, Estágio Integrada Adulta

Área física: 174,54 m²

Capacidade de atendimento: 36 alunos

Quadro 30: Clínica II

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1.	Cadeira odontológica	18
2.	Mocho	40
3.	Cadeira radiológica	02
4.	Mesa de Apoio	20
5.	Ultrassom(JETLAXIS SONIC)	18
6.	Aparelho de Rx	02
7.	Kit Help	01
8.	Suporte de descartex	20
9.	Saboneteira	22
10.	Papeleira	22
11.	Dispensador de alcool gel	04
12.	Relógio de parede	01
13.	Cadeira de escritório	04
14.	Computador	01
15.	Monitor	01
16.	Lixeira pequena 15 litros	40

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

LABORATÓRIO PRÉ-CLÍNICO

Disciplinas: Dentística, PPR, PT, Prótese Fixa, Endodontia Pré, Periodontia Pré, Materiais Dentários

Área física: 78,05 m²

Capacidade de atendimento: 32 alunos

Quadro 31: Laboratório Pré Clínico

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Mocho	34
2	Foco	32
3	Equipo	32
4	Microscopio	01
5	Câmera	01
6	Amalgamador	05
7	Aparelho fotopolimerizador	05
8	Aparelho de Rx	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

NEO

Disciplinas: Radiologia e Simulação Realística

Área física: 48,63 m²

Capacidade de atendimento: 15 alunos

Quadro 32: NEO

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1.	RX	01
2.	Cabine Móvel Plubífero	01
3.	Avental de Chumbo	02
4.	Negatoscopio fixo	01
5.	Negatoscopio móvel	10
6.	Mocho	18
7.	Bancada	06
8.	Cadeira odontológica	01
9.	Microscopio com câmara	01
10.	Tv de 42 polegadas	02
11.	Computador com monitor	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Radiologia**Disciplinas:** Radiologia**Área física:** 23,72 m²**Capacidade de atendimento:** 25 alunos**Quadro 33: Radiologia**

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1.	RX	02
2.	Cadeira de RX	02
3.	Avental de Chumbo	04
4.	Câmara escura	04
5.	Lixeiras	03

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Tomógrafo**Disciplinas:** Radiologia**Área física:** 11,27 m²**Capacidade de atendimento:** 05 alunos**Quadro 34: Tomógrafo**

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1.	Aparelho de tomografia	01
2.	Impressora do tomógrafo	01
3.	Avental de Chumbo	02
4.	Computador com monitor	01
5.	Lixeiras	02

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Escovódromo**Disciplinas:** Odontologia Social e odontopediatria**Área física:** 9,28 m²**Capacidade de atendimento:** 08 alunos**Quadro 35: Escovódromo**

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1.	Pia para escovação	04
2.	Espelho	02
3.	Papeleira	02
4.	Porta Sabão	02
5.	Lixeiras	02

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório de Prótese**Disciplinas:** Prótese Fixa, Prótese Parcial Removível e Prótese Total**Área física:** 11,18 m²**Capacidade de atendimento:** 15 alunos**Quadro 36:** Laboratório de Prótese

CÓD.	DESCRIÇÕES	QUANTIDADE
1.	Cortador de gesso	01
2.	Plastificadora	01
3.	Vibrador de gesso	02
4.	Balança de mesa	02
5.	Pia	01
6.	Lixeiras	02
7.	Ar condicionado 18000btus	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Consultório de Triagem**Disciplinas:** Realizado a triagem dos pacientes de odontologia**Área física:** 13,02 m²**Capacidade de atendimento:** 06 alunos**Quadro 37:** Consultório de triagem

CÓD.	DESCRIÇÕES	QUANTIDADE
8.	Maca	01
9.	Balança antropométrica	01
10.	Mesa escritório	01
11.	cadeira	03
12.	Pia para lavagem das mãos	01
13.	lixeiras	01
14.	Computador com monitor	01
15.	Ar condicionado 18000btus	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Núcleo de Simulação Realística**Área física:** 515,00 m²**Capacidade de atendimento:** 100 alunos**Disposição do Laboratório:**

- Recepção principal;
- 04 consultórios;
- 05 banheiros;
- Sala de estudo;

- Sala Realística I;
- Sala Realística II;
- Enfermaria;
- 03 Vestiários;
- DML;
- Expurgo;

Quadro 38: Recepção do Centro Realístico

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Computador	02
2	Bancada	01
3	Cadeiras	02
4	Bebedouro	01
5	Lixeiras	02
6	Longarina de três lugares	05
7	Ar-condicionado 24 btus	02
8	Banheiros	02

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Simulação Realística I

Área física: 31,17 m²

Capacidade de atendimento: 30 alunos

Quadro 39: Laboratório Simulação Realística I

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Bancada com 02 pias	01
2	Cama	01
3	Boneco de simulação realística	01
4	Monitor cardíaco	01
5	Simulador DEA (desfibrilador externo automático)	01
6	Bomba de infusão	01
7	Régua de oxigênio tripla	01
8	Carrinho de emergência com oxigênio e medicações	01

9	Lixeiras	02
10	Ar-condicionado 24 btus	02
11	Sala de comando de simulação	01
12	Televisão de 50 polegadas	02

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Simulação Realística II

Área física: 18,92 m²

Capacidade de atendimento: 20 alunos

Quadro 40: Laboratório Simulação Realística II

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Pia para lavagem das mãos	01
2	Cama	01
3	Boneco de simulação	01
4	Simulador DEA (desfibrilador externo automático	01
5	Bomba de infusão	01
6	Régua de oxigênio tripla	01
7	Carrinho de emergência com oxigênio e medicações	01
8	Lixeiras	02
9	Ar-condicionado 24 btus	01
10	Televisão de 50 polegadas	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Simulação Enfermaria

Área física: 82,71m²

Capacidade de atendimento: 40 alunos

Quadro 41: Laboratório de Enfermaria

CÓD	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Bancada com 02 pias	01
2	01 Pia de lavagem das mãos	01
3	Cama	05
4	Boneco de simulação	05

5	Régua de oxigênio tripla	08
6	Carrinho de emergência com oxigênio e medicações	01
7	Lixeiras	04
8	Ar-condicionado 30 btus	03
9	Televisão de 32 polegadas	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Quadro 42: Sala de Estudo

CÓD	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Mesa redonda com cadeiras	01
2	Computadores	02
3	Lixeiras	02
4	Ar-condicionado 18 btus	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Consultórios 1 ao 3

Área física: 33,07 m²

Capacidade de atendimento: 05 alunos em cada

Quadro 43: Consultórios 1 ao 3

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Mesa escritório cadeiras	03
2	Computadores	03
3	Maca	03
4	Pias	03
5	Lixeiras	06
6	Balança	03
7	Escada com 02 degraus	03
8	Ar-condicionado 24 btus	03

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

3.10 Políticas de Atualização e Expansão dos Laboratórios

Anualmente são revistas todas as necessidades de aquisição, expansão e atualização física e digital da Instituição de Ensino Superior - IES. Estas revisões são baseadas no

orçamento para investimentos. As revisões acontecem no início de cada semestre letivo, mais especificamente nos meses de janeiro e julho de cada ano, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais, com o objetivo principal de atender à proposta pedagógica dos cursos e da instituição.

As ações tomadas na hora de avaliar ou melhorar determinados equipamentos parte, inicialmente, da constatação de inoperabilidade de determinado equipamento. Assim, por meio de formulário, os responsáveis pela manutenção serão acionados para realizar vistoria e possível ação corretiva.

Neste sentido, é de extrema importância a participação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Florence, que está diretamente ligada ao registro de possíveis falhas e mal funcionamento dos equipamentos acima relatados, e é o órgão responsável pela avaliação da satisfação dos diversos setores da Instituição de Ensino Superior.

Na programação do curso de odontologia estamos pretendendo uma expansão no laboratório Pré clínico e um laboratório de prótese.

A manutenção e atualização dos equipamentos tecnológicos da Faculdade Florence é realizada preventivamente com inspeções e vistorias, realizadas independentemente de defeitos aparentes. Os equipamentos que demonstram fadiga ou imperfeições, são substituídos ou atualizados antes do problema se agravar, para evitar riscos e custos maiores. Há também a manutenção corretiva, realizada a partir da solicitação dos usuários.

As solicitações de manutenção e atualização corretiva são encaminhadas a Diretoria Geral e Departamento de TI, que administra os serviços e defere as solicitações e na medida em que chegam, são introduzidas na programação de trabalho conforme sua urgência ou emergência. Os serviços de manutenções e atualização corretivas de menor relevância são realizados regularmente em todas as dependências da Instituição, internas e externas pela própria equipe de TI. A Instituição possui profissionais terceirizados para realizar a manutenção periódica, sistema acadêmico, projetores, internet, equipamentos tecnológicos.

3.11 Normas Gerais de Utilização dos Laboratórios e Clínicas

Para os exercícios das atividades clínicas será exigido de todos os docentes, discentes, técnico de laboratórios e pessoal de apoio, aparência compatível com as normas de higiene como: cabelos presos e unhas curtas, além do uso de roupa e sapatos brancos, bem como a utilização dos EPIs (jaleco de gola alta, manga longa com elástico no punho, gorro, máscara, pro pé, óculos de proteção) indicados para o desenvolvimento de cada procedimento. Todos

deverão portar também, crachá de identificação, removendo adornos (anéis, relógio e pulseiras) durante todas as fases do atendimento.

Será vedado o acesso de estranhos (acompanhantes) às salas de aula, laboratórios, clínicas, central de esterilização e área de expurgo. Os EPIs, adequados, são de uso obrigatório para o desenvolvimento de qualquer procedimento em laboratórios e clínicas. O uso dos EPIs é limitado às áreas de atuação, sendo, portanto, proibido circular com os mesmos em corredores, sala da coordenação, cantina e outros.

Não será permitido o uso de telefones celulares em clínica, assim, como, em sala de aula. É necessário respeitar as regras hierárquicas, levando em consideração seus respectivos cargos. Protocolos específicos de utilização e biossegurança estão elencados nas normas de utilização de laboratórios do Instituto Florence de Ensino.

3.12 Biblioteca

Para armazenar e disponibilizar o acervo bibliográfico da instituição conta com uma biblioteca central e uma setorial, reserva-se uma área de biblioteca apropriada as atividades de estudo individual, à pesquisa e à reunião de grupos de estudo, com cerca de 498,00 m², dispondo internamente de uma área (balcão fechado) para atendimento técnico-administrativo referente à recepção e entrega de livros, devidamente catalogados e cadastrados pela bibliotecária em sistema gerencial específico com código de barras.

Serão disponibilizados, inicialmente, 26 computadores para a consulta à base de dados do acervo da biblioteca por parte dos alunos, os quais terão livre acesso ao mesmo, que irá contar, inicialmente, com 22.516 livros (dispostos em estantes adequadas), 1.075 revistas/periódicos científicos e 2.463 CDS, fitas de vídeo/DVD

À biblioteca reserva-se, também, 02 bancadas de estudos individuais com 09 posições (bairas) 09 salas fechadas para estudos em grupo, 25 mesas de quatro lugares para estudos em grupo na área comum da biblioteca.

A expansão do acervo será feita na proporção de pelo menos 01 (um) livro da bibliografia básica para cada 9 (nove) alunos e a atualização será feita anualmente, de acordo com solicitação formal do corpo docente.

No tocante ao plano de expansão da IES, a biblioteca passará por ampliação do seu espaço físico a fim de atender a demanda de alunos e ascensão da faculdade em razão da grande procura por seus cursos. As ampliações fazem parte do plano de expansão institucional elaborado para atender as metas especificadas no PDI no período de 2021 a 2025.

Quadro 44: Infraestrutura da Biblioteca

INFRAESTRUTURA	Área	Capacidade
Disponibilização do Acervo	117,40 m ²	10.000 livros
Leitura	164,59 m ²	60 alunos
Estudo individual	4,5 m ²	12 alunos
Estudo em grupo	12 m ²	04 alunos/sala
Acesso à Internet	3m ²	11 comp.
Circulação	9m ²	-

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

O acervo da biblioteca do Instituto Florence de Ensino Superior é totalmente disponibilizado ao usuário, sendo que todo acervo classificado, uma vez tombado, é disponibilizado aos usuários da biblioteca. Disponibiliza aos discentes um ambiente adequado ao estudo individual, num total de 12 unidades e previsão de expansão de mais quinze posições para estudos individuais.

Analogamente, a biblioteca da IES conta com instalações específicas adequadas para estudos de grupos, num total de 08 salas e previsão de expansão de mais cinco ambientes. Funcionará de segunda a sexta-feira em horário integral, das 08:00h às 22:00h, e aos sábados, das 08:00h às 12:00h.

3.12.1 Política de Atualização do Acervo

A ampliação e atualização do acervo de livros e periódicos é feita através de orçamento anual e desembolso mensal, mediante a informação do corpo docente e demandas específicas, centralizadas através da bibliotecária, que promove a aquisição e renovação periódica do acervo. O Instituto Florence de Ensino Superior conta, em seu orçamento, com uma rubrica que possibilita a reposição mensal, à qual se soma a aquisição semestral.

O aspecto qualitativo do acervo é avaliado pelos especialistas que compõe o NDE da Instituição, com o acompanhamento da literatura especializada existente e produzida, adaptando-se às características do curso, às condições de acesso dos estudantes a esta literatura quanto ao domínio de conhecimentos e terminologias mais atualizadas na área.

A política de aquisição de acervos determinar-se-á pelos aspectos qualitativos e quantitativos, possibilitando acesso à bibliografia básica do curso, em número e conteúdo.

A ampliação do acervo ocorre gradativamente de acordo com o crescimento do número de alunos e a necessidade de atualização do acervo da área, com planejamento de expansão anual, em títulos novos, edições novas e número de exemplares complementares.

Com a política de aquisição, o número de exemplares define-se a partir dos parâmetros estabelecidos pelo MEC para cada curso de graduação, além de livros mais especializados para os professores e para os alunos de pós-graduação, quando houver.

O acervo bibliográfico é constantemente atualizado, por indicação dos professores, por solicitação dos NDE's ou colegiado dos cursos ou por sugestão de alunos, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos das disciplinas que compõem as diretrizes curriculares dos cursos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de extensão e de iniciação científica.

3.12.2 Acervo Geral

A biblioteca oferece aos alunos do curso de Odontologia acesso a periódicos impressos e on-line e indexados a bases de dados gratuitas que podem ser acessadas dos terminais da biblioteca ou por meio do site da Faculdade no link da biblioteca. Os periódicos especializados disponíveis para a área de Odontologia encontram-se listados abaixo:

Quadro 45: Lista de Livros Específico da Odontologia

BIBLIOGRAFIAS
Anais da Academia Brasileira de Ciências
Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia
Brazilian Journal of Medical and Biological Research
Brazilian Journal of Microbiology
Cadernos da Escola de Saúde
Genetics and Molecular Biology – Publicação da Sociedade Brasileira de Genética
Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial
Jornal Brasileiro de Pneumologia
Physis: Revista de Saúde Coletiva
Revista Acta Biomedica Brasiliensia
Revista Biomédica del Instituto Nacional de Salud
Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia (Brazilian Journal of Hematology and Hemotherapy)
Revista Cubana de Investigaciones Biomédicas
Revista Cubana de Medicina Tropical
Revista da Biologia da USP
Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (Journal of the Brazilian Society of Tropical Medicine)
Revista de Ensino de Bioquímica da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq)
Revista Ibero-Latinoamericana de Parasitologia
Revista Nature Medicine

Revista Radiologia Brasileira (Órgão Científico do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem)
SaBios-Revista de Saúde e Biologia
The Brazilian Journal of Infectious Diseases

3.12.3 Informatização da Biblioteca e Serviços

A biblioteca encontra-se totalmente informatizada e integrada com o sistema de processamento de dados da Faculdade. Nas dependências da biblioteca encontram-se onze equipamentos disponíveis aos usuários para consultar o acervo e realizar pesquisas associadas.

A biblioteca oferece aos seus usuários bases de dados de acesso livre, estando previsto em seu orçamento a aquisição de novas bases, ao longo do curso de graduação.

Podem inscrever-se na biblioteca os alunos, professores e funcionários da IES.

A inscrição é feita na Recepção da Biblioteca, mediante a apresentação do cartão de matrícula, carteira funcional ou carteira de identidade.

A biblioteca oferece os seguintes serviços de acesso à informação:

- Serviço de referência – Atendimento direto ao usuário: orientação no uso do sistema de bibliotecas, disseminação seletiva da informação, orientação na elaboração de referências bibliográficas e na apresentação normativa de trabalhos acadêmicos, produção de ficha catalográfica para trabalhos de conclusão de curso.
- Empréstimo – local e domiciliar
- Serviço de comutação bibliográfica – Possibilita o fornecimento de cópias de artigos de periódicos existentes em outras Bibliotecas do território nacional.
- Internet –onze computadores para acesso à Internet.
- Acesso a base de dados.

Para consulta, pesquisa ou empréstimo, o usuário deverá utilizar-se dos terminais de consulta e dirigir-se ao balcão para solicitar o material selecionado. O acesso às estantes é fechado, somente os docentes e pessoal técnico da biblioteca tem acesso direto. O usuário poderá solicitar renovação do empréstimo, caso não haja reserva do material.

O acervo de livros está agrupado de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU). Os periódicos estão agrupados em ordem alfabética de título. Os multimeios (CD-ROM, Fitas de vídeo e DVDs) devem ser solicitados no balcão. A biblioteca disponibiliza de serviço de orientação bibliográfica, além de suporte para digitação de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da ABNT.

3.12.4 Pessoal Técnico-Administrativo

A biblioteca do Instituto Florence de Ensino Superior conta com 01 bibliotecária contratada em regime de tempo integral, 02 bibliotecárias auxiliares em regime parcial e 04 auxiliares de biblioteca. Compete à bibliotecária-chefe, a administração e atualização da biblioteca, de seu acervo, bem como a integração da unidade com os seus usuários, discentes, docentes e/ou pessoal técnico e administrativo.

3.13 Bibliotecas Virtuais

O Instituto Florence de Ensino Superior possui atualmente contrato vigente com duas Bibliotecas Virtuais: “Minha Biblioteca” e “Biblioteca A”. O amplo e multidisciplinar acervo digital disponível atende plenamente às indicações bibliográficas básicas e complementares, referidas nos programas das disciplinas.

As bibliotecas virtuais disponibilizam o acesso à títulos que podem ser lidos e pesquisados on-line, livros personalizados e sob demanda e consultoria em conteúdo e metodologia educacionais, dentre outros. Também promovem a atualização permanente do acervo da Biblioteca, a partir da disponibilização de novas edições e lançamentos. Ferramentas que enriquecem e agilizam a pesquisa e/ou estudo estão disponíveis, como pesquisa inteligente, marcadores de páginas, anotações personalizadas; e impressões de páginas avulsas e/ou capítulos avulsos (opcional). Além da leitura digital dos livros, a plataforma oferece aos usuários um conjunto de funcionalidades que enriquecem a experiência de leitura. Alguns exemplos: Acesso em tablets (iPad e sistema Android); Seleção de livros favoritos; Anotações eletrônicas nas páginas; Compartilhamento de conteúdo em redes sociais (Facebook e Twitter); Disponibilidade de acesso 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana.

O Instituto Florence disponibiliza para a comunidade acadêmica mais de 10.000 (dez mil) títulos que podem ser acessados virtualmente nas Bibliotecas Virtuais. As obras, de diferentes editoras, estão disponíveis no site www.florence.edu.br, acessando a área do aluno ou do professor, no link Biblioteca. Elas poderão ser acessadas 24 (vinte e quatro) horas por dia a partir de qualquer computador com acesso à Internet, em diversas áreas de conhecimento.

3.14 Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência - PCD

Atendendo às exigências da Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que revoga a Portaria nº 1.679/99, e dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e, de credenciamento de instituições, o Instituto Florence de Ensino Superior tem como uma de suas prioridades, a integração da pessoa com deficiência, garantindo-lhe o acesso, o ingresso e a permanência em todos os serviços oferecidos à comunidade.

Preocupada em garantir aos alunos com necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, a instituição está cuidando para que suas instalações físicas sejam pertinentes a tal objetivo.

Tomando como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a estrutura física (edificações, espaço, mobiliário e equipamentos) construída, está adaptada de acordo com as seguintes preocupações básicas:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para permitir o acesso do estudante com necessidades especiais aos espaços de uso coletivo da Faculdade;
- Vagas em estacionamentos nas proximidades da Faculdade e em estacionamento próprio;
- Banheiros adaptados, com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;

Além disso, a instituição se compromete em prover infraestrutura para proporcionar, caso seja solicitado pela pessoa com deficiência, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para alunos com deficiência visual e auditiva, nas seguintes condições:

Para alunos com deficiência visual:

- ✓ Máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz;
- ✓ Gravador e fotocopadora que amplie textos;
- ✓ Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- ✓ Software de ampliação de tela do computador;
- ✓ Lupas e régua de leitura;
- ✓ Scanner acoplado a computador; e

- ✓ Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para alunos com deficiência auditiva:

- Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;
- Flexibilidade na correção de avaliações, valorizando o conteúdo semântico;
- Iniciativas para o aprendizado da língua portuguesa; e
- Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

De forma a propiciar um atendimento diferenciado a pessoas com deficiência física, em conformidade com o Decreto 5.296/04, serão reservados aos mesmos um banheiro específico, áreas especiais para acesso às instalações da instituição (através de rampas e/ou elevadores) e divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Abaixo, quadro com instalações voltadas para pessoas com deficiências físicas.

Quadro 46: Instalações e Equipamentos para Pessoas com Deficiência / PCD

INSTALAÇÕES	ÁREA (M²)
Banheiro específico para PCD /10 (banheiros)	5,5
EQUIPAMENTOS	ÁREA (M²)
01 – Elevador (02)	3,80

Fonte: Diretoria Administrativa/FLROENCE (2023).

3.15 Instalações e Infraestrutura de Serviços

3.15.1 Instalações Sanitárias e Vestiários

Reserva-se banheiros para alunos (19 conjuntos femininos com 5,6 m² a 6,26 m² cada, e 13 masculinos, com 3,90 m² a 6,5 m² cada), além de 04 vestiários masculinos com 04 cabines de 22,50 m² e 04 vestiários femininos com 04 cabines de 22,50 m² e lavatórios para o pessoal de apoio e serviços gerais, conforme quadro abaixo:

Quadro 47: Instalações – Banheiros e Vestiário

INSTALAÇÕES	ÁREA (M²)
Banheiros para alunos – Conjunto masculino (13 banheiros)	6.50
Banheiros para alunos – Conjunto feminino (19 banheiros)	6,50
Banheiros para alunos – Conjunto unissex (05 banheiros)	6,29
Banheiro para PCD – (10 banheiros)	6,24
Vestiário Masculino – (04 cabines)	22.50
Vestiário Feminino – (04 cabines)	22.50
Vestiário Professor – (03 cabines)	22,50
Banheiros/lavatórios para apoio e serviços gerais	5.00

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

3.15.2 Áreas de Convivência e Infraestrutura para o Desenvolvimento de Atividades de Recreação e Culturais

A Faculdade conta com área de convivência, com cerca de 273,54 m², arejado e, decorado de forma a proporcionar um ambiente de descontração e sociabilização por parte de alunos, professores e funcionários da instituição.

3.15.3 Infraestruturas de Alimentação e de Outros Serviços

O Instituto Florence de Ensino Superior conta com serviços próprios e terceirizados para a manutenção e conservação das instalações físicas e conservação dos equipamentos. Disponibiliza para toda a comunidade acadêmica serviços terceirizados de reprografia (com respeito às leis de propriedade intelectual), lanchonete e telefones públicos, áreas para depósito e almoxarifado e elevadores para pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, conforme quadro abaixo:

Quadro 48 -Alimentação e Outros Serviços

INSTALAÇÕES	ÁREA (M²)
Lanchonete	41.76
Reprografia (06 máquinas)	26,90
Área de depósitos (02)	11.19
Almoxarifado/estoque (04)	10,87

Elevador/plataforma	3.79
Elevador/comum	1,75

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

3.16 Resumo Geral das Instalações

Quadro 49: Resumos das Instalações

INFRAESTRUTURA FÍSICA	QUANTIDADE	ÁREA (M²)
Área de lazer	1	385,04
Banheiros femininos	19	8.5 (cada)
Banheiros masculinos	13	8.5 (cada)
Biblioteca	2	498,00
Instalações administrativas	10	207,85
Salas de aula	34	40 a 74 m²
Sala de coordenação	10	10,00 (cada)
Sala de docente	3	30,00
Sala de nde/ consep/ consup	3	10.20 (cada)
Sala do Nupes	1	10,20
Sala da cpa/ sala da Conex	1	12,31
Sala da ouvidoria	1	11,50
Sala do nde	1	35.29
Sala de direção	5	10.00 (cada)
Lanchonete	2	41.76
Reprografia	1	41.70
Vestiário feminino (4 cabines)	1	22.50
Vestiário masculino (4 cabines)	1	22.50
Depósitos	4	10,23 (cada)
Almoxarifado	3	8.81
Elevador	3	3.79
Lavatórios para o pessoal de apoio e serviços gerais	1	5.0
Telefones públicos	1	79.73

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

APÊNDICE A - Regulamento do Estágio Supervisionado

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR

A Coordenação Didático-Pedagógica do **Curso de Odontologia** do Instituto Florence de Ensino Superior especifica as seguintes instruções normativas referentes ao cumprimento do Estágio Supervisionado previsto na estrutura curricular obrigatória do curso.

Em cumprimento a Instrução Normativa nº 009/2021/CONSEP de 18 de fevereiro de 2021.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - O Estágio Supervisionado é requisito indispensável para a Colação de Grau no curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior.

Artigo 2º - Os Estágios Supervisionados Obrigatórios são ofertados para o 7º ao 10º Períodos do Curso de Odontologia, com a carga horária distribuída de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Odontologia e considerando as orientações do Conselho Federal de Odontologia (CFBM) para aquisição de habilitação as áreas atribuídas ao Cirurgião Dentista..

Artigo 3º -O Estágio Supervisionado tem por objetivo geral propiciar ao estudante experiência acadêmico-profissional, em um campo de trabalho determinado do âmbito profissional, viabilizando seu contato com outros profissionais de Saúde e com a Comunidade, como também a aplicação de suas competências para o desenvolvimento de habilidades específicas ao profissional.

.Artigo 4º -O cronograma e o plano de execução do Estágio Supervisionado será elaborado e divulgado a cada início de período letivo pelo Coordenador de Estágio do Curso de Odontologia.

§ 1º - O Plano de Estágio do aluno deve garantir a equidade da carga horária nos diversos setores da área de estágio.

§ 2º - Não se garante aos estudantes do curso de Odontologia vagas nos horários correspondentes ao turno de matrícula.

Artigo 5º - São requisitos para a realização do estágio supervisionado pelo estudante:

- I. Estar regularmente matriculado nos períodos de oferta do estágio;
- II. Vacinar-se, ou apresentar carteira atual com comprovante de vacinação nos últimos 5 anos, contra Hepatite B e Tétano;
- III. Assinar o termo de compromisso de estágio estabelecido pelo Instituto Florence de Ensino Superior.

CAPÍTULO II DA ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

Artigo 6º - O Estágio Supervisionado é desenvolvido sob a orientação de professores do corpo docente do Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior, e sob a supervisão de profissionais devidamente habilitados disponíveis nos locais de estágio.

Parágrafo Único – O Estágio Supervisionado é atividade acadêmica e implica na alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação.

Artigo 7º - Cabe ao orientador de estágio:

- I. Apresentar o presente Regulamento de Estágio, com elucidação dos preceitos nele estabelecidos aos alunos em estágio;
- II. Providenciar o preenchimento e a assinatura do Termo de Compromisso do estagiário no prazo estabelecido;
- III. Elaborar e apresentar aos alunos o plano de estágio por setores;
- IV. Elucidar e apresentar o cronograma de estágio aos estudantes;
- V. Direcionar os alunos às unidades conveniadas, distribuindo-os de acordo com as ofertas de vagas;
- VI. Realizar a orientação e acompanhamento das atividades do estágio;
- VII. Receber as avaliações do estagiário preenchidos pelo supervisor local;
- VIII. Realizar as avaliações orientadas pelo Coordenador de Estágio;
- IX. Avaliar as habilidades e competências adquiridas pelo acadêmico na conclusão do estágio;
- X. Lançar as notas finais dos estagiários;
- XI. Comparecer às reuniões convocadas pela Coordenação de Estágio e Coordenação do Curso;
- XII. Realizar visitas periódicas ao local de estágio.

Parágrafo Único – O orientador de estágio deve cumprir as normas estabelecidas no presente documento e as diretrizes dos planos de estágio.

CAPÍTULO III DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Artigo 8º - O Estágio do curso de Odontologia será supervisionado por um profissional devidamente habilitado, presente no local de estágio.

Artigo 10º - As atividades de estágio *in loco* serão precedidas por uma reunião dos alunos com o supervisor do local conveniado, com o esclarecimento do regimento interno, normas, direitos e deveres do estagiário na instituição onde as atividades de estágio ocorrerão.

Artigo 11º - Cabe ao Supervisor de estágio:

- I. Informar o estagiário sobre as normas e procedimentos da disciplina de Estágio.
- II. Controlar a frequência do estagiário de acordo com o preenchimento da ficha de frequência diária, assinado pelo estagiário, com a carga horária realizada;

- III. Orientar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades do estagiário sob sua responsabilidade;
- IV. Orientar o estagiário quanto à observância da ética profissional;
- V. Encaminhar ao Professor orientador de Estágio as listas de presença e fichas de avaliação, com nota final do aluno, mediante os critérios de avaliação estabelecidos neste Regulamento;
- VI. Propor ao Coordenador do curso de Odontologia e ao Responsável pelo Estágio o desligamento do estagiário sob sua supervisão, com justificativa fundamentada. Nesse caso fica sob responsabilidade do aluno procurar uma vaga em outra unidade concedente de estágio, e caso isto não ocorra, haverá reprovação do mesmo na disciplina;
- VII. Cumprir e fazer cumprir os convênios e termos de compromissos referentes aos estágios;
- VIII. Encaminhar ao Coordenador de Curso e Responsável pelo Estágio quaisquer situações envolvendo os estagiários que comprometam o andamento das atividades de estágio.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E DEVERES DO ESTAGIÁRIO

Artigo 12º - É direito do estagiário receber a orientação sobre o curso e suas solicitações legais e regulamentares, relativas às atividades, cronograma e finalidades do estágio.

Artigo 13º - O estagiário deve receber resultados das avaliações do seu desempenho, durante o processo de estágio, a fim de readequar sua conduta e/ou trabalhar técnicas e conhecimentos.

Artigo 14º - O estagiário deverá ter pleno acesso às reuniões de orientação de estágio, tendo suas dúvidas dirimidas pelos docentes.

Artigo 15º - O estudante em estágio curricular deve possuir um seguro ofertado pela instituição de ensino.

Artigo 16º - Compete ao estagiário o preenchimento e assinatura dos documentos solicitados pela coordenação de estágio, orientadores e supervisores.

Artigo 17º - É dever do estagiário providenciar todos os documentos solicitados pela coordenação de estágio, orientadores e supervisores.

Parágrafo Único – O não cumprimento, pelo estagiário, dos prazos definidos para a entrega, preenchimento e assinatura de documentos relacionados ao estágio acarretará em atraso ou não autorização de ingresso nas atividades de estágio, sendo responsabilidade do estudante providenciar meios para a realização do estágio em tempo hábil para a integralização do curso.

Artigo 18º - Deve o acadêmico em estágio agir em consonância os regulamentos acadêmicos, institucionais e com o Código de Ética Profissional da Odontologia, bem como cumprir com os pré-requisitos estabelecidos para o desenvolvimento do estágio nas áreas definidas, de acordo com as normas estabelecidas;

Artigo 19º. – É obrigação do estagiário o comparecimento à todas as reuniões convocadas pelos

orientadores e supervisores de estágio.

Artigo 20º - O aluno deverá tomar conhecimento da estrutura organizacional da instituição em que desenvolverá o estágio, observando as normas e rotinas implementadas.

Artigo 21º. – Deverá o estudante comparecer assídua e pontualmente a todas as atividades previstas pelo programa de estágio e de acordo com a necessidade do local de estágio;

Artigo 22º - É de responsabilidade do estudante, sob orientação docente ou de forma autônoma, o desenvolvimento de pesquisas bibliográficas e leituras complementares que se fizerem necessárias para a execução e compreensão de sua prática;

Artigo 23º. – O acadêmico em estágio deverá realizar todas as atividades previstas no âmbito do estágio, durante o horário e datas estipuladas, ciente da necessidade de cumprimento integral da carga horária de estágio estabelecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para proceder a colação de grau.

Parágrafo único: Em caso de ausência justificada, é de responsabilidade do estagiário a negociação, junto ao supervisor de estágio, de data para reposição da carga horária não cumprida.

Artigo 24º- Deve o estagiário cumprir integralmente o plano de estágio, estando sujeito à penalidades previstas pela legislação e normas referentes ao estágio;

CAPÍTULO V

DA CONDUTA E PROCEDIMENTOS NO ÂMBITO DO ESTÁGIO

Artigo 25º - É de responsabilidade do aluno verificar o local e horário de sua escala de estágio, e cumprir com todas as normas e regras locais;

Artigo 26º - O estagiário deve seguir as normas de conduta e biossegurança adotadas para o setor. Em caso de acidentes, o aluno deve comunicar imediatamente o supervisor local ou Responsável Técnico pelo laboratório, assim como o supervisor docente;

Artigo 27º - Em caso de acidentes, o aluno deve proceder conforme a recomendação para acidentes com fluidos biológicos, levando o encaminhamento assinado pelo responsável pelo laboratório; assim como enviar cópia do atendimento para o supervisor docente;

CAPÍTULO VI

DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Artigo 28º - A frequência será controlada através de listas de presença sendo que:

- I. Presença é critério de avaliação.
- II. O supervisor deverá controlar a presença bem como realizar avaliação semanal;
- III. Cada estagiário assinará a folha de presença no seu respectivo dia de estágio na hora da entrada;
- IV. O estagiário deverá estar no local de estágio no horário previsto;
- V. O estagiário deverá permanecer no estágio em toda a sua duração, sendo-lhe vetado afastar-se antes do término, sob pena de ter sua presença anulada;
- VI. O estagiário terá direito apenas a faltas justificadas na forma da lei (doença infectocontagiosa, morte de parentes, acidente de percurso, etc.), repostas segundo

o critério do supervisor, sem o que terá seu estágio de área suspenso.

CAPÍTULO VII

DA APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E REPOSIÇÃO

Artigo 29º - Será aprovado o aluno que atender às normas gerais e específicas correspondentes ao Estágio Supervisionado com nota igual ou superior a 7,0 (sete);

Artigo 30º - Será reprovado o aluno que não respeitar as normativas estabelecidas neste Regulamento. A conduta contrária à ética profissional por parte do estagiário em campo de Estágio é reprobatório por si só, e cada caso será avaliado em Colegiado do Curso de Odontologia, juntamente com o corpo de Supervisores de Estágio.

Artigo 31º - Em caso de reprovação do aluno no Estágio Supervisionado, o mesmo poderá, do momento da verificação de suas notas e provas junto ao professor de estágio, em até 72 horas solicitar revisão de notas e avaliação.

§ 1º - O requerimento de revisão de notas e avaliação deverá ser fundamentado, utilizando livros e artigos científicos.

§ 2º - O pedido de revisão da avaliação deve ser protocolado até 72 (setenta e duas) horas após a divulgação das notas e vistas aos acadêmicos, junto ao coordenador de estágio.

§ 3º - A revisão será realizada pelos professores orientadores de estágio, e deve ser devolvido com as anotações pertinentes ao Coordenador de estágio, que dará seu despacho.

§ 4º - O acadêmico ainda pode requerer nova revisão em grau de recurso, em até 72 (setenta e duas) horas após a primeira revisão, fundamentando cada questão. A Coordenação do curso designará uma banca composta por 02 (dois) docentes da área, que efetuará a nova revisão na presença do acadêmico. Os docentes componentes da banca devem assinar e devolver o requerimento ao Coordenador do curso, que dará o seu despacho com a devida ciência do acadêmico.

§ 5º - A avaliação realizada pelo supervisor de estágio não é passível de solicitação de revisão.

Artigo 32º - O aluno reprovado no Estágio Supervisionado deverá refazer o estágio no tempo curricular normal, no início do ano letivo seguinte, vinculado à matrícula bem como cursar a carga horária total prevista.

Artigo 33º - Não será realizado exame final para atividades de Estágio Supervisionado, nem avaliações substitutivas.

Artigo 34º - Em caso de falta no Estágio, o aluno deverá apresentar em três dias a justificativa de sua falta para o coordenador de estágio e o supervisor local de estágio.

§ 1º - É de responsabilidade do aluno negociar, junto ao supervisor local de estágio, data e período para reposição das faltas.

§ 2º - A ausência não justificada no cumprimento das atividades de estágio implicará

em reprovação automática.

CAPÍTULO VIII

DO REGISTRO DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Artigo 35º - Os orientadores de Estágio Supervisionado realizarão visitas periódicas nas Unidades Concedentes, de acordo com a distribuição realizada pelo Coordenador de Estágio, a fim de averiguar a assiduidade e o conceito quanto às atividades desenvolvidas pelos alunos registrando tal procedimento na sua ficha ponto de visita externa, bem como assegurar a Unidade Concedente a responsabilidade do professor por tal aluno;

Artigo 36º - O preenchimento da ficha de frequência é de responsabilidade exclusiva do estagiário, com visto do irresponsável, na Unidade Concedente.

Parágrafo Único. Ao final do processo, a ficha deverá ser encerrada com a assinatura dos responsáveis da Unidade Concedente e com o carimbo dos mesmos, com a devida entrega junto ao Coordenador de Estágio.

Artigo 37º - A Unidade Concedente tem o direito de exigir regularidade e assiduidade ao estagiário, frente ao acordado, e, em hipótese alguma, o aluno poderá ultrapassar 30 horas semanais de estágio.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38º - Os casos omissos serão decididos pelo Coordenador de Estágio, com a anuência da Núcleo Docente Estruturante de Curso de Odontologia.

Artigo 39º - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior.

São Luís, 22 de fevereiro de 2021.

TERMO DE CIÊNCIA

Eu, acadêmico(a) _____, estou ciente das Normativas de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior.

São Luis, ____ de _____ de 20____.

Acadêmico

Acadêmico:

Endereço: _____

Cidade/Estado: _____

Telefones: _____

Email: _____

ANEXO 1 - ORIENTAÇÃO DA CONDUTA APÓS ACIDENTE COM FLUIDOS BIOLÓGICOS

Conduta frente à exposição biológica

Todo acidente ocupacional com exposição a fluido biológico deve ser considerado como urgência médica. O atendimento do trabalhador acidentado com material biológico necessita de algumas recomendações:

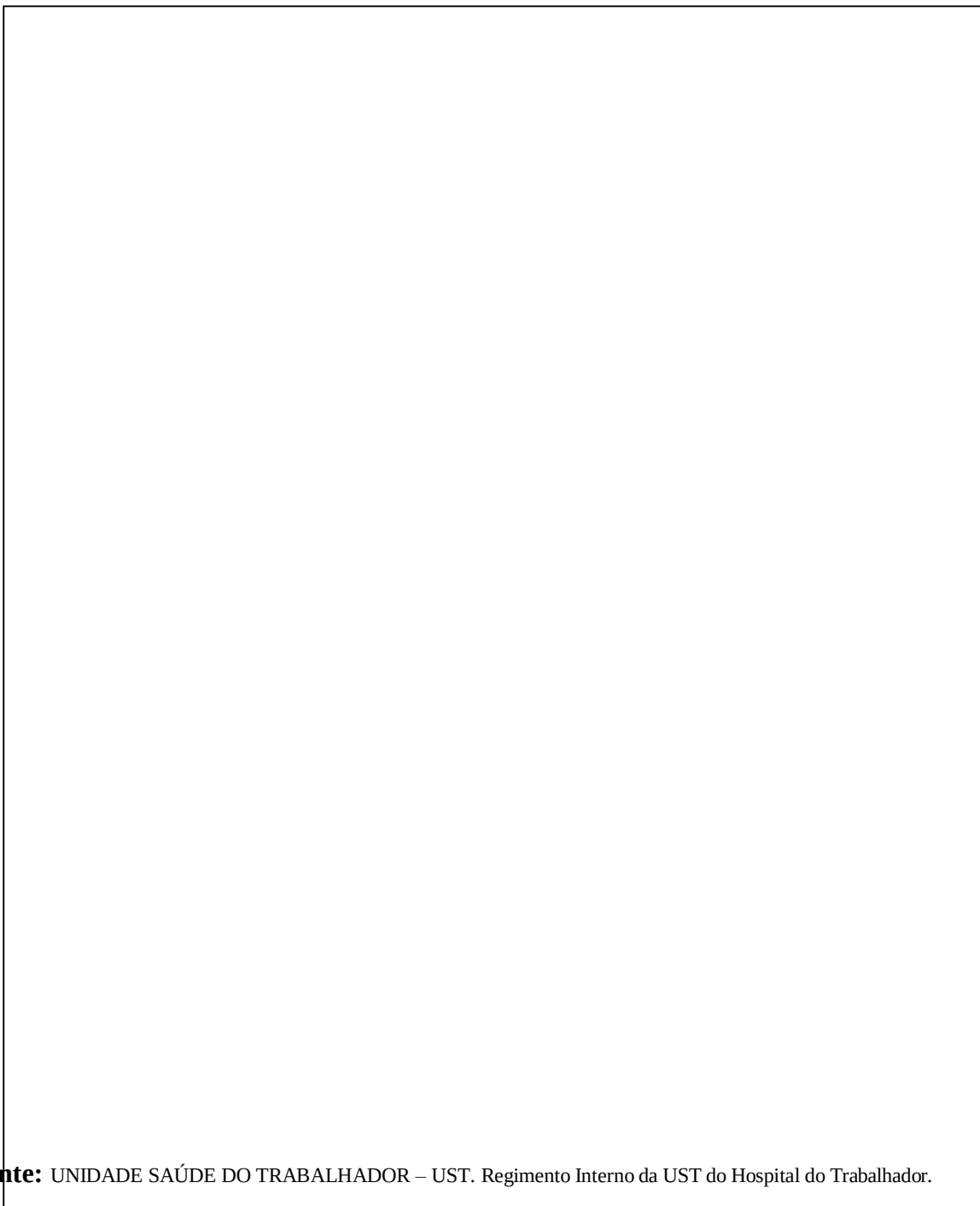
Ações que devem ser tomadas imediatamente após o acidente com fluidos biológicos.

- I. Orientar o trabalhador a manter a calma (3).
- II. Orientar a lavagem do local do ferimento com água e sabão nos casos de exposição percutânea ou cutânea (1).
- III. Orientar a lavagem abundantemente com água ou solução fisiológica as exposições em mucosas (1).
- IV. Acionar o serviço, no qual o trabalhador sofreu a exposição ocupacional, para providenciar os exames sorológicos para Hepatite B, Hepatite C e se possível teste rápido para HIV, quando a paciente fonte for conhecida. (3)
- V. O trabalhador deve procurar atendimento emergencial no Pronto Socorro preferencialmente de 2 a 6 horas após o acidente, para realizar os exames de Determinante Antigênico encontrado na Superfície do HBV (HBsAg), Anticorpo contra o Antígeno do core do Vírus da Hepatite B (Anti HBC), Anticorpo contra Vírus da Hepatite C (AntiHCV) e Anticorpo contra o Virus da Imunodeficiência Humana (Anti HIV). Ver a necessidade do uso da quimioprofilaxia (1,2).
- VI. A indicação da quimioprofilaxia será de acordo com a conduta médica no Pronto Socorro, conforme protocolo do Ministério da Saúde (1):
- VII. Orientar o trabalhador para que seja emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) pela empresa e que o preenchimento do campo do atestado médico seja realizado no Pronto Socorro (1).
- VIII. Orientar ao trabalhador na realização do acompanhamento por 6 meses após a exposição biológica (1).
- IX. Reforçar que o abandono no monitoramento pode comprometer sua saúde, uma vez que a não adesão é em torno de 70% (2).
- X. O trabalhador deverá informar à chefia imediatamente se apresentar os seguintes sintomas: linfadenopatia, *rash*, dor de garganta e sintomas de gripe, que são sintomas sugestivos de soroconversão aguda (1).
- XI. Orientar a suspensão da amamentação temporária, e da intenção de gravidez, bem como a suspensão da doação de sangue nesse período quando o trabalhador for doador (1).
- XII. Reforçar ao trabalhador as medidas de biossegurança e precauções básicas em serviço (1).

Referências:

- (1) Brasil. Ministério da Saúde. **Exposição a Materiais Biológicos**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. h [http:// b vsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_expos_mat_biologicos.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_expos_mat_biologicos.pdf)
- (2) Sarquis LMM, Felli VEA, Miranda FMA, Guimarães HV, Oliveira GP. A adesão ao protocolo de monitoramento dos trabalhadores de saúde após a exposição a fluidos biológicos: uma problemática vivenciada em um ambulatório de saúde do trabalhador. *Cogitare Enferm*. 2005; 10(2):47-53.

ANEXO 1.2 – FLUXOGRAMA DA CONDUTA APÓS ACIDENTE COM FUIDOS BIOLÓGICOS



Fonte: UNIDADE SAÚDE DO TRABALHADOR – UST, Regimento Interno da UST do Hospital do Trabalhador.

ANEXO 1.3

FICHA DE ENCAMINHAMENTO - ACIDENTE COM FLUIDOS BIOLÓGICOS

Encaminhamos ao Hospital do Trabalhador o aluno (a)

_____,
do Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior, que realiza estágio obrigatório na área de _____ na unidade _____, para atendimento diante de acidente com fluidos biológicos, ocorrido no dia _____, horário _____.

Informamos que o aluno foi orientado quanto à ação a ser tomada, já que estamos cientes que toda exposição a fluidos biológicos deve ser considerada como urgência médica.

Relato do Acidente:

Medidas Adotadas:

Rubrica da Unidade Concedente: Rubrica do aluno(a):

Atenciosamente,

Unidade concedente Supervisor Local (Registro no Conselho)

Aluno(a)

**Enviar cópia para o Coordenador de
Estágio.**

ANEXO 2

FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM _____

ESTAGIÁRIO: _____

LOCAL DE ESTÁGIO: _____

PERÍODO DE ESTÁGIO: _____

Plano de estágio:

- 1) Os alunos deverão cumprir o cronograma e o as atividades propostas para o Plano de Estágio elaborado para este estágio.
- 2) O aluno deverá cumprir integralmente a carga horária recomendada ao curso.
- 3) É importante considerar que cada local tem uma programação de atividades que será cumprida por sistema de rotação por todos os alunos.
- 4) Ao final das atividades em cada setor, o aluno deverá ter cumprido as atividades previstas pelo plano de estágio, além de elaborar relatório específico para cada setor.
- 5) Serão utilizados para fins de avaliação, além da elaboração e defesa do relatório, a assiduidade, pontualidade, cumprimentos das normas de biossegurança, ética e relacionamento profissional do estagiário a serem descritas nesta ficha de avaliação a ser preenchida pelo supervisor local de estágio.
- 6) A ficha de frequência, preenchida com o total de horas somadas, deve ser assinada, carimbada e devidamente entregue para o coordenador de estágio, junto com as fichas de avaliação.

AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR LOCAL DE ESTÁGIO:

SETOR: _____ PERÍODO: _____

Critérios de Avaliação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Assiduidade e Pontualidade										
2. Disciplina										
3. Iniciativa/Participação										
4. Criatividade										
5. Postura e Relacionamento										
6. Desenvolvimento										
7. Comunicação										
8. Responsabilidade e Ética										
9. Cumprimento das tarefas										
10. Conhecimentos específicos										
Total Geral de Pontos										
Média Aritmética										

Nome legível e assinatura do supervisor de frequência (com carimbo):

ANEXO 3

FICHA VISITAÇÃO *IN LOCO*

PROFESSOR (a) ORIENTADOR (a):

PERÍODO: TURNO:

PERÍODO DO ESTÁGIO:

DATA	LOCAL DA VISITA	HORARIO ENTRADA	HORARIO SAÍDA	ASS. PROFESSOR	ASS. ALUNO

LOCAL DA VISITA	CONCEITO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ALUNOS NESTA UNIDADE CONCEDENTE (AVALIAÇÃO E ASSIDUIDADE)

Assinatura Orientador_____
Assinatura Coordenador de Estágio

ANEXO 4

Normas para redação do Relatório de Estágio Supervisionado

1) REDAÇÃO

O relatório deverá ser redigido de maneira direta e objetiva, informando todas as atividades importantes realizadas durante o estágio. Trata-se de uma descrição crítica do estágio envolvendo uma introdução, citando o local, resumo das principais atividades desenvolvidas e vivenciadas, conclusões e/ou sugestões. O relatório não deve ser superior a 20 páginas, e deve ser dividido por capítulos referentes aos setores.

2) ESTRUTURA

CAPA: Deve ser feita conforme modelo em anexo.

SUMÁRIO

FOLHA-DE-ROSTO: Deve conter o nome do aluno, área do estágio, local com endereço, período, carga horária realizada, nome do Supervisor, nome do Orientador, local e a data da elaboração do Relatório (exemplo em anexo).

TÓPICOS:

- INTRODUÇÃO GERAL

Neste capítulo, o aluno deve posicionar a importância da realização do estágio, suas perspectivas em relação à profissão, e outros assuntos pertinentes ao estágio que julgar necessários.

- CAPÍTULO 1 – Setor _____

DESCRIÇÃO DO LOCAL/ ADMINISTRATIVO

A descrição deve abranger o local, instalações, equipamentos, laboratórios. (Não precisa especificar medidas).

- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O relatório das práticas que constituíram o estágio deverá ser feito de forma clara. Em qualquer situação, é necessário que se faça uma análise pessoal das atividades desenvolvidas.

Deve existir um capítulo para cada setor.

- CONCLUSÕES E/OU SUGESTÕES

A apresentação de conclusões sobre o estágio deverá ser o mais sincera possível, podendo ter sugestões, que poderão ser utilizadas como alternativas para possibilitar capacitação para o exercício de um confiável diagnóstico laboratorial

- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Os referências utilizadas no relatório deverão constar neste tópico, seguindo as regras da ABNT

OBS.: Para a realização do relatório é obrigatório que o aluno coloque em suas referências bibliográficas livros e artigos científicos. Plágios serão desconsiderados enquanto conteúdo no momento da avaliação do relatório.

2) FORMATAÇÃO

- Papel: A4 – cor branca
- Fonte: Times New Roman ou Arial- tamanho 12 – cor: preta.
- Nas citações com mais de 3 linhas, notas de rodapé, legendas e tabelas a fonte deve ter o tamanho 10.

- Itálico: Deve ser usado nas palavras de outros idiomas. Esta orientação não se aplica às expressões latinas apud e et al.
- Margens: Direita e inferior: 2cm / Esquerda e superior: 3cm
- Parágrafos / Espaçamento: 1,5 entre linhas;
- As referências devem ser separadas umas das outras com espaçamento duplo.
- Alinhamento do texto: O texto do trabalho deve estar justificado para que fique alinhado às margens esquerda e direita.
- Não deve ser encadernado.

ANEXO 4.1 – CAPA

Instituto Florence de Ensino Superior
Curso de Odontologia

Relatório das atividades desenvolvidas durante o
Estágio Supervisionado em _____

Nome completo

São Luis / MA

mês/ano

ANEXO 4.2– FOLHA DE ROSTO

Instituto Florence de Ensino Superior
Curso de Odontologia

Nome:

Área do Estágio:

Instituição de realização do estágio: em...../MA

Período de realização do estágio:/...../20... à/...../20....

Carga Horária Total:horas

Supervisor Local: Registro no Conselho:

*Relatório desenvolvido como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Odontologia pelo Instituto
Florence de Ensino Superior.*

São Luis / MA

mês/ano

APÊNDICE B - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR

A Coordenação Didático-Pedagógica do **Curso de Odontologia** do Instituto Florence de Ensino Superior especifica as seguintes instruções normativas referentes ao cumprimento do Trabalho de Conclusão de Curso previsto na estrutura curricular obrigatória do curso:

Em cumprimento a Instrução Normativa nº 005/2021/CONSEP de 18 de fevereiro de 2021.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - O Trabalho de Conclusão do Curso é requisito indispensável para a Colação de Grau no curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior.

Artigo 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em pesquisa em dupla orientada, relatada sob a forma de artigo para publicação em qualquer área relacionada à Odontologia.

Artigo 3º - O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo estimular os acadêmicos do Curso de Odontologia a buscar o aprofundamento temático através da produção científica e da consulta de bibliografia especializada, além de propiciar a formação científica do acadêmico, em conjunto com as disciplinas da matriz curricular do curso.

Artigo 4º - O cronograma de execução do TCC será elaborado e divulgado a cada início de ano letivo pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo 5º - A Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser constituída pelo Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso, Coordenação Pedagógica do Curso de Odontologia e Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Artigo 6º - Ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso compete:

- I- elaborar o calendário de todas as atividades relativas ao Trabalho de Conclusão de Curso, enfatizando o cronograma de defesas;
- II- fornecer atendimento aos professores em atividade relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- III- elaborar e encaminhar aos professores orientadores as fichas de frequência e acompanhamento que deverão ser utilizadas nas atividades do Trabalho de Conclusão de Curso;

- IV- convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e/ou acadêmicos;
- V- indicar professores orientadores para os acadêmicos que o solicitarem;
- VI- arquivar os projetos dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
- VII- responsabilizar-se pelo livro de atas das reuniões das bancas examinadoras;
- VIII- aprovar as bancas examinadoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso designadas pelos professores orientadores;
- IX- conduzir a aprovação da exequibilidade do projeto de TCC junto ao NDE, realizando o feedback aos orientadores num prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a reunião;
- X- tomar todas as medidas necessárias ao cumprimento do presente regulamento.

CAPÍTULO III DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Artigo 7º - O Trabalho de Conclusão de Curso é desenvolvido sob orientação de professores do corpo docente do Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior, com titulação mínima de mestre em qualquer área correlata, na proporção de no máximo 1 (hum) orientador para cada 5 (cinco) trabalhos.

Parágrafo Único – O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade acadêmica e implica na alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação.

Artigo 8º - Cabe a cada acadêmico, escolher o seu professor orientador, devendo, para este fim, realizar o convite mediante carta formal.

§ 1º - O professor aceitará a orientação em comunicado formal a coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso, dentro do prazo estabelecido no início de cada ano letivo.

§ 2º - Cada orientando terá atendimento com o orientador em horário previamente estabelecido para o total do período anual, sem prejuízo para as aulas normais do curso.

§ 3º - O atendimento ao acadêmico pelo orientador poderá ser realizado de forma remota e/ou presencial.

Artigo 9º - Caso o acadêmico não encontre um professor que se disponha a assumir a sua orientação, cabe ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso a definição de um professor orientador.

Artigo 10º - A substituição do professor orientador é permitida mediante a aquiescência expressa do professor substituído e do professor a substituir.

Artigo 11º - Em casos especiais, envolvendo atrito ou problema de qualquer espécie entre acadêmico e orientador, ou entre professores orientadores, caberá ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso a solução, podendo, se entender necessário, submeter o caso à Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso.

Artigo 12º - O professor orientador tem, sem exclusão de outros inerentes à sua atividade, os seguintes deveres específicos:

- I – Inserir sua área de atividade dentro das linhas previamente especificadas pela

Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso;

- II – atender periodicamente os acadêmicos sem comprometimento do horário normal de aula do curso, nos horários e locais que previamente fixar;
- III – entregar, sempre que solicitado, à Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso, relatórios parciais do atendimento aos acadêmicos, bem como frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso;
- IV – participar das defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
- V – assinar, juntamente com os demais membros das bancas examinadoras, as fichas de avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso e as atas finais das sessões de defesa;
- VI – avaliar o aluno individualmente, durante a elaboração e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, através de ficha própria (Anexo I);
- VII - encaminhar ou fazer encaminhar ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso uma cópia impressa e uma eletrônica editável dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovadas;
- VII – cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Artigo 13º - A responsabilidade pela elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso é integralmente do acadêmico, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas deste regulamento, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientador.

CAPÍTULO IV DOS ACADÊMICOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Artigo 14º - Considerar-se-á acadêmico em fase de realização do trabalho de Conclusão do Curso aquele que estiver regularmente matriculado no 7º e 8º períodos do Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior.

Artigo 15º - O acadêmico em fase de realização do Trabalho de Conclusão do Curso tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I** – frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso e pelo seu professor orientador;
- II** – reunir-se com seu professor orientador para discussão e aprimoramento de seu Trabalho de Conclusão de Curso, devendo justificar, perante o orientador, suas eventuais faltas;
- III** – cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso para entrega de projetos e versão final do Trabalho de Conclusão de Curso;
- IV** – elaborar a versão final de seu Trabalho de Conclusão do Curso, de acordo com este Regulamento, bem como segundo as instruções de seu orientador e do Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso;
- V** – comparecer no dia e hora, determinados pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso, para apresentar e defesa o seu Trabalho de Conclusão do Curso;

VI – após a defesa e a correção do Trabalho de Conclusão do Curso, o orientando deverá entregar à Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso a cópia definitiva, conforme disposto capítulo IX deste regulamento;

VII – cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Parágrafo Único: O não cumprimento dos deveres acima estabelecidos pelo acadêmico em fase de realização do Trabalho de Conclusão do Curso implicará em reprovação na atividade, quando não houver justificativa e/ou esta justificativa não for aceita pelo professor orientador e pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO V DO PROJETO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Artigo 16º - Antes de iniciar o Trabalho de Conclusão de Curso, o acadêmico deverá eleger a área sobre a qual versará o trabalho que pretende desenvolver dentro dos termos sugeridos pelos orientadores. Os trabalhos executados poderão possuir dados empíricos ou constituir-se trabalhos de revisões bibliográficas de forma excepcional.

§ 1º - A partir da eleição do tema e da escolha e aceite do orientador, o acadêmico deverá elaborar um projeto estruturado conforme anexo II constante do presente documento. O prazo para elaboração seguirá o cronograma divulgado anualmente pelo Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º - Cabe ao professor orientador aprovar, rejeitar ou determinar alterações no projeto do Trabalho de Conclusão de Curso.

Artigo 17º - Os projetos de pesquisa pertinentes deverão ser encaminhados pelo acadêmico aos Comitês de Ética do Instituto Florence de Ensino Superior.

Parágrafo Único: A versão final do projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética responsável, caso necessário, deverá ser encaminhado pelo acadêmico à Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso dentro do prazo estipulado no início de cada ano letivo.

Artigo 18º - Todos os projetos deverão ser encaminhados e protocolados junto a Coordenação de Curso dentro do prazo estipulado pela Coordenação de TCC.

§ 1º - Os projetos passarão pela análise da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso, quanto à exequibilidade.

§ 2º - No prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a reunião, a Coordenação de TCC deverá encaminhar um feedback aos orientadores com a aprovação ou possíveis pendências a serem corrigidas para execução do trabalho.

CAPÍTULO VI DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Artigo 19º - O Trabalho de Conclusão do Curso deve ser elaborado considerando-se, no seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no Artigo 3º deste Regulamento e a vinculação direta do tema com um dos ramos do conhecimento previstos nas linhas de pesquisa do curso, mediante a utilização de dados empíricos ou, excepcionalmente, revisão bibliográfica.

Artigo 20º - O Trabalho de Conclusão do Curso deverá ser desenvolvido em dupla pelo acadêmico sob orientação de docente do Curso de Odontologia.

Artigo 21º - O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado sob estrutura e teor de artigo científico, de acordo com as normas de publicação do periódico de escolha; anteriores a este artigo, deve –se anexar os elementos pré-textuais (capa, folha de rosto, dedicatória, agradecimentos, apresentação, sumário); ao final, os anexos contendo informações sobre o periódico para o qual o artigo será submetido, instruções para autores do periódico, instrumento utilizado para coleta de dados, termo de consentimento e certificado de aprovação pelo Comitê de Ética responsável (quando pertinente), e outros documentos considerados necessários pelos autores.

Artigo 22º - O acadêmico deve encaminhar aos professores de sua banca examinadora três cópias em papel do Trabalho de Conclusão de Curso, sendo uma para cada membro oficial, até quinze dias antes de sua sessão pública de defesa.

Artigo 23º - O Trabalho de Conclusão de Curso não deve ser enviado para publicação anteriormente à defesa pública, sob pena do mesmo ser impedido de proceder à defesa;

Artigo 24º – Em caso de necessidade de postergação da conclusão do trabalho para além do ano letivo, no ano seguinte a execução do Trabalho de Conclusão de Curso será tida como “dependência” para todos os efeitos de integralização do currículo pleno.

CAPÍTULO VII

DA BANCA EXAMINADORA

Artigo 25º - O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser avaliado por uma banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros, com titulação mínima de mestre, sugeridos pelo professor orientador e convidados pela Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Artigo 26º - A banca examinadora somente poderá iniciar os trabalhos com três membros presentes, incluindo a presença obrigatória do professor orientador.

Parágrafo Único: Não se cumprindo o disposto no *caput* deste artigo, será designada nova data para defesa, devendo o professor orientador oficiar ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso o ocorrido, para se instaure, se for o caso, inquérito disciplinar.

Artigo 27º – Após a designação, cada integrante da banca examinadora receberá do professor orientador uma cópia do Trabalho de Conclusão de Curso a ser avaliado.

Parágrafo Único: É expressamente proibido aos integrantes da banca examinadora tornar público o conteúdo dos Trabalhos de Conclusão de Curso antes das defesas.

Artigo 28º – É obrigatória a presença na banca de um membro efetivo do curso de Odontologia, podendo o segundo membro ser externo exclusivamente nas seguintes condições, mediante aprovação da Coordenação do TCC:

§ 1º - A existência de um coorientador externo, previamente aprovado pela Coordenação do TCC e constante do projeto;

§ 2º - Ser este membro externo ao curso de Odontologia, mas pertencente ao quadro docente da Instituto Florence de Ensino Superior;

§ 3º - Profissionais que acompanharam o trabalho de forma indireta, pertencentes a empresas e/ou instituições que sediaram a referida pesquisa, como clínicas, laboratórios, órgãos públicos e hospitais.

Parágrafo Único: Cabe ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovar a solicitação de membro externo na banca examinadora, de acordo com a relevância da justificativa apresentada e exclusivamente dentro das situações descritas neste artigo.

CAPÍTULO VIII

DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Artigo 29º - As sessões de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso deverão ser públicas, respeitada a capacidade do recinto e eventuais restrições no interesse da boa ordem dos trabalhos, a juízo e sob responsabilidade do professor orientador (anexo III).

Parágrafo Único: Cabe ao professor orientador a tarefa de coordenar a sessão de defesa, devendo tomar todas as medidas necessárias à ordem dos trabalhos, incluindo a suspensão da sessão, do que se dará imediatamente notícia à Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Artigo 30º - Na sessão de apresentação pública, o acadêmico terá de 10 a 15 minutos para fazer sua exposição, enquanto cada componente da banca examinadora terá até 10 minutos para fazer sua arguição, dispondo o acadêmico de outros 10 minutos para responder a cada um dos examinadores.

Parágrafo Único: O orientador, se assim entender, pode se abster de proceder à arguição ao seu orientando, atribuindo a respectiva nota pelas respostas do acadêmico às arguições dos outros professores.

Artigo 31º - A atribuição das notas será realizada após o encerramento da etapa de arguição, em sessão secreta.

§ 1º - As notas serão atribuídas individualmente, em escalas de zero a dez pontos, nos quesitos constantes do anexo IV do presente documento, sendo considerado aprovado o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete);

§ 2º - As considerações constantes do relatório de avaliação parcial realizado pelo orientador, conforme previsto no Artigo 12º, serão consideradas para fins de avaliação do aluno;

§ 3º - A nota final do acadêmico será “aprovado” ou “não aprovado”, não sendo levada em consideração as notas quantitativas aplicadas para fins de divulgação e inserção do conceito na avaliação da disciplina TCC;

§ 4º - A aprovação do acadêmico só será considerada válida após a correção e entrega final do trabalho a partir das observações da banca examinadora quanto ao seu conteúdo e forma.

Artigo 32º - A nota final, no formato “aprovado” ou “não aprovado” deverá ser registrada em ata e assinada pelos membros da banca examinadora ao final da defesa.

Parágrafo Único: Compete à Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso, em única instância, a análise e julgamento dos recursos contra a avaliação da banca examinadora.

Artigo 33º - Não há recuperação ou substituição para a nota final atribuída ao trabalho reprovado em decisão definitiva, salvo sucesso no recurso a que se refere o parágrafo único do artigo 32º.

Artigo 34º - Ao acadêmico que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso, e/ou não se apresentar para a sua sessão pública de defesa, sem justificativa na forma da legislação vigente, será atribuída nota zero, considerando-se reprovado.

Parágrafo Único: O acadêmico cumprirá o cronograma de defesa estabelecido pela Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso em consonância com o calendário acadêmico em vigência.

Artigo 35º - O acadêmico considerado aprovado com ressalvas em primeira instância, após a sessão pública de defesa, terá um prazo de 07 (sete) dias para reapresentar seu Trabalho de Conclusão de Curso. Em caso de reprovação, o acadêmico deverá matricular-se no ano letivo seguinte, sujeito ao mesmo calendário dos demais matriculados no período.

CAPÍTULO IX

DA VERSÃO DEFINITIVA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Artigo 36º - A versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso deve ser encaminhada à Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso em duas cópias, sendo uma via impressa e encadernada e uma via em cópia eletrônica disponível para edição.

Parágrafo Único: A aprovação final do acadêmico se dará apenas após a entrega da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso, corrigida de acordo com as sugestões da banca.

Artigo 37º - A entrega da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ocorrer no prazo de até quinze (15) dias a contar da data de sua apresentação pública, desde que este prazo não ultrapasse o previsto em calendário próprio. O não cumprimento do prazo estabelecido implicará na reprovação do acadêmico.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38º - Os casos omissos serão decididos pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso, com a anuência da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso de Odontologia.

Artigo 39º - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Curso de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior.

São Luís, 22 de fevereiro de 2021.

ANEXO I

Relatório Parcial do Orientador (Ficha de Avaliação)

Obs: O orientador deverá preencher um relatório por aluno, exceto nos casos em que não haja diferença nas avaliações individuais.

Nome do Orientador (a):

Título do Projeto:

Orientando (a):

Marque de 1 a 5 as preposições abaixo, considerando como 1 “não atende” a 5 como “atende de forma excepcional”. O aluno (a):

- a) comparece pontualmente a todas as reuniões convocadas pelo orientador (a). ()
- b) retorna os trabalhos exigidos pelo orientador (a) dentro do prazo estipulado. ()
- c) conduz as relações interpessoais com o (a) orientador (a) de forma educada e respeitosa. ()
- d) conduz as relações interpessoais com sua dupla de forma educada e respeitosa. ()
- e) demonstra progresso na compreensão do tema de estudo. ()
- f) atua de forma ética na condução do trabalho. ()

São Luis, ____de _____de _____

Assinatura do (a) Orientador (a)

ANEXO II

Estrutura do Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso

I – Capa

- nome da instituição e o curso;
- título do trabalho;
- nome dos alunos (as);
- local, ano.

II – Folha de Rosto

- nome da instituição e o curso;
- título do trabalho;
- nome dos alunos (as);
- orientador e função (*Projeto apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior, sob orientação do(a) prof (a) XXXXX*)
- local, ano.



IV – Resumo

Resumo objetivo do projeto, contendo em si toda a estrutura do trabalho.

V – Introdução

Revisão de literatura com o background do problema que gera a hipótese de seu trabalho.

VI – Justificativa

Apresentação da problemática que dá a relevância ao trabalho a ser desenvolvido.

VII – Objetivos

- Objetivos gerais: *tratados em seu sentido mais amplo. Constituem a ação direta que conduzirá ao tratamento da problemática abordada no projeto de pesquisa.*
- Objetivos Específicos: *apresentam detalhadamente as ações a serem tomadas para se alcançar as particularidades que levarão à resposta da problemática geral do trabalho.*

VIII – Metodologia

Deve conter o delineamento e o protocolo experimental a ser utilizado no trabalho.

IX – Cronograma

O cronograma deve conter os principais pontos do trabalho a ser desenvolvido, incluindo-se o envio para o comitê de ética nos casos aplicáveis.

X – Referências Bibliográficas

As referências devem ser inseridas de acordo com as regras da ABNT. Qualquer das regras já publicadas poderá ser utilizada, desde que não haja discrepância entre regras nas citações e referenciamento.

XI – E-mail de confirmação do envio do projeto para o comitê de ética

Apenas nos casos aplicáveis.

ANEXO III

Condução da Defesa dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Odontologia pelo presidente da sessão

Preparação pré-defesa:

- O orientador é responsável pela impressão das fichas de avaliação e ata de defesa. Lembre-se de imprimir 2 (duas) fichas de avaliação individual para cada membro da banca, num total de 6 (seis) fichas e 1 (uma) ata de defesa;
- O orientador é responsável pela reserva da sala onde ocorrerá a defesa, com a devida antecedência.

I – Abertura dos Trabalhos

- As fichas de avaliação devem ser entregues aos membros da banca avaliadora antes do início da apresentação. A ata de defesa, por sua vez, deve ficar em poder do presidente da sessão;
- O orientador, como presidente da sessão, deve cumprimentar a todos, agradecendo a presença da banca e da platéia;
- Na sequência, deve apresentar o trabalho, citando o título e alunos;
- A seguir, deve anunciar aos acadêmicos que eles terão de 10 a 15 minutos para fazer sua exposição, enquanto cada componente da banca examinadora terá até 10 minutos para fazer sua arguição, dispondo o acadêmico de outros 10 minutos para responder a cada um dos examinadores.

II – Apresentação do trabalho

- O orientador deve abster-se de tecer comentários durante a apresentação dos acadêmicos, mesmo que estes tenham cometido erros;
- Ao faltarem 3 minutos para o término do tempo destinado a apresentação, o presidente da sessão deve avisar aos acadêmicos.

III – Defesa

- O presidente da sessão deve orientar os acadêmicos avaliados a se sentarem a frente da banca avaliadora, portanto caneta e uma cópia do TCC;
- O presidente agradece novamente a presença da banca, e convida um dos membros para dar início aos questionamentos. De forma geral, o membro externo ao trabalho (caso haja), mais velho e/ou com melhor currículo, é o convidado a iniciar;
- Após a fala de cada um dos membros, o presidente agradece as considerações;
- O presidente da sessão, como orientador, pode abster-se dos questionamentos, caso queira;

- É muito importante lembrar: **O avaliado é o aluno, não o orientador**. Sua função é indicar o caminho a ser seguido; o aluno é o responsável pelo resultado final. Evite discutir com a banca ou sentir-se ofendido por suas colocações.

IV – **Avaliação**

- O presidente da sessão deve convidar a todos os presentes que se retirem do recinto, para que haja o debate sobre o trabalho recém-defendido;
- Os membros da banca devem ser orientados a preencher a ficha de avaliação, uma para cada aluno (a). Em caso de não haver diferença na avaliação final de cada membro da dupla, os avaliadores podem optar por preencher uma única avaliação para ambos os alunos;
- O presidente da sessão deve convidar os avaliadores a exporem suas impressões, e optarem pela aprovação ou não aprovação do aluno;
- É importante ressaltar que, caso o aluno seja aprovado, sua aprovação final só se dará após a entrega do trabalho corrigido dentro do prazo estipulado pela Comissão do TCC. O aluno não aprovado terá nova chance de defesa no prazo de 7 (sete) dias, e em caso de nova reprovação deverá realizar novo TCC no ano subsequente, como dependência;
- O presidente da sessão deve preencher a ata final após o debate e solicitar a assinatura dos membros da banca.

V – **Divulgação dos resultados**

- Após o fechamento da aprovação ou não aprovação dos alunos pela banca, o presidente da sessão deve convidar a platéia e os alunos avaliados a se dirigirem novamente ao recinto da defesa;
- O presidente da sessão deve proceder à leitura da ata de defesa final, sem menção às notas dos avaliadores, comunicando a aprovação ou não aprovação final e enfatizando a necessidade da entrega da versão final, conforme consta em observação na própria ata;
- Após a leitura, o orientador por mencionar algumas palavras a respeito dos orientados, caso queira;
- Os orientandos são convidados a fazerem seus agradecimentos;
- O presidente declara a sessão encerrada.

Após a defesa

- Toda a documentação referente à defesa deve ser entregue na secretaria da Coordenação do Curso, devidamente assinada.

- Lembre-se que os alunos devem fazer as correções necessárias e entregarem na mesma secretaria a versão final do trabalho, com todos os anexos referentes e a assinatura do orientador, dentro do prazo estabelecido, impresso e encadernado. Simultaneamente, deve ser enviado à Comissão do TCC cópia em versão eletrônica editável.

ANEXO IV

FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ODONTOLOGIA

Obs: O membro da banca deverá preencher um relatório por aluno, exceto nos casos em que não haja diferença nas avaliações individuais.

Membro da Banca Examinadora:

Nome do Orientador (a):

Título do Projeto:

Orientando (a):

Avaliação (deverão ser atribuídas notas de zero a dez para cada um dos itens):

- a) Exposição escrita (Originalidade, Coerência, Clareza, Correção gramatical; adequação da às normas do periódico escolhido para publicação). Nota: _____
- b) Nível de aprofundamento da investigação. Nota: _____
- c) Adequação da metodologia científica utilizada ao tema. Nota: _____
- d) Qualidade das reflexões exibidas na Discussão e Conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso: Nota: _____
- e) Defesa Pública da Monografia. Nota: _____

MÉDIA FINAL GERAL: _____

O aluno (a) foi considerado: () aprovado () Não aprovado

OBS: A aprovação final do aluno só se dará após a entrega junto à coordenação da versão final do artigo, com as correções necessárias.

Observações:

Assinatura:

São Luís , ____/____/____

ATA DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ODONTOLOGIA

Obs: O presidente da banca deverá preencher um relatório por aluno, exceto nos casos em que não haja diferença nas avaliações individuais.

Aos _____ dias do mês de _____ de 20__, sob a presidência do (a) prof.(a) _____, reuniram-se os docentes

_____ nas dependências da Instituto Florence de Ensino Superior para avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso do (a) acadêmico (a) _____ como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Odontologia por esta Universidade. O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como título:

_____ e foi orientado pelo presidente da sessão. Após análise, o(a) aluno (a) foi considerado:

() aprovado () Não aprovado

Observação Importante: A aprovação final do aluno só se dará após a entrega da versão final do artigo, com as correções necessárias.

Observações necessárias:

Por ser verdade firmamos a presente.

Assinaturas:

Orientador: _____

Membro 1: _____

Membro 2: _____

APÊNDICE C - Regulamento de Atividades Complementares

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Dispõe sobre Normas de Atividades Complementares do Instituto Florence de Ensino Superior.

Em cumprimento a Instrução Normativa nº 004/2020/CONSEP de 20 de agosto de 2020.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este regulamento disciplina a realização dos Estudos Independentes, previstas no art. 4º da Portaria MEC nº 1.886/94, e incluídas no currículo pleno dos cursos de graduação, fazendo parte do Regimento da Faculdade, como anexo.

Art. 2º. Os Estudos Independentes, a serem ajustadas entre o aluno e a coordenação do curso de graduação, são oferecidas em todos os períodos letivos, constando de pesquisas, cursos e serviços de extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno.

Art 3º As atividades complementares são regidas por normas que disciplinam a oferta, o funcionamento e o registro de atividades inerentes à parte flexível do curso de Odontologia. Tem por finalidade propiciar aos discentes a oportunidade de buscar em consonância com o currículo pleno do curso, uma trajetória autônoma e particular com conteúdos extracurriculares, que lhe permitam enriquecer os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Art. 4º As Atividades Complementares são de cumprimento obrigatório para o corpo discente, devendo compor o currículo vigente do curso, com carga horária de 200 horas cumpridas ao longo de oito semestres.

Parágrafo Único: Seu integral cumprimento é condição indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Odontologia, e compreende atividades não compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas. As atividades são de caráter obrigatório e compõem o currículo do curso, desde que contribua para a formação acadêmica e aprimoramento profissional do discente.

Art 5º Estas normas estão de acordo com a Resolução do CNE/CES de 02 de fevereiro de 2002, e Resolução do Conselho Superior do Instituto Florence de Ensino-CONSUP.

Art. 6º São distribuídas entre as seguintes atividades: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão e Representação Estudantil.

Art. 7º A carga horária das Atividades Complementares deverá ser contabilizada quando realizadas em período de integralização curricular, em casos de alunos transferidos importando

a carga horária da IES de origem ou em intervalos provocados por trancamentos de curso.

Art. 8º Estas atividades deverão ser adequadas e de relevância acadêmico científica à formação do discente, devendo ser de caráter interdisciplinar envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, através do desenvolvimento de projetos e programas de ações socioeducativas, jornadas acadêmicas, seminários, ciclos de palestras, e projetos de pesquisa.;

Art. 9º A participação nessas atividades busca desenvolver no discente a integração de saberes em diversas áreas do conhecimento, bem como o aprimoramento de conhecimentos nas atividades práticas de cunho técnico científico.

Art. 10º Todas as atividades complementares devem ser comprovadas pelo discente ao Coordenador do Curso, através de solicitação via Secretaria Acadêmica da IES. Após análise e deferimento pelo Coordenador, as comprovações serão encaminhadas à Secretaria Acadêmica para registro no histórico escolar do discente.

Art. 11. As Normas de Atividades Complementares do curso de Administração-EAD são normatizadas pelo Núcleo Docente Estruturante e deliberadas pelo Colegiado do Curso em consonância com as normas gerais e Diretrizes Curriculares Nacionais. As atividades realizadas serão computadas em horas e registradas no histórico escolar do discente.

Ficará a cargo da Coordenação do curso a divulgação das atividades complementares, facultando ao aluno sua livre escolha, devendo obedecer às normas que a disciplinam.

GRUPO 1 –ATIVIDADES DE ENSINO

Nº	Grupo 1 – ENSINO máximo de 90 horas	Característica	CH mínima Da unidade (hs)	CH máxima Da unidade (hs)
1	Disciplinas ou cursos não incluídos no currículo do curso de graduação do aluno.	Por curso ou Semestre.	12	48
2	Curso de aperfeiçoamento ou atualização relacionado ao Curso da área da Saúde ou Odontologia	Por semestre	12	40
3	Estágio extracurricular na área em entidade pública ou privada credenciada o Instituto Florence de Ensino Superior	Por semestre	20	60
4	Monitoria	Por semestre /disciplina.	12	40
5	Atividade extraclasse (seminários, temas livres, simpósios, debates e eventos similares).	Por evento	04	32
6	Atividade profissional relacionada ao Curso, desde que não concomitante com as horas referentes à grade curricular.	Por tempo	04	12
7	Ligas Acadêmicas	Por Liga	8	40

Para as Atividades de Ensino, serão lançadas no histórico escolar as cargas horárias até o limite máximo estipulado acima, correspondendo ao cômputo total do curso.

GRUPO 2 – ATIVIDADES DE PESQUISA

Nº	Atividades de Pesquisa Máximo de 60 horas	Característica	CH mínima Da unidade (h)	CH máxima Da unidade (h)
1	Participação em projeto de pesquisa institucionalizado na IES como bolsista em órgãos de fomento.	Por projeto	20	60
2	Participação em projeto de pesquisa institucionalizado na IES como voluntário	Por projeto	20	40
3	Participação como ouvinte em bancas de TCC, de especialização, dissertações de mestrado ou teses de doutorado	Por banca	02	18
4	Publicação de artigos em revistas especializadas: Em revista indexada internacional; Em revista indexada nacional. Em revista não indexada com corpo editorial.	Por publicação	15 20 15 10	45 60 60 40
5	Publicação em anais de congressos internacionais de área relacionada ao curso	Por publicação	6	30
6	Publicação em anais de congressos nacionais de área relacionada ao curso	Por publicação	5	25
7	Publicação em anais de Mostras de Iniciação Científica de área relacionada ao curso	Por publicação	4	20
8	Publicação em anais de semanas acadêmicas de área relacionada ao curso	Por publicação	5	25
9	Artigos, resenhas ou textos de opinião publicados em jornais e revistas gerais.	Por publicação	3	15

Para as atividades de Pesquisa, serão lançadas no histórico escolar, as cargas horárias até o limite máximo estipulado acima, correspondendo ao cômputo total do curso.

GRUPO 3 – EXTENSÃO:

Nº	Atividades de Extensão Máximo de 60 horas	Característica	CH mínima da unidade (h)	CH Máxima da unidade (h)
1	Participação em eventos científico nacional/ internacional relacionado ao curso	Por participação	4	20

2	Premiação em eventos científicos nacional/internacional relacionados ao curso	Por premiação	10	40
3	Participação em encontros, jornadas, seminários, simpósios e outros na área de Odontologia.	Por evento a) <i>local</i> b) <i>estadual/regional</i> c) <i>nacional</i> d) <i>internacional</i>	2 4 6 8	10 20 30 40
4	Participação em Semanas Acadêmicas de Odontologia do Instituto Florence de Ensino Superior; Outras Instituições	Por evento	4 4	20 12
5	Apresentação de trabalhos em eventos científico-culturais <i>-Internacional</i> <i>-Nacional</i>	Por apresentação	10 8	40 30
6	Realização de mini-cursos ou cursos de curta duração dentro ou fora da IES relacionados aos objetivos do curso	Por curso	2	4
7	Apresentação de trabalho ou atuação em exposição, feiras e mostras nacionais /internacionais,	Por apresentação	4	12
8	Programas de intercâmbio institucional	Nacional / Internacional	10	60
9	Participação em cursos de idiomas, comunicação e expressão, e de Informática realizados durante o curso de graduação.	Por curso	20	40
10	Participações em projetos de extensão extracurriculares propostos pela IES	Por projeto	20	40

Para as atividades de Extensão, serão lançadas no histórico escolar, as cargas horárias até o limite máximo estipulado acima, correspondendo ao cômputo total do curso.

GRUPO 4 – REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL:

Nº	Atividades de Representação Estudantil: Máximo de 60 horas	Característica	CH mínima Da unidade (h)	CH máxima Da unidade ((h)
1	Exercício de cargo de representação estudantil (período mínimo de 12 meses)	Por gestão		
1.1	Presidente do DCE;	Por gestão	15	30
1.2	Membro da Diretoria do DCE;	Por gestão	10	20
1.3	Presidente do CA;	Por gestão	10	20
1.4	Membro da diretoria do CA;	Por gestão	8	16
1.5	Representante discente no conselho de curso;	Por gestão	8	16
1.6	Representante discente no Conselho de Ensino, Pesquisa e	Por gestão	10	20

	Extensão – CONSEPE;			
1.7	Representante discente no Conselho Universitário – CONSUP;	Por gestão	10	20
1.8	Representante discente na Comissão Própria de Avaliação – CPA;	Por gestão	8	16
1.9	Representante discente na Comissão de Ética;	Por gestão	8	16

Para as atividades de Representação Estudantil, são lançadas no histórico escolar, as cargas horárias até o limite máximo estipulado acima, correspondendo ao cômputo total do curso.

